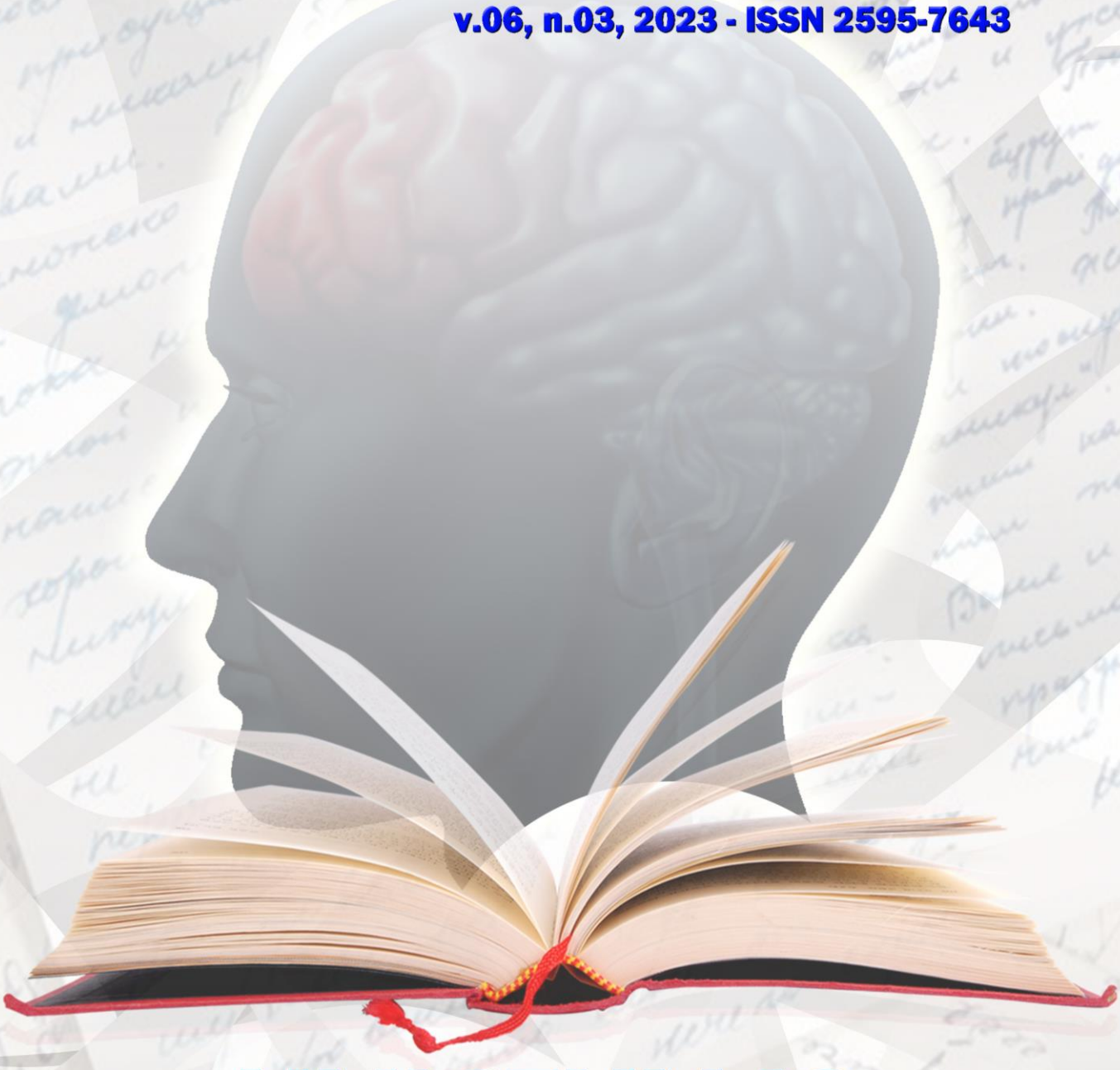
Revista de Ensino e Cultura

v.06, n.03, 2023 - ISSN 2595-7643



UNICEUNA

Centro Universitário Natalense

"Seu conhecimento ultrapassando barreiras"

REVISTA DE ENSINO E CULTURA - REC

A Revista de Ensino e Cultura, ISSN 2595-7643, é uma publicação digital do Centro Universitário Natalense – UNICEUNA. Uma revista, atualmente semestral, criada com o objetivo de incentivar e instigar docentes e discentes a divulgarem pesquisas, Trabalhos de Conclusão de Curso e estudo de Iniciação Científica em formato de artigos científicos de interesse em diversas áreas do conhecimento.

A Revista de Ensino e Cultura foi classificada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na Avaliação Quadrienal referente ao período 2017-2020 com o Qualis B1. O Qualis foi considerado pelas Áreas de Avaliação de Antropologia / Arqueologia, Ciências Ambientais, Direito, Educação, Ensino, Interdisciplinar e Sociologia.

A Revista foi criada em 2018 como forma de potencializar a Iniciação Científica na Faculdade Natalense de Ensino e Cultura – FANEC (agora Centro Universitário Natalense – UNICEUNA), e ao longo de 4 (quatro) anos vem publicando trabalhos de autores do Rio Grande do Norte bem como de diversos estados e instituições do Brasil.

CONTATO E ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
Av. Prudente de Morais, nº 4890, lagoa Nova, CEP: 59063-200, Natal/RN.
Fones: (84) 3234 3637 / 3234 3551.
E-mail: uniceuna.ic.articaps@hotmail.com.

REVISTA ONLINE:
EDITORES:
Me. Iara Miller (UNICEUNA/UPV).
Dr. Max Leandro de Araújo Brito (UFRN).

REVISÃO DE TEXTO EM PORTUGUÊS:
Dr.ª Maria das Vitórias dos Santos Medeiros (UNICEUNA).
Dr.ª Maria de Fátima Silva dos Santos (UFRPE).

COMITÊ DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA INSTITUCIONAL:

Me. Anílton José de Lima (UNICEUNA).

Dr. Elio Pessoa Cazuza (UNICEUNA).

Me. Giancarlo Paiva Nicoletti (UNICEUNA).

Me. Iara Miller (UNICEUNA).

Me. Manoel D'agonia Fernandes Braga (UNICEUNA).

Me. Renata Poliane Nacer de Carvalho Dantas (UNICEUNA).

Dr. Rêncio Bento Florêncio (UNICEUNA).

Me. Tarso Rocha Lula Pereira (UNICEUNA).

CONSELHO EDITORIAL:

Dr.ª Cátia Guaraciara Fernandes Teixeira Rossi (UNICEUNA).

Dr.ª Cláudia Cecílio Daher (UNICEUNA).

Dr.ª Daliana Caldas Pessoa da Silva (UFRN).

Dr. Elio Pessoa Cazuza (UNICEUNA).

Dr.ª Elizabeth Cristina Gomes dos Santos (UFRN).

Dr. Emmanuel de Sousa Campos (UNIP).

Dr. José Pedro da Silva Júnior (UNICEUNA)

Dr.ª Maria das Vitórias dos Santos Medeiros (UNICEUNA).

Dr. Max Leandro de Araújo Brito (UFRN).

Dr. Paulo Maycon Costa da Silva (DPERN).

Dr. Paulo Ricardo Cosme Bezerra (SEBRA-RN).

Dr. Rêncio Bento Florêncio (UNICEUNA).

Dr. Sérgio Alexandre de Morais Braga Júnior (UERN).

Dr.ª Vanessa Almeida Otelo (UNICEUNA).

EQUIPE DE PARECERISTAS *AD HOC*:

Dr.ª Catharinne Angélica Carvalho de Farias (UFRN).

Dr.ª Cátia Guaraciara Fernandes Teixeira Rossi (UNICEUNA).

Dr.ª Daliana Caldas Pessoa da Silva (UFRN).

Dr. Élio Pessoa Cazuza (UNICEUNA).

Dr.ª Elizabeth Cristina Gomes dos Santos (UFRN).

Dr. Emmanuel de Sousa Campos (UNIP).

Dr. Fabrício Germano Alves (UFRN).
Dr.ª Francisca de Souza Miller (UFRN).
Dr. João Felipe Bezerra (UFPB).
Dr. José Pedro da Silva Júnior (UNICEUNA)
Dr. Luciano do Nascimento Silva (CCJ/UFPB).
Dr.ª Lucien Peroni Gualdi (UFRN)
Dr.ª Maria das Vitórias dos Santos Medeiros (UNICEUNA).
Dr.ª Maria de Fátima Silva dos Santos (UFRPE).
Dr. Max Leandro de Araújo Brito (UFRN).
Dr. Paulo Maycon Costa da Silva (DPERN).
Dr. Paulo Ricardo Cosme Bezerra (SEBRA-RN).
Dr. Rêncio Bento Florêncio (UNICEUNA).
Dr. Sérgio Alexandre de Morais Braga Júnior (UERN).
Dr.ª Vanessa Almeida Otelo (UNICEUNA).

PERIODICIDADE:

Semestral

DESCRIÇÃO:

Periódico (pen drive).

Volume 06, Número 03, Ano 2023 | **ISSN:** 2595-7643.

FONTES DE APOIO:

Centro Universitário Natalense – UNICEUNA.

Art.	__ SUMÁRIO _| |_ SUMMARY _| |_ RESUMEN __	Pág.
	CIÊNCIAS JURÍDICAS	07
01	OS CONFLITOS DECORRENTES DO SARS-COV-2 QUE INFRINGE O PACTO FEDERATIVO CONSAGRADO NA CARTA MAGNA DE 1988 *THE CONFLICTS RESULTING FROM SARS-COV-2 WHICH INFRINGES THE FEDERATIVE PACT ENHANCED IN THE 1988 MAGNA CARTA* *LOS CONFLICTOS DERIVADOS DEL SARS-COV-2 QUE INFRINGE EL PACTO FEDERATIVO REFORZADO EN LA CARTA MAGNA DE 1988* Autores: Josué Miranda dos SANTOS e Dr. Sérgio Alexandre de Moraes BRAGA Jr	08 a 50
02	DEBATE SOBRE O ABORTO, O ABORTO LEGAL E COMO CRIMINOSO E OS DIREITOS DA MULHER *DEBATE ON ABORTION, LEGAL ABORTION AND AS A CRIMINAL AND WOMEN'S RIGHTS* *DEBATE SOBRE EL ABORTO, EL ABORTO LEGAL Y COMO PENAL Y LOS DERECHOS DE LAS MUJERES* Autores: Adriana de Medeiros Maia e MEDEIROS, Iara MILLER e Manoel D. Fernandes BRAGA.	51 a 84
03	RECONHECIMENTO DA PARCIALIDADE DO EX-JUIZ SERGIO MORO PELO STF *RECOGNITION OF THE PARTIALITY OF THE EX-JUDGE SERGIO MORO BY THE STF* *RECONOCIMIENTO DE LA PARCIALIDAD DEL EXJUEZ SERGIO MORO POR EL STF* Autores: Vanessa Pereira Carmona dos SANTOS e Emmanuel de Sousa CAMPOS	85 a 92
	CIÊNCIAS HUMANAS	93
04	O PAPEL DO CONTADOR NO SETOR PÚBLICO EM FRENTE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) *THE ROLE OF THE ACCOUNTANT IN THE PUBLIC SECTOR IN FRONT OF THE FISCAL RESPONSIBILITY LAW (LRF)* *EL PAPEL DEL CONTADOR EN EL SECTOR PÚBLICO ANTE LA LEY DE RESPONSABILIDAD FISCAL (LRF)* Autores: Mayara Kyvya Silva PEREIRA, Shislayne Micarla de JESUS e Tarso Rocha Lula PEREIRA	94 a 107
05	O TRABALHO EM EQUIPE E SUAS CARACTERÍSTICAS MAIS RELEVANTES *TEAMWORK AND ITS MOST RELEVANT CHARACTERISTICS* *EL TRABAJO EN EQUIPO Y SUS CARACTERÍSTICAS MÁS RELEVANTES* Autores: Aparecido Gomes LEAL, Daniel Francisco da SILVA e Rosana AUGUSTO	108 a 137
06	ENTENDENDO O CLIENTEFINAL: A IMPORTÂNCIA DA QUALIDADE NO ATENDIMENTO PARA SUA SATISFAÇÃO *UNDERSTANDINGTHEENDCUSTOMER: THE IMPORTANCE OF QUALITY IN SERVICEFORTHEIRSATISFACTION* *ENTENDIENDO AL CLIENTE FINAL: LA IMPORTANCIA DE LA CALIDAD EN EL SERVICIO PARA SU SATISFACCIÓN* Autores: Aparecido Gomes LEAL, Nathany Cristina BRIANEZ, Rosana AUGUSTO e Vanessa Curado FONTES	138 a 162
	CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO	163
07	A INCLUSÃO E PRECONCEITO COM PESSOAS AUTISTAS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO *INCLUSION AND PREJUDICE TOWARDS AUTISTIC PEOPLE IN THE SCOPE OF EDUCATION AND WORK* *INCLUSIÓN Y PREJUICIO HACIA LAS PERSONAS AUTISTAS EN EL ÁMBITO EDUCATIVO Y LABORAL* Autores: Maria Antônia Bernardo da SILVA.	164 a 174

08	ESTUDOS ETNOBOTÂNICOS EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO NORDESTE BRASILEIRO *ETHNOBOTANICAL STUDIES IN QUILOMBO COMMUNITIES IN THE BRAZILIAN NORTHEAST* *ESTUDIOS ETNOBOTÁNICOS EN COMUNIDADES QUILOMBAS DEL NORDESTE BRASILEÑO* Autores: Maiara Marques Bernardes; Pedro Henrique Sette-de-Souza; Marleny Prada de La Cruz e Alissandra Trajano Nunes.	175 a 189
09	FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL E CONTINUADA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA: DOS DOCUMENTOS NORMATIVOS AOS RELATOS *INITIAL AND CONTINUING TEACHER TRAINING OF IN INCLUSIVE SPECIAL EDUCATION: FROM NORMATIVE DOCUMENTS TO REPORTS* *FORMACIÓN INICIAL Y CONTINUA DEL PROFESORADO EN EDUCACIÓN ESPECIAL INCLUSIVA: DE DOCUMENTOS NORMATIVOS A INFORMES* Autores: Renata ALVES, Priscila BENITEZ, Elisabete Marcon MELLO, Mara Silvia PASIAN e Gessica Fabiely FONSECA	190 a 210
	CIÊNCIAS DA ENGENHARIA	211
10	ANÁLISE DE UMA ESTRUTURA EM MADEIRA: CARAMANCHÃO *ANALYSIS OF A WOODEN STRUCTURE: ARBOW* *ANÁLISIS DE UNA ESTRUCTURA EN MADEIRA: CARAMANCHÃO* Autores: José Emilio P. da NÓBREGA, Bruno PEREIRA, Felipe SERAFIM, Matheus GOMES, Heralty da Silva GALDINO e Catia ROSSI	212 a 220
11	ANÁLISE DE UMA ESTRUTURA: PONTE EM MADEIRA *ANALYSIS OF A STRUCTURE: WOODEN BRIDGE* *ANÁLISIS DE UNA ESTRUCTURA: PUENTE DE MADERA* Autores: José Emilio P. da, NÓBREGA, Bruno PEREIRA, Felipe SERAFIM, Matheus GOMES, Heralty da silva GALDINO e Alba C. ROCHA	221 a 238
	CIÊNCIAS DA SAÚDE	239
12	REVISÃO INTEGRATIVA ACERCA DA CRENÇA DAS PESSOAS QUANTO AO USO DAS VACINAS *INTEGRATIVE REVIEW ON PEOPLE'S BELIEF ABOUT VACCINE USE* *REVISIÓN INTEGRATIVA SOBRE LA CREENCIA DE LAS PERSONAS SOBRE EL USO DE VACUNAS* Autores: Ionara Luana dos Santos ELOI, Luana Beatriz Silva de Souza LINHARES, Elio Pessoa CAZUZA e Vanessa Almeida OTELO	240 a 255
13	FITOTERÁPICOS: ARNICA MONTANA L, HARPAGOPHYTEM PROCUMBEN, UNCARIA TOMENTOSA NA DOR MUSCULAR *PHYTOTHERAPICS: ARNICA MONTANA L, HARPAGOPHYTEM PROCUMBEN, UNCARIA TOMENTOSA IN MUSCLE PAIN* *FITOTERAPIAS: ÁRNICA MONTANA L, HARPAGOPHYTEM PROCUMBEN, UNCARIA TOMENTOSA EN EL DOLOR MUSCULAR* Autores: Eliane FRIEDEL, Nely Marques ALMEIDA e Cláudia Cecílio DAHER	256 a 276
	SOBRE A REVISTA E NORMAS PARA PUBLICAÇÃO	277

Revista de Ensino e Cultura

Ciências Jurídicas

Volume 6, Número 3, Ano 2023

OS CONFLITOS DECORRENTES DO SARS-COV-2 QUE INFRINGE O PACTO FEDERATIVO CONSAGRADO NA CARTA MAGNA DE 1988

THE CONFLICTS RESULTING FROM SARS-COV-2 WHICH INFRINGES THE FEDERATIVE PACT ENHANCED IN THE 1988 MAGNA CARTA

LOS CONFLICTOS DERIVADOS DEL SARS-COV-2 QUE INFRINGE EL PACTO FEDERATIVO REFORZADO EN LA CARTA MAGNA DE 1988

Josué Miranda dos SANTOS[1]

Sergio Alexandre de Moraes BRAGA JUNIOR[2]

RESUMO

O presente trabalho estuda os conflitos decorrentes do SARS-COV-2 que infringem o pacto federativo consagrado na Carta Magna de 1988, uma vez que este tem se apresentado como um dos maiores desafios sanitários, político e jurídico para o federalismo brasileiro. Nessa toada, com a nova realidade apresentada pela pandemia veio à baila o direito à saúde, que proporcionou divergência teórica e prática, sobretudo, pela estruturação do Sistema Único de Saúde, uma vez que os entes federados travavam embates no combate ao SARS-CoV-2. A questão mais problemática foi sobre a proteção à saúde em relação ao papel e os limites dos entes federativos, no combate a pandemia, o que se amplifica no julgamento da ADI 6.341 pelo Supremo Tribunal Federal. Assim, tendo em vista que esta discussão temática é de todo importante, pois traz em seu campo significativo toda uma problemática de circunstâncias de embates constitucionais federativos, e por isso, de relações explícitas entre poder soberano e autonomias locais em relação com a guarda das cidadanias, com o objetiva de explicitar como o federalismo brasileiro em suas relações com a cidadania brasileira tem se revelado nos atuais tempos pandêmicos, principalmente em face das incertezas sobre quais seriam as melhores estratégias a serem utilizadas para o enfrentamento da epidemia em diferentes medidas adotadas pelos entes federados. A metodologia utilizada no presente estudo consiste em pesquisa de natureza aplicada, com abordagem

[1] Graduado em Direito – UNICEUNA/2021, (E-mail: fanecmiranda2017@gmail.com).

[2] Doutor em Direito – UFPE/2004; Mestre em Direito – UFC/1998; Graduado em Direito – UFC/19957; Docente Universitário, (E-mail: s.alexandre.prof@gmail.com).

hipotético-dedutiva e qualitativa, com objetivo descritivo e de propor avaliação formativa. Por fim, ratifica-se que a moldura fática do caso concreto exige a adoção de medidas efetivas, devido à gravidade e alta taxa de transmissão do SARS-CoV-2, não podendo permitir que a inércia de um ente federado prejudique todos os ideais postulados pelo constituinte originário e, muito menos, a população inteira do país.

Palavras-chave: Federalismo; Atos Normativos; Autonomia; Medidas efetivas; Constituição Federal de 1988; SARS-CoV-2.

ABSTRACT

The present work studies the conflicts arising from SARS-COV-2 that violate the federative pact enshrined in the 1988 Magna Carta, since this has been presented as one of the greatest sanitary, political and legal challenges for Brazilian federalism. In this vein, with the new reality presented by the pandemic, the right to health came to the fore, which provided theoretical and practical divergence, above all, due to the structuring of the Unified Health System, since federated entities were engaged in clashes in the fight against SARS-CoV- two. The most problematic issue was about health protection in relation to the role and limits of federative entities in the fight against the pandemic, which is amplified in the judgment of ADI 6,341 by the Federal Supreme Court. Thus, considering that this thematic discussion is absolutely important, as it brings in its significant field a whole problem of circumstances of federal constitutional conflicts, and therefore, of explicit relations between sovereign power and local autonomies in relation to the custody of citizenships , with the objective of explaining how Brazilian federalism in its relations with Brazilian citizenship has revealed itself in current pandemic times, mainly in the face of uncertainties about what would be the best strategies to be used to fight the epidemic in different measures adopted by the entities federated. The methodology used in this study consists of applied research, with a hypothetical-deductive and qualitative approach, with a descriptive objective and to propose formative evaluation. Finally, it is confirmed that the factual framework of the specific case requires the adoption of effective measures, due to the severity and high transmission rate of SARS-CoV-2, and cannot allow the inertia of a federated entity to affect all postulated ideals by the original constituent and, much less, the entire population of the country.

Keywords: Federalism; Normative Acts; Autonomy; Effective measures; Federal Constitution of 1988; SARS-CoV-2.

RESUMEN

El presente trabajo estudia los conflictos derivados del SARS-COV-2 que violan el pacto federativo consagrado en la Carta Magna de 1988, ya que éste se ha presentado como uno de los mayores desafíos sanitarios, políticos y jurídicos para el federalismo

brasileño. En este sentido, con la nueva realidad que presentó la pandemia, pasó a primer plano el derecho a la salud, lo que aportó divergencias teóricas y prácticas, sobre todo, por la estructuración del Sistema Único de Salud, ya que las entidades federadas estaban peleando en la lucha contra el SARS-CoV-2. La cuestión más problemática fue la protección de la salud en relación con el papel y los límites de las entidades federativas en la lucha contra la pandemia, que se amplía en la sentencia ADI 6.341 del Tribunal Supremo Federal. Así, teniendo en cuenta que esta discusión temática es sumamente importante, ya que trae a su campo significativo todo un problema de circunstancias de choques constitucionales federativos, y por tanto, de relaciones explícitas entre poder soberano y autonomías locales en relación con la custodia de las ciudadanías, con el objetivo de explicar cómo el federalismo brasileño en sus relaciones con la ciudadanía brasileña se ha revelado en los actuales tiempos de pandemia, principalmente ante las incertidumbres sobre cuáles serían las mejores estrategias a utilizar para combatir la epidemia en las diferentes medidas adoptadas por las entidades federadas. . La metodología utilizada en el presente estudio consiste en una investigación aplicada, con un enfoque hipotético-deductivo y cualitativo, con un objetivo descriptivo y proponer una evaluación formativa. Finalmente, se confirma que el marco fáctico del caso concreto requiere la adopción de medidas efectivas, debido a la gravedad y alta tasa de transmisión del SARS-CoV-2, y no se puede permitir que la inercia de una entidad federada perjudique todos los ideales postulados por el elector original y, mucho menos, por toda la población del país.

Palabras clave: Federalismo; Actos Normativos; Autonomía; Medidas efectivas; Constitución Federal de 1988; SARS-CoV-2.

INTRODUÇÃO

De início, ante de adentrar-se ao tema do presente estudo, destaca-se o sistema de governo federativo adotado no Brasil, contudo, nada obstante, é imprescindível observar a preleção da história sobre a origem do federalismo no Brasil, deu interpretação de que este foi construído a partir de influências externas do constitucionalismo americano. Sendo assim, para o correto abarcamento do tema faz-se necessário a priori, abordar os aspectos teóricos que compõem os traços básicos do federalismo enquanto princípio constitucional, assim como o surgimento histórico do federalismo nos Estados Unidos e que mais tarde seria adotado pelo Brasil.

Nesse sentido, o presente trabalho estuda os conflitos decorrentes do SARS-COV-2 que infringem o pacto federativo consagrado na Carta Magna de 1988, uma vez que este tem se apresentado como um dos maiores desafios sanitários e político para o

federalismo brasileiro, demonstrando nos atuais tempos pandêmicos divergências, também, no campo jurídico. Assim, necessário se faz ter em mente que esse subversão provocou um forte estricção sobre os mecanismos de governança no Brasil fazendo com que o federalismo institucional, pactuado, democrático e participativo não desse conta de enfrentar uma situação que junta a pandemia e o pandemônio, um autoritarismo exacerbado por um lado e uma situação que exige agilidade para tomadas de decisão de outro chegasse a Suprema Corte visando garantias para o cumprimento do pacto federativo.

Ocorre que a nova realidade apresentada pela pandemia da COVID-19 pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) a universalidade, descentralização e hierarquização do direito à saúde veio à baila, proporcionando divergência teórica e prática, bem como a nova realidade social imposta, sobretudo, pela estruturação do Sistema Único de Saúde, uma vez que os entes federados travavam embates sobre políticas sanitárias. Dessa forma, ante a realidade vivenciada, pode-se afirmar que não há nada de novo, pois tem-se uma grande linha de continuidade histórica que caracteriza o federalismo brasileiro e se traduz nos embates entre centralização e descentralização do poder, velada nos discursos midiáticos e jurídico-políticos que foram explicitados em razão da urgência e da emergência da COVID-19.

Nesse sentido, convém trazer à baila que, a problemática da presente pesquisa busca analisar sobre a proteção à saúde em relação ao papel e os limites dos entes federativos, no combate pandemia da COVID-19 pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), o que se amplifica no julgamento da ADI 6341 pelo Supremo Tribunal Federal. Assim, em um primeiro momento, tendo em vista que esta discussão temática é de todo importante, pois traz em seu campo significativo toda uma problemática de circunstâncias de embates constitucionais federativos, e por isso, de relações explícitas entre poder soberano e autonomias locais em relação com a guarda das cidadanias. Nessa toada, considerando a gravidade da doença e seu potencial disseminação acentuado, se mostra imperativa uma atuação conjunta entre os entes federativos, para que a saúde pública nacional possa ser efetivamente garantida.

Assim, se faz necessário, nesse momento destacar que, com objetiva geral, a pesquisa pretende explicitar como o federalismo brasileiro em suas relações com a cidadania brasileira tem se revelado nos atuais tempos pandêmicos, principalmente em

face das incertezas sobre quais seriam as melhores estratégias a serem utilizadas para o enfrentamento da epidemia da COVID-19 pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) em diferentes medidas adotadas pelos entes federados.

Nesse sentido, destaque-se que a metodologia utilizada no presente estudo consiste em pesquisa de natureza aplicada, com abordagem hipotético-dedutiva e qualitativa, com objetivo descritivo e de propor avaliação formativa.

Por fim, ressalta-se o insuficiente conhecimento científico sobre o novo Coronavírus (SARS-CoV-2), sua alta velocidade de disseminação e capacidade de provocar mortes na população, geram incertezas sobre quais seriam as melhores estratégias a serem utilizadas para o enfrentamento da epidemia no Brasil, logo, torna-se forçoso ter em mente que, em momentos de crise como o que vivencia-se atualmente, é necessária a cooperação entre as esferas de poder, cada ente atuando conforme suas competências constitucionais, para a efetiva garantia dos direitos assegurados constitucionalmente, essencialmente o direito à vida e à saúde.

Nesse ínterim, destaque-se que o presente trabalho está dividido da seguinte maneira: inicialmente será examinado a influência do federalismo norte americano no federalismo brasileiro levando a promulgação da Constituição Federal de 1988; posteriormente, faz-se uma leitura constitucional sobre competências dos entes federados; num momento ulterior, fora analisado o posicionamento do Supremo Tribunal Federal que reconheceu a competência dos estados para política sanitária, e por derradeiro, analisou-se a legalidade de decretos estaduais e municipais que estabelecem “tarefas e / ou deveres e / ou obrigações” aos cidadãos em tempo de pandemia da COVID-19 pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2).

E por último chegam-se as considerações finais ratificando que a moldura fática do caso concreto exige a adoção de medidas efetivas, devido à gravidade e alta taxa de transmissão do Coronavírus (SARS-CoV-2). Não se pode permitir que a inércia de um ente federado prejudique todos os ideais postulados pelo constituinte originário e, muito menos, a população inteira do país.

2. A INFLUÊNCIA DO FEDERALISMO NORTE AMERICANO NO FEDERALISMO BRASILEIRO LEVANDO A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇAO FEDERAL DE 1988

Inicialmente, neste capítulo tentar-se-á, pois, contextualizar para o leitor uma análise histórico-evolutiva para comparar o Estado Federal americano com o Estado brasileiro nos aspectos político, jurídico e social com a finalidade de apontar as semelhanças e algumas diferenças entre eles quanto a sua forma de organização político-administrativa e dos direitos fundamentais esculpidos nas Cartas Políticas.

Desta feita, de início, salienta-se que após o fim da Monarquia com o Golpe de Estado de 15 de novembro de 1889, iniciara-se o Governo Provisório, chefiado pelo Marechal Manoel Deodoro da Fonseca. Incide nesse período uma disputa política entre a elite cafeicultora e os militares positivistas quanto a interesses políticos locais (da elite) e centralizadores (de cunho nacional). Mesmo assim, estavam todos de acordo com o fim do Regime Monárquico e com a nova ordem jurídica que iria se estabelecer por meio da Constituição Federal, no ano de 1891. Portanto, nota-se que sobre a nova Carta, que institui nova nomenclatura ao Brasil, qual seja, "Constituição da República dos Estados Unidos do Brazil", ela se baseou no Federalismo Dual Norte-americano e com garantia de autonomia política, administrativa e legislativa para o Estados (antigas províncias), tripartição de poderes de Montesquieu[3], Sistema de Governo Presidencialista e direitos fundamentais de 1ª geração.

Nesse sentido, cumpre salientar que a respeito da Simetria Federativa, conforme se vê demonstrado no artigo 63 da Constituição Federal de 1891, estava relacionada a vinculação dos Entes Estatais a União quanto aos Princípios Constitucionais da União, no sentido formal[4].

---

[3] **Charles-Louis de Secondat, mais conhecido por Barão de Montesquieu** ou simplesmente Montesquieu, foi um filósofo, escritor e político iluminista francês considerava como um bom princípio educativo: as luzes e a razão advindas da filosofia moderna e da ciência. Viveu o glorioso século XVIII, tido como período de grande crescimento intelectual europeu, sobretudo francês, em razão da ascensão do movimento iluminista. Foi **um dos principais intelectuais iluministas** a sustentar teoricamente a Revolução Francesa, que aconteceria em 1789, 34 anos após a sua morte. A principal contribuição do filósofo para a filosofia política que fundamentou a revolução e para toda a organização política posterior foi a ideia de tripartição dos poderes do Estado. O filósofo **escreveu dezenas de tratados, ensaios e artigos,** que versam, em sua maioria, sobre política. No entanto, podemos destacar duas publicações como principais dentro de sua vasta obra, quais sejam, **Cartas Persas e do Espírito das Leis**. (Portal educacional BRASIL ESCOLA, acesso em 21/10/2021).

[4] BRASIL, 1891.

Logo, nesta parte do estudo, buscar-se-á assinalar o modelo de federalismo discutido e adotado pelos americanos na Constituição de 1787, uma vez que, essa inovação consistiu no seguinte conteúdo: as unidades que compunham a União disporiam de autonomia política e administrativa, entretanto, isso não implicava um poder central fraco ou nulo; os Estados não seriam entendidos como um poder soberano tal qual a União. As resoluções da União teriam caráter impositivo para os Estados, e não mais seriam meras recomendações. Ao mesmo tempo que o poder central era reforçado, os Estados disporiam de autonomia decisória em aspectos importantes, e que nessa senda, no âmbito político e jurídico houve uma influência na escolha para o federalismo brasileiro, no qual posto em discussão a proposta foi esculpida na própria Constituição Federal de 1988, que por sua vez fixou competências aos entes federados.

Cabe pôr em destaque que naquele momento histórico, ano de 1787, século XVIII, os Estados Unidos aprovaram a sua primeira e, até hoje, única Constituição. Nesse sentido, forma-se, a construção de um mecanismo eficiente de resolução de conflitos sociais, que passara a ser chamado de freios e contrapesos, uma vez que o pragmatismo federalista propunha que somente uma estrutura política ajustada às particularidades da sociedade norte-americana poderia criar um esteio sólido e duradouro para a defesa dos direitos individuais, permitindo que os interesses dos cidadãos ativos e a liberdade caminhassem de maneira virtuosa, preceitos estes que foram esculpidas na Constituição América de 1787.

Nesse contexto, há de se pontuar o ensinamento de estudiosos que versam sobre a origem histórica da forma de Estado denominada federalista, tratando-se de um fenômeno moderno, de um debate recente, que teria surgido, de fato, no século XVIII, a partir da Constituição dos Estados Unidos da América, datada de 1787. Seria o federalismo, dessa forma, fruto da experiência norte-americana no período compreendido entre 1776 e 1787, cuja teorização é atribuída a James Madison[5], Alexander Hamilton[6] e John Jay[7], autores da obra “Os Artigos Federalistas”.

---

[5] Considerado o “pai” da Constituição dos Estados Unidos de 1787. Escritor infatigável, meticuloso planejador e estrategista, teve participação decisiva na Convenção Constitucional. Foi o quarto presidente dos Estados Unidos.

[6] Na Convenção Constitucional, liderou a facção favorável a um governo central forte, em detrimento do poder dos Estados. Foi nomeado como o primeiro secretário do tesouro dos Estados Unidos por George Washington, que nessa época já era presidente.

Por seu turno, e ao compulsar obras e artigos que versam sobre o Federalismo, fica evidente, a partir de tais observações, que o contexto norte-americano do século XVIII pode ser apontado como o ambiente no qual se desenvolveu a teorização da concepção moderna de federalismo, bem como que as experiências pretéritas não passaram de alianças com objetivos pontuais e por tempo determinado. Diante disso, necessário se faz iniciar um estudo mais detalhado acerca das bases do sistema federativo dos Estados Unidos da América, sob a óptica nacionalista dos autores de "Os Artigos Federalistas", responsáveis pelo arcabouço político-jurídico da Constituição Americana de 1787.

Entretanto, antes de proceder a uma análise mais acurada da chegada do federalismo ao Brasil, faz-se necessário um breve passeio sobre esse sistema de governo que foi adotado no EUA, em que vários estados se reúnem para formar uma nação, cada um conservando sua autonomia e que serviu de pilar na discussão e aprovação da Constituição Americana de 1787.

Portanto, é importante salientar que as treze colônias norte-americanas viveram sob o julgo da dominação britânica por um longo período, no entanto, insurge uma demonstração de insatisfação logo após a Guerra dos Sete Anos, a partir de então as colônias britânicas desmudaram o descontentamento com a Coroa, baseado em diferenças filosóficas e políticas exacerbadas, em resumo, os povos da colônia não aceitavam mais viver sob o manto de uma monarquia, dessa feita, declararam-se independentes em 1776, iniciando-se, pois, a partir daí, a formação do Estado americano, buscando-se então desenhar um rascunho que pudesse apontar para uma nova forma de governo[8].

No entanto, para consolidar a independência, as treze colônias, constituídas agora em Estados livres, necessitavam se unir para fazer face à reação da Inglaterra. Destarte, visando primordialmente à defesa comum, uniram-se, em 1781, sob a forma contratual de Confederação de Estados. Essa forma de união de Estados foi instituída por um tratado, denominado "Artigos da Confederação".

---

[7] Jurista e diplomata, estabeleceu sólida reputação intelectual ainda durante a dominação inglesa. Foi autor da Constituição de seu Estado, Nova Iorque, promulgada em 1777 e importante fonte de ideias para a Constituição Federal. É também lembrado por ter sido o primeiro Chefe de Justiça e ministro da Suprema Corte dos Estados Unidos.
[8] KARNAL, 2013.

Diante do exposto, não restava outra avaliação, a não ser uma fragilidade dos Artigos da Confederação em não ter estabelecido nenhum braço executivo para o governo central, muito menos um poder judiciário central. E o congresso continental, que era um legislativo unicameral, não possuía praticamente nenhum poder. Assim, os treze Estados, que possuíam Constituições próprias, viviam sob a égide da denominada "política da liberdade", isto é, uma política na qual havia o predomínio absoluto do legislativo.

Certamente, para pôr fim ao caos instalado na América sob os Artigos da Confederação, realizou-se um esforço, tendo à frente James Madison, Alexander Hamilton e George Washington, que culminaria na Convenção de Filadélfia, a qual transformaria a frágil Confederação em uma união mais íntima e definitiva: a forma federativa de Estado.

Desta forma, vê-se que de um lado do debate estavam os antifederalistas[9], e do outro lado o debate era encabeçado pelos federalistas, claro fica, então, que o debate, discussões e divergências perduram por cerca de 11 anos, que após este longo período houve uma certa ruptura e a segunda corrente veio a lograr êxito. Em resumo, a forma federativa que conhecemos na atualidade é produto da experiência vivida pelos Estados Unidos da América, sobretudo no período compreendido entre a declaração da sua independência (1776) e a aprovação da sua Constituição (1787), esta considerada como marco do federalismo moderno.

Nesse contexto, nunca é por demais lembrar que, a América, a partir da Convenção de Filadélfia, passaria a ser estruturada sob os auspícios de uma Constituição e não mais de um Tratado. Deixaria de lado uma frágil aliança de Estados para consolidar uma estreita ligação entre o povo. Estava formada a federação norte-americana.

[9] Era um grupo de americanos que se opunham à criação de um governo federal e à ratificação final da Constituição dos EUA de 1787. Como tornou-se sabido, o grupo era liderado por Patrick Henry da Virgínia. De certo, esse grupo temia, entre outras coisas, que os poderes conferidos ao governo federal pela Constituição de 1787 seria pouco mais do que uma "monarquia disfarçada"; que o forte governo central ameaçaria a independência dos estados e temiam que o novo governo se envolvesse demais em suas vidas diárias e ameaçasse suas liberdades pessoais, em suma, eles acreditavam que a maior ameaça ao futuro dos Estados Unidos residia no potencial do governo de se tornar corrupto e aproveitar cada vez mais poder até que seu domínio tirânico dominasse completamente o povo. Por derradeiro, há de se pontuar que uma das principais propostas dos antifederalistas seria o estabelecimento de um governo central fraco, numa perspectiva que implicava em governos estaduais mais fortes. (KETCHAM, 1996).

3. ORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA: AMERICANA A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1787 E BRASILEIRA DA REPÚBLICA À CONSTITUIÇÃO DE 1988

A Constituição Americana promulgada em 1787 e que dois anos mais tarde, em 1789 foi ratificada pelas treze colônias, agora Estados independentes, salientando que esta pauta-se nos princípios iluministas, qual seja, Liberdade e Justiça. No entanto, considerada a menor Constituição do mundo, possuindo, tão somente 7 artigos e 27 emendas. Nesta Constituição estabeleceu-se o princípio de uma República Federativa Presidencialista, leia-se, na República defende-se o sistema de participação de todos; federativo visando-se a consolidação de uma federação respeitando a autonomia dos Estados - devendo respeitar os direitos individuais dos cidadãos - e o presidencialismo que tangenciou um sistema de governo em que de 4 em 4 anos os americanos escolhem seu presidente por meio do voto.

À vista disso, nunca é por demais lembrar que, a Constituição americana de 1787 segue o princípio da Tripartição de Poderes chamado também de Sistema de Freio e Contrapesos, conforme a ideia do Barão de Montesquieu[10] que acreditava que para afastar os governos absolutistas e evitar a produção de normas tirânicas, seria fundamental estabelecer a autonomia e os limites para cada um dos poderes, quais sejam o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Sendo assim, nota-se que há esculpido na Carta Magna americana o sistema bicameral de representação, que, com isso, demonstra a existência da Câmara e / ou Congresso dos Deputados e o Senado compondo o Poder Legislativo, há também o presidencialismo - representado por um presidente - com faculdades de Chefe de Estado e de Governo chancelando o Poder Executivo, nesta senda, ressalta-se que há uma Suprema Corte representando no escopo constitucional o Poder Judiciário.

Enquanto no Brasil, debruça-se no histórico[11] da primeira Constituição da República em 1891, a “Constituição da República dos Estados Unidos do Brazil”, não

[10] Defendia essa ideia por ser um filósofo iluminista e acreditar que, com esse sistema político, os cidadãos gozariam de uma maior liberdade e poderiam desfrutar de um verdadeiro exercício de suas cidadanias.

[11] Do compulsar da história, verifica-se que entre 1822 e 1889, o Brasil foi uma monarquia, sendo governado por dois imperadores. Nesse contexto, optou-se desde logo por descrever sucintamente o período monárquico que se dividiu em três fases bem distintas. A primeira, chamada de 1° Reinado, vai

obstante, esta consagrou a tradicional tripartição dos poderes, conforme a ideia de Montesquieu, repudiando a monarquia, adotando o presidencialismo norte-americano como solução para a titularidade do Poder Executivo. Esta não foi a única contribuição do modelo norte-americano.

Assim, como aqui já exaustivamente frisado é de certo ratificar que a Constituição dos Estados Unidos da América, indiscutivelmente, representou o mais importante referencial dos constituintes brasileiros. Princípios estruturantes, como a forma federal da organização de nosso Estado, com a consequente repartição espacial de competências, foram adotados sob a influência ditada, principalmente, por Rui Barbosa[12]. E quanto à separação dos poderes, assim dispunha: "São órgãos da soberania nacional o Poder Legislativo, o Executivo e o Judiciário, harmônicos e independentes entre si."[13]

Desta forma, dividido o poder e individuados seus órgãos, assim como superada a ideia da prevalência de um sobre o outro, através da compreensão da necessidade de equilíbrio, independência e harmonia entre eles, ganha força o federalismo que servirá de sustentação para embasar novas Constituições que vieram a surgir no País, enfatizando-se neste trabalho a chamada Constituição Cidadã, uma vez que esta formalmente também não inova ao enunciar sua sujeição ao princípio da separação dos poderes, reafirmando a necessidade da independência e harmonia entre eles. Ficaram suprimidas do enunciado, todavia, as vedações expressas da delegação de competência e da acumulação de funções em diferentes poderes. Conforme se vê artigo 2º da CF/88,

---

da Independência, em 1822, à abdicação de dom Pedro 1°, em 1831. A segunda, conhecida como Regência, cobre os anos de 1831 a 1840. A última, denominada 2° Reinado, vai da antecipação da maioridade de dom Pedro 2°, em 1840, à Proclamação da República. Assim, em 1889 em quinze de novembro de 1889, após os descontentamentos de parte da elite, da Igreja e do Exército Dom Pedro II foi destronado por um golpe de estado coordenado pelos militares positivistas e em especial pelo Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, além de ter sido proclamada a República. Entendido aqui que como em toda fase de intensa transformação, os primeiros anos da República foram marcados pelas dissensões, pelas divergências e pelas disputas em torno do caminho a seguir e da conciliação dos diferentes interesses das forças que sustentavam o novo regime. Sendo cediço que os monarquistas conseguiram aproveitar habilmente as brechas no bloco político que apoiava a República. Em várias ocasiões, como na Revolta da Armada, as figuras identificadas com a Monarquia souberam compor com os elementos descontentes com os primeiros governos republicanos para lutar contra o novo regime, em favor da restauração da Monarquia. Com o passar do tempo, porém, não conseguiram manter o mesmo espaço que tiver, sendo derrotadas pelos militares e civis que exerceram os primeiros mandatos presidenciais já sob a égide da primeira Constituição da República dos Estados Unidos do Brazil. (MUNDO EDUCAÇÃO, acesso em 17/09/2021).

[12] Foi um intelectual, político, advogado, jornalista, diplomata, orador e escritor brasileiro.

[13] Art. 15 da Constituição de 1891, segunda Constituição do Brasil e a primeira do período republicano, a "Constituição da República dos Estados Unidos do Brazil.

senão o que diz: “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.”[14]

A propósito, com o fito de dar-se continuidade na discrição dos Poderes do Estado brasileiro, valemo-nos, também, da classificação idealizada nas três esferas, qual seja, no âmbito do Poder Executivo, a chefia ficará a cargo do Presidente da República, eleito pelo voto direto para um mandato de quatro anos, renovável por mais quatro. Na esfera estadual a governança é exercida pelos governadores dos estados; e na esfera municipal pelos prefeitos.

Dito isso, cabe destacar que o Poder Legislativo é composto, em âmbito federal, pelo Congresso Nacional, sendo este bicameral: dividido entre a Câmara dos Deputados e o Senado. Para a Câmara, são eleitos os deputados federais para dividirem as cadeiras em uma razão de modo a respeitar ao máximo as diferenças entre as vinte e sete Unidades da Federação, para um período de quatro anos, renovável por período indeterminado. Já no Senado, cada estado é representado por três senadores para um mandato de oito anos cada, renovável por período indeterminado. À vista disso, há de se preconizar que em âmbito estadual, o Poder Legislativo é exercido pelas Assembleias Legislativas Estaduais pelos deputados estaduais; e em âmbito municipal, pelas Câmaras Municipais exercido pelos vereadores.

Por derradeiro, é de se pontuar que, ao Poder Judiciário, entre outras prerrogativas, cabe a ele resolver conflitos entre cidadãos, entre os cidadãos e o Estado ou entre os Poderes do estado, cuja instância máxima é o Supremo Tribunal Federal - STF, responsável por interpretar a Constituição Federal e composto por onze ministros indicados pelo Presidente sob referendo do Senado, dentre indivíduos de renomado saber jurídico, com mandato que chega a aposentadoria compulsória, quando o ministro atinge os setenta e cinco anos de idade[15].

[14] BRASIL, 1988, p. 15.

[15] Conforme se vê demonstrada na proposta de emenda à Constituição - PEC da Bengala - promulgada em 2015 que alterou a idade de aposentadoria dos servidores públicos para 75 anos, a chamada aposentadoria compulsória. A alteração na idade de aposentadoria teve grande impacto no Supremo Tribunal Federal. Enfatizando que, até 2018, cinco ministros alcançariam 70 anos e seriam aposentados, pela norma atual. Dessa forma, a presidente Dilma Rousseff terminaria o mandato tendo escolhido a maioria dos ministros da corte. Com a ampliação da aposentadoria, ela perdera esse poder de escolha, uma vez que os atuais ministros permaneceram no cargo até o limite de 75 anos, deixando de gerar vaga a ser preenchida. (AGÊCIA SENADO, acesso em 21/10/2021).

4. CONTEXTUALIZAÇÃO COMPARATIVA ENTRE O FEDERALISMO BRASILEIRO E O FEDERALISMO NORTE AMERICANO NO DEBATE POLÍTICO NA CONSTITUINTE DE 1988

Inicialmente cabe destacar que, torna-se indiscutível a maneira pela qual o Estado organiza seu território e estrutura o seu poder político depende da natureza e da história de cada país. A forma de organização do Estado - se unitário, federado ou confederado - reflete na repartição de competências, que leva em consideração a composição geral do país, a estrutura do poder, sua unidade, distribuição e competências no respectivo território. Mas, para contextualizar, a federação pode surgir de dois modos, vista a seguir conforme a lição de AZAMBUJA[16], a seu tempo, já lecionava que:

> O Estado Federal pode nascer independentemente de um tratado de dois modos: Quando um Estado, unitário a princípio, se transforma em Estado Federal, outorgando a suas antigas províncias certa autonomia e concedendo-lhes participação na formação da vontade da União.

Desta forma, fazem-se necessário, pois, destacar que foi o que aconteceu com o Brasil, surgindo como império unitário, transformando-se em República Federativa no ano de 1891. No que concerne ao surgimento, o Estado Federal não é resultado da vontade de particulares, mas sim, objeto da vontade nacional, o que pode ocorrer de modo pacífico ou não.

Por certo, pode-se destacar, partindo da premissa do federalismo, dois modos diversos de surgimento. O primeiro é o federalismo por agregação que tem por característica a maior descentralização do Estado, no qual os entes regionais possuem competências mais amplas, como ocorre nos Estados Unidos da América (EUA). O segundo modo de surgimento é o federalismo por desagregação, onde a centralização do Estado é maior, assim, o ente central recebe a maior parcela de poderes, exemplo desse modo, é visto na federação brasileira.

Nesta senda, faz-se necessário pontuar que, partindo do modelo norte-americano, foi que o Brasil instaurou a Federação pela primeira vez, por meio da Constituição de 1891, num momento histórico que marcava a primeira Constituição Republicana Brasileira. Além de ser muito importante para a convivência e paz social,

[16] AZAMBUJA, 2005, p. 373.

uma vez que o exercício das liberdades individuais está diretamente ligado ao modo de como o poder está dividido no território nacional. Assim, atualmente o Brasil é uma Federação, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988. Mesmo sendo baseada no modelo americano, a Federação brasileira tem peculiaridades que lhe são próprias, conforme se vê demonstrado em seu texto constitucional.

Sem dúvidas, a diferença mais relevante entre os sistemas brasileiro e norte-americano reside na relação entre os Estados-membros da federação e o poder central. Nos EUA, a relação entre Estados-membros e o poder central é bem menor que no Brasil, já que, nos EUA cada Estado atua de forma autônoma e participa das decisões a nível nacional de forma distinta, devido à herança da rígida separação de competências entre a União Federal e os demais entes federados e modelo político e econômico de não-intervenção estatal. Já no Brasil, caracteriza-se o chamado Federalismo de Cooperação, onde os Estados possuem uma maior tendência a atuarem em conjunto para tratarem de decisões a nível federal[17].

Consoante lição desta autora, o federalismo cooperativo retrata a situação na qual as relações entre as três esferas de governo não podem mais ocorrer de forma isolada, ou seja, os três níveis de governo precisam agir de maneira conjunta e de forma cooperativa, tanto pelas cooperações horizontais entre as comunidades federadas, quanto pelas cooperações verticais estabelecias entre o poder federal e os poderes federados. Outra consequência importante de tal fenômeno é a organização política do território brasileiro em regiões, o que não ocorreu nos EUA, em virtude de este já possuir seus Estados territorialmente delineados. Embora o poder central nos EUA tenha sofrido, nesses últimos tempos, maior centralização, ainda é notória a ampla independência dos Estados em relação à esfera federal quando comparado ao Brasil.

De certo, torna-se necessário enfatizar que a história até a chegada na República Federativa do Brasil não se deu de forma unicamente retilínea. Ao contrário, caracterizou-se por períodos cíclicos de breves expansões e de longas restrições à autonomia dos entes federativos, com consequentes retrações ou alargamentos dos poderes e competências da União.

[17] BRASILEIRO, 1974, p. 83-128.

E há de se destacar que, no Brasil, entre os aspectos conceituais do pacto federativo estar a consagração do princípio da separação dos poderes, com vistas a assegurar a harmonia entre os três ramos de poder, abarcando o modelo americano que consequentemente serviu de modelo para o sistema brasileiro atual; o princípio da representatividade que busca homens públicos para ocuparem as funções públicas e que se preocupem com os interesses nacionais de modo a apresentar um espírito cosmopolita e não localista, em prol de assegurar direitos e garantias aos brasileiros; a elaboração de uma estrutura federal com um governo nacional de poderes enumerados e os governos estaduais possuindo os poderes residuais, quais sejam, aqueles que não são nem da União, nem dos municípios. Neste contexto, ressalta-se que os municípios recebem da Constituição Federal competência para legislar sobre assuntos de interesse local.

Uma vez que no sistema federativo brasileiro aparece um novo ente federado, qual seja, o município, este ganhou capacidade de se auto-organizarem e os muniram de poder local caracterizado por autonomia, emancipando-os em relação ao Estado-membro e a união, já no sistema americano as competências municipais são um tanto quanto tímidas em comparação com o Brasil.

Ademais, nota-se que, o Brasil possui vinte e seis estados e um Distrito Federal, indissolúveis, cada qual com um Governador eleito pelo voto direto para um mandato de quatro anos renovável por mais quatro, assim como acontece com os Prefeitos. Tanto os estados quanto os municípios têm apenas uma casa parlamentar: no nível estadual os deputados estaduais são eleitos para quatro anos renovável por período indefinido na Assembleia Legislativa e no nível municipal, os vereadores são eleitos para a Câmara Municipal para igual período. Assim, em que pese, frisa-se, ser de conhecimento do pesquisador que Promulgada a Constituição Federal de 1988, buscou-se resgatar o princípio federalista, estruturando um sistema de repartição de competências, tentando refazer o equilíbrio das relações entre o poder central e os poderes estaduais e municipais.

A Constituição de 1988 positivou as garantias de autonomia inerentes aos Estados-Membros em poder de auto-organização, previsto em seu artigo 25 no qual diz: “Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem,

observados os princípios desta Constituição”[18]. A outra positivação consistiu no poder de autogoverno, previsto nos artigos 27, 28 e 125, que trata dos poderes legislativo, executivo e judiciário, respectivamente, de cada membro da Federação, dando aos Estados a capacidade de organizar o próprio governo, seguindo as orientações da Constituição Federal.

Por fim, observa-se o poder de autoadministração, prevista no artigo 25, §1º que diz: “São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.”

Ainda, na redação do artigo 60, §4, da CF/88, adota-se o sistema federativo como cláusula pétrea. Não obstante a vedação ao direito de secessão, é plenamente possível que haja reorganização territorial interna, sendo possível o desmembramento de Estados- Membros, cuja autorização resta expressamente prevista no artigo 18, § 2,3 e 4 da CF/88.

Por derradeiro, torna-se significante destacar que a federação brasileira é denominada de federação centrífuga, também chamada de federação por segregação ou federação às avessas. Esse tipo de federação se deu por um movimento centrífugo, tendo origem em um Estado Unitário que se fragmentou num movimento de dentro para fora. A regra nas federações é um federalismo de primeiro grau, em que a federação declina da União para os Estados-Membros. Já a federação brasileira é considerada uma federação de segundo grau, isto porque além da União e dos Estados-Membros, temos o distrito federal e os municípios, gozando de competência concorrente[19].

5. LITERATURA CONSTITUCIONAL SOBRE COMPETÊNCIAS DOS ENTES FEDERADOS

Sobre a gênese da forma de Estado denominada federalismo, conforme ficou assentado no capítulo apresentado anteriormente, a forma federativa que conhecemos no Brasil na atualidade é produto da experiência vivida pelos Estados Unidos da América. Por certo, antes de se iniciar a exposição constitucional sobre competências dos entes

[18] BRASIL, 1988.
[19] BASTOS, 2002.

federados, necessário se faz falar sobre o federalismo nacional, ressaltando momentos vividos e vivenciados no País antes, durante e depois da abrangência de jurisdições garantidas aos entes federados a partir da promulgação da Carta Política de 1988.

Para o caso em questão, oportuno se faz ressalta que num governo federado, como o Brasil, há divisões, e no nosso caso em três, senão vejamos: você mora em uma cidade, que fica num estado, que fica na República Federativa do Brasil, mais conhecida como "União". Cada um tem seu próprio governo, autonomia e responsabilidade. A ideia de dividir as coisas dessa forma é justamente dividir o poder. Se fôssemos um país unitário, por definição todo o poder estaria concentrado no Governo Federal, mas por certa nossa seara não será está.

Assim, não sendo esta pesquisa direcionada a um governo unitário, vamos com calma, uma vez que dentro desse contexto, sob a ótica de um sistema. Há de ser pontuado que na política as coisas dificilmente são simples assim. Cada caso é um caso de certo, para o federalismo funcionar bem, cada nível tem que saber o que ele vai dar e receber dos outros, o que cada um tem que fazer. Essas regras do jogo são, basicamente, o pacto federativo. É nesses detalhes que moram os problemas. Se essas coisas não forem equilibradas, o poder pode não ficar tão descentralizado assim.

Nunca é por demais lembrar que somos uma Federação há mais de um século. Em 1889 deixou-se de ser um império e adotou-se a República. Deu-se um 'copy e paste' na forma como os americanos se organizaram, uma união federativa de Estados. Aliás, durante um bom tempo o Brasil foi chamado de "Estados Unidos do Brazil". A diferença é que os 13 Estados da América decidiram se juntar para formar uma União e no Brasil, o Império se dividiu em 21 Estados. Isso faz muita diferença, na prática: a negociação para divisão dos poderes é completamente invertida. Tanto é que nos primeiros anos os Estados Unidos eram uma colcha de retalhos com poder pulverizado.

No entanto, no Brasil República o poder já começa praticamente centralizado no Governo Federal. Uma vez que a República e o federalismo brasileiro nasceram de um golpe militar, e depois de dois presidentes fortemente centralizadores, a situação começou a ficar meio tensa. Parte dos gaúchos se rebelou e começou uma guerra civil. Os latifundiários ricos de São Paulo também não estavam gostando dos militares centralizadores. Foi nesse cenário que foi eleito o primeiro presidente civil, qual seja,

Prudente de Morais. Aliás, esse foi o primeiro presidente que assumiu o cargo através de eleições direta. Não demorou muito e ele anistiou os gaúchos, acalmou os ânimos dos colegas paulistas e permitiu maior descentralização[20].

Nesse sentido, vale colacionar a lição de Marta Teresa da Silva Arretche[21], notando-se, portanto, que naquele período histórico cada estado foi formando as suas constituições, que às vezes nem eram muito alinhadas a Constituição Federal. Algum tempo depois, entramos na era Vargas, que voltou a centralizar fortemente o poder. Ele chegou a destituir governadores e botou quem ele quis no lugar. Em 1946 a coisa melhorou um pouco, mas continuou bem centralizada. Alguns anos depois entramos em outro regime militar, 20 anos nos quais o Governo centralizou tanto poder que o Brasil só era um federalismo no papel.

Assim, diante do contexto histórico apresentado, nota-se, portanto, que depois da ditadura, volta-se à democracia. Sustentando, desde logo, que nesse período foi feita e promulgada uma nova Constituição em 5 de outubro de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, que está em vigor até hoje.

Desse modo, a ideia depois de 20 anos de forte centralização, era a descentralizar. Tanto é que cada cidade ganhou status de ente federativo. Posto isso, nota-se o nascimento do pacto federativo, também chamado de Princípio Federativo, é o que define a forma de Estado adotada pelo Brasil. No mesmo diapasão, cabe destacar que federação é, portanto, resultado da descentralização política, que se origina da união indissolúvel de mais de uma organização política, no mesmo espaço territorial do Estado, compartilhando seu poder. Em igual norte, deve-se pontuar que a descentralização esculpida na Constituição Federal é um tanto quanto solta, por exemplo, tanto a União, quanto os Estados, quantos os Municípios são responsáveis pela saúde pública, conforme se vê no artigo 24, CF/88 que prevê as regras de competência concorrente entre União, Estados-Membros e Distrito Federal, estabelecendo quais as matérias que deverão ser regulamentadas de forma geral por aquela e específica por estes.

[20] CALMON, 2002.
[21] ARRETCHE, 2000. p. 302 e ARRETCHE, 2006, p.123-127.

6. DESCENTRALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS, NA ÁREA DE SAÚDE PÚBLICA COM A CRIAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS

Inicialmente, cumpre aludir que o surgimento de questões ligadas ao zelo pela Saúde Pública no Brasil data deste o início de seu descobrimento. Assim, em conformidade com publicações científicas e acadêmicas da pesquisadora Luana Magalhães[22], necessário se faz expor um apanhado histórico no que versa o nascimento da Saúde Pública no País. Pois bem, cuida-se do que a pesquisadora definira como àquilo que aconteceu antes do surgimento do SUS, qual seja, as primeiras formas de saúde que aconteciam no Brasil são datadas de muito antes da chegada dos portugueses, por que os pajés[23] já cuidavam e tratavam as pessoas nas suas tribos, então, já era uma forma de saúde.

Não obstante, vieram os portugueses como os Jesuítas24 que também com suas crenças e cultura cuidavam das pessoas. Mas, a medicina, ela é de fato implementada no Brasil em 1808 com a chegada da família Real, ano em que a primeira escola de medicina é aberta, funcionando com caráter que tornava o médico hegemônico, sendo atribuída a ele a função curativista, hospitalocêntrico, e por demanda espontânea tornando o médico a figura central.

Saltando adiante, surge a República Velha, período este que o Brasil se encontrava tomado por doenças transmissíveis, como por exemplo, febre amarela, varíola, tuberculose, sífilis, entre outras. Mediante isso, o governo começou a buscar estratégia para combater tais doenças, dando início a Reforma Sanitária que viria a ser implementada em 1904 pelo médico sanitarista Osvaldo Cruz[25], que atribuía ao governo

---

[22] Luana Magalhães - professora, pesquisadora e produtora de conteúdos educativos. Apaixonada por Biologia, Licenciada em Ciências Biológicas (2010) e Mestre em Biotecnologia e Recursos Naturais pela Universidade do Estado do Amazonas/UEA (2015). Atualmente cursa o Doutorado em Biodiversidade e Biotecnologia pela UEA e desde 2017 trabalha com produção de conteúdo educativo on-line.

[23] Considerado uma das figuras mais importantes dentro das tribos indígenas brasileiras, representa a figura do conselheiro, curandeiro, feiticeiro e intermediário espiritual.

[24] Eram padres que pertenciam à Companhia de Jesus, uma ordem religiosa vinculada à Igreja Católica que tinha como objetivo a pregação do evangelho pelo mundo. Foram uma grande âncora da saúde na colônia, sendo que, alguns deles vinham de Portugal já formados nas artes médicas, mas a maioria acabou por atuar informalmente como físicos, sangradores e até cirurgiões. (CARNEIRO, 1994).

[25] Foi um médico, bacteriologista, epidemiologista e sanitarista brasileiro, responsável pela erradicação da peste bubônica/peste negra, da febre amarela e da varíola no País. Pioneiro no estudo das moléstias tropicais e da medicina experimental no Brasil, tornou-se o precursor no controle da varíola, determinando que os agentes sanitários começassem a vacinação em massa da população, haja vista que, existia na época uma lei, tornando a vacina obrigatória. Fundou em 1900 o Instituto Soroterápico

a responsabilidade pela profilaxia que visava prevenir a transmissão de doenças transmissíveis, sendo está a única função do governo em relação a saúde. Ocorre que, quando alguém ficava doente restavam apenas duas opções, a saber, primeira, ou você tinha dinheiro e pagava pelo atendimento médico ou você optava pela segunda opção, que seria procura assistência filantrópica que à época eram prestadas pela Igreja Católica, reiterando o papel beneficente das Santa Casa que havia sido criadas pela Igreja com o intuito de oferecer saúde para a população em situação de vulnerabilidade, ante a inexistência da responsabilidade do governo em garantir o acesso à saúde pública para os mais pobres.

Embora o assunto continue a ser abordado nas publicações da aludida pesquisadora, necessário se fez uma pesquisa no site oficial do Senado Federal, e a novidade, porém, advém com o Decreto Legislativo 4.682/1923[26], também conhecido como Lei Eloy Chaves que teve papel decisivo na formação das Caixa de Aposentadorias e Pensões - CPAs, nessas Caixa o trabalhador depositava 3% do salário recebido, governo e empregador também depositavam uma quantia e o dinheiro ficava lá guardado, numa eventualidade em que o trabalhador chegasse a ficar doente esse dinheiro poderia ser retirado e usado para pagar pelo tratamento de sua saúde, caso isso não viesse a acontecesse esse valor seria usado em momento ulterior na aposentadoria do labutador.

Nessa esteira, vale ressaltar que com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder há uma inovação na sigla suprarreferida, passando a ser chamada Institutos de Aposentadorias e Pensões - IAP, esse modelo acabou sendo implementado em razão do número crescente de pessoas que estavam ingressando no mercado de trabalho e poucas pessoas se aposentando. Destarte, o volume de dinheiro estava aumentando e o governo começou a construir hospitais que visava atender somente o trabalhador formal, e o restante da população não tinham direito à saúde pública.

Mais tarde, vem a ditadura militar, e neste regime cria-se o Instituto Nacional de Previdência Social - INPS com maior participação estatal, governo acaba contribuindo um pouco mais, contudo, entretanto, esse sistema acabou fracassando, o que forçou o governo militar a reestruturar o programa, e mais tarde sendo reformulado passara a ser

Federal no bairro de Manguinhos, no Rio de Janeiro, transformado em Instituto Osvaldo Cruz, hoje a Fundação Osvaldo Cruz, respeitada internacionalmente. (BRITTO, 1995).

[26] BRASIL, 1923.

chamado de Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS que estabelecera a criação de um teto para pagamento de consultas e procedimentos, no entanto, tal política que acabara de ser implementada não logrou êxito porque muitas vezes os hospitais em meados do mês já tinha cumprido tudo que estaria ao seu alcance, ou seja, já tinha dado tudo que tinha que dá ao dependente em relação as consultas e / ou outros procedimentos. Pontua-se, então, outro grande problema do recém criado instituto, qual seja, privilégio dado pela ditadura militar à atividade do setor privado, gastando-se vultuosas quantias de dinheiro com este setor. Assim, diante do fracasso no INAMPS começa-se a pensar num novo modelo de saúde pública que pudesse abarcar todos os brasileiros, e esse novo modelo que vem a surgir a partir do advento da Carta política de 1988, é o Sistema Único de Saúde - SUS.

Posto isto, oportuno se faz ressaltar que a saúde pública foi inserida na Constituição Federal Brasileira de 1988 como um direito social fundamental, conforme preceitua o artigo 6º, constituindo-se num direito de todos e dever do Estado a ser garantido mediante políticas públicas que assegurem o acesso universal e igualitário, logo que se vê entabulado no artigo 196, assegurado o seu pleno exercício pelo atendimento integral nos termos da lei (art. 198, II). Essas garantias foram todas reafirmadas pelo art. 2º da Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/9027). Assim, em conformidade com a previsão expressa, senão vejamos:

> **Art. 2º** A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. **§ 1º** O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação. **§ 2º** O dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.
>
> **Art. 3º** Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. (Redação dada pela Lei nº 12.864, de 2013). **Parágrafo único**. Dizem respeito também à saúde as ações que, por força do disposto no artigo anterior, se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social.

Corroborando com os anseios e / ou necessidade da população em estado de vulnerabilidade o legislador constituinte introduziu um federalismo solidário, impondo

[27] BRASIL, 1990.

a competência comum aos entes federados, com uma visão de responsabilidade solidária e que costuma ser analisada pela doutrina de forma literal e autônoma, dentro da perspectiva civilista, alheia aos dispositivos da própria Constituição Federal que remete à legislação infraconstitucional a construção do sistema de saúde com a repartição da competência entre os gestores.

Uma vez que José Afonso da Silva afirma que o significado da expressão competência comum é de que "a prestação do serviço por uma entidade não exclui igual competência de outra - até porque aqui se está no campo da competência-dever, porque se trata de cumprir a função pública de prestação de serviços à população[28]".

À vista disso, cabe ressaltar que o modelo brasileiro de descentralização do Sistema Único de Saúde - SUS, pode ser considerado como um exemplo bem sucedido de coordenação intergovernamental na condução da política social, com articulação das ações nos vários níveis de governo, por meio da utilização de comissões intergovernamentais. Esse sistema tem tido êxito, principalmente, devido aos vários anos de mobilização e participação ativa dos profissionais e associações ligados à área da saúde.

Decorrente, pauta-se no modelo defendido por Banting e Cobbert[29], enfatizando que o SUS caracteriza-se pela concentração de autoridade no governo federal e no financiamento da política de saúde por meio de transferências interregionais, pelo qual demonstra-se que os países federativos que obtiveram êxito em reduzir as desigualdades regionais no acesso aos serviços de saúde são os que concentraram autoridade no governo central e desenvolveram sistemas abrangentes de transferências interregionais[30].

Acrescenta-se a isso que, desde a promulgação da Carta política de 1998, o instrumento utilizado para a transferência de recursos relativos ao atendimento dos serviços de atenção básica passou a ser calculado em termos per capita, adquirindo, assim, um caráter redistributivo, pois os recursos, nesse caso, não dependem da quantidade de atendimentos realizados em cada localidade no caso dos municípios.

[28] SILVA, 2007, p. 273.
[29] BANTING e COBBERT, 2003 *in* ARRETCHE.
[30] ARRETCHE, 2000. p. 302. e ARRETCHE, 2006, p.123-127.

Uma vez que, em alusão a descentralização de políticas sociais, dando ênfase a saúde pública, compete ao governo federal a responsabilidade do financiamento, por meio dos recursos orçamentários, da formulação da política nacional de saúde e da coordenação das ações intergovernamentais, sendo o Ministério da Saúde o órgão responsável pela transferência de recursos aos estados e municípios. Dessa forma, a União formula as regras que definem as ações dos governos subnacionais, mas, se houver negligência e / ou omissão por parte deste ente federado na formulação ou na definição de ações, Estados-membros e Municípios estão autorizados a prover ações que visem preencher tal demanda.

Por conseguinte, os municípios possuem a responsabilidade de prestar o atendimento à população, contando com a cooperação técnica e financeira por parte da União e dos estados. Porém, os governos locais dependem fortemente das transferências de recursos para prestar os serviços médico-assistenciais à população.

De certo, por disposição constitucional, cada esfera de governo será autônoma, com direção única, e na sua organização devem ser definidas as atribuições de cada ente federativo. Caso se insista que a solidariedade persiste mesmo com regras de repartição da competência, estar-se-á exigindo que tanto a União, como os Estados-membros e os Municípios criem estruturas similares para a mesma finalidade. Como o sistema de saúde possui estruturas autônomas tanto na esfera federal, estadual, distrital e municipal, somente um contrato organizativo de pactuação e repartição da responsabilidade entre os entes permitirá alguma eficiência do sistema, sem o desperdício de verbas.

Essa previsão é complementada pelo artigo 200, inciso I, da Constituição Federal que prevê competir ao Sistema Único de Saúde - SUS executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica e fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano.

Por certo, determina a Constituição competir à União, aos Estados-Membros e ao Distrito Federal legislar concorrentemente, dentre outras importantes matérias, sobre defesa da saúde.

No entanto, repartições de competências encravadas na Constitucional de 1988, apelidada de Cidadã, se refere a partilha constitucional do poder no Estado Federal,

sendo esta orientada pelo princípio da predominância do interesse[31], assim, numa leitura constitucional a iniciar pela competência dos entes federados que estão entalhados na Carta Magna brasileira podemos apresentar a competência dos entes federativos, quais sejam, da União, dos Estados-Membros, dos Municípios, do Distrito Federal e dos Territórios[32], sendo que esse último não será abordado na pesquisa, uma vez que até o momento não vigora mais nenhum. De certo, antes de entrar no caso a caso, torna-se necessário salientar a natureza genérica de cada um, tendo-se quatro tipo de competências, quais sejam, exclusiva da União, privativa da União, comum dos entes federativos e concorrente dos entes federativos.

Assim, neste capítulo, tratar-se-á da questão que diz com a distribuição constitucional de competências legislativas e administrativas (ou materiais), nesse contexto, buscando-se demonstrar que a competência da União para editar normas gerais em matéria de Saúde, aquiesça está esculpido no artigo 24, inciso XII, da Constituição Federal de 1988 deve ser devidamente articulada com a competência administrativa comum de todos os entes federados, conforme se vê demonstrado no artigo 23, inciso II, da CF/88.

Uma vez que a distribuição de competência vem a ser realizada com base em dois princípios, quais sejam, princípio da predominância do interesse e o princípio da subsidiariedade. Assim, o primeiro defini que caberá a União cuidar dos assuntos de interesse nacional; aos Estados-Membros cuidar dos assuntos de interesse regional e aos Municípios tratar de matéria de interesse local. Já o segundo é relacionado a proximidade, ou seja, sempre que for possível as questões devem ser resolvidas pelo o ente federativo que estiver mais próximo da tomada de decisões.

[31] Princípio este que objetiva nortear a repartição de competências das entidades políticas, tomando como base a natureza do interesse afeto a cada uma delas, em que as matérias de interesse nacional são de competência da União; matérias de interesse regional, de competência dos Estados-membros e matérias de interesse local, de competência do Município.

[32] São porções de terra pertencentes à União, sem autonomia política (art. 18, §2º, CF/88). Por tal motivo, eles não são considerados entes políticos, bem como não são unidades federativas. Contudo, ocupam um interessante espaço na organização político-administrativa do Estado nacional, de existência marcante em nosso passado recente. Acrescenta-se que atualmente o Brasil não tem nenhum território federal pois com a Constituição Cidadã de 1988 foram abolidos os últimos três existente: Roraima e Amapá tornaram-se unidades da federação, assim como Rondônia que se tornou um Estado em 1982, e Fernando de Noronha passou a integrar o estado de Pernambuco.

Ocorre que, em razão desta falta de uniformização as competências dos entes federativos acaba sendo desnudada diante de uma tensão gerada pela inércia da União, a qual já produz contradições entre as posturas decisórias dos mais diversos entes federativos (União, Estados-Membros, Município e Distrito Federal), nesse contexto faz-se necessário analisar a distribuição constitucional de competências em matéria de saúde, para que se compreendam os limites de cada um dos protagonistas das medidas estatais que já foram e ainda estão sendo adotadas no enfrentamento do Sars-CoV-2.

7. POSICIONAMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF QUE RECONHECEU A COMPETÊNCIA DOS ESTADOS PARA POLÍTICA SANITÁRIA.

Há de se pontuar que com a promulgação da Constituição Federal de 1988, acreditou-se que foi consagrado um novo pacto federal que teria coroado a forma mais aperfeiçoada do federalismo no Brasil, o “federalismo cooperativo ou de equilíbrio”, cujo pressuposto parte da igualdade entre os entes federativos os quais têm suas respectivas competências repartidas pela própria Constituição seguindo o critério da predominância do interesse.

Advém que esse novo federalismo, no qual os Estados-membro e Municípios estariam prontos para enfim exercerem plenamente sua parcela de autonomia em suas respectivas territorialidades, também encontra obstáculos. De logo, pontua-se àquele que venha a ser de ordem financeira, haja vista a principal fonte de receita do Poder Público - a arrecadação tributária - ser substancialmente retida pelo governo federal ou nele concentrada, de modo que os Estados-membros e Municípios tornam-se material e economicamente dependentes dos condicionamentos da União.

Não obstante, necessário se faz pontuar um segundo obstáculo, que seja, de ordem jurídico-constitucional, já que a centralização excessiva não raro decorre de decisões do STF, a quem toca definir o limite das autonomias dos entes federativos. E, nesse mister, a Corte Constitucional, garantidora do pacto federativo, encontrou um

grande aliado em favor da centralização que dificulta a autonomia dos estados e municípios, precisamente o "princípio da simetria"[33].

Todavia, com a pandemia do Coronavírus, parece que nova tendência de releitura do federalismo brasileiro tomou seu curso, autorizando que tal conceito fundamental submeta-se a processo de evolução semântica, que sejam, renovação, reaquisição, ressignificação, entre outras. As atuais condições sociais e políticas, sabemos pelos historiadores[34], interagem com própria forma de interpretação desse princípio fundamental político.

Nesse contexto, dado o preocupante estado de tensão entre os governos federal, de um lado, e estaduais e municipais, de outro, que desde a deflagração da pandemia no Brasil aflora no cenário nacional[35], é inegável que o conceito de federalismo parece fluir para uma nova acepção semântica, que se distancia da prefalada noção de federalismo de cooperação ou equilíbrio.

Deste modo, a rapidez com que se proliferou o SARS-CoV-2 trouxe à baila o federalismo esculpido na Carta Política de 1988, no contexto da política de enfrentamento à pandemia do coronavírus, significa assumir uma postura de contraponto, de limite, de contenção[36], quiçá de combate, a algumas das atitudes adotadas pelo governo federal que não são se justificam minimamente perante os consensos e/ou diretivas médicos e sanitários, bem como não se coadunam com aquelas implementadas pelos países que enfrentam o mesmo drama, e ameaçam a saúde de milhares de brasileiros.

---

[33] ARAÚJO, 2009.
[34] KOSELLECK, 2009, p. 3-25.
[35] Muitas são as evidências de que o governo federal vem adotando condutas erráticas, inadequadas e contraditórias no enfrentamento ao coronavírus, conforme vários jornais internacionais têm reportado, dentre outros o *The Washington Post*: Leaders risk lives by minimizing the coronavirus. Bolsonaro is the worst. <https://www.washingtonpost.com/opinions/global-opinions/jair-bolsonaro-risks-lives-by-minimizing-the-coronavirus-pandemic/2020/04/13/6356a9be-7da6-11ea-9040-68981f488eed_story.html>. Igualmente, nunca é demais lembrar que estas condutas adotadas pelo atual mandatário, ensejaram a criação da CPI da Covid-19, que investigou supostas omissões e irregularidades durante a proliferação do SARS-CoV-2 no Brasil. À vista disso, no relatório final da comissão, identificou-se 29 tipos penais e sugeriu-se o indiciamento de 66 pessoas, incluindo o presidente da República Jair Bolsonaro, deputados, empresários, ministros e ex-ministros de Estado. Foram apontados ainda crimes cometidos por duas empresas: a Precisa Medicamentos e a VTCLog. Em desígnio, atribuiu-se formalmente ao presidente a acusação de ter cometido nove crimes, quais foram, prevaricação; charlatanismo; epidemia com resultado morte; infração a medidas sanitárias preventivas; emprego irregular de verba pública; incitação ao crime; falsificação de documentos particulares; crime de responsabilidade (violação de direito social e incompatibilidade com dignidade, honra e decoro do cargo) e crimes contra a humanidade (nas modalidades extermínio, perseguição e outros atos desumanos).
[36] MEDICIS, 2020, p. 23.

Assim, clarividente o posicionamento político do Presidente da República, nunca é por demais lembrar que a maioria dos governadores e prefeitos da federação divergiram do chefe de Estado brasileiro sobre as medidas sanitárias de enfrentamento a covid-19. À vista disso, no Estado do Rio Grande do Norte, por exemplo, com em vários outros, alguns desses embates podem ser enumerados, senão vejamos a seguir uma demonstração dessa queda de braço entre governo federal, governos estaduais e prefeitos, sob o crivo da ausência de consenso, enquanto o governo federal considerou como atividade essencial as religiosas de qualquer natureza, autorizando-se a celebração de cultos e missas, conforme Decreto Federal 10.292, de 25 de março de 2020, o governo do Rio Grande do Norte editou o Decreto 29.541, de 20 de março de 2020, que suspendeu a realização de eventos de qualquer natureza com a presença de público externo bem como proibiu a concentração de pessoas em número superior a cinquenta, o que acarretou, por consequência, a proibição de celebração dos cultos e/ou missas no Estado do Rio Grande do Norte[37].

Bem assim, enquanto o governo federal pretendia e, de fato, iniciou campanha publicitária "O Brasil não pode parar", suspensa liminarmente pelo Supremo Tribunal Federal (APDF 669), o governo do estado aumenta as medidas de restrição de circulação de pessoas em praias e parques, que vem sendo sucessivamente prorrogada[38], a fim de conter a disseminação do vírus.

Por certo, na falta de certeza, pode-se questionar se tais conflitos, mediante a ideia de que, no condomínio legislativo constitucional, as normas gerais (federais, em regra) não deveriam prevalecer sobre as regionais e/ou locais (estaduais e/ou municipais). Contudo, enquanto a União politizava a crise sanitária, o Coronavírus se disseminava por todo o Brasil, por isso, a população viu uma enxurrada de decretos serem publicados com orientações e medidas restritivas às mais diversas atividades e também de atitudes, comportamento e distanciamento social.

Apesar disso, a Constituição Federal de 1988 assegurou a competência concorrente no que tange ao dever fundamental de garantir a vida e a saúde de todos os cidadãos. Portanto, aqui não se trata de prevalência, mas de cooperação face ao objetivo

[37] BRASIL, 2020.
[38] Decreto 29.541, de 20 de março de 2020, e sucessivas alterações.

constitucional comum. É a saúde pública e a incolumidade da saúde das pessoas que estão em jogo e que legitimam a ação dos Estados e Municípios, além da União.

Dessa forma, independentemente de o governo federal adotar providências diferentes daquelas dos Estados e Municípios, ainda que frontalmente contraditórias ou até mesmo tentando invalidar normas e medidas estaduais/municipais na área da saúde pública, entende-se que tais determinações não obstam a que esses mesmos Estados e Municípios continuem a adotar medidas específicas necessárias ao combate da pandemia e imprescindíveis em termos de saúde pública.

8. A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - ADI 6341 E A MEDIDA PROVISÓRIA - MP 926/2020.

A Covid-19, doença causada pelo Coronavírus denominado SARS-CoV-2, foi identificada pela primeira vez na China, em dezembro de 2019. De igual modo, inquestionável se sabe da situação emergencial de saúde pública de importância internacional, decorrente desta moléstia, sendo que em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a situação como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII)[39] e neste mês declarou a pandemia.

No Brasil, o Ministério da Saúde (MS) atuou imediatamente, a partir da detecção dos rumores sobre a doença emergente. Em 22 de janeiro, foi acionado o Centro de Operações de Emergência (COE) do Ministério da Saúde, coordenado pela Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), para harmonização, planejamento e organização das atividades com os atores envolvidos e o monitoramento da situação epidemiológica. Houve mobilização de vários setores do governo e diversas ações foram implementadas, incluindo a elaboração de um plano de contingência. Deste modo, no plano Nacional do Ministério da Saúde n.° 454, de 20 de março de 2020, declarou, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do Coronavírus e Decreto Legislativo Federal n.º 6, de 20 de março de 2020, reconheceu que “na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, no

[39] O texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, acordado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde foi promulgado através do Decreto 10.212, também de 30 de janeiro de 2020.

caso da União, ou pelas Assembleias Legislativas, na hipótese dos Estados e Municípios, enquanto perdurar a situação”[40], a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada ao Congresso Nacional por meio da Mensagem n.º 93, de 18 de março de 2020.

De tal modo, é certo pontuar que o parlamento brasileiro percebendo a gravidade e a rapidez com que o SARS-CoV-2 vinha se espalhando pelo mundo, decidiu-se antecipar e aprovara a Lei 13.979/2020, que viria a ser sancionada pelo presidente Bolsonaro em 06 de fevereiro de 2020, dispõe sobre as medidas que poderão ser adotadas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do decorrente do SARS-CoV-2 responsável pelo surto de 2019[41].

A propósito, convém citar também que o presidente Jair Bolsonaro editou em 20 de março de 2020 um decreto e uma medida provisória que garantem ao governo federal a competência sobre serviços essenciais, entre os quais a circulação interestadual e intermunicipal. De acordo com o governo, os dispositivos têm como objetivo “harmonizar as ações de enfrentamento à pandemia do novo Coronavírus”[42].

Como é cediço, os dispositivos, que têm força de lei e passam a vigorar imediatamente, caberá ao presidente da República indicar quais serviços públicos e atividades essenciais não podem ser interrompidos em meio à pandemia provocada pelo novo coronavírus.

A edição da Medida Provisória, segundo o governo, buscava impedir que a circulação de insumos necessários para a população seja afetada pelas restrições sanitárias e biológicas em vigor em vários estados. Além de delegar ao presidente a definição de serviços e atividades essenciais, a Medida Provisória 926/2020 determina que qualquer interrupção de locomoção interestadual e intermunicipal seja embasada em normas técnicas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), evocando para a União concentração de competência. Destarte, a MP altera a Lei 13.979/2020,

[40] BRASIL, 2020. Art. 65, da LC/101.
[41] Art. 1º, da Lei 13.979/2020 que versa sobre o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus.
[42] BRASIL, 2020.

sancionada em fevereiro por Bolsonaro, que trata do enfrentamento ao coronavírus no país.

Há de se pontuar, ainda, que a MP entra em conflito com medidas de restrição à locomoção editadas por estados. Não restando outra possibilidade senão reconhecer que o presidente da República a todo instante buscara politizar a pandemia do novo coronavírus. Haja vista, que a edição de Medida Provisória se deu um dia após seu desafeto político, quem seja, o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, editar um decreto que determinava a suspensão do transporte interestadual de passageiros entre o Rio e estados com circulação confirmada do coronavírus ou situação de emergência decretada.

De certo, torna-se imperioso salientar que outro ponto da MP simplifica procedimentos para a compra de material e de serviços necessários ao combate à pandemia. O texto flexibiliza e burocratiza a licitação para a aquisição de bens para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Assim, corroborando com a politização da crise sanitária que o Brasil vem enfrentando, a MP 926 do governo Bolsonaro explicitava que cabia ao comitê de combate ao novo coronavírus criado pelo governo federal definir outros serviços públicos e atividades considerados essenciais e editar atos para regulamentar e operacionalizar as normas. O decreto estabelece ainda que os órgãos públicos e privados mantenham equipes devidamente preparadas e dispostas à execução, monitoramento e à fiscalização dos serviços públicos e das atividades essenciais, com canais permanentes de diálogo com órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e privados.

Portanto, nota-se que em razão desta falta de uniformização, o Partido Democrático Brasileiro (PDT) ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6.341) com a finalidade de ver declarada a incompatibilidade parcial, com a Constituição Federal, da Medida Provisória n.º 926, de 20 de março de 2020, relativamente às alterações promovidas no artigo 3º, cabeça[43], incisos I, II e VI, e parágrafos 8º, 9º, 10 e 11, da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, no

[43] Lei n.º 13.979/2020, art. 3º Para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, as autoridades poderão adotar, no âmbito de suas competências, dentre outras, as seguintes medidas: I - isolamento; II - quarentena; VI - restrição excepcional e temporária de entrada e saída do País, conforme recomendação técnica e fundamentada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), por rodovias, portos ou aeroportos.

entanto, buscou-se, também, questionar atribuições do Presidente da República que buscou centralizar as prerrogativas de isolamento social durante a pandemia do SARS-CoV-2, quais sejam, quarentena[44] e interdição de locomoção, merecendo, assim, destacar que ao apresentar a ação, o partido havia apontado inconstitucionalidade em vários trechos da Medida Provisória, a saber, centralizar na União a competência para cuidar da saúde, dirigir o Sistema de Saúde (SUS) e executar ações de vigilância sanitária e epidemiológica, o que esvaziaria a responsabilidade constitucional de estados e municípios.

Ainda, de acordo com o entendimento do partido, há de se pontuar que o contexto fático dos atos ora proferidos pelos entes federal, estadual e municipal acabou sendo prejudicado em razão da falta de diálogo entre as mais diversas esfera do poder, isso tem dificultado a contenção do avanço da doença, cita-se como exemplo, as tentativas de centralização por parte da presidência da República na edição de disposições normativas que trata do tema em questão.

Nesta senda, ressalve-se, contudo que entendeu o partido que a MP 926 seria objeto de inconstitucionalidade em sua totalidade, do contrário, que fosse feita uma interpretação conforme a Constituição, e que sejam observados os limites das competências de cada ente federado. Não obstante, a ADI 6.341 sob a relatoria do Ministro Marco Aurélio Mello foi liminarmente deferida, em parte, para tornar explícita, no campo pedagógico e na dicção do Supremo, a competência concorrente que seria votada e chancelada pelo pleno da Corte em data ulterior.

De tal modo, com o acolhimento, mesmo que parcial do pedido pela Suprema Corte, traz à baila algumas questões acerca do tema, duas questões parecera salutar em se tratando do julgamento pelo pretório excelso da ADI 6.341, a saber, o julgamento pautou-se na descentralização de prerrogativas no enfrentamento do SARS-CoV-2 pelo governo federal, apesar de que a Suprema Corte do País é isentada a se manifestar quanto a competência que se só não deveria levantar dúvidas quanto à autonomia dos entes federados, e em outra análise o julgamento pode ser visto também como uma

[44] Quarentena é o instrumento jurídico previsto no art. 3º, II, da Lei 13.979/2020, cuja definição é prevista no art. 2º, II, da Lei 13.979/2020, como sendo toda e qualquer "restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais, meios de transporte ou mercadorias suspeitos de contaminação, de maneira a evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus".

forma de reafirmar a autonomia dos entes federados, incentivá-los a compreenderem que sempre deverá haver harmonia com os demais poderes para que assim não haja inércia ao combate do SARS-CoV-2.

9. ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE COMPETÊNCIA DOS ENTES FEDERADOS PARA LEGISLAR E ADOTAR MEDIDAS SANITÁRIAS DE COMBATE AO SARS-COV-2

Inicialmente, deve-se destacar, que, no dia 24 de março de 2020, o STF, por liminar monocrática, o Ministro Marco Aurélio Mello, na ADI 6.341, cujo objeto versava sobre dispositivos restritivos da MP 926/2020, editada pelo Presidente da República, reafirmou a competência concorrente dos Estados e Municípios, sem prejuízo ou a despeito da União. A decisão monocrática foi referendada no dia 15 de abril de 2020, no qual mais uma vez o STF declarou que o exercício de competência federal sobre normas de proteção à saúde não exclui a dos Estados e Municípios de estipularem diversamente, observado o disposto no art. 198, I, da Constituição Federal, já que, em tal matéria, a competência é concorrente.

No entanto, diante a recepcionalidade da ação merece destaque a decisão monocrática exarada na Medida Cautelar (MC-ADI 6.341[45]) pelo ministro relator Marco Aurélio Mello. À vista disso, é correto afirmar que a referida ação direta de inconstitucionalidade foi proposta, sob a alegação de que haveria violação da Constituição Federal no tocante à Medida Provisória 926, de 20 de março de 2020, relativamente às alterações feitas nos incisos I, II e VI, e §§ 8º, 9º, 10 e 11 do artigo 3º, da Lei 13.979/2020.

Desse modo, quando da análise monocrática da medida cautelar, o relator, Min. Marco Aurélio, entendeu que:

> [a legislação impugnada] foi editada com a finalidade de mitigar-se a crise internacional que chegou ao Brasil, muito embora no território brasileiro ainda esteja, segundo alguns técnicos, embrionária. Há de ter-se a visão voltada ao coletivo, ou seja, à saúde pública, mostrando-se interessados todos os cidadãos. O artigo 3º, cabeça, remete às atribuições, das autoridades, quanto às medidas a serem implementadas. Não se pode ver transgressão a preceito da Constituição Federal.

[45] Decisão publicada no DJE nº 72, de 25 de mar. de 2020.

Ressalve-se, contudo, que no tocante ao objeto da ADI propriamente dito (declaração de inconstitucionalidade das normas acima referidas), não houve deferimento monocrático da medida cautelar, tendo sido a apreciação da questão remetida à análise plenária do STF, que agendou tal julgamento para 15 de abril de 2020[46].

Entretanto, o Min. Marco Aurélio deixa evidente que as normas legais impugnadas "não afastam atos a serem praticados por Estado, o Distrito Federal e Município considerada a competência concorrente na forma do artigo 23, inciso II, da Lei Maior", razão pela qual foi deferida a medida acauteladora tão somente "para tornar explícita, no campo pedagógico e na dicção do Supremo, a competência concorrente". Não seria outro o entendimento do eminente ministro, o qual preceitua alinhando-se bem ao que dispõe a Constituição Federal, eis que ressalva a competência legislativa da União para a edição de normas gerais, ao mesmo tempo em que reconhece a competência administrativa (ou material) concorrente de todos os entes federativos.

No mesmo sentido, o STF decidiu que, não obstante a inexistência de medida de restrição federal, governos estaduais poderão deliberar em sentido contrário. Isso significa que, a partir das competências constitucionais concorrentes, dada a própria realidade de cada Estado, seus governantes podem opor medidas de restrição ainda que em linha de oposição ao governo federal, de modo a bloquear aqueles atos ou normas federais contrários ao interesse público ou à proteção da saúde.

Vale, ainda, destacar que nesta perspectiva, por unanimidade, a Suprema Corte reafirma competência de estados e municípios para tomar medidas contra SARS-CoV-2, decidindo, também, que a União não pode interferir em medidas de outros entes com competência concorrente. Neste passo, importa destacar que o plenário da Corte no formato de julgamento por videoconferência, referendou a liminar do Min. Marco Aurélio. Desta forma, estes entes da federação podem determinar quarentenas, isolamento, restrição de atividades, sem que a União possa interferir no assunto.

Nota-se, pois, que a decisão, unânime, foi proferida no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6.341). Uma vez que era pleiteada a inconstitucionalidade da MP 926/2020, editada pelo presidente Jair Bolsonaro, por entender que a norma

[46] Informação obtida em http://stf.jus.br/portal/pauta/listarCalendario.asp?data=15/04/2020. Contra a MP 926/2020, tramita também a ADI 6.343.

desrespeitava o preceito constitucional da autonomia dos entes federativos que, em tese, foi editada com a finalidade política de atingir os governadores.

Do mesmo modo, embora a Suprema Corte não tenha julgado o mérito da MP 926, os ministros não observaram inconstitucionalidade no texto da medida. De tal modo, que ao mesmo tempo, no entanto, ela também não anula as providências em vigilância sanitária e saúde tomadas por estados e municípios.

Igualmente à vista do exposto, cabe salientar que o pedido subsidiário posto pelo partido no bojo da ação foi recepcionado e os ministros ressaltaram que o trecho da MP 926 em que se lê que "o presidente da República disporá, mediante decreto, sobre os serviços públicos e atividades essenciais" terá interpretação conforme a Constituição para preservar as atribuições de cada esfera de governo. Dessa forma, têm validade os decretos de governadores e prefeitos que forem mais restritivos que as medidas do governo federal.

Assim, tomando como base o entendimento uníssono do pleno da Suprema Corte, faz-se necessário ressaltar que os governos estaduais, distrital e municipais foram legitimados a exercerem atribuições de políticas sanitárias principalmente naquilo que se refere ao isolamento social, a quarentena, ao bloqueio de trânsito, a circulação de pessoas, as atividades e serviços, em consonância com a autonomia dos entes federados para exercerem cooperativamente ações pautadas pela análise da situação real da região e do local, e nesse mesmo diapasão tornava-se inconstitucional suprimir o poder de polícia administrativa[47] dos entes federados, sobre tudo em ação ao pacto federativo.

Por derradeiro, sabe-se, que num Estado Democrático de Direto, no qual rege-se o Brasil, os paradigmas são tutelados na Carta Política de 1988, sendo concebidos para garantir o exercício dos direitos sociais e individuais da liberdade, da segurança, do bem-estar e do desenvolvimento da igualdade e da justiça social como valores supremos

[47] Aliás, quanto ao poder de polícia administrativa (ordenação administrativa), importante destacar que o art. 3º, § 4º, da Lei 13.979/2020, estabelece que "As pessoas deverão sujeitar-se ao cumprimento das medidas previstas neste artigo, e o descumprimento delas acarretará responsabilização, nos termos previstos em lei". Demais disso, em 17/03/2020, restou editada a Portaria Interministerial 5/2020, dos Ministros da Saúde e da Justiça e da Segurança Pública, a qual ressalta a compulsoriedade das medidas impostas, com a conseguinte responsabilização civil, penal e administrativa pelo descumprimento das medidas. Especificamente quanto ao poder de polícia administrativa, o art. 8º, da respectiva portaria dispõe que "visando a evitar a propagação do COVID-19 e no exercício do poder de polícia administrativa, a autoridade policial poderá encaminhar o agente à sua residência ou estabelecimento hospitalar para cumprimento das medidas estabelecidas no art. 3º da Lei nº 13.979, de 2020, conforme determinação das autoridades sanitárias".

de uma sociedade fraterna pluralista e sem preconceito alicerçada em harmonia social e comprometida interna e internacionalmente com enfrentamento do SARS-CoV-2, tornando-se imperativo também que os entes federados não sejam inertes quanto à tomada de decisões que visem conter o avanço da pandemia.

10. DECRETOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS QUE ESTABELECEM "TAREFAS/DEVERES/OBRIGAÇÕES" AOS CIDADÃOS.

Para iniciar este capítulo, importante se faz destacar que, em meados de março de 2020, a situação de proliferação do SARS-CoV-2 se intensificou no Brasil, ocasionando circunstâncias emergenciais que requereram medidas enérgicas, por parte das autoridades públicas, bem como ajustes daquelas já praticadas e nesse interregno houve a publicação do decreto legislativo nº 6/2020, por meio do qual fora reconhecido, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 200048, a ocorrência do estado de calamidade pública, em âmbito nacional, em razão da pandemia do Coronavírus.

Dessa forma, necessário ter em mente que no Brasil, a atitude negacionista do atual Presidente da República Jair Bolsonaro, que se pronunciou diversas vezes contrário às recomendações da OMS e do Ministério da Saúde, revela a atitude de seu governo de desprezo pela vida em detrimento do lucro, devido a diminuição das atividades econômicas por conta do distanciamento social. Assim, não se pode ignorar que a intensificação no desmonte das políticas sociais, devido a reorganização das forças políticas conservadoras, faz com que as políticas públicas atuais cada vez mais impossibilitem o acesso à serviços básicos de sobrevivência[49].

Por sua vez, diante da gravidade do SARS-CoV-2, Estados e Municípios tiveram que elaborar seus planos de contingência locais e o Estado do Rio Grande do Norte e o Município do Natal fizeram.

[48] O artigo 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal traz relevante posicionamento dispensando o atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho prevista no art. 9º, diante da necessidade de elevação dos gastos públicos para proteger a saúde e os empregos dos brasileiros e da perspectiva de queda de arrecadação, alegada pelo governo.

[49] BARDI; BEZERRA; MONZELI; PAN LC; BRAGA; MACEDO, 2020, p. 496-508.

Assim, em um primeiro momento, tendo em vista a unidade de condutas e pluralidade do Presidente da República, dos Governadores e Prefeitos com relação ao trato dado à pandemia da Covid-19, estar-se-ia diante de evidente caso de divergência normativa. Contudo, quando se observa que, os atos normativos tipificados na Corta Política de 1988 e suas especificidades, em particular os decretos legislativos que é objeto deste trabalho de pesquisa, uma vez que são ferramentas de maior discussão no âmbito da pandemia, tanto assim, nota-se, pois, que a decisão, unânime, proferida pelo STF no âmbito da ADI 6.341, veio a dirimir atos exclusivos da União, reconhecendo competência dos entes federativos, uma vez que determinou tratar-se de matéria concorrente, haja vista que, a União, os Estados e os Municípios podem emitir decretos até que Lei Ordinárias ou Lei Complementar sobrevenha. Destarte, os decretos os decretos, mesmo que temporários, tem sua eficácia.

Apesar disso, as consequências nefastas da proliferação do SARS-CoV-2, que tem gerado expressivo temor em todo o mundo, também afetam sobremaneira a atuação da administração pública, leia-se, poder executivo e impulsionam os órgãos controladores, seja do âmbito jurisdicional, seja do controle externo, a adotar uma forma peculiar de exercer seu ofício, mesmo que temporariamente.

Em síntese, destaca-se que no sistema jurídico brasileiro, os decretos são atos administrativos da competência dos chefes dos poderes executivos (presidente, governadores e prefeitos). Dessa forma, em que se observa um decreto é usualmente utilizado pelo chefe do poder executivo para fazer nomeações e regulamentações de leis (como para lhes dar cumprimento efetivo, por exemplo), entre outras coisas.

Nesse sentido, convém trazer à baila que, as normas infraconstitucionais são todas as contidas no artigo 59, da Constituição Federal, exceto a do inciso I, uma vez que há de se destacar que neste artigo estão esculpidos de maneira exaustiva o rol dos atos normativos. Assim, quanto ao decreto ser ou não lei da simples leitura do artigo 59, é possível concluir que de fato decreto não é lei, todavia é sim norma prevista no ordenamento jurídico pátrio e como tal deve ser cumprida. Do mesmo modo, é notável que os decretos têm condão de lei desde que uma lei não o sobrevenha. Do contrário, se houver lei anuindo a despeito assunto o decreto deixará, pois, de ter efeitos legais.

Ocorre que, em casos tais, primeiramente requer-se uma análise, conforme previsão constitucional em tempos de normalidade no país, e, para tanto, necessário se faz diferenciar o decreto autônomo do decreto regulamentar, sendo o primeiro aquele de cunho normativo geral, que regula matéria não disciplinada em lei, enquanto o segundo "explica" a lei para a correta execução.

Demais disso, é preciso ter em mente que, no ordenamento jurídico nacional, segundo o entendimento do STF[50] e da doutrina, somente decretos regulares, quais sejam, aqueles que tem função de detalhar, minorar ou esclarecer o papel das leis possuem viabilidade.

Ocorre que, no campo formal, o decreto autônomo não é ato normativo apto à limitação de direitos e princípios fundamentais constitucionais, como a livre iniciativa (art. 1.º, IV, da CF/88). Já lecionava sobre o assunto MEIRELLES[51]:

> No poder de chefiar a Administração está implícito o de regulamentar a lei e suprir, com normas próprias, as omissões do Legislativo que estiverem na alçada do Executivo. Os vazios da lei e a imprevisibilidade de certos fatos e circunstâncias que surgem, a reclamar providências imediatas da Administração, impõem se reconheça ao Chefe do Executivo o poder de regulamentar, através de decreto, as normas legislativas incompletas, ou de prover situações não previstas pelo legislador, mas ocorrentes na prática administrativa. O essencial é que o Executivo, ao expedir regulamento - autônomo25 ou de execução da lei-, não invada as chamadas "reservas da lei", ou seja, aquelas matérias só disciplináveis por lei, e tais são, em princípio, as que afetam as garantias e os direitos individuais assegurados pela Constituição (art. 5.°).

Portanto, tendo em conta que para o entendimento em questão entende-se como sendo pelo Princípio da Reserva Legal, que decorre diretamente do Princípio da Legalidade, fortemente amparado no art. 5.º, II, da CF/88, onde se exige lei em sentido estrito para obrigação de fazer ou deixar de fazer ao cidadão.

Ocorre que quanto aos decretos que visam obrigar o uso de máscaras, por mais que tenham boas intenções (combate a propagação do vírus) a sua constitucionalidade é questionável, pois o artigo 5º inciso II da Constituição Federal diz que "*ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei*" hora se somente a lei pode obrigar o cidadão a fazer ou deixar de fazer algo, o meio utilizado

[50] BRASIL, STF. Informativo n.º 383. Disponível em: <https://informativos.trilhante.com.br/informativos/informativo-383-stf>. Acesso em: 14 nov. 2021

[51] MEIRELLES, 2016. p. 149.

(decreto) para obrigar o uso de máscara é flagrantemente inconstitucional, salvo a existência de lei municipal ou estadual que obrigue o uso das referidas máscaras.

Atendo a isso o Governo Federal sancionou a lei nº 14.019 de 02 de julho de 2020, que alterou a lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, tornando obrigatório o uso de mascaras onde as autoridades locais assim determinarem[52].

Nesse ínterim, com o que se interpreta da letra fria da Carta Política, conclui-se que a determinação de fechamento ou limitação de estabelecimentos comerciais parte diretamente do Poder Executivo, por meio de simples decreto autônomo, emerge daí sua ilegalidade desde o nascimento.

Mas, como é cediço, em tempos de pandemia, o que mais ouvimos falar é sobre decretos editados pelos governadores e prefeitos. E não são poucos os questionamentos sobre a constitucionalidade de algumas medidas adotadas. Mas até que sejam julgados inconstitucionais ou não, tais decretos possuem sim valor legal de norma. Portanto, partindo-se da inafastável premissa constitucional da análise do contexto normativo instalado no período da pandemia, cumpre asseverar que as medidas adotadas pelos três poderes no território nacional se constituem, em tese, legitimadas pelos imperativos do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, invocado, pois, visando à proteção imediata ao direito à saúde, conquista fundamental de segunda geração, devidamente elencado no artigo 6º, da Constituição Federal e a consequente e profícua preservação ao direito à vida, este consignado como direito de primeira geração, consoante previsão do artigo 5º, da Constituição Federal.

Portanto, considerando a excepcionalidade advinda com a pandemia da covid-19 que paira sobre o país, ainda em 2020 reconhece-se estado de calamidade pública, em âmbito nacional, tendo em conta que em 06 de fevereiro de 2020, o Congresso Nacional decretou e o Presidente da República sancionou a Lei n.° 13.979 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019.

Assim, nunca é por demais lembrar que é sim de competência tanto do Executivo municipal (prefeituras) quanto do estadual (governadores) realizar

[52] **Lei n.º 13.979/2020, art. 3º** Para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, as autoridades poderão adotar, no âmbito de suas competências, dentre outras, as seguintes medidas: **III-A -** uso obrigatório de máscaras de proteção individual.

determinações através de decretos, como no caso do isolamento social, uma vez que as questões relacionadas à saúde e assistência pública, de acordo com a Constituição Federal, "são de competência comum entre municípios, estados e União, o que significa que os entes federais não podem se sobrepor aos municipais e estaduais, e deve haver cooperação entre eles."

Na verdade, pode-se destacar que as determinações locais não estão em desacordo com a norma federal, leia-se, Lei n.° 13.979/2020, mesmo com algumas falas contrárias do presidente. Destarte, cada decreto é válido na sua esfera de competência. É claro que nenhum deles pode ser contrário a legislação brasileira, mas este tipo de medida está dentro do poder do chefe do Executivo e estão de acordo com a lei. As medidas estão relacionadas com o próprio funcionamento dos estabelecimentos comerciais e determina a forma como eles podem funcionar neste período de excepcionalidade.

Por derradeiro, corroborando para a legalização do tema, ao considerar, em tese, um possível choque de valores, intentos e poderes envolvendo os assuntos relacionados à pandemia, decerto, diversos questionamentos e possíveis arguições de inconstitucionalidades devem ser lançadas sobre as novéis normas, como sucedeu em relação à MP 926/20, em face da qual fora proposta a ADI 6341, da relatoria do Ministro Marco Aurélio, que a medida *"não afasta a tomada de providências normativas e administrativas pelos estados, Distrito Federal e municípios na área de saúde pública"*. Observe-se trecho da decisão[53]:

> Há de ter-se a visão voltada ao coletivo, ou seja, à saúde pública, mostrando-se interessados todos os cidadãos. O artigo 3º, cabeça, remete às atribuições, das autoridades, quanto às medidas a serem implementadas. Não se pode ver transgressão a preceito da Constituição Federal. As providências não afastam atos a serem praticados por Estado, o Distrito Federal e Município considerada a competência concorrente na forma do artigo 23, inciso II, da Lei Maior.

Por certo, daí decorre a noção de que fatores como boa-fé e presunção relativa tem sido as bases para se admitir que o gestor aja em meio às obrigações de fazer, as quais restam consubstanciadas, sobretudo, no dever prover o direito dos administrados nessa realidade que envolve receio de responder aos reclamos sociais urgentes dentro

[53] Decisão publicada no DJE nº 72, de 25 de mar. de 2020.

das métricas da legalidade e diante da possibilidade de responder por improbidade em razão de omissão. Desta forma, sem esgotamento do assunto, entende-se que há, ao menos por ora, base legal para adoção de medidas excepcionais de modo geral, por conta da pandemia do Coronavírus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

É preciso, antes de fazer as considerações finais, asseverar que o Mundo passa por uma grave crise, causada pela pandemia da Covid-19. Ainda não é possível compreender os impactos que tal surto ocasionará, embora já se possa cogitar de que as soluções aos inúmeros problemas advindos da pandemia dependerão de intepretações jurídicas que revisitarão inclusive institutos já aparentemente sedimentados, uma vez que no Brasil o sistema de governo foi posto à prova.

Por isso, antes, torna-se relevante ratificar que o sistema federativo de governo adotado no Brasil foi um ‘copy e paste’ na forma como os americanos se organizaram, uma união federativa de Estados, no caso, brasileiro, mantendo e garantindo autonomia política, administrativa e legislativa aos entes federados, baseando-se na tripartição de poderes apresentada por Montesquieu, e assegurando um sistema de governo presidencialista. No entanto, torna-se evidente que a Constituição de 1988 buscou implementar um modelo republicano federativo sob o enfoque da equivalência e a igualdade entre os membros, certificando autonomia e sem relação de hierarquia. Pois, nessa linha, cumpre salientar que, além do princípio da separação dos poderes, entra em jogo também o princípio federativo e, especificamente, o princípio da simetria.

Nessa quadra, o presente artigo demonstrou a atipicidade do momento em que se vive, uma vez que o mundo inteiro foi pego em despreparo para atravessar a pandemia da Covid-19. Já no Brasil, necessário ter em mente que a atitude, na maioria das vezes, negacionista do atual Presidente da República Jair Bolsonaro, que se pronunciou diversas vezes contrário às recomendações da OMS e do Ministério da Saúde, revela a atitude de seu governo de desprezo pela vida em detrimento do lucro, devido a diminuição das atividades econômicas por conta do distanciamento social e isso tem dificultado a implementação de um plano uníssono envolvendo os entes federados.

Por estas mesmas razões, viu-se neste trabalho que tendo em vista a unidade de condutas e pluralidade do Presidente da República, dos Governadores e Prefeitos com relação ao trato dado à pandemia da Covid-19, estar-se-ia diante de evidente caso de divergência normativa, e, por óbvio, sobretudo sob a ótica da legitimação constitucional, diante da gravidade de proliferação do SARS-CoV-2, Estados e Municípios tiveram que elaborar seus planos de contingência. Razão pela qual o tema chegou ao STF.

Por fim, é de se ver que no decurso deste trabalho, buscou-se demonstrar robustez com base no entendimento da Suprema Corte, quando esta julgou a ADI 6.341, explicitando justamente a ausência de hierarquia entre os entes federados, reconhecendo competência de ambos, uma vez que determinou tratar-se de matéria concorrente, uma vez que as questões relacionadas à saúde, são de competência comum entre municípios, estados e União, o que significa que os entes federais não podem se sobrepor aos municipais e estaduais, e deve haver cooperação entre eles.

De todo modo, é preciso reconhecer que não há explicação adequada, necessária e tampouco razoável para que um decreto federal retire do estado a competência para lidar de maneira mais ampla com as graves consequências da epidemia, e nem tampouco um decreto estadual é legitimado a retirar do município a competência para lidar com a crise local gerada pela proliferação do SARS-CoV-2. Logo, tudo isso indica a predominância do interesse local, pois é justamente nos municípios é que as pessoas sentem os efeitos nefastos da pandemia, seja no número de mortes, seja na devastação da economia, que também conduz ao desastre sanitário, deixando claro que é na cidade que se pode "calibrar" com mais precisão medidas mais restritivas ou menos restritivas do que as regras gerais estabelecidas pelo entes federativos estaduais.

Outrossim, mal ou bem, bem ou mal, a jurisprudência do Supremo, como demonstrada na ADI 6.341, pelo menos até agora, conduz ao entendimento de que os estados e município tem sim competência para agir na prevenção e combate da pandemia, não estando limitados por simples decretos federais, por certo, necessário se faz uma unissoniedade dos entes federados no enfrentamento da pandemia, requer-se, de um lado, lealdade, a boa-fé, o entendimento e a probidade por parte do imediato aplicador do direito, no caso, o administrador público, e, do outro, a tolerância, a perspicácia, no caso, população, pois, não é demais lembrar que o vírus SARS-CoV-2 já

ceifou a vida de milhares de brasileiros, assim, devemos condescender com medidas restritivas que sejam embasadas no entendimento científico e que visem minimizar a proliferação e / ou contágio com o vírus.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marcelo Labanca Corrêa de. *Jurisdição constitucional e federação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

ARRETCHE, Marta T. S. Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan. São Paulo: Faesp, 2000. 302p.

_____. Federalismo. In: AVRITZER, Leonardo & ANASTASIA, Fátima. (Org.) Reforma Política no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p.123-127.

BARDI G., BEZERRA WC., MONZELI GA., PAN LC., BRAGA IF., MACEDO MDC. Pandemia, desigualdade social e necropolítica no Brasil: reflexões a partir da terapia ocupacional social. Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. Rio de Janeiro. 2020. suplemento, v.4(2): 496-508.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Constitucional, São Paulo: Celso Bastos Editora, 2002.

BRASIL IMPÉRIO. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/brasil-imperio.htm>. Acesso em 17 de setembro de 2021.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

_____. Decreto Legislativo 4.682/1923, também conhecido como Lei Eloy Chaves. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/primeira-lei-da-previdencia-de-1923-permitia-aposentadoria-aos-50-anos>. Acesso em 21 de outubro de 2021.

_____. Decreto n.º 29.541, de 20 de março de 2020. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte. Legislação Covid19. Disponível em: <https://portalcovid19.saude.rn.gov.br/medidas/medidasdogoverno/>. Acesso em 28 de outubro de 2021.

_____. Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2020. Art. 65, da LC/101. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 22 de out. de 2021.

_____. Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 fev. 2020.

_____. Medida Provisória n° 926, de 20 de março de 2020. Presidência da República. Secretaria-geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv926.htm>. Acesso em: 22 de out. 2021.

BRASILEIRO, Ana Maria. O federalismo cooperativo. IN: Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. N.39. jul.1974. 83-128.

BRITTO, Nara (1995). Oswaldo Cruz: a construção de um mito na Ciência brasileira. Rio de Janeiro: Fiocruz. 144 páginas.

CALMON, Pedro. História social do Brasil, volume 3: a época republicana. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CARNEIRO, Henrique Soares, Filtros, mezinhas e triagas. As drogas no mundo moderno, São Paulo, Xamã, 1994, p. 53.

DALLARI, Sueli Gandolfi. Competência municipal em matéria de saúde. Revista de Direito Público, São Paulo, v. 22, n. 92, p. 171, out./dez. 1989.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. Páginas 264 até 268. 9ª edição. Editora Juspodivm. Salvador, 2017.

KARNAL, Leandro. História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2013.

KETCHAM, Ralph. Escritos Antifederalistas y Debates de la Convención Constitucional de EE. UU. Barcelona: Hacer, 1996. ISBN 84-88711-26-3.

KOSELLECK, Reinhart. Storia sociale e storia concettuale. *In: Il Vocabolario della Modernità.* Trad. Carlo Sandrelli. Bologna: Il Mulino, 2009, p. 3-25.

MACHADO HORTA, Raul. Estudos de direito constitucional. Belo Horizonte: Del Rey, 1995. p. 366.

MEDICIS, Ernani. Coronavírus e Federação. *In*: *Jornal do Commercio (Opinião)*. Recife: 3 de abril de 2020, p. 23.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 42ª. ed. Atual até a Emenda Constitucional n.º 90, de 15 set. 2015. São Paulo: Malheiros, 2016. Pág. 149.

MONTESQUIEU, Barão de. Do Espírito das Leis. Páginas 168 até 178. Editora Martin Claret. São Paulo, 2010.

PAULO, Vicente., & ALEXANDRINO, Marcelo. (2008). Direito Constitucional Descomplicado, 3ª Ed. São Paulo: Método.

PEDROSA, Ronaldo Leite. Direito em História. Página 366. 6ª edição. Editora Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2008.

PORFÍRIO, Francisco. "Montesquieu"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/filosofia/montesquieu.htm>. Acesso em 21 de outubro de 2021.

RODRIGUES, Nina Trícia Disconzi. O federalismo e o desenvolvimento nacional. Porto Alegre: Ed. UniRitter, 2010.

SILVA, José Afonso da. Comentário Contextual à Constituição. 3ª ed, São Paulo: Malheiros, 2007, p. 273.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADI 6341. 2020. Relator Ministro Marco Aurélio. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI6341.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2021.

DEBATE SOBRE O ABORTO, O ABORTO LEGAL E COMO CRIMINOSO E OS DIREITOS DA MULHER

DEBATE ON ABORTION, LEGAL ABORTION AND AS A CRIMINAL AND WOMEN'S RIGHTS

DEBATE SOBRE EL ABORTO, EL ABORTO LEGAL Y COMO PENAL Y LOS DERECHOS DE LAS MUJERES

Adriana de Medeiros Maia e MEDEIROS[54]

Iara MILLER[55]

Manoel D. Fernandes BRAGA[56]

RESUMO

As questões sobre o aborto ocorrem a muito tempo, principalmente sobre quais são as situações plausíveis para sua realização, assim como quando o aborto deve ser permitido. Diversos valores são colocados em discussão para justificar a criminalização ou descriminalização do aborto, tais como fé, moral, ética, autonomia, direito, dignidade, entre outros. Há forte discussão sobre a temática, que é um problema de saúde pública e de encontros de grupos reacionários contra o aborto em qualquer fase do desenvolvimento embrionário ou fetal. o objetivo deste trabalho é discutir sobre o aborto, criminoso e legal, e os direitos da mulher, levando em consideração as leis vigentes na legislação brasileira, a partir dos artigos 124 ao 128 do Código Penal. Trata-se de uma revisão bibliográfica descritiva sobre o aborto, com ênfase contra o ato, pesquisado em periódicos nacionais. Os trabalhos foram pesquisados de outubro a dezembro de 2021 nas fontes de dados Medical Literature Analysis and Retrievel System Online (MEDLINE), Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (Sicelo), Google Acadêmico e Biblioteca Virtual em Saúde. A palavra aborto ainda possui estigma evidente na sociedade como tabus e sentimentos de vergonha. Muitas situações, a palavra designa o desvio da mulher de seguir o caminho biológico de reprodução. Em termos mais gerais,

[54] Graduação em Direito – UNICEUNA/2021, (E-Mail: adrianamaiaenf@gmail.com).

[55] Mestrado em Sociedade Democrática, Estado e Direito – UPV/2019; Especialização em Propaganda e Marketing na Gestão de Marcas – UFRN/2014; Especialização em Gestão Estratégica em Marketing – UFRN/2008; Graduação em Direito – UNICEUNA/2022; Graduação em Gestão Financeira – UNP/2006, (E-Mail: iaramiller@hotmail.com).

[56] Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais – UFRN/2014; Especialização em Democracia e Direitos Fundamentais – UEPB/2012; Especialização em Direito Penal e Processo Penal – LERGN/2011; Especialização em Gestão Pública Municipal – UFRN/2011; Graduação em Direito – LERGN/2009, (E-Mail: fernandes_direito@yahoo.com.br).

aborto é considerado a interrupção da gravidez devido a morte do feto ou embrião eliminado prematuramente do feto. A descoberta inicial da anencefalia é essencial para que haja preservação da integridade física e psicológica da mulher, indicados pelas leis que asseguram a possibilidade de realizar o abordo sem punições ou julgamentos civis. A complexidade do abortamento e dos discursos que envolvem a temática ainda tem predominância masculina, tendo em vista que a punição recai sobre a mulher e não ao homem que abandona o filho ou não assume a paternidade. A discussão em torno do abortamento é uma temática que deve ser discutida por ideal de gênero, uma vez que são as mulheres que vivenciam a gravidez sendo as responsáveis sobre os seus direitos sexuais e por decidir dar continuidade ou não do processo de gestação. No Brasil, existe o Código Penal que tipifica como crime o abortamento. No entanto, não impede que milhares de mulheres busquem clínicas clandestinas ou pratiquem o abortamento anualmente, colocando em risco de morte. a temática sobre o aborto como direito e o aborto como crime ainda tem muito a ser discutida, tendo em vista os obstáculos de certas camadas sociais, principalmente a religiosa. Esta se encontra presente em grande quantidade nos locais de elaboração de leis no país, Câmara dos Deputados e Senado Federal, dificultando avanços que legalizem o aborto e outros assuntos que vão de desencontro as suas doutrinas religiosas.

Palavras-Chave: Aborto; Direitos da mulher; Aborto criminoso; Aborto legal.

ABSTRACT

Questions about abortion have been around for a long time, mainly about what the plausible situations for its realization are, as well as when abortion should be allowed. Several values are discussed to justify the criminalization or decriminalization of abortion, such as faith, morals, ethics, autonomy, rights, dignity, among others. There is strong discussion on the subject, which is a public health problem and meetings of reactionary groups against abortion at any stage of embryonic or fetal development. The objective of this paper is to discuss abortion, criminal and legal, and women's rights, considering the laws in force in Brazilian legislation, from articles 124 to 128 of the Penal Code. This is a descriptive bibliographic review on abortion, with an emphasis on abortion, researched in national journals. Papers were searched from October to December 2021 in the data sources in the Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), Latin American and Caribbean Health Sciences Literature (LILACS), Scientific Electronic Library Online (Scielo), Academic Google data sources and Virtual Health Library. The word abortion still has an evident stigma in society as taboos and feelings of shame. In many situations, the word designates the woman's deviation from following the biological path of reproduction. In more general terms, abortion is considered the termination of pregnancy due to the death of the fetus or an embryo that is prematurely eliminated from the fetus. The initial discovery of anencephaly is essential for the preservation of the woman's physical and psychological integrity, indicated by laws that ensure the possibility of carrying out the approach

without punishment or civil judgments. The complexity of abortion and the discourses that involve the theme still have a male predominance, considering that the punishment falls on the woman and not on the man who abandons the child or does not assume paternity. The discussion around abortion is a topic that should be discussed by gender ideal, since women who experience pregnancy are responsible for their sexual rights and for deciding whether to continue the pregnancy process. In Brazil, there is a Penal Code that makes abortion a crime. However, it does not prevent thousands of women from seeking clandestine clinics or having abortions annually, putting them at risk of death. the theme about abortion as a right and abortion as a crime still has a lot to be discussed, given the obstacles of certain social strata, especially the religious. This is present in large quantities in the places of elaboration of laws in the country, the Chamber of Deputies, and the Federal Senate, hindering advances that legalize abortion and other matters that conflict with their religious doctrines.

Keywords: Abortion; Women rights; Criminal abortion; Legal abortion.

RESUMEN

Las preguntas sobre el aborto existen desde hace mucho tiempo, principalmente sobre cuáles son las situaciones plausibles para el aborto, así como cuándo se debe permitir el aborto. Se ponen en discusión varios valores para justificar la penalización o despenalización del aborto, como la fe, la moral, la ética, la autonomía, los derechos, la dignidad, entre otros. Hay fuertes discusiones sobre el tema, que es un problema de salud pública y reuniones de grupos reaccionarios contra el aborto en cualquier etapa del desarrollo embrionario o fetal. El objetivo de este trabajo es discutir el aborto, penal y legal, y los derechos de la mujer, teniendo en cuenta las normas vigentes en la legislación brasileña, desde los artículos 124 al 128 del Código Penal. Se trata de una revisión bibliográfica descriptiva sobre el aborto, con énfasis en el acto, investigada en revistas nacionales. Los trabajos fueron buscados de octubre a diciembre de 2021 en las fuentes de datos Medical Literature Analysis and Retrievel System Online (MEDLINE), Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (LILACS), Scientific Electronic Library Online (Sicelo), Google Scholar y Virtual Health Library. La palabra aborto todavía tiene un estigma evidente en la sociedad, como tabúes y sentimientos de vergüenza. En muchas situaciones, la palabra designa la desviación de la mujer del camino biológico de la reproducción. En términos más generales, se considera aborto la interrupción del embarazo por muerte del feto o eliminación prematura del embrión del feto. El descubrimiento inicial de la anencefalia es fundamental para preservar la integridad física y psicológica de la mujer, como lo indican las leyes que aseguran la posibilidad de realizar el aborto sin pena ni juicio civil. La complejidad del aborto y los discursos en torno al tema aún tiene predominio masculino, considerando que el castigo recae sobre la mujer y no sobre el hombre que abandona al niño o no asume la paternidad. La discusión en torno al aborto es un tema que debe ser discutido según los ideales de género, ya que son las mujeres que viven el embarazo las responsables de sus

derechos sexuales y de decidir si continúan o no con el proceso de gestación. En Brasil existe un Código Penal que tipifica el aborto como un delito. Sin embargo, no impide que miles de mujeres busquen clínicas clandestinas o se sometan a abortos anualmente, poniéndose en riesgo de muerte. El tema del aborto como derecho y del aborto como delito todavía tiene mucho que discutir, dados los obstáculos que enfrentan ciertas clases sociales, especialmente las religiosas. Esto está presente en gran cantidad en los lugares donde se elaboran leyes en el país, la Cámara de Diputados y el Senado Federal, obstaculizando los avances que legalizan el aborto y otras cuestiones que están reñidas con sus doctrinas religiosas.

Palabras clave: Aborto; Derechos de las mujeres; Aborto criminal; Aborto legal.

INTRODUÇÃO

As questões sobre o aborto ocorrem a muito tempo, principalmente sobre quais são as situações plausíveis para sua realização, assim como quando o aborto deve ser permitido. Diversos valores são colocados em discussão para justificar a criminalização ou descriminalização do aborto, tais como fé, moral, ética, autonomia, direito, dignidade, entre outros57. De início, cabe destacar que, “na Mesopotâmia, o Código de Hamurábi, 1700 a.C., trazia uma inscrição que considerava o aborto um crime contra os interesses do pai e do marido e uma lesão contra a mulher. O marido era considerado ofendido e prejudicado economicamente”, já no Brasil, segundo o autor, o aborto era enquadrado no capítulo contra a segurança das pessoas e das vidas no Código Penal do Império, de 1830, no entanto, quando o aborto era praticado pela própria gestante, não era punido[58].

As forças neoconservadoras usam da prerrogativa da defesa da família e ações que são contra o aborto que estão se fortalecendo e ganhando forças de cunho moralista e religioso. No Brasil, a partir de 2005, o poder executivo elaborou uma lei em favor da legalização da interrupção do aborto, formada por debates de grupos feministas e apresentada pela Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. No entanto, forças contrárias a essa proposta se uniram provocando reações pró-vida no legislativo e pelas camadas religiosas do país[59].

[57] GIUGLIANI *et al.*, 2019, p .02.
[58] VERARDO, 1987, p. 79.
[59] MACHADO, 2017, p. 17-18.

Esses debates sobre o aborto acabam sendo de grande riqueza e divergências sobre os sujeitos envolvidos no processo, uma vez que está em jogo o direito e autonomia da mãe e o direito à vida do feto. Contundo, é importante frisar que nas primeiras semanas de vida o embrião ainda não apresenta todas as características para se tornar um ser com direito, se opondo a autonomia da mãe no início da gestação[60].

O Código Civil, em seu artigo 1º do capítulo 1, refere que toda pessoa é capaz de direitos e deveres civis e complementa informando que a personalidade jurídica da pessoa começa após o nascimento com vida, porém já possui direito desde a concepção. No Estatuto da Criança e do Adolescente traz a informação que a criança, após o nascimento, tem direito à vida. O direito à vida se dá por meio de políticas públicas que garantam sua sobrevivência desde concepção.

Em 2017, o Partido Socialismos e Liberdade (PSOL) e o Instituo Anis (que é uma Organização não Governamental) lançaram uma campanha para esclarecer e fortalecer a ideia da descriminalização do aborto até 12ª semana, que equivale a 3 meses de gestação, levando em consideração os conceitos de dignidade humana, liberdade e autonomia[61]. No entanto, devido a essas características, o Brasil apresenta um dos mais conservadores no contexto da prática do aborto, sabendo-se que a descriminalização do aborto é a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher e reduzir a mortalidade materna, em situações específicas como em casos de violência sexual[62]

A partir do contexto, questiona-se: quais direitos e deveres da mulher em situações diversas do aborto? Sendo assim, o objetivo deste trabalho é discutir sobre o aborto, criminoso e legal, e os direitos da mulher, levando em consideração as leis vigentes na legislação brasileira, a partir dos artigos 124 ao 128 do Código Penal.

Justifica-se o desenvolvimento desse trabalho haja vista forte discussão sobre a temática, que é um problema de saúde pública e de encontros de grupos reacionários contra o aborto em qualquer fase do desenvolvimento embrionário ou fetal. A partir daí, problemas éticos surgem quando ocorre um embate entre direitos e deveres morais, não obtendo clareza sobre a ética na realização do procedimento do aborto, muito menos quem se torna responsável pelo direito ou dever de fazê-lo.

[60] PEREIRA, 2018, p. 41.
[61] VEZ *et al.*, 2017.
[62] GIUGLIANI *et al.*, 2019, p. 11.

Discutir sobre o aborto como direito e o aborto como crime é de extrema importância para conhecermos, historicamente, o avanço das leis penais e fatores que influenciam nas decisões jurídicas do País. No mais, compreender os diversos fatores que levam a mulher praticar o aborto também é de interesse de saúde pública e jurídica, pois fundamenta a discussão e embasa para a formulação de leis de acordo com a realidade social.

Trata-se de uma revisão bibliográfica descritiva sobre o aborto, com ênfase contra o ato, pesquisado em periódicos nacionais. A revisão bibliográfica é um método que parte do levantamento de produção científica publicada sobre uma temática escolhida pelo pesquisador para fundamentar teoricamente o que se pretende responder, bem como possibilita a síntese e análise do conhecimento científico já produzido na literatura científica de forma sistemática em uma sequência lógica[63].

Os trabalhos foram coletados entre os meses de outubro à dezembro de 2021 nas fontes de dados Medical Literature Analysis and Retrievel System Online (MEDLINE), Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (Sicelo), Google Acadêmico e Biblioteca Virtual em Saúde. Para realização da busca, utilizou as combinações dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) no seu termo em língua portuguesa e inglês Aborto (Abortion), Aborto Criminoso (Abortion, Criminal) Aborto Espontâneo (Abortion, Spontaneous), Aborto Induzido (Abortion, Inducied), Aborto Legal (Abortion, Legal), Aborto Terapêutico (Abortion, Therapeutic), Aspirantes a Aborto (Abortion Applicants) nos tópicos título resumo e assunto. Além disso, refinar os achados da pesquisa, apropriou-se do operador booleano AND.

A fonte de pesquisa envolveu artigos científicos disponíveis gratuitamente e na íntegra, com delineamento temporal dos últimos quinze anos. Foram excluídos deste trabalho anais de congresso, livros, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, entre outros documentos da literatura cinzenta, além dos que possuíam conteúdos que fugiam da temática proposta. A seleção dos trabalhos passou por uma análise e interpretação que seguiu fortemente os seguintes passos: (1) leitura do título e resumo, (2) leitura do conteúdo na íntegra, (3) identificação e extração da ideia central e (4) organização dos trabalhos para fundamentação teórica. Os estudos selecionados serão

[63] MARCONI *et al*., 2003.

sistematizados para fundamentar a discussão e responder à questão que norteou este trabalho. Análise dos trabalhos teve cunho qualitativo, procurando-se interpretar a ideia central dos textos. Para isso, apropriou-se da técnica de análise de conteúdo de Bardin (1979), em que o tema pode ser interpretado, criando significado e apresentado sinteticamente em uma frase ou palavra, intitulada de categoria.

Os resultados aqui apresentados se baseiam nos descritores em ciências da saúde e a sua relação com o direito ao aborto, trazendo na discussão o debate sobre o aborto como crime e o aborto como direito. Nessa perspectiva, será abordado a discussão sobre os tipos de abortos e sua relação com a jurisprudência brasileira.

De acordo com as autoras Del Col e Gennarini, temática do aborto no campo ético e bastante polêmica, pois envolve opiniões diversas e aspectos de múltipla natureza, além de dilemas morais, culturais e sociais, e questões que são necessárias devidas cautelas e discernimento, para que se encontre solução legal, legitima justa e compatível com a dignidade da pessoa humana[64].

Imaginemos, por exemplo, uma mulher grávida que é muito pobre, sem estrutura, abandonada pelo pai de seu filho, que decide abortar por acreditar que não terá condições de cuidar da criança. Nesta situação, a decisão parece envolver virtudes como coragem e maturidade. Agora imaginemos uma mulher grávida com uma boa estrutura financeira, casada, porém emocionalmente imatura, com medo de assumir tamanha responsabilidade, ou, ainda, desconfortável, por vaidade, em relação às mudanças que ocorrerão em seu corpo. Nesta situação o aborto parece ser bem mais contestável. Como diz Hursthouse, em algumas circunstâncias o aborto pode manifestar vícios como a dificuldade em assumir responsabilidades, foco exagerado em “curtir a vida”, ou uma visão falsa de liberdade e de autorrealização. Porém, em outras circunstâncias, dizer “eu não estou preparada para ser mãe” pode manifestar um senso de responsabilidade, uma lucidez, uma dose apropriada de humildade[65].

Falaremos sobre o aborto, seu conceito, o estigma que permanece na sociedade, a correlação com o Código Penal brasileiro, o termo de acordo com os descritores em ciências da saúde, os tipos de abortos legal e criminosos. Além disso, será abordado sobre o aborto e sua relação com o feto anencéfalo, apontando a sua definição, quando

[64] DEL COL *et al*, 2014, p. 103.
[65] PEREIRA, 2018, p. 57 *apud* HURSTHOUSE, 1991, p. 242.

surge, quais os procedimentos para realizar o abortamento de feto anencefálico, os perigos do feto anencéfalo para a mãe, dentre outras discussões que fundamentam o aborto nesse caso específico e, por fim, o aborto ocasionado por estupro.

Na sequência, abordaremos sobre o aborto como direito da mulher e as indicações de realizar aborto de forma legal sem que haja condenação de quem praticou o ato. Apresenta discussão sobre o direito sexual e reprodutivo da mulher. Continua a discussão sobre o aborto legal entre grupos que defendem na 22º semana de gestação, enquanto outros na 12º semana de gestação.

2. ABORTO

Qual seria a melhor forma de definir o aborto?

Os crimes contra a vida estão tipificados no Código Penal Brasileiro a partir do artigo 121. O primeiro deles é o homicídio, que consiste em matar alguém. A consumação deste delito ocorre com a morte encefálica, cujo conceito é "estado irreversível de cessação de todo o encéfalo e funções neurais"[66]. Ao contrário do homicídio, que pode ser cometido por qualquer pessoa, o infanticídio é crime próprio, que só pode ser praticado pela parturiente contra o próprio filho durante ou logo após o parto.

Segundo ensinamento de Damásio de Jesus, antes do início do parto existe aborto e a partir deste, infanticídio[67]. Essa cláusula temporal deve ser delimitada pois, conforme Capez, “é por seu intermédio que poderemos afirmar se estamos diante de um delito de aborto, infanticídio ou homicídio”[68]. Mirabete esclarece que o termo “aborto” indica o produto da interrupção da gravidez, havendo quem prefira a denominação “abortamento” para designar o ato de abortar[69].

Não existe, no Código Penal, uma definição exata e específica do que é aborto. Segundo lição de Prado, sua correta definição deve ser elaborada pelas ciências médicas

[66] NUCCI, 2010, p. 599.
[67] JESUS, 2002, p. 421.
[68] CAPEZ, 2014, p. 138.
[69] ARENA FILHO, 2015, p. 04 *apud* MIRABE, 2014, p. 59.

e biológicas, por exemplo, por meio de juízo de valor empírico-cultural[70]. Em suma, aborto é, nas palavras de Nucci, "a cessação da gravidez, antes do termo normal, causando a morte do feto ou embrião"[71]. De acordo com Ritt: "Nos dois primeiros meses de gestação, o aborto é chamado de ovular. No terceiro e quatro meses, embrionário, e daí em diante denomina-se fetal"[72].

No ano de 2020, o Sistema Único de Saúde do Brasil (SUS) realizou mais que 81 mil procedimentos após abortos mal-sucedidos e 1.024 interrupções de gravidez que estão previstas em lei, e ainda informou que, os procedimentos de curetagem e as aspirações foram 79 vezes maior que abortos legais[73]. A palavra aborto ainda possui estigma evidente na sociedade como tabus e sentimentos de vergonha. Muitas situações, a palavra designa o desvio da mulher de seguir o caminho biológico de reprodução. Assim, o motivo de não querer engravidar em determinadas sociedades causa espanto e vai contra os princípios culturais[74].

Há forte corrente na medicina que defende a realização do aborto terapêutico quando há risco na gestação, sendo responsáveis por salvar a vida da mulher. No entanto, o abortamento só deve ser feito por médicos especialistas em obstetrícia para decidir se há necessidade ou não da prática para evitar complicações e sofrimentos na gestação ou a morte da mulher[75]. Na medicina, o aborto é a expulsão do feto ou do embrião que causa sua morte provocado por mecanismos fisiológicos da própria gestação ou induzido através de ingestão de produtos farmacológicos, procedimentos cirúrgicos ou autoagressão.

Existem algumas definições de aborto tanto na conjuntura doutrinária quanto nas descritas nas termologias dos cursos de ciências da saúde: aborto criminoso – interrupção da gravidez com ou sem consentimento da gestante e modo forçado e voluntário; aborto espontâneo – que é a expulsão do produto da concepção antes que se complete a vigésima (20a) semana de gestação, sem interferência deliberada; aborto induzido – remoção intencional de um feto do útero por qualquer uma das numerosas técnicas; aborto legal – em que a lei permite que haja interrupção da gravidez de acordo

[70] PRADO, 2011, p. 134.
[71] NUCCI, 2009, p. 635.
[72] ARENA FILHO, 2015, p.04 *apud* RITT, 2011, p. 63.
[73] ACAYABA et al, 2020, p.01 *apud* DataSUS.
[74] VAZQUEZ, 2014.
[75] *Ibidem*.

com as circunstâncias civis presentes; aspirantes a aborto – são aqueles que requerem realizar o aborto induzido; aborto eugênico – interrupção da gravidez por laudo médico para evitar complicações genéticas graves na criança; e aborto acidental – aquele provocado por fatores extrínsecos e traumáticos vivenciados pela gestante[76].

Em termos gerais, a Organização Mundial da Saúde (OMS) define que abortamento é a interrupção voluntária ou não da gravidez antes de atingida a viabilidade fetal com até 22 semanas ou com massa corpórea até 500 gramas. Enquanto isso, o Ministério da Saúde segue praticamente a mesma idealização, apontando o abortamento entre 20º a 22ª semana de gestação e o peso do fato menor que 500g[77].

De acordo com os descritores em ciências da saúde, o termo aborto é designado como a interrupção da gravidez pela morte do feto ou embrião, junto com os anexos ovulares. Pode ser espontâneo (aborto espontâneo, também conhecido como "miscarriage" em inglês) ou provocado (aborto induzido). O feto expulso com menos de 0,5 kg ou 20 semanas de gestação é considerado abortado (feto abortado)[78]. Em termos mais gerais, aborto é considerado a interrupção da gravidez devido a morte do feto ou embrião eliminado prematuramente do feto. A lei assegura que a vida só tem início quando o óvulo se funde ao útero, então a mulher não pode ser penalizada pelo ato de aborto caso o nidação não tenho acontecido.

O aborto terapêutico, definido pelos descritores de ciências da saúde, aquele que é induzido para salvar a vida ou a saúde, física ou mental, de uma mulher grávida; às vezes efetuado após estupro ou incesto[79]. Esse tipo de aborto consiste na intervenção cirúrgica para a retirada do feto com o objetivo de salvar a vida da mulher. Essa linha tênue entre salvar uma vida destruindo a outra é discutida de forma que existem valores, culturais, políticos, morais e éticos em jogo. O bem maior, a vida da mãe, se sobressai diante da vida de um ser ainda não formado por completo e sem o direito a opinar sobre a decisão.

[76] BARREIRA *et al*, 2021, p. 07.
[77] BRASIL, 2011; OMS, 2011.
[78] BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE, 2021.
[79] BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE, 2021

Segundo Evelyn e Gennarini, referem que o primeiro direito que o ser humano tem é o direito à vida que está condicionada e fundamentada pela civilidade durante o nascimento até a morte. O nascimento do bebê deve ocorrer e gerar respiração[80].

Os abortos que possuem jurisprudência são aqueles ocasionados por estrupo e quando a mulher corre risco de morte ou quando os bebês nascem sem encéfalo (anencefálicos). Além disso, a temática envolve situações de grande vulnerabilidade das mulheres que se submetem a abortos clandestinos, indicado por perfil de mulheres solteiras, em condições socioeconômicas baixa, analfabetas e que vivem em risco de grande vulnerabilidade social.

2.1. DISCUSSÃO SOBRE O ABORTO DE FETO ANENCEFÁLICOS

O feto anencéfalo, aqueles em que há ausência total ou parcial do encéfalo, pode ser detectável durante a gestação por meio do exame de imagem ultrassonografia. Apesar dessas características, fetos com essa patologia possuem a preservação de algumas funções como chorar, respirar, mobilidade de alguns membros, entre outros[81].

> A anencefalia é um distúrbio de fechamento do tubo neural diagnosticável nas primeiras semanas de gestação. Por diversas razões, o tubo neural do feto não se fecha, deixando o cérebro exposto. O líquido amniótico gradativamente dissolve a massa encefálica, impedindo o desenvolvimento dos hemisférios cerebrais. Não há tratamento, cura ou qualquer possibilidade de sobrevida de um feto com anencefalia. Em mais da metade dos casos, os fetos não resistem à gestação, e os poucos que alcançam o momento do parto sobrevivem minutos ou horas fora do útero.

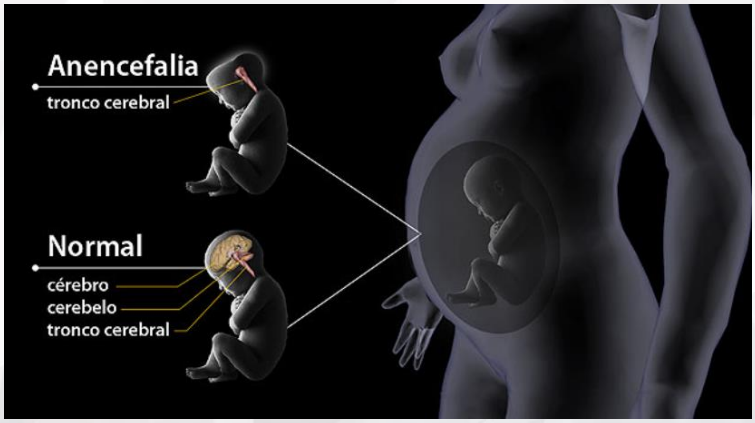
Em 2012, o então ministro da Corte Suprema, Marco Aurélio, a ação chamada Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental de número 54 (ADPF 54) foi aprovada pelo Supremo Tribunal Federal, tornando-se uma ferramenta jurídica que garante o aborto no caso de fetos anencéfalos no Brasil[82].

O processo de aborto de crianças anencefálicas tem forte apoio de grupos reacionários religiosos que asseguram a vida e criminalizam esse ato. Nesse sentido, há necessidade nessas situações de divergir a religiosidade com a razão, ou seja, o direito

[80] DEL COL *et al*, 2014, pp. 97-98.
[81] DINIZ, 2008, p. 647.
[82] VIEIRA JUNIOR, 2016, p. 74.

penal diante da sobrevida do feto e o direito de escolha da mulher, na conservação de sua integridade física e emocional[83].

Figura 01: Feto com Anencefalia



Fonte: <https://www.deficienteciente.com.br/quando-o-cerebro-nao-se-desenvolve.html>.

A anencefalia ocorre ainda na terceira semana de gestação quando diante da má formação do tubo neural, em que na maioria esse tubo não se fecha e o cérebro fica exposto. Com a abertura, o líquido amniótico dissolve a massa encefálica fazendo com que não haja desenvolvimento dos hemisférios cerebrais. Essa má formação congênita é diagnosticada ainda durante as consultas do pré-natal e apresenta alta taxa de letalidade. Nesse sentido, a morte cerebral é um indicador de finalização da vida, apesar de outras funções permanecerem ativas. A vida se inicia quando ocorre a nidação e o ordenamento jurídico brasileiro protege o feto desde ligação com a mãe até a sua autonomia diante do rompimento do cordão umbilical e início da gestação[84].

No entanto, apesar de vivermos em um país laico, os grupos conservadores religiosos condenam o aborto em qualquer fase da vida, pois apontam Deus como o único a julgar na terra quem vive e quem morre, em que todo e qualquer ser humano tem direito à vida independente da fase [85]. Os religiosos afirmam que existem elementos que nem mesmo a ciência pode alcançar que é alma. Esta é um elemento que diferencia o ser humano das demais espécies e é considerada imoral, permanecendo viva mesmo que todos os órgãos tenham morrido[86].

[83] DEL COL *et al*, 2014, p. 104.
[84] *Ibidem*.
[85] DEL COL *et al*, 2014, p. 104 *apud* OLIVEIRA, 2013.
[86] SPIANDORELLO, 2012, p. 426.

> **Art. 17** - Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984).

Sendo assim, a retirada do feto anencéfalo é constitucional e lícita e, de acordo com o art. 7 do Código Penal Brasileiro, apontando que não existe crime quando o material é ineficaz.

As gestantes que descobrem o feto anencefálico podem gerar riscos e complicações na própria gravidez, colocando em risco a vida da mulher, impossibilitando a continuidade de uma gravidez saudável que preserve a integridade física e psíquica.

Além disso, a anencefalia apresenta uma alta taxa de mortalidade para a criança, sendo grande parte ainda no meio intrauterino e, ao nascer, sobrevivem por pouco período no pós-parto. Contudo, não se deve pensar apenas no feto e sim nas condições físicas e emocionais da gestante. No aspecto físico e emocional, traz complicações para a gravidez colocando-a em risco de morte e, no emocional, a idealização da criança perfeita, principalmente nas primigestas, entre outras que podem causar a descontinuidade do ser mãe e prejuízos no âmbito familiar, social e cultural que convive.

A descoberta inicial da anencefalia é essencial para que haja preservação da integridade física e psicológica da mulher, indicados pelas leis que asseguram a possibilidade de realizar o abordo sem punições ou julgamentos civis, garantindo também a saúde como um direito fundamental regido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Ao descobrir o diagnóstico do feto anencéfalo, a mulher pode optar em dar continuidade a gravidez até o nascimento de uma criança inviável ou realizar a interrupção assegurada por lei. No entanto, essa escolha deve ser feita pela própria mulher, sem ser imposta pelo Estado ou profissional de saúde ou qualquer outra pessoa. Esse é o direito da mulher ao exercício da liberdade, escolha e autonomia.

Sendo assim, cabe aos profissionais de saúde, ao informar a mulher sobre o diagnóstico, ter ciência das alternativas que possam proporcionar reflexão e crítica da gestante para a tomada de decisão em interromper a gestação ou continuar até o nascimento.

2.2. DISCUSSÃO SOBRE O ABORTO DERIVADO DO ESTUPRO

O estupro é um ato que viola os direitos sexuais e reprodutivos de alguém que visa realizar ato sexual ou outro tipo de ato por meio de diversos mecanismo que fazem a vítima realizar a ação. As vítimas que sofrem esse tipo de violência desenvolvem problemas psíquicos ou físicos, além de, no caso da mulher, acabar gerando uma gravidez indesejada[87]. Já o autor Andreucci cita que:[88]

> Não importa ser a vítima solteira, casada ou viúva, uma vestal inatacável ou uma meretriz de baixa formação moral. Em qualquer hipótese é ela senhora do seu corpo e só entregará livremente como, quando, onde e a quem for do seu agrado.

As discussões sobre a interrupção da gravidez são bastante complexas e requerem uma análise crítica e reflexiva da situação para a tomada de decisão. A Lei 12.015 aponta os sujeitos ativos e passivos do estupro de ambos os sexos, ou seja, quando o homem passa a ser ofendido pela mulher e, a partir dessa ação, engravidar. Contudo, vai de encontro ao artigo 128. II do Código Penal, que exatamente autoriza o abortamento nas situações de estupro[89].

> **Art. 128 -** Não se pune o aborto praticado por médico: (Vide ADPF 54) Aborto necessário. I - se não há outro meio de salvar a vida da gestante; Aborto no caso de gravidez resultante de estupro; II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

O aborto sentimental ou ético, como dito acima, consiste na autorização legal para o médico interromper a gestação proveniente do estupro a pedido da vítima ou do seu representante legal. De acordo com o autor Rogério Greco[90]:

> O aborto sentimental se amolda a uma das causas legais da exclusão de ilicitude elencadas no art. 23 do Código Penal, a inexigibilidade de conduta adversa, que neste caso relativiza o caráter inviolável da vida garantido pela Constituição em virtude de haver conflito com outro direito fundamental, que é o da dignidade humana da gestante vítima de violência sexual.

Nessa questão de estupro, os juristas consideram mais evidente a liberdade sexual/dignidade da vida da vítima em comparação com o direito à vida do feto. Nessa

[87] REIS *et al*, 2018, p. 21.
[88] ANDREUCCI, 2014, p. 373.
[89] BARREIRA *et al*, 2021, p. 11.
[90] GRECO, 2017, p. 187.

perspectiva, a vítima não tem obrigatoriedade de prosseguir com uma gestação proveniente de uma violência sexual sofrida. O médico é o único profissional capaz de avaliar e comprovar a prática do estupro. Caso seja identificado uma alegação falsa por parte da gestante, esta responderá pelo crime de aborto consentido, de acordo com o artigo 124 do Código Penal Brasileiro[91].

> O aborto é visto como uma conduta desumana, que por muitas vezes, se sobrepõe ao direito de outrem, como no caso, o da mulher estuprada que tem o seu direito de abortar suprimido pela existência de um fruto de violência". Mesmo sendo assegurado pelo Código Penal Brasileiro, o direito de a vítima abortar não se concretiza. O que decorre da falta de regulamentação e por conta da polêmica que o aborto já causa por si próprio.

O Código Penal brasileiro considera como estupro aquelas relações sexuais sem consentimento praticadas por terceiros e a realização das práticas em vulnerabilidade. Antes da Lei 12.015, a mulher era vista como ser passivo e a conjunção carnal com o homem de modo sem seu consentimento não se caracterizaria estupro.

Antes das modificações operadas no Título Vl do Código Penal, o estupro e demais crimes sexuais eram abordados como "crimes contra os costumes". Masson, ao tratar do assunto, esclarece que o termo se refere à "linha de comportamento sexual imposta pelo Estado às pessoas, por necessidades ou conveniências sociais"[92]. A proteção moral social dispensada aos crimes sexuais, apesar de ter perdido seu sentido ao longo dos anos, prevaleceu até recentemente quando foi aprovada a Lei 12.015/09[93].

Assim, nessa nova lei, os crimes de estupros e atentados ao pudor foram incorporados e equivalentes passando a ser considerado um único crime, o estupro. Além do mais, a substituição do termo mulher por alguém amplia e insere não apenas o gênero heterossexual, mas todas as outras formas de gênero. Reis e Freitas apontam que[94]:

> Os crimes contra a dignidade sexual, de acordo com o artigo 225 do Código Penal, são de ação penal pública condicionada à representação da vítima ou de seu representante legal, salvo se a vítima for menor de 18 anos de idade ou pessoa vulnerável, caso em que a ação penal será pública incondicionada.

[91] ROMAGNOLI, 2019, p. 20.
[92] MASSON, 2020, p. 01.
[93] BARREIRA *et al*, 2021, p. 04.
[94] REIS *et al*, 2018, p .22.

No mais, a vítima que sofreu a violência sexual é desobrigada a apresentar um Boletim de Ocorrência (BO) e de outros documentos desnecessários para realizar o aborto legal, como o resultante de estupro. As vítimas acima de 18 anos são responsáveis legais pelos seus atos e as menos de 16 anos estão sob responsabilidade de seus pais ou responsável legal[95].

Entretanto, os profissionais de saúde que atendem a vítima deve guardar sigilo. O médico que realizou o atendimento a vítima deve preencher um formulário exigido pelo Sistema Nacional de Notificação de Agravos (SINAN)[96].

Todavia, Rosa *et al*, apresentam uma argumentação para defender a continuidade da gravidez em vítimas de violência sexual, afirmando que[97]:

> Se a vítima de estupro tem direitos fundamentais violados, tais quais a honra, a imagem e a intimidade, sem que isso acarrete risco à sua vida, não pode se valer tão somente de tais violações para extinguir a vida do nascituro. Admitir tal hipótese, além do já comentado, equivaleria a uma verdadeira execução de pena de morte a um inocente, que em nenhum momento contribuiu para a consecução do crime de estupro perpetrado.

O estudo realizado por Fonseca *et al.* (2020) aponta para que grande parte de gravidez por estupro ocorreu em adolescentes, tendo repúdio à gravidez bastante alto e ausência de arrependimento após o ato também. As mulheres que sofrem esse tipo de violência são jovens, solteiras e aquelas que são abusadas por algum familiar ou companheiro[98]. Existem no Brasil poucos serviços especializados em realizar o abortamento legal e os hospitais não oferecem setor específico para acolher as vítimas de estupro, fazendo com que elas busquem outras alternativas. Estudos apontam que os profissionais indicam medo de responsabilização por realizar o aborto, porém a vítima de estupro tem direito a esse procedimento[99].

A complexidade do abortamento e dos discursos que envolvem a temática ainda tem predominância masculina, tendo em vista que a punição recai sobre a mulher e não ao homem que abandona o filho ou não assume a paternidade. Nessa perspectiva, "o abandono ou negação do filho acaba se caracterizando aborto masculino"[100]. As culturas

[95] FONSECA *et al*., 2020, p. 22.
[96] REIS *et al*., 2018, p. 23.
[97] ROSA *et al*., 2020, p. 1369.
[98] FONSECA *et al*, 2020, p. 21.
[99] ROMAGNOLI, 2019, p. 19.
[100] VIEIRA JUNIOR, 2016, pp. 87-88.

patriarcais e machistas ainda são predominantes no país, em que o homem não é julgado ou apontado como participante do processo do abortamento, culpabilizando a mulher pelo ato. Muitas vezes, a causa do aborto está relacionada ao abandono do companheiro ou pela própria influência do mesmo para que a mulher pratique o aborto.

3. ABORTO: DIREITOS DA MULHER E ABORTO LEGAL

A discussão em torno do abortamento é uma temática que deve ser discutida por ideal de gênero, uma vez que são as mulheres que vivenciam a gravidez sendo as responsáveis sobre os seus direitos sexuais e por decidir dar continuidade ou não do processo de gestação[101].

A temática aborto é considerada bastante polêmica por envolver diversos setores da sociedade e grupos científicos, religiosos e políticos que se manifestam contra e a favor. Dessa forma, a questão que entra em debate, muitas vezes, é a defesa da vida do feto e não os direitos sexuais da mulher. Essa temática se trata de um problema de saúde pública no mundo. No Brasil, existe o Código Penal que tipifica como crime o abortamento. No entanto, não impede que milhares de mulheres busquem clínicas clandestinas ou pratiquem o abortamento anualmente, colocando em risco de morte[102].

A altercação em torno do aborto já se inicia a partir do artigo 121 do Código Penal Brasileiro, que trata sobre matar alguém, e se estende até o artigo 128 sobre o aborto legal. A partir desses artigos somados a integridade física, psíquica e da autonomia da mulher são discutidos para analisar a e tomar decisão sobre o abortamento[103].

> **Art. 121.** Matar alguém: Pena – reclusão, de seis a vinte anos. § 1º Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o do- mínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, ou juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.
>
> **Art.122.** Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou a praticar automutilação ou prestar-lhe auxílio material para que o faça: Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos. ... Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.
>
> **Art. 123.** Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após: Pena - detenção, de dois a seis anos.

[101] ARENA FILHO, 2015, p. 16.
[102] ARENA FILHO, 2015, pp. 16-17 *apud* Ministério da Saúde 2008, p. 8-9.
[103] BRASIL, 1940.

O artigo 124 do Código Penal Brasileiro considera o aborto como crime a interrupção, por meio da expulsão do feto ou embrião, durante a gravidez ou no período termo, que tem início com a nidação. No mais, quando ocorre o nascimento, o crime é considerado homicídio ou infanticídio. De acordo com o autor Morgani Guzzo, por se tratar de um crime doloso contra a vida, processos penais que envolvem o artigo 124 são submetidos a um Tribunal do Júri e vão a julgamento pelo Plenário do Júri. No entanto, a maior parte dos processos por aborto não chegam ao Plenário porque esse tipo de crime se enquadra naqueles em que pode ser ofertado o "benefício" da Lei 9.099 (art. 89), que prevê a suspensão condicional do processo[104].

Figura 02 – Aborto no código penal

Fonte: GUZZO, 2021, p.01 – **Arte:** Daniela Valenga.

Para Capez, o art. 127 trata-se de majorantes preterdolosas, uma vez que o dolo do agente é causar o aborto, mas ocorre resultado indesejado que lhe é imputável a título de culpa[105].

Os incisos I e II do artigo 128 do Código Penal aponta apenas como dois casos de aborto legal, a gravidez ocasionada por estupro ou quando coloca em risco de vida para a gestante.

[104] GUZZO, 2021, p. 01.
[105] CAPEZ, 2014, p. 157

A busca pelo aborto tem em sua grande maioria a procura por mulheres pobres e geralmente solteiras que tiveram uma transição na utilização de chás e ervas para processos mecânicos e uso de medicamentos farmacológicos[106]. Alguns doutrinadores defendem que todos os abortos subentendem certas lesões corporais graves, como a lesão do útero, inerente à prática do delito aqui discutido. Assim, a causa de aumento de pena aplicável apenas para lesões extraordinárias, desnecessárias à consumação do crime, tais como infecções. Do contrário, segundo ensinamento de Capez, "tal majorante incidiria sempre sobre o crime de aborto"[107].

Os direitos sexuais e reprodutivos da mulher não são exercidos por questões religiosas e culturais. No entanto, o direito de não prosseguir com uma gestação indesejada tem deve ser um direito firmado com veemência e a prática intervencionistas do aborto ser realizado o mais cedo possível para não provocar muitos danos para a mulher bem como o sistema nervoso central do feto não está totalmente desenvolvido.

3.1. O ABORTO E OS DIREITOS DA MULHER

A prática abortiva é conhecida pelas mulheres e bastante recorrente entre os níveis sociais, sendo considerado juridicamente crime. Então, a partir de um breve histórico, pontua-se a evolução do código penal para compreender a discussão sobre os direitos da mulher e o processo abortivo.

O aborto é um fenômeno social provocado por diversa fatores e meios para sua consumação. Dentre eles, cita-se a ingestão de medicamentos ou substâncias abortivas, omissão na assistência pelos profissionais de saúde, inserção de objetos para causar perfuração ou danos ao útero, danos psicológicos, dentre outros[108].

O primeiro código penal foi em 1830 onde a mulher poderia praticar o aborto sem ser penalizada, uma vez que a penalização era para quem realizasse o procedimento de retirada do feto com ou sem consentimento da mulher. Nessa perspectiva, a mulher

[106] VAZQUEZ, 2014, p. 155
[107] CAPEZ, 2014, p. 158.
[108] ARENA FILHO, 2015, p. 16 *apud* CAPEZ, 2014, p. 147.

era vista como uma imagem frágil e vulnerável influenciada por terceiros para que realizasse o aborto[109].

> **Secção III – Aborto.**
>
> **Art.199.** Occasionar aborto por qualquer meio empregado interior ou exteriormente com consentimento da mulher pejada. **Penas** – de prisão com trabalho por um a cinco annos. Se o crime for cometido sem o consentimento da mulher pejada – Pena dobrada
>
> **Art. 200.** Fornece com conhecimento de causa drogas ou quaisquer meios para produzir o aborto, ainda que este não se verifique. **Pena** – de prisão com trabalho por dous a seis annos. Se o crime for cometido por médico, boticário, cirurgião ou praticante de taes artes – Pena dobrada1.

No entanto, no Brasil Colônia, por exemplo, o autor que praticava o aborto era penalizado e a justificativa naquela época é que o Brasil precisava ser habitado, se tornando ilegal e uma prática condenada pelas autoridades daquela época[110].

> O Código Criminal do Império do Brasil de 1830 criminalizou as práticas de aborto, mas não como o mesmo rigor que se percebe no código de 1890. Enquanto, no de 1830, não era prevista qualquer pena para o autoaborto, o de 1890 previu pena de um a cinco anos para a gestante que conseguir abortar voluntariamente.

Observa-se que os Códigos Penais de 1830 e os de 1890 possuem contextos sociais e políticos diferentes e as especificidades de cada período marcaram as práticas institucionais no âmbito do legislativo.

Em 1890, o novo código já indicava a punição de gestantes que realizassem o aborto e passaram a ser criminalizadas pelo ato de interrupção da gravidez. Além disso, esse novo código envolvia outros grupos de pessoas que estivessem envolvidos com a prática abortiva, passando a ser um ato delituoso, mesmo quando cometido pela gestante, na legislação brasileira[111].

> **Art. 300**. Provocar aborto, haja ou não a expulsão do fruto da concepção: No primeiro caso: - pena de prisão cellular por dous a seis annos. No segundo caso: - **pena** de prisão cellular por seis mezes a um ano. **§1°.** Si em conseqüência do aborto ou dos meos empregados para provocal-o, seguir a morte da mulher: Pena: - de prisão celular de seis a vinte e quatro annos. **§2°.** Si o aborto for provocado por médico, ou parteira legalmente habilitada para o exercício da medicina: Pena: - a mesma precedentemente estabelecida, e a de privação do exercício da profissão por tempo igual ao da condenação.

[109] VAZQUEZ, 2014, p. 149 *apud* BRASIL 1930, s.p.
[110] PEDRO, 2003, p. 30.
[111] VAZQUEZ, 2014, p.150 *apud* BRASIL 1890, s.p.

> **Art. 301.** Provocar aborto com annuencia e accordo da gestante: Pena: de prisão cellular de um a cinco annos. **§único:** - Em igual pena incorrerá a gestante que conseguir abortar voluntariamente, empregando para esse fim os meios; e com reducção da terça parte, si o crime for commetido para ocultar a deshonra própria.
>
> **Art. 302.** Si o médico ou parteira, praticando o aborto legal, ou aborto necessário, para salvar a gestante da morte inevitável, accasionar-lhe a morte por imperícia ou negligência: Pena: - de prisão cellular por dous meses, e privação do exercício da profissão por igual tempo ao da condemnação.

O código penal de 1940, que está em vigor até os dias atuais, continua a penalizar a gestante que se utilize de meios para interromper sua gravidez. No entanto, a gravidade do crime está direcionada mais para os profissionais que realizam o aborto do que a própria gestante. Outro ponto importante nesse novo código é a prática do aborto legal, quando houver possíveis riscos, comprovados, para a gestante e ocasionada por estrupo[112].

O Código Penal a cada período passa por mudanças significativas para se adaptar à nova realidade social. A exemplo, tem-se a modificação na Lei 12.015 de 07 de agosto de 2009, em que a mulher também pode ser penalizada se engravidar diante da provocação de violência sexual praticada contra o homem[113].

O aborto criminoso é indiscutível no momento que ocorre a nidação, pois está sob proteção da mãe, sendo imprescindível assegurar o respeito a vida e a proteção, impossibilitando a sua privacidade.

Os avanços na saúde da mulher têm se mostrado ainda com deficiência. Quando se trata de aborto induzido, por ser uma prática ilícita no Brasil, proporcionam a busca por clínicas ou práticas inseguras que favorecem o abortamento. Além disso, esse tipo de abordo evidência a fragilidade e a falta de direito da mulher em decidir sobre o seu próprio corpo[114]. Em algumas situações, as críticas voltadas para o abortamento estão relacionadas ao fato de que as mulheres deveriam dar prosseguimento a gestação, enfrentar todos os obstáculos financeiros e sociais, as transformações físicas e

[112] VAZQUEZ, 2014, p. 150.
[113] BARREIRA *et al*, 2021, p. 07.
[114] ANJOS *et al*., 2013, p. 513.

emocionais, que fazem parte da gravidez, para mostrar moralmente o seu amor materno para com a sociedade[115].

A criminalização do aborto como acontece no Brasil viola os princípios democráticos elementares bem como o controle ideológico sobre a sexualidade da feminina, sob domínio patriarcal, gerando sequelas terríveis as mulheres e, em muitas situações, ao óbito[116]. A descriminalização do aborto e a acessibilidade de outras premissas para a interrupção da gravidez têm forte apoio dos juízes e promotores, porém a variável que prejudica o andamento desses fatores é a forte influência da religião[117]. Nessa linha de raciocínio, a discussão em torno da legalização do aborto seria uma alternativa benéfica para as mulheres. Estudos apontam que reduziriam a busca pelas mulheres em clínicas clandestinas ou provoquem abortos de forma ilegal, bem como as gestações indesejadas e os números de interrupções de gravidez seriam reduzidos. No mais, o direito a mulher em decidir interromper ou dar continuidade a gestação passariam a ser acompanhados e realizados por médicos especialistas[118].

A legalização do aborto traria benefícios e mais segurança para a mulher quando estaria disponível clínicas especializadas, legalizadas na qual auxiliaria na redução de óbitos por aborto e de complicações pós-cirúrgica. Além disso, a mulher antes de realizar o aborto passaria por um acompanhamento multiprofissional que podem utilizar estratégias que a façam desistir da interrupção da gravidez.

As discussões internacionais sobre os direitos humanos reconheceram o direito da mulher em decidir e determinar sobre a quantidade de filhos, o intervalo entre as gestações, sobre seu corpo, direitos sexual e reprodutivo, o exercício da maternidade, sexualidade, dentre outros[119]. Vale destacar a força do movimento feminista sobre a construção da imagem da mulher em uma sociedade dominada por homens. Os direitos sexuais e reprodutivos, por exemplo, foi um grande avanço conquistado pelo movimento. No entanto, a assistência sexual e reprodutiva ainda é incipiente no país

[115] VAZQUEZ, 2014, p. 161.
[116] TORRES, 2012, p. 43.
[117] FONSECA *et al*., 2020, p. 24.
[118] ARENA FILHO, 2015.
[119] TORRES, 2012, p. 42.

resultando na gravidez indesejada que potencializam a busca por métodos para provocar o aborto[120].

O aborto é uma prática que rege uma linha tênue entre os que defendem e os que condenam. Grupos reacionários, principalmente religiosos, são os que desaprovam o aborto usando Deus como argumento. Enquanto outro grupo, exemplificando o movimento feminista, defende os direitos sexuais e reprodutivos da mulher, além de que vem conquistando para mulher vários espaços e direitos em uma sociedade hierarquizada por homens.

3.2. O ABORTO LEGAL NA 22ª SEMANA DE GESTAÇÃO X 12ª SEMANA DE GESTAÇÃO

Para que haja o aborto é primordial que ocorra uma gravidez. O conceito de aborto é definido como a interrupção da gravidez até 22ª semana de gestação e que o feto apresenta peso inferior a 500g. O aborto pode ocorrer de forma espontânea ou induzida quando põe em risco a vida da gestante ou quando por sua própria decisão ou de outrem interrompe a gravidez, o que é considerado ilegal. Nunes sobre esse assunto diz que:[121].

> O consentimento da gestante é imprescindível, pois, cuidando-se de exercício regular de direito, somente a mãe pode saber o grau de rejeição ao feto ou embrião. Caso decida gerar o ser, permitindo-lhe o nascimento, é direito seu. Em verdade, terá dado mostra de superior desprendimento e nenhum bem será ainda mais sacrificado, além do trauma que já sofreu em virtude da violência sexual.

Em 2016, o a primeira turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o aborto não era considerado crime quando realizado até os três meses de gravidez ou 22 semanas de gestação. Os ministros do STF utilizaram como argumentos documentos científicos, social e jurídicos para tomarem essa decisão. A decisão tomou como ponto principal o direito da mulher, excetuando-se do direito que a criança possui desde concepção.

[120] ANJOS *et al*., 2013, p. 513.
[121] NUCCI, 2014, p. 612.

Em termos científicos, o primeiro trimestre a criança não apresenta o sistema nervoso desenvolvido o que consideram que não há vida se não houver atividade cerebral, uma vez que o marco inicial da vida é o início da atividade cerebral.

Na 22ª semana de gestação, o sistema nervoso do bebê continua se desenvolvimento de forma rápida, assim como o respiratório e o digestório. Ainda nessa fase, os órgãos funcionam, exceto os pulmões que começam a trabalhar após o nascimento. A oxigenação dos órgãos e tecidos do bebê são nutridos pela mãe por meio do cordão umbilical e pela placenta. Além disso, a pele se apresenta fina, sobrancelhas e unhas já formadas e já tem desenvolvido o sentido do tato. Nessa perspectiva, o aborto ocorrendo antes das 22 semanas o bebê já apresenta alguns órgãos e sistemas em desenvolvimento, o que garante início da vida e de suas funções vitais. Dessa forma, seguindo recomendações internacionais, o ideal seria reduzir esse tempo de 22 para 12 semanas de gestação.

Alguns políticos, jurídicos e profissionais de saúde defendem o aborto até 12ª semana de gestação, pois nessa fase o sistema nervoso ainda é bastante primitivo, concluindo que o feto não tem consciência ou uma atividade cerebral presente. Se não tem atividade cerebral, cientificamente, não tem vida. Sendo assim, o abortamento realizado até esse período não causaria prejuízos ou danos ao bebê, pois não sentiria dor física e nem atividade mental. Nesse contexto e ideia, o bebê com até 22 semanas já sentiria dor e o seu direito de vida estaria sendo interrompido sem consentimento, causando contradição do direito à vida estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Observa-se no Brasil que o aborto é realizado cotidianamente e que as mulheres mais favorecidas conseguem interromper a gravidez com segurança, enquanto as de classes social desfavorecida arriscam a própria vida buscando clínicas clandestinas ou métodos que apresentam reações adversas graves.

O Código Penal brasileiro aponta três tipos de abortos que podem gerar penalizações: o aborto consentido, provocado pela própria gestante e o provocado sem consentimento da gestante. No entanto, o aborto espontâneo é ocorre sem explicações, mas que apresentam fatores de risco para a sua ocorrência. A decisão do STF sobre o aborto até 22 semanas inclui também que as prisões dos réus não eram viáveis.

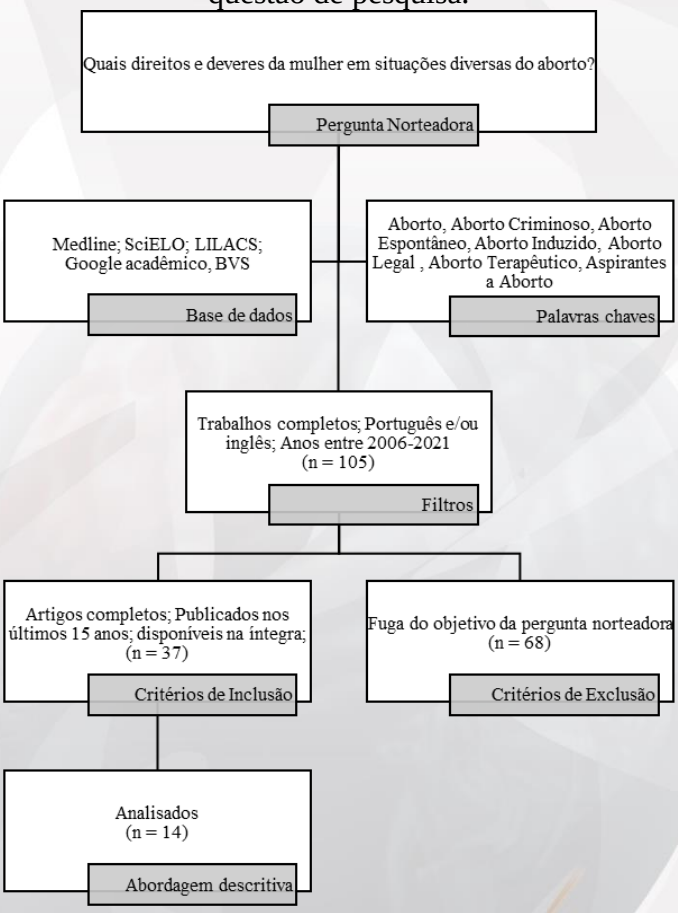
O Código Penal brasileiro afirma que toda pessoa tem direitos e que eles são garantidos a partir da concepção. Contudo, o Estatuto da Criança e do Adolescente dá ênfase de que a criança tem direito e ele deve ser preservado mediante ações que garantam sua sobrevivência. Dessa forma, a caracterização do aborto se torna uma análise minuciosa e interpretativa de leis e julgamentos sobre direitos. Sendo assim, os artigos do Código Penal do 124 ao 128 que tipificam o crime de abordo; os direitos sexuais e reprodutivos da mulher; a autonomia, integridade física e psíquica da gestante; a igualdade da mulher; a busca por assistência ao serviço público para a prática do abortamento; são considerados em decisões sobre a criminalização do aborto e dos autores envolvidos no processo.

4. CARACTERIZAÇÃO DOS ARTIGOS

Esse trabalho teve embasamento teórico fundamentado em revisão bibliográfica para responder à questão de pesquisa. Para isso, as fontes de dados pesquisadas foram Medline, Scielo, Lilacs, Google Acadêmico e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), apropriando-se dos descritores em Ciências da Saúde Aborto, Aborto Criminoso, Aborto Espontâneo, Aborto Induzido, Aborto Legal, Aborto Terapêutico, Aspirantes a Aborto.

A temporalidade dos artigos foi de 15 (quinze) anos com objetivo de aumentar a base de estudo da temática e encontrar trabalhos que trouxessem reflexão para responder a pergunta norteadora. Então, a partir dessas informações, foram encontrados 105 artigos, dos quais 68 foram excluídos e 37 atenderam aos critérios de inclusão. Os 37 artigos foram lidos na íntegra e apenas 14 compuseram a amostra que gerou a discussão dos capítulos desde trabalho.

Figura 04 – **Fluxograma:** Seleção dos artigos nas bases de dados para responder à questão de pesquisa.



Fonte: Autoria própria

Na tabela 1 está a caraterização dos estudos analisados. Com base nela podemos observar que todos os estudos foram brasileiros. Desses estudos, apenas um foi de 2008 e os demais de 2012 a 2021. Além disso, a predominância do tipo de estudo foi artigo de reflexão, seguido de revisão bibliográfica/literatura.

Figura 05 – **Tabela 1**: Descrição dos estudos analisados na presente revisão

Ordem	Autores	Título	Tipo do estudo	Ano	País
01	Anjos *et al*	Aborto e Saúde Pública no Brasil: reflexões sob perspectivas dos direitos humanos	Revisão de literatura	2013	Brasil
02	Barreira; Barbosa	A gravidez indesejada proveniente de estupro praticado pela mulher e a possibilidade de aplicação do aborto sentimental	Pesquisa bibliográfica	2021	Brasil
03	Del Col; Gennarini	Aborto de feto anencéfalo.	Revisão bibliográfica	2014	Brasil
04	Diniz; Velez	Aborto na suprema corte: o caso da anencefalia no Brasil	Artigo de reflexão	2008	Brasil
05	Fonseca *et al.*	Aborto legal no Brasil: revisão sistemática da produção científica, 2008-2018	Revisão sistemática	2020	Brasil

Ordem	Autores	Título	Tipo do estudo	Ano	País
06	Giugliane *et al.*	O direito ao aborto no Brasil e a implicação da Atenção Primária à Saúde.	Relato de experiência	2019	Brasil
07	Machado	O aborto como direito e o aborto como crime: o retrocesso neoconservador.	Análise de conteúdo	2017	Brasil
08	Pereira	A ética do aborto além da questão do direito	Artigo de reflexão	2018	Brasil
09	Reis; Freitas	Estupro e aborto sentimental: a inexigibilidade de autorização judicial e a ausência de notificação das autoridades competentes	Artigo de reflexão	2018	Brasil
10	Romagnoli	Aborto no caso de gravidez resultante de estupro: o prazo da escolha para a vítima.	Artigo de reflexão	2019	Brasil
11	Rosa *et al.*	Aborto e direito à vida: (não) recepção do aborto em caso de estupro	Métodos dedutivo e argumentativo	2020	Brasil
12	Spiandorello	Cenário de desenvolvimento da vida humana e reflexões sobre o aborto.	Artigo de reflexão	2012	Brasil
13	Torres	Aborto e Legislação comparada	Artigo de reflexão	2012	Brasil
14	Vazquez	Sobre as mulheres e o aborto: notas sobre leis, medicina e práticas femininas	Análise histórica	2014	Brasil
15	Vaz; Rezende	Direito, ética, autonomia e dignidade: análise comparativa da ADPF sobre a descriminalização do aborto	Análise da Arguição do Descumprimento de Preceito Fundamental	2017	Brasil
16	Vieira Junior	O status jurídico brasileiro do aborto: uma questão de gênero?	Artigo de reflexão	2016	Brasil

Fonte: Autoria própria

A tabela abaixo, apresenta a análise descritiva dos estudos selecionados para compor amostra e responder a pergunta norteadora, apontando o objetivo do estudo e alguns resultados.

Figura 06 – **Tabela 2**: Caracterização descritiva dos artigos selecionados

Autores (Ano)	Objetivo	Resultados
Anjos *et al.* (2013)	Objetivou descrever a relação entre aborto e saúde pública no Brasil, sob a perspectiva dos direitos Humanos. Trata-se de uma revisão da literatura realizada na base de dados SciELO.	Por conta da criminalização do aborto no País, diversas mulheres realizam este procedimento de forma insegura, provocando danos a sua própria saúde, o que se configura em uma violação dos direitos humanos.
Barreira; Baborsa (2021)	Analisar especificamente a possibilidade de aplicação do aborto sentimental ao requerimento do ofendido ou da autora do estupro, uma vez que a Lei 12.015 de 2009 passou a admitir como sujeitos ativo e passivo do crime, pessoas de ambos os sexos.	Aponta que a aplicação do aborto sentimental, nessas hipóteses, não encontra qualquer respaldo em nosso ordenamento jurídico, uma vez que não estão abarcadas pelo dispositivo bem como violam diversas normas constitucionais.
Del Col; Gennarini (2014)	Este trabalho buscou abordar várias destas questões, principalmente os aspectos jurídicos	O aborto nos casos de feto portador de anencefalia, não pode ser caracterizado pelo ordenamento jurídico. Sendo a vida o bem jurídico tutelado e, se onde há cessação da atividade cerebral não há vida, não há objeto jurídico a ser tutelado, não há crime. Como tal, não pode existir a responsabilidade penal.

Autores (Ano)	Objetivo	Resultados
Diniz; Velez (2008)	Este artigo analisa o desafio jurídico e ético imposto pela anencefalia ao debate sobre direitos reprodutivos no Brasil.	O artigo demonstrado como o debate sobre o aborto provoca os fundamentos constitucionais da laicidade do Estado brasileiro e expõe a fragilidade da razão pública em temas de direitos reprodutivos, em especial sobre o aborto.
Fonseca *et al.*(2020)	O objetivo desta revisão sistemática foi atualizado o conhecimento sobre o aborto legal, quanto ao perfil dos serviços, das mulheres atendidas, conhecimento de estudantes e médicos, situação de anencefalia e malformações graves.	O conhecimento sobre o aborto legal ainda é escasso, a demanda do procedimento é reprimida e a formação médica é deficiente no tema. Apenas um artigo abordou os serviços de aborto legal, lectivos 37 dos 68 cadastrados em atividade, inexistência em sete estados e concentração nas capitais. O conhecimento sobre o aborto legal ainda é escasso, a demanda do procedimento é reprimida e a formação médica é deficiente no tema.
Giugliane *et al.*(2019)	Apresenta ideias de como o(a) médico(a) de família e comunidade pode atuar frente a uma situação de gravidez indesejada, baseado na experiência de outros países, considerando os atributos da atenção primária e o código de ética médica.	O nosso meio, um primeiro passo para avançar no direito ao aborto é fazer cumprir a lei que garante a sua realização em situações específicas e que a atuação dos(as) profissionais da atenção primária na redução de danos parece ser uma estratégia chave para evitar abortos inseguros e, por consequência, reduzir a mortalidade materna
Machado (2017)	Este artigo analisa o confronto político entre as argumentações feministas e as fundamentalistas sobre o aborto, no Brasil dos anos dois mil	A análise dos depoimentos de deputados e religiosos fundamentalistas revela o confronto com a laicidade do Estado. Capturam e distorcem os discursos jurídico e genético, disfarçam-nos como discurso de direitos humanos e desqualificam as mulheres como menos sujeitos de direitos. O aborto como "crime e pecado" é vinculado ao "lugar (subordinado) da mulher" na "família tradicional". As forças neoconservadoras mobilizam-se para a imposição moral religiosa sobre as mulheres e vislumbram o retrocesso, não só dos direitos ao aborto, mas dos direitos das mulheres.
Pereira (2018)	Este artigo pretende explorar questionamentos éticos que vão além deste paradigma.	As discussões sobre o estatuto do feto estão estreitamente ligadas ao paradigma dos direitos, pois trata-se, em geral, de determinar o momento em que o feto adquire direito à vida.
Reis; Freitas (2018)	O objetivo do estudo constituiu em pensar sobre o aborto pós-estupro como um direito da mulher garantido pelas normas internacionais de direitos humanos, bem como pela legislação brasileira.	Entende-se que, o consentimento da mulher ou o de seu representante legal é suficiente para o acesso ao aborto legal, sendo o testemunho da mulher legítimo para o acesso aos serviços de saúde, não necessitando de decisão judicial para o aborto. O estudo é uma revisão integrativa e utilizou-se doutrinas, legislações e normas técnicas do Ministério da Saúde.
Romagnoli (2019)	O presente trabalho tem por objetivo responder ao seguinte questionamento: Ofende a dignidade da pessoa humana o fato de inexistir prazo legal para que a vítima possa realizar o aborto legal?	O artigo traz uma discussão entre o entendimento jurídico e o entendimento da medicina, demonstrando que o parecer medicinal estipula um prazo para a interrupção da gravidez e também tende a solicitar documentos legais como prova do que ocorreu com a vítima, enquanto o âmbito jurídico só prevê a retirada do feto, não impondo qualquer prazo para realizar a interrupção da gravidez ou até mesmo algum documento para que a vítima comprove a violência sexual sofrida.
Rosa *et al.* (2020)	O presente trabalho presta-se a comprovar a não recepção (revogação) do aborto em caso de estupro, sob a perspectiva do nascituro	Faz um exercício dialético entre a ofensa ao direito à vida do nascituro e a ofensa aos direitos da gestante, para ao fim, concluir-se pela não recepção do art.

Autores (Ano)	Objetivo	Resultados
	enquanto titular do direito fundamental à vida	128, I, do Diploma Penal.
Spiandorello (2012)	Este artigo reflete sobre o aborto com uma visão pouco explorada, que abrange todas as fases da formação do ser humano. Analisa o reconhecimento moral da existência do ser humano, por estar fundamentando tomadas de decisões para a justificativa de aborto	O reconhecimento moral da existência do ser humano perde a importância que lhe é atribuída e justifica a realização de aborto em casos especiais. O artigo objetiva classificar o processo de criação do ser humano e a sua análise lógica sem, no entanto, se aprofundar nas discussões éticas inerentes a cada fase.
Torres (2012)	Analisar o aborto com a legislação vigente em diversos países	O Brasil, que adotou o sistema democrático e que aderiu a todos os princípios e tratados internacionais de direitos humanos, incorporando em seu sistema jurídico-constitucional os direitos humanos, sexuais e reprodutivos das mulheres, tem a obrigação jurídica e ética de descriminalizar o aborto.
Vazquez (2014)	Este artigo tem o objetivo de debater sobre as práticas de aborto.	Com o triunfo da estratégia do perdão se demonstrou que o que realmente estava em jogo e o que estava socialmente sendo julgado não era a morte de uma criança ou deum feto, mas sim se as gestantes deveriam ou não assumir o filho diante das situações tão adversas de suas vidas.
Vaz; Rezende (2017)	Propõe-se aqui, analisar criticamente os principais conceitos que fundamentam Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) impetrada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).	A tentativa do Partido mostrou-se inconsistente por inúmeros motivos. Ao admitir que não existem princípios fundamentais, o partido inviabiliza a própria definição de ADPF, que é a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Ou seja, eles se utilizam de um instrumento jurídico embora não acreditem nos existencialismos de preceitos fundamentais.
Vieira Junior (2016)	Refletir ordenamento jurídico sobre a prática abortiva desvela as posições das relações gênero na sociedade brasileira	Destaca-se os elementos, as ênfases, os aspectos marcantes, as posições que são usadas nos discursos sobre a prática abortiva proveniente da área jurídica e assim perceber nela o quanto se revela uma questão de gênero.

Fonte: Autoria própria

CONCLUSÃO

A temática abortamento ainda apresenta estigmas e preconceitos bem como forte resistência de grupos reacionários conservadores que utilizam a religião com propósito de criar obstáculos para a efetivação do ato. Além disso, esses fatores fazem com que milhares de mulheres busquem clínicas e realizem procedimentos mecânicos, ingestão de substâncias físicas ou atos contra a integridade física colocando-se em risco de vida.

O Código Penal Brasileiro acoberta a prática do aborto apenas em duas situações: estupro ou quando a gestação é de risco para a mulher. No entanto, vários outros fatores devem ser levados em consideração para que haja tomada de decisão

sobre o procedimento, tendo em vista que as mulheres, muito solteiras, são as únicas que vivenciam a gravidez e se encontram em vulnerabilidade social, econômica e com o seu direito a autonomia violado.

Nesse contexto, entende-se que é necessário educar a população para que tenham compreensão sobre os reais fatos que envolvem a escolha da mulher em querer realizar o aborto. A educação é um processo que necessita ser implementado com auxílio de apoios de todos os setores da sociedade com objetivo de reduzir os pré-conceitos e entender integralmente os motivos que fazem a mulher realizar o aborto sem julgamentos.

A legalização do aborto no país, seguindo ao que ocorre nos países em que a lei está em vigor, poderia reduzir riscos à saúde da mulher, pois o procedimento seria feito por médicos especializados e potencializa o direito de autonomia da mulher.

O STF, no ano de 2016, decidiu a interrupção da gravidez de forma legal até 22 semanas de gestação. Ao contrário, alguns profissionais de saúde, juristas e políticos defendem o aborto legal até 12ª semana, tendo em vista que não há atividade cerebral e, consequentemente, vida; ao contrário do que já está desenvolvido e em desenvolvimento nas 22 semanas.

Por fim, a temática sobre o aborto como direito e o aborto como crime ainda tem muito a ser discutida, tendo em vista os obstáculos de certas camadas sociais, principalmente a religiosa. Além disso, o debate não finaliza nesse ponto, pois tem muito a que ser discutido para se chegar a um consenso em que os direitos sexuais e reprodutivos da mulher possam ser, de fato, colocados em prática de modo a não haver apontamentos e culpabilização da mulher pelo ato do abortamento.

REFERÊNCIAS

ACAYABA, Cíntia; FIGUEIREDO, Patrícia. **SUS fez 80,9 mil procedimentos e 1.024 interrupções de gravidez previstas em lei no 1º semestre de 2020.** Site G1. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/08/20/sus-fez-809-mil-procedimentos-apos-abortos-malsucedidos-e-1024-interrupcoes-de-gravidez-previstas-em-lei-no-1o-semestre-de-2020.ghtml> Acesso em: 08 de dezembro de 2021.

ANDREUCCI, Ricardo Antônio. Manual de direito penal. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

ANJOS, Karla Ferraz dos Anjos; SANTOS, Vanessa Cruz; SOUZAS, Raquel; EUGÊNIO, Benedito Gonçalves. **Aborto e Saúde Pública no Brasil: reflexões sob perspectivas dos direitos humanos.** Saúde em Debate, v.37, n.98, p.504-515, 2013. **SciELO - Scientific Electronic Library Online**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/yTbJpmr9CbpSvzVKggKsJdt/?lang=pt>. Acesso em 20 de novembro de 2021.

ARENA FILHO, Alexandre. **A legalização do aborto como forma de reduzir quantidade de mortes e os índices de criminalidade.** XII Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 2015. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/13142/2244>. Acesso em 20 de novembro de 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edição 70, Lisboa: 1979.

BARREIRA, Eliene Araújo Souza; BARBOSA, Igor de Andrade. **A gravidez indesejada proveniente de estupro praticado pela mulher e a possibilidade de aplicação do aborto sentimental**. Revista Vertentes do Direito, v.8, n.1, p.344-362, 2021. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/direito/article/view/10955/18709>. Acesso em 19 de novembro de 2021.

BRASIL. Decreto-Lei, de 16 de Dezembro de 1830. Manda Executar o Código Criminal Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em: 02 de Outubro de 2021.

BRASIL. Decreto-Lei No 2.848, de 7 de Dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 02 de Outubro de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção Humanizada ao abortamento**. Norma Técnica. 2ª ed. Brasília, 2011. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada_abortamento_norma_tecnica_2ed.pdf>. Acesso em 08 de novembro de 2021.

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE (BVS). Organização Pan-Americana da Saúde. **Descritores em Ciências da Saúde**. Centro Latino-Americano e do Caribe de Informações em Ciências da Saúde. Disponível em: <https://decs.bvsalud.org/>. Acesso em 08 de novembro de 2021.

CAPEZ, Fernando**. Curso de Direito Penal**. v. 2. 14 ed. São Paulo : Saraiva, 2014.

DEL COL, Karina Evelyn; GENNARINI, Juliana Caramigo. **Aborto de feto anencéfalo**. Revista de Direito, ano 14, número 20, 2014. Disponível em: <https://revistas.anchieta.br/index.php/RevistaDireito/article/view/314/255>. Acesso em 15 de novembro de 2021.

DINIZ, Debora; VÉLEZ, Ana C. G. **Aborto na suprema corte: o caso da anencefalia no Brasil**. Estudos Feministas, Florianópolis, 16 (2): 440, p. 647. Maio/Agosto de 2008.

FONSECA, Sandra Costa; DOMINGUES, Rosa Maria Soares Madeira; LEAL, Maria do Carmo; AQUINO, ESTELA M. L.; MENEZES, Greice M. S. **Aborto legal no Brasil: revisão sistemática da produção científica, 2008-2018**. Cadernos de Saúde Pública, v.36, n.s.1, 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csp/2020.v36suppl1/e00189718/pt>. Acesso em 10 de novembro de 2021.

GIUGLIANI, Camila; RUSCHEL, Ângela Ester; SILVA, Maura Carolina Belomé da; MAIA, Melanie Noel; OLIVEIRA, Denize Ornelas Pereira Salvador de. **O direito ao aborto no Brasil e a implicação da Atenção Primária à Saúde.** Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, v.14, n.41, 2019. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/198070/001097040.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 03 de outubro de 2021.

GRECO, Rogério. **Código Penal comentado**. Niterói: Impetus, 2017.

GUZZO, Morgani. **Do leito ao banco dos réus: a criminalização por aborto no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://catarinas.info/do-leito-ao-banco-dos-reus-a-criminalizacao-por-aborto-no-brasil/>. Acesso em: 06 de dezembro de 2021.

JESUS, Damásio de. **Código Penal anotado**. 12 ed. rev. e atual. Saraiva : São Paulo, 2002.

MACHADO, Lia Zanotta. **O aborto como direito e o aborto como crime: o retrocesso neoconservador.** Cadernos Pagu, v.50, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/73SMtDzqPPXMYXqThvFFmjc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 03 de outubro de 2021.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos da metodologia científica**. Editora Atlas: 5ª edição, São Paulo, 2003.

MASSON, Cleber. **Direito penal: parte especial**. Vol. 3. 10ª ed. São Paulo: Forense, 2020.

MIRABETE, J; FABBRINI, R. **Manual de Direito Penal**. v. 2. 31. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. 6. ed rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal comentado**. 10 ed rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

OLIVEIRA, Adalberto Jorge de. **A legalidade do aborto**. ICE –Instituto Cuiabano de Ensino Curso de Pós-Graduação em Direito Público, Cuiabá-MT, 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE-OMS. **Abortamento seguro: orientação técnica e de políticas para os sistemas de saúde**. Genebra, 2004.

PEDRO, Joana Maria. **Práticas Proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

PEREIRA, Rafael Rodrigues. **A ética do aborto além da questão do direito.** Ethic@ - Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, v.17, n.1, p.41-66, Maio. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/1677-2954.2018v17n1p41/37528>. Acesso em 02 de outubro de 2021.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. v. 2. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2011.

REIS, Filomena Luciene Cordeiro; FREITAS, Karla Daniele da Paz. **Estupro e aborto sentimental: a inexigibilidade de autorização judicial e a ausência de notificação das autoridades competentes**. Revista NUPEM, v.10, n.10, p.10-24, 2018. Disponível em: <http://revistanupem.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/170/315>. Acesso em 15 de novembro de 2021.

RITT, Caroline Fockink. **A interrupção da gravidez de fetos anencefálicos considerada como antecipação de parto**. Revista do Ministério Público do RS, Porto Alegre, n. 69, maio 2011 – agosto 2011. Revista Carta Capital.

ROMAGNOLI, Jhenifer. **Aborto no caso de gravidez resultante de estupro: o prazo da escolha para a vítima**. Revista Científica Doctum: Direito, v.1, n.3, 2019. Disponível em: <http://revista.doctum.edu.br/index.php/DIR/article/view/219/216>. Acesso em 08 de novembro de 2021.

ROSA, Luiz Carlos Goiabeira; SOARES, Hugo Henry Martins de Assis; ROSA, Fernanda da Silva Vieira; COSTA, Lara Silva Brito. **Aborto e direito à vida: (não) recepção do aborto em caso de estupro**. RJLB, v.6, n.3, p.1345-1372, 2020. Disponível em: <https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2020/3/2020_03_1345_1372.pdf>. Acesso em 08 de novembro de 2021.

SPIANDORELLO, Wilson Paloschi. **Cenário de desenvolvimento da vida humana e reflexões sobre o aborto**. Revista Bioética, v.20, n.3, 2012. Disponível em: <https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/762>. Acesso em 20 de novembro de 2021.

TORRES, José Henrique Rodrigues. **Aborto e Legislação comparada.** Ciência e Cultura, v.69, n.2, 2012. SBPC. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252012000200017>. Acesso em 20 de novembro de 2021.

VAZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. **Sobre as mulheres e o aborto: notas sobre leis, medicina e práticas femininas.** Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, v.5, n.2, p.146-162, 2014. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/6116/pdf_126>. Acesso em 17 de novembro de 2021.

VAZ, A.N.; REZENDE, S.R.B. **Direito, ética, autonomia e dignidade: análise comparativa da ADPF sobre a descriminalização do aborto.** Revista São Luís Orione Online, v.1, n.17, 2017. Disponível em: <http://seer.catolicaorione.edu.br:81/index.php/revistaorione/article/view/52/41>. Acesso em 03 de outubro de 2021.

VERARDO, Maria Teresa. **Aborto**: um direito ou um crime?.3.ed. São Paulo: Moderna, 1989.

VIEIRA JUNIOR, Luiz Augusto Mugnai. **O status jurídico brasileiro do aborto: uma questão de gênero?** Arquivos dovieira MUNDI, v.20, n.2, p.72-88, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ArqMudi/article/view/33294/pdf>. Acesso em 19 de novembro de 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Unsafe abortion: global and regional estimates of the incidence of unsafe abortion and associated mortality in 2008**. Geneva: World Health Organization; 2011. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44529/9789241501118_eng.pdf;jsessionid=C9DEE20376692FA8689F6F5C7B675291?sequence=1>. Acesso em 08 de novembro de 2021.

RECONHECIMENTO DA PARCIALIDADE DO EX-JUIZ SERGIO MORO PELO STF

RECOGNITION OF THE PARTIALITY OF THE EX-JUDGE SERGIO MORO BY THE STF

RECONOCIMIENTO DE LA PARCIALIDAD DEL EXJUEZ SERGIO MORO POR EL STF

Vanessa Pereira Carmona dos SANTOS[122]

Emmanuel de Sousa CAMPOS[123]

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar criticamente a decisão do Supremo Tribunal Federal - STF em reconhecer a parcialidade de Moro em um caso jurídico de grande repercussão, explorando suas implicações jurídicas e sociais no contexto brasileiro. Quais são as implicações legais e sociais da decisão do STF em reconhecer a parcialidade de Moro no contexto do sistema de justiça brasileiro? Esta questão de pesquisa nos permite mergulhar nos aspectos legais da decisão, examinando o raciocínio e as implicações do reconhecimento da parcialidade do ex-juiz Ségio Moro, ao mesmo tempo considerando o impacto social mais amplo e a percepção pública do sistema de justiça. Ao abordar esta questão de pesquisa, pretendemos contribuir para a compreensão do caso e sua importância na formação do cenário jurídico e político do Brasil.

Palavras-chave: STF; (Im) Parcialidade; Justiça.

ABSTRACT

The purpose of this article is to critically analyze the decision of the Federal Supreme Court - STF to recognize Moro's partiality in a legal case of great repercussion, exploring its legal and social implications in the Brazilian context. What are the legal and social implications of the STF's decision to recognize Moro's partiality in the context of the Brazilian justice system? This research question allows us to delve into the legal aspects of the decision, examining the reasoning and implications of

[122] Discente de Direito do UNICEUNA (E-mail: vpcdireito@gmail.com)

[123] Doutor em Ciências Sociais (política e sociedade), professor, orientador de iniciação científica, artigos e Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Direito do Centro Universitário Natalense – UNICEUNA (Email: emmanuelsousacampos@gmail.com).

recognizing Moro's bias, while also considering the broader social impact and public perception of the justice system. By approaching this research question, we intend to contribute to the understanding of the case and its importance in the formation of the legal and political scenario in Brazil.

Keywords: STF; (Im) Partiality; Justice.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es analizar críticamente la decisión del Supremo Tribunal Federal - STF de reconocer la parcialidad de Moro en un caso judicial de gran repercusión, explorando sus implicaciones jurídicas y sociales en el contexto brasileño. ¿Cuáles son las implicaciones legales y sociales de la decisión del STF de reconocer la parcialidad de Moro en el contexto de la justicia brasileña? Esta pregunta de investigación nos permite profundizar en los aspectos legales de la decisión, examinando el razonamiento y las implicaciones de reconocer el sesgo de Moro, al tiempo que considera el impacto social más amplio y la percepción pública del sistema de justicia. Al abordar esta pregunta de investigación, pretendemos contribuir a la comprensión del caso y su importancia en la formación del escenario jurídico y político en Brasil.

Palabras clave: STF; (Im) Parcialidad; Justicia.

INTRODUÇÃO

Uma decisão histórica foi tomada em 23 de março de 2021, pela Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) que teria consequências de longo alcance para o sistema de Justiça do país. O colegiado decidiu que o ex-juiz Sergio Moro fora parcial na condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no caso do Tríplex do Guarujá. O processo envolvia acusações de corrupção e lavagem de dinheiro contra o ex-presidente referentes a um apartamento luxuosos no Guarujá, localizado no estado de São Paulo.

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da Reública entre 2003 e 2010, sustentava que Sergio Moro, juiz responsável pela Décima Terceira Vara Federal, que o condenou a 9 anos e 6 meses de prisão, fora tendencioso e parcial em sua sentença.

Devido aos supostos abusos de poder cometidos por ele, as investigações foram confrontadas, incluindo as escutas ilegais e outras violações do devido processo legal.

Este caso em particular contra o ex-presidente Lula, vem sendo objeto de muitos debates polêmicos inclusive com questionamentos sobre as provas apresentadas e a imparcialidade do juiz Sergio Mouro[124].

Moro foi citado em diversos casos de suposta parcialidade na decisão da Segunda Turma do STF, também foram apontadas mensagens compartilhadas[125], as quais tinham um tom colaborador e de cumplicidade entre Moro e procuradores e a sua aceitação para atuar como ministro da Justiça, convidado pelo próprio Jair Messias Bolsonaro, principal adversário de Lula.

Para parte da população, essa decisão da Supremo Tribunal Federal simbolizava uma reprovação significativa a Moro, que estava sendo visto como herói, por parte da população devido ao seu papel em evidência na operação "Lava a Jato" que revelou a corrupção generalizada na elite da política e de grandes empresários do país. Naquele contexto, para parte da grande mídia e da sociedade, a condenação de Lula, pelo juiz federal Sergio Moro foi considerada como uma vitória no combate a corrupção[126].

Essa decisão também levantava preocupação sobre a imparcialidade da justiça de maneira bastante ampla. Porque, se Sergio Mouro, que tinha se mostrado um juiz de carreira respeitosa havia sido considerado tendencioso o que isso diria sobre a justiça e outros casos de grande repercussão? E quanto aos demais casos do próprio Moro, essa decisão poderia levar a uma avalanche de recursos de pessoas que, por ele, foram condenadas[127].

Esta decisão da Segunda Turma do STF teve implicações significativas na política de nosso país, uma delas foi o impedimento da candidatura de Lula a presidente em 2018 devido a sua condenação em segunda instância[128]. Em 2022, Lula vence Jair Messias Bolsonaro no segundo turno, e se elege presidente pela terceira vez.

---

[124] MARTINS *et al*, 2019.

[125] A Operação Spoofing foi deflagrada pela Polícia Federal em 23 de julho de 2019, com o objetivo de investigar as invasões às contas de Telegram de autoridades brasileiras e de pessoas relacionadas à operação Lava Jato. Em junho de 2019, o periódico virtual The Intercept publicou matéria com vazamento, de fonte anônima, de conversas no aplicativo Telegram entre o ex-juiz Sergio Moro e o promotor Deltan Dallagnol no âmbito da Operação Lava Jato com evidências de "discussões internas e atitudes altamente controversas, politizadas e legalmente duvidosas da força-tarefa da Lava Jato".

[126] SILVA, 2019.

[127] MARTINS *et al*, 2019.

[128] Nas eleições de 2018, Lula foi impedido de concorrer por conta da Lei da Ficha Limpa. O então candidato havia sido condenado na operação Lava Jato. Suas sentenças foram confirmadas em primeira e

Percebe-se então, que o reconhecimento da parcialidade de Moro, pela Segunda Turma de STF no caso da condenação de Lula é um desenrolar considerável de implicações que ainda terão um longo alcance, com o potencial de modificar o sistema de justiça e o cenário político do país. Isso assegura a importante garantia de que a justiça seja justa e imparcial, respeitando o Estado de Direito. E que sem dúvida será acompanhada continuamente por observadores no Brasil e no mundo.

2. IMPLICAÇÕES LEGAIS E SOCIAIS DA PARCIALIDADE E SEU RECONHECIMENTO

O reconhecimento do STF (Supremo Tribunal Federal), sobre a parcialidade de Sergio Moro para a justiça brasileira, conduz a várias implicações, tanto legais quanto sociais. Apresentando várias preocupações sobre a justiça e a imparcialidade de processos judiciais tanto no caso do tríplex do Guarujá como em potencialmente outros casos em que Moro esteve envolvido podendo levar a recursos e pedidos de revisão com base em argumentações de natureza judicial. Existe ainda outra pressuposição, essa, referente ao Estado de Direito, pois esta decisão implica diretamente na manutenção da confiança da população no sistema de justiça do país e destaca o quão é importante a independência e a imparcialidade dos juízes.

Com relação a independência e integridade judicial, existe a separação de poderes, que essa decisão traz à tona a necessidade de uma separação clara de independência do poder judiciário das influências políticas, que precisão estar bem definidas. Colocando em ênfase sempre a importância de que os juízes ajam com total imparcialidade, sem deixar que as pressões externas os atinjam. Este caso também levanta temas que tratam sobre padrões éticos e a conduta profissional dos juízes, o que pode levar a discursões e inclusive reformas, relativas à ética judicial e medidas de responsabilidade com a finalidade de evitar que casos semelhantes aconteçam no futuro.

Esse reconhecimento pode afetar diretamente a confiança pública no sistema de justiça, visto que despertam dúvidas relacionadas a imparcialidade dos processos jurídicos e a motivação por trás deles abrindo precedentes para casos futuros que tratem

segunda instância, pela 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba e pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, respectivamente.

de alegações de parcialidade judicial. O caso também pode vir a provocar discussões sobre a necessidade de reformas processuais como regras mais rígidas para a recusa de juízes, mecanismos para lidar com alegações de parcialidade e maior transparência nos processos judiciais.

Para que a confiança no sistema jurídico pelo público seja reparada será necessário exigir investigações transparentes, reavaliações de casos anteriores e garantia de responsabilidade por qualquer irregularidade levando a uma maior avaliação das ações dos juízes, dificultando assim à sua parcialidade. Em relação as implicações políticas, a decisão pode trazer divisões políticas, em especial se envolver casos anteriores, sugestionar a opinião pública, narrativas políticas e os processos eleitorais, influenciando também para discursões sobre a relação entre o judiciário e o poder público.

É fundamental avaliar as peculiaridades e a singularidades de cada caso, já que elas podem variar dependendo do contexto, da natureza do caso e das reações das diferentes partes interessadas. Por esse motivo, o debate na decisão do STF na parcialidade de Moro no sistema de justiça brasileiro, pede reformas para fortalecer a integridade e a independência do poder judiciário.

3. VOTOS DOS MINISTROS DO STF

Os ministros Nunes Marques, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Rosa Weber, Carmen Lúcia e Ricardo Lewandowski ficaram do lado do voto de Gilmar Mendes. Os ministros Luiz Edson Fachin e Luís Roberto Barroso ficaram do lado perdedor. Fachin argumentou que o caso deveria ser arquivado, uma vez que o teste de parcialidade deveria preceder as questões de competência. Barroso, por outro lado, alegou que uma vez que o relator concluísse o processo, a decisão da 2ª Turma seria invalidada.

Fachin argumentou que se a Justiça Federal do Paraná foi considerada incompetente para julgar os casos envolvendo o ex-presidente Lula, então o ex-juiz não deveria ter tomado nenhuma providência. Consequentemente, Fachin entendeu que a questão da imparcialidade se tornou irrelevante e não deveria ter sido deliberada. Fachin

afirmou: *"A consequência é a extinção do habeas corpus [que trata da parcialidade] sem decisão de mérito"*.

Após o julgamento, a defesa de Lula emitiu nota destacando que a anulação de quatro processos em Curitiba se somou a outras 11 decisões judiciais em que Lula foi absolvido ou teve processos arquivados por acusações inconsistentes. Eles ressaltaram a importância dessas decisões para manter a justiça e afirmar a inocência do ex-presidente, embora nada possa desfazer os 580 dias de prisão ilegal e o sofrimento de Lula e sua família nos últimos cinco anos.

Em 8 de março de 2021, o ministro Edson Fachin invalidou as condenações de Lula no caso Lava Jato. Fachin determinou que o Tribunal de Curitiba (Décima Terceira Vara Federal) não tinha competência para processar e julgar as acusações criminais contra o ex-presidente, uma vez que o caso envolveu mais do que apenas questões relacionadas à Petrobras. Posteriormente, Fachin transferiu o caso para a Justiça do Distrito Federal e declarou irrelevante o pedido de *habeas corpus* contra a parcialidade de Moro.

No dia seguinte à decisão de Fachin, Gilmar Mendes, como presidente da 2ª Turma do STF, decidiu levar o pedido de *habeas corpus* de Moro à Segunda Turma responsável pelos casos da Lava Jato, apesar da afirmação de Fachin de sua irrelevância. Com uma votação de 3 a 2, a 2ª Turma do STF decidiu que o ex-juiz havia manifestado parcialidade nos julgamentos contra Lula. Além disso, Fachin encaminhou o recurso contra a anulação das condenações do ex-presidente ao plenário do STF e não à 2ª turma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo analisar a decisão do STF sobre o assunto e interpretação jurídica das provas e circunstâncias que cercam o caso. Diferentes juízes podem ter diferentes perspectivas e raciocínio para seus votos, tornando-se uma questão matizada e multifacetada.

Tendo dito, observou-se que apoiadores de Moro argumentam que ele conduziu uma investigação meticulosa e aplicou a lei de forma imparcial, levando à condenação

do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Eles acreditam que suas ações foram respaldadas na luta contra a corrupção e que sua imparcialidade não deve ser questionada.

Por outro lado, os críticos argumentam que há indícios de falta de imparcialidade por parte de Moro. Eles apontam várias inadequações como conversas vazadas entre Moro e a promotoria, que afirmam demonstrar colaboração e coordenação que comprometeram a imparcialidade do julgamento. Os críticos afirmam que essas ações levantam preocupações sobre a capacidade de Moro de presidir objetivamente o caso.

É importante ressaltar que a decisão do STF sobre o assunto estaria baseada em um exame criterioso das provas e argumentos jurídicos apresentados perante o tribunal. Os ministros teriam avaliado as alegações específicas de parcialidade e imparcialidade contra Moro, levando em consideração princípios jurídicos e precedentes estabelecidos.

A decisão do STF, que incluiu tanto o reconhecimento ou destituição da imparcialidade quanto a suspeição, trouxe implicações significativas para o caso e para a legitimidade das condenações relacionadas ao Triplex do Guarujá. Impactando potencialmente não apenas o caso específico envolvendo Lula, mas também discussões mais amplas sobre a integridade e a justiça do processo judicial no Brasil.

Nesse sentido, embora tenha sido realizada uma primeira aproximação acadêmica, no que tange à temática abordada, entendeu-se tratar de um tema instigante para futuro aprofundamento.

REFERÊNCIAS

Martins, C., Zanin, & Martins, V. ([s.d.]). Valeska Teixeira Título: **Lawfare: Uma introdução.** Editora Contracorrente, 2019.

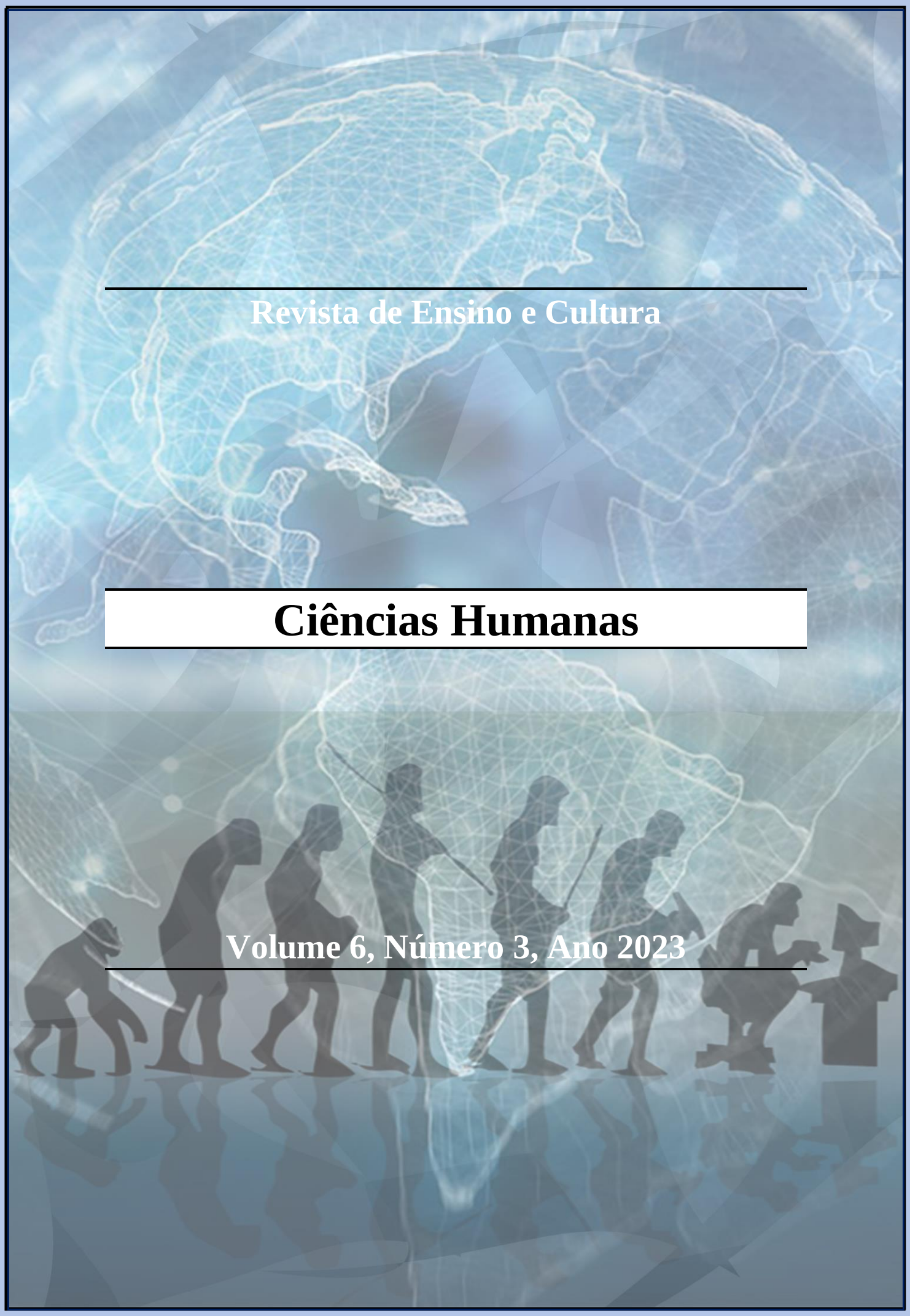
2ª Turma reconhece parcialidade de ex-juiz Sérgio Moro na condenação de Lula no caso Triplex. ([s.d.]). Supremo Tribunal Federal.. Acesso em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=462854&ori=1>. Recuperado 11 de junho de 2023.

SILVA, Luiz Inácio Lula. **A verdade vencerá: o povo sabe por que me condenam.** Organização Ivana Jinkings; Colaboração Gilberto Maringoni, Juca Kfouri, Maria Inês Nassif; Textos Eric Nepomuceno. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

Catálogo Coletivo - Encerrar da Sessão. ([s.d.]). Gov.br:8991.Acesso em: <http://biblioteca2.senado.gov.br:8991/F/2YCVEN874TEQ9II8T3EIUUA7LC3588I7BPGQIAHKB6MBGHLMN3-13724?func=full-set-set&set_number=004066&set_entry=000061&format=999>. Recuperado 12 de junho de 2023

Goes, S. (2021, junho 23). **Moro é suspeito para julgar Lula, decide Supremo Tribunal Federal por 7 votos a 4.** Consultor Jurídico. Acesso em: <https://www.conjur.com.br/2021-jun-23/moro-suspeito-julgar-lula-decide-stf-votos>.

Rodas, S., & Calegari, L. (2021, março 23). **Com mudança de voto de Cármen, 2ª Turma do STF decide pela suspeição de Moro.** Consultor Jurídico. Acesso em: <https://www.conjur.com.br/2021-mar-23/mudanca-voto-carmen-turma-stf-declara-moro-suspeito>.



Revista de Ensino e Cultura

Ciências Humanas

Volume 6, Número 3, Ano 2023

O PAPEL DO CONTADOR NO SETOR PÚBLICO EM FRENTE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)

THE ROLE OF THE ACCOUNTANT IN THE PUBLIC SECTOR IN FRONT OF THE FISCAL RESPONSIBILITY LAW (LRF)

EL PAPEL DEL CONTADOR EN EL SECTOR PÚBLICO ANTE LA LEY DE RESPONSABILIDAD FISCAL (LRF)

Mayara Kyvya Silva PEREIRA[129]
Shislayne Micarla de JESUS[130]
Tarso Rocha Lula PEREIRA[131]

RESUMO

Com a implementação de normas regulatórias frente as decisões tomadas pelos gestores, a administração pública e a contabilidade buscam direcionar-se contra fraudes, agindo de forma transparente em seus demonstrativos e prestações de contas, norteando-se pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que se trata de um código de conduta que direciona as decisões tomadas pelos gestores, que trouxe mudanças significativas para o governo, tornando-se uma importante ferramenta para a construção de regulamentos. Com isto, foi pesquisado sobre o papel do gestor no setor público com base na LRF, considerando que a contabilidade aplicada ao setor público é extremamente complexa em sua estrutura e a lei não a modifica, mas a complementa para que seja uma ligação entre a população e os entes, fazendo com que ajam de forma transparente sob seus demonstrativos, contribuindo para a prestação de serviços públicos de qualidade e para promoção do desenvolvimento econômico e social.

Palavras-Chave: Lei de Responsabilidade Fiscal; Contabilidade Pública; Transparência;

ABSTRACT

With the implementation of regulatory standards in relation to the decisions taken by managers, public administration and accounting seek to combat fraud, acting

[129] Graduando em Ciências Contábeis – UNICEUNA. (E-mail: m.filho0514@gmail.com).
[130] Graduando em Ciências Contábeis – UNICEUNA. (E-mail: micarlaj2016@gmail.com).
[131] Mestre em Ciências Contábeis – UFRN/2015, Especialista em Controladoria – FAAP/2004, Graduado em Ciências Contábeis – UFRN/1999, Docente Universitário e Coordenador do Curso de Ciências Contábeis do UNICEUNA. (E-mail: prof_tarso_rocha@yahoo.com.br).

transparently in their statements and financial statements, guided by the Fiscal Responsibility Law (LRF) which It is a code of conduct that guides the decisions made by managers, which has brought significant changes to the government, becoming an important tool for creating regulations. With this, the search about the role of the manager in the public sector in relation to LRF, since accounting applied to the public sector is extremely complex in its structure and the law does not modify it, but complements it. to be a link between the population and entities, making them act in a transparent manner based on their statements, contributing to the provision of quality public services and the promotion of economic and social development.

Key words: Fiscal Responsibility Law; Public Accounting; Transparency;

RESUMEN

Con la implementación de normas regulatorias en relación a las decisiones tomadas por los directivos, la administración pública y la contabilidad buscan combatir el fraude, actuando con transparencia en sus declaraciones y estados financieros, guiándose por la Ley de Responsabilidad Fiscal (LRF) que es un código de conducta que orienta las decisiones tomadas por los directivos, lo que ha traído cambios significativos al gobierno, convirtiéndose en una importante herramienta para la creación de regulaciones. Con esto fue buscado el papel del gestor en el sector público en relación a la LRF, ya que la contabilidad aplicada al sector público es sumamente compleja en su estructura y la ley no la modifica. , sino que lo complementa para ser un mediador entre la población y las entidades, haciendo que actúen de manera transparente con base en sus declaraciones, contribuyendo a la prestación de servicios públicos de calidad y la promoción del desarrollo económico y social.

Palabras-Clave: Ley de Responsabilidad Fiscal; Contabilidad pública; Transparencia;

INTRODUÇÃO

Para realizar a prestação de contas obtendo um maior controle orçamentário definiu a contabilidade como base, tornando-se um momento bastante importante para a contabilidade pública, com isso foi criada a lei nº 4.320/64 que se aplica até hoje por se tratar de uma lei à frente de sua época. A contabilidade aplicada ao setor público é extremamente complexa em sua estrutura e é composta por quatro sistemas básicos, que são seus componentes, a saber: o sistema orçamentário, o sistema financeiro, o sistema de equidade e o sistema de compensação[132], com isso é possível fornecer informações

[132] CAGLIONI, 2019.

necessárias e atualizadas para a tomada de decisões e assim poder tomar decisões corretas cumprindo a legislação.

O presente artigo busca explorar o papel do contador público em frente a LRF, que surgiu como Lei complementar de nº 101 de 2000, segundo Bezerra Filho[133] a contabilidade Pública "é o ramo da ciência contábil que adota, no processo gerador de informações os princípios de contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público, deve controlar os fenômenos relacionados com orçamento público, custos e controles de atos potenciais que possam impactar o patrimônio no futuro e outros controles financeiros, legais e/ou gerenciais, necessários ao bom desempenho da gestão pública, transparência e controle da sociedade". A contabilidade pública é uma ramificação da contabilidade no qual a sua atuação é voltada a administração pública, que são: União, estados, municípios e o distrito federal, incluindo suas fundações e empresas públicas.

A Lei de Responsabilidade Fiscal é o código de conduta que é aplicada aos três poderes: executivo, legislativo e judiciário, abrangendo áreas do governo federal, estados e municípios. As mudanças produzidas pela LRF contribuíram para que os entes públicos incentivassem o movimento para saneamento das contas públicas e se preocupassem com uma reestruturação mais profunda na capacidade de prestação dos serviços públicos e na promoção do bem-estar social[134]. A LRF na administração pública é considerada normativo significativo que possibilitou uma evolução significativa no Brasil referente a administração dos recursos públicos.

A partir desta perspectiva é possível dizer que a administração pública e a contabilidade buscam direcionar-se contra fraudes, agindo de forma transparente em seus demonstrativos.

Este artigo irá abordar a importância do papel do contador na administração pública e discutir sobre a importância da lei de responsabilidade fiscal para a administração pública. E terá como questão de pesquisa: Qual o papel do gestor no setor público com base na LRF?

[133] BEZERRA FILHO, 2021, p. 02.
[134] BORGES, 2012.

2. CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

A contabilidade desempenha um fator primordial na responsabilidade, na prestação de contas e na manutenção da transparência sob os demonstrativos. A contabilidade pública por sua vez concentra-se na gestão financeira e contábil de entidades governamentais, como governos municipais, estaduais e federais, órgãos governamentais, autarquias, empresas estatais e outros organismos públicos. Ela desempenha um papel fundamental na administração responsável dos recursos públicos e na garantia de que os recursos sejam utilizados de maneira eficiente e de acordo com os interesses da sociedade. Ela também contribui para a prestação de serviços públicos de qualidade e para a promoção do desenvolvimento econômico e social.

O registro de fatos administrativos do direito público e seus respectivos bens, que pode ser separado em orçamento, finanças e patrimônio, é estudado e registrado pelo contador público. O objetivo da contabilidade é fornecer aos usuários informações sobre os resultados e a natureza orçamentária, econômica, financeira e física dos ativos das entidades do setor público e suas alterações para apoiar os processos de tomada de decisão; prestação de contas adequada; e controle sobre a sociedade e suporte necessário para instrumentação[135]. Ela está relacionada a alguns conceitos chave, sendo composta por quatro sistemas que são seus componentes, sendo eles: o sistema orçamentário, financeiro, equidade e o de compensação.

O contador público tem responsabilidades primordiais com os entes, tais como: tratar do orçamento público que se refere ao plano financeiro estabelecendo receitas e despesas do governo para um determinado período, como por exemplo o Plano Plurianual (PPA) que tem duração de quatro anos e que orienta objetivos e metas da administração a médio prazo, a lei de Diretrizes orçamentárias (LDO) que detalha esses objetivos e metas, que traz consigo o anexo de risco e anexo de metas fiscais e a Lei Orçamentária Anual (LOA), e sendo estes aprovados pelo poder legislativo serve como um guia para a alocação de recursos; as demonstrações financeiras que relatam a posição e o desempenho da instituição que inclui o balanço patrimonial, a demonstração de resultados e a demonstração das variações patrimoniais; a escrituração contábil que é imprescindível para a prestação de contas e a auditoria, que registra em livros contábeis as transações financeiras e orçamentárias; Para garantir a integridade e a legalidade das

[135] TOYOSHIMA, 2019.

operações financeiras do governo estão sujeitas a auditoria externa por órgão de controle, como tribunais de contas e agências de fiscalização; Deve-se manter a conformidade legal das entidades governamentais já que devem cumprir uma série de regulamentos e leis específicas relacionadas às finanças públicas, como a LRF no Brasil; Promover a transparência na gestão dos recursos públicos, permitindo que todos os interessados tenham fácil acesso e possam acompanhar como o dinheiro público está sendo usado; Gerir de forma responsável os fundos para a educação, saúde, previdência, dentre outros, cada um com suas específicas regras; E por fim, a emissão de relatórios periódicos sobre o desempenho financeiro e orçamentário de suas entidades, que auxilia na tomada de decisão e na avaliação da eficácia das políticas públicas. Favreto[136] afirma que é preciso ter uma fiscalização adequada dos gastos financeiros das instituições, para que assim possam ser cumpridas as nomas impostas pela lei com eficiência e transparência

3. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)

A Lei de Responsabilidade Fiscal foi decretada pela Lei complementar nº 101 em maio de 2000 que reforça a Lei nº 4.320 de março de 1964, com o intuito de atender a área de tributação e orçamento na Constituição Federal, estabelecendo normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal dos entes federativos do país, ou seja, União, estados, municípios e o Distrito Federal. Silva (2012) enfatiza que para manter o equilíbrio das finanças públicas e regular nossa constituição federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foi criada pela Lei Complementar, que estabelece algumas regras gerais para as finanças públicas, que são aplicadas nas esferas federal, estadual e municipal de governo. De acordo com Cruz[137] a administração pública brasileira tornou-se competente, eficiente, e, sobretudo, visando a sociedade; segundo Speeden e Perez[138] as informações geradas pelo setor público devem ser livremente acessadas pela sociedade, enquanto isso Soares e Zamboti[139] afirmam que a transparência na Administração Pública contribui para o fortalecimento da democracia, já que por meio desta ferramenta tornou-se possível o controle e a transparência das

[136] FAVRETO *et al*, 2016.
[137] CRUZ, 2011.
[138] SPEEDEN E PEREZ, 2019.
[139] SOARES E ZAMBOTI, 2020, p. 7.

contas públicas. Com isso foram estabelecidos critérios para a transparência na gestão fiscal, incluindo a realização de audiências públicas e a divulgação de informações financeiras para a sociedade, que possuem fácil acesso pelos portais da transparência. Pereira[140] evidencia que a LRF também prevê que nesse modelo federal, que é parte importante dos olhos do público, divulgações mensais na internet de casos de descumprimento de dívidas nos cofres públicos

A Lei complementar acima citada, em seu artigo 1º, determina normas de finanças voltadas a responsabilidade na gestão e a quem abrange tal lei, sendo ela:

> **Art. 1º - § 1º** A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar. **§ 2º** As disposições desta Lei Complementar obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. **§ 3º** Nas referências: **I -** à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estão compreendidos: **a)** o Poder Executivo, o Poder Legislativo, neste abrangidos os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público; **b)** as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes; **II -** a Estados entende-se considerado o Distrito Federal; **III -** a Tribunais de Contas estão incluídos: Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado e, quando houver, Tribunal de Contas dos Municípios e Tribunal de Contas do Município.
>
> **Art. 2º** Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como: **I -** ente da Federação: a União, cada Estado, o Distrito Federal e cada Município; **II -** empresa controlada: sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação; **III -** empresa estatal dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

A Lei de Responsabilidade Fiscal tem como principais objetivos o de estabelecer limites para os gastos públicos com pessoal, dívida e outros custos, garantindo que o governo não comprometa excessivamente suas receitas com despesas fixas, prevendo medidas a serem tomadas quando os limites são ultrapassados, efetuando redução de despesas, suspensão de contratação, dentre outras ações. Com a LRF foi possível observar mudança significativa na gestão pública, pois inseriu e definiu regras fundamentais para o planejamento e gestão financeira dos entes federados[141]. Com isso

[140] PEREIRA, 2010.
[141] SOUZA *et al*, 2020.

foram fixadas regras para o planejamento, a execução e o acompanhamento do orçamento público, tornando obrigatória a elaboração e a divulgação de diversos relatórios e demonstrativos financeiros.

Esta lei busca garantir a estabilidade das contas públicas, evitando o endividamento excessivo, freando assim os gastos extrapolados dos entes e promovendo a responsabilidade na gestão dos recursos públicos já que passaram a prestar contas de quanto e como gastam os recursos e se fazem isso dentro dos limites impostos, de acordo com Sales e Martins[142] a LRF obriga os gestores a prestar contas do dinheiro público com a sociedade. A lei vigente determina como se devem utilizar os recursos baseando-se naquilo que se planeja e arrecada, atendendo aos princípios constitucionais. Vale ressaltar que foi estabelecida a obrigatoriedade de os entes federativos cumprirem metas de resultado primário, ou seja, excluindo os juros da dívida para atingirem um equilíbrio entre receitas e despesas.

A LRF possui pilares que norteiam seus objetivos, sendo eles: Planejamento, transparência, controle e prestação de contas.

O primeiro pilar visa atender às necessidades públicas e coletivas, sendo formuladas previamente. O planejamento possui três ferramentas: o Plano Plurianual (PPA) que define as diretrizes, objetivos e metas, sendo estabelecida por lei e com vigência de quatro anos; Diretiva Orçamentária (LDO) que determina o equilíbrio geral entre receitas e despesas, traçando regras para as despesas dos poderes, autoriza o aumento de despesas, disciplina os repasses e indica as prioridades de financiamento pelos bancos, Araújo[143] afirma que visa validar as prioridades das metas anuais identificadas no plano plurianual e orientar a elaboração do orçamento anual; e a Lei Orçamentária Anual (LOA) que detalha as receitas e fixa os gastos e despesas para o ano seguinte, Camões[144] fala que o projeto de lei orçamentária da União será apresentado ao legislativo quatro meses antes do final do ano fiscal (final de agosto) e devolvido para aprovação antes do final da sessão legislativa (até meados de dezembro). Geralmente, os governos estaduais e municipais também cumprem esses prazos.

[142] SALES E MARTINS, 2014.
[143] ARAÚJO *et al*, 2014.
[144] CAMÕES, 2014.

O segundo pilar como mencionado anteriormente é a transparência, que auxilia no monitoramento dos dados informados. O Relatório De Resumo De Execução Orçamentaria (RREO) e o Relatório De Gestão Financeira (RGF) são algumas ferramentas que auxiliam no controle do financeiro, no qual se trata, respectivamente, um é o documento mensal disponibilizado pelo Tesouro Nacional que permite o acompanhamento e análise do desempenho das ações governamentais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) e o outro é um dos instrumentos de Transparência da Gestão Fiscal criados pela LRF, Camões[145] destaca que a transparência inclui a disponibilização de ferramentas de planejamento, apresentação de contas e respetivos comentários prévios, relatório de síntese executiva do orçamento e sua versão abreviada, e relatório de gestão financeira e sua versão abreviada. Com isso é possível o acompanhamento das contas pela sociedade, tornando indispensável os relatórios

O terceiro pilar refere-se ao controle que pode ser compreendido como fiscalização, ou seja, trata-se de colocar em prática o que foi previsto, possibilitando a fiscalização das atividades relacionadas. A participação do Tribunal de Contas no processo de comprovação da confiabilidade dessas informações é crítica[146], este controle deve ser rigoroso para que os entes cumpram com as metas estabelecidas, devendo ser realizado não só pelos tribunais de contas, mas pela própria população.

O quarto pilar é pertinente à responsabilização já que devem se submeter à Lei sob a pena de sofrer sanções e punições contidas na mesma, com isso deve-se seguir de forma atenda de modo que compreenda a referida lei como um código de conduta. Neste caso, a lei determina o que arrecadar e gastar de acordo com a receita, obedecendo os parâmetros fixados.

4. O PAPEL DO CONTADOR NO SETOR PÚBLICO EM FRENTE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)

Um dos maiores desafios da gestão pública é alcançar objetivos de todas as áreas dos entes, ou seja, saúde, infraestrutura, segurança, mobilidade, educação, dentre outros.

[145] CAMÕES, 2016.
[146] ARAÚJO, 2013.

Neste momento a lei de responsabilidade fiscal se torna indispensável para agir com responsabilidade. Para que seja necessário governar com responsabilidade os municípios, estados e a união, assim precisaram adotar medidas e estratégias com objetivo de manter o equilíbrio no orçamento e atingir objetivos para com a sociedade, desta forma, a LRF passou a disciplinar casos de irresponsabilidade fiscal, não podendo gastar além da arrecadação.

Para a história da contabilidade a criação da Lei nº 4.320/64 foi um marco que possibilitou realizar uma reorganização e reforma na administração pública para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços, permitindo acompanhar a execução orçamentária, composição patrimonial, a determinação dos custos, o levantamento dos balanços, a análise e interpretação dos resultado. Importante ressaltar que a LRF não mudou da forma que a contabilidade é executada ou exibida, mas demonstrou uma necessidade maior de informação por parte do governo, com base nesta afirmativa Silva[147], entende que a contabilidade pública é fundamental para controlar e organizar a apresentação das contas públicas, e como a transparência se torna fundamental nas finanças públicas, mostra que os gestores se comportam e gerenciam com muita clareza, que a mesma possui função social, mostrando à sociedade como os órgãos aplicam os valores arrecadados.

Félix[148] afirma que este documento estabelece as normas orçamentais e contabilísticas, onde reafirma o conceito de exercício social, e identifica as demonstrações que devem ser apresentadas por uma entidade gestora. Araújo[149], esclarece que a LRF estipula expressamente que os órgãos da administração pública, que não realizarem suas diligências orçamentárias, bem como os que deixarem de emitir relatórios nos prazos estipulados, serão penalizados e continuarão impedidos de receber as chamadas transferências voluntárias do governo federal ou estadual. A lei 4.320/64 e a lei complementar nº 101 de 2000, visam a melhoria da gestão, para dar transparência e equilíbrio à administração pública, onde é possível tomar medidas de forma cautelosa e com antecedência, podendo prever possíveis situações e corrigir de forma eficaz desvios que possam interferir no equilíbrio econômico.

[147] SILVA, 2012.
[148] FÉLIX, 2013.
[149] ARAÚJO, 2013.

A Lei Complementar 101 no seu art. 31 fala no caso de o ente exceder em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) de dívidas consolidadas no limite do quadrimestre:

> **Art. 31.** Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro. **§ 1º** Enquanto perdurar o excesso, o ente que nele houver incorrido: **I -** estará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa, inclusive por antecipação de receita, ressalvadas as para pagamento de dívidas mobiliárias; (Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021); **II -** obterá resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, promovendo, entre outras medidas, limitação de empenho, na forma do art. 9o. **§ 2º** Vencido o prazo para retorno da dívida ao limite, e enquanto perdurar o excesso, o ente ficará também impedido de receber transferências voluntárias da União ou do Estado. **§ 3º** As restrições do § 1o aplicam-se imediatamente se o montante da dívida exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo. **§ 4º** O Ministério da Fazenda divulgará, mensalmente, a relação dos entes que tenham ultrapassado os limites das dívidas consolidada e mobiliária. **§ 5º** As normas deste artigo serão observadas nos casos de descumprimento dos limites da dívida mobiliária e das operações de crédito internas e externas.

O papel dos profissionais envolvidos no orçamento municipal é de planejar o andamento do orçamento a modo de prevenir riscos e buscar realizar com transparência e harmonia as exigências da lei, caso contrário o contador pode ser responsabilizado. Silva[150] ressalta que é importante entender a estrutura de governo como forma de controle de qualquer administração, pois com essas informações, os contadores das instituições públicas terão forte respaldo e poderão prestar a assistência necessária exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, evitando assim fraudes e desvio de nossos recursos públicos.

Para os gestores públicos a lei de responsabilidade fiscal tornou-se um código de conduta em todos os níveis do governo, visando aprimorar as contas. Amorim[151] fala que a Lei de Responsabilidade Fiscal busca coibir gastos excessivos que contribuem para desequilíbrios nas finanças públicas e tratar de questões relacionadas à transparência e planejamento na gestão do patrimônio público, execução orçamentária e descaso com quem emite relatórios. Diante disso, Silva[152] destaca que a Lei de Responsabilidade Fiscal, busca do gestor público maior controle sobre os gastos evitando que o governo fique superendividado e, nesse sentido, também começa a exigir

[150] SILVA, 2012.
[151] AMORIM, 2019.
[152] SILVA, 2013.

profissionais mais preparados. Araújo[153], ressalta que o objetivo legal da LRF não é penalizar os entes da federação, mas ajudar os governos a trabalharem sob a liderança da máquina administrativa para que assim conduzam com transparência a administração pública.

5. METODOLOGIA

Este artigo tem como base uma revisão bibliográfica, tendo o objetivo de coletar, conhecer, compreender, analisar, sintetizar e avaliar um conjunto de artigos, utilizando como base para citar e embasar o presente artigo, outra pesquisas, e com os dados coletados, trazer à tona um assunto de grande relevância para estudos futuros sendo este a importância do papel do contador frente a lei de responsabilidade fiscal.

Quanto ao seu objetivo, esta pesquisa é caracterizada como bibliográfica e qualitativa. Inicialmente, segundo Cervo, Bervian e da Silva[154] sobre a pesquisa bibliográfica: "Constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema". A pesquisa bibliográfica pode ser realizada independentemente ou pode constituir parte de uma pesquisa descritiva ou experimental, com objetivo de colher informações, procurando esclarecer ao máximo o assunto sobre as diferentes variáveis analisadas. Para Cervo, Bervian e da Silva[155], este tipo de pesquisa ocorre quando se registra, analisa, e correlaciona fatos ou fenômenos, sem manipulá-los.

CONSIDERAÇOES FINAIS

Para o setor público a contabilidade possui um papel fundamental no qual é destinado a controlar os ativos das entidades do setor no processo de geração da informação.

A contabilidade pública tem como principal objetivo o de registrar, controlar e gerar demonstrativos orçamentários e apoiar a administração pública com o fim de

[153] ARAÚJO, 2013.
[154] CERVO, BERVIAN E DA SILVA, 2007, p. 61.
[155] CERVO, BERVIAN E DA SILVA, 2007, p. 79.

alcançar as metas dos entes de maneira eficiente, garantindo que os recursos sejam utilizados de forma eficaz, e além disso aproximar a população da gestão, uma vez que é obrigatória a divulgação de dados em portais para que a população possa acompanhar como o dinheiro público vem sendo utilizado. Neste sentido, pode-se afirmar o quão essencial é a área para o controle das contas públicas e pela transparência que traz com relação à conduta dos gestores públicos.

É notório que a Lei de Responsabilidade Fiscal quando entrou em vigor trouxe mudanças significativas para o Brasil, tornando-se competente, eficiente e aproximando da sociedade, já que com ela foi possível equilibrar as contas públicas e proporcionar a transparência dos dados informados.

A LRF estabeleceu regras para regular e manter o equilíbrio das finanças públicas, servindo como um código de conduta para os gestores, permitindo livre acesso à sociedade, ou seja, os cidadãos, usuários do serviço público, puderam ter maiores informações devido o leque de demonstrativos que são divulgados periodicamente, sendo elas confiáveis já que são divulgadas por portais oficiais do governo, e com isso trouxe contribuições relevantes para a administração pública principalmente nas áreas das contas públicas e emissão de relatórios da gestão financeira. Vale ressaltar que novos procedimentos e técnicas contábeis serviram de auxílio para os administradores públicos na identificação de ferramentas fundamentais para cumprir as regras determinadas pela lei.

Portanto, pode se concluir que o papel do contador na gestão pública é primordial afim de aproximar a população, facilitando o acesso às informações para que a sociedade possa realizar seus deveres como cidadão exercendo seus direitos e obrigações civis, afim de buscar informações, proclamando e condenando as disformidades.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Michele. **A lei de responsabilidade fiscal na administração pública: a ineficácia que leva à impunidade**. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/74886/a-lei-de-responsabilidade-fiscal-na-administracao-publica-a-ineficacia-que-leva-a-impunidade. Acessado em: 19 de setembro de 2023.

ARAÚJO, A. L. de. **A lei de responsabilidade fiscal e seus reflexos na contabilidade pública**. RBDGP (Pombal - Paraíba, Brasil), v. 1, n. 1, p. 56-61, jan.-mar. 2013.

ARAÚJO, L. C.; et al. **A decisão pela forma de implementação de um sistema integrado de gestão: uma análise da escolha do Governo de Minas**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 2014.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade aplicada ao setor público: abordagem objetiva e didática** –3.ed. –São Paulo: Atlas, 2021.

BORGES, T. B. **Utilização da informação gerencial no setor público: perspectiva diante das novas normas de contabilidade do setor público**.2012. 274 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Contabilidade e Controladoria da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

BRASIL. Lei complementar nº 101 de 4 de maio de 2000: **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências**.

_____. Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964: **Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.**

CAGLIONI, Renata dos Santos Gonçalves. **A contabilidade pública e a lei de responsabilidade fiscal na gestão pública**. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2019.

CAMÕES, M. R. de S. **Estudos em gestão pessoas no serviço público**. Brasília: ENAP, 2014.

CAMÕES, M. R. de S. **Gestão de pessoas no governo federal: análise da implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal**. Brasília: ENAP, 2016.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CRUZ, Flavio da (Coord.). **Lei de responsabilidade fiscal comentada: lei complementar n. 101, de 4 de maio de 2000.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FÉLIX, Leonardo Pedro. **Evolução da contabilidade pública no brasil**. UNICEUB, Brasília, 2013.

FAVRETO, Elemar Kleber; ALVES, Francilene da Silva de; SILVA Juliana Cristina Sousa; MELO, Mariano Terço de. **Contabilidade aplicada ao setor público: uma análise da prestação de contas como instrumento de autoavaliação institucional**. 2016. Disponível em: https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/33/13. Acessado em

Normas brasileiras de contabilidade: contabilidade aplicada ao setor público: NBCs T 16.1 a 16.11/ Conselho Federal de Contabilidade. - Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012. Acessado em: 23 de setembro de 2023.

PEREIRA, Matias. **Manual de gestão pública contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2010.

SALES, Tainah S; MARTINS Ana L. P. **Planejamento, Transparência, Controle Social e Responsabilidade na administração pública após o advento da lei de responsabilidade fiscal.** Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/12033>. Acessado em: 24 de setembro de 2023.

Secretaria do Tesouro Nacional – **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público** (MCASP) – 9ª Edição. Acessado em: 24 de setembro de 2023.

SILVA, Lino Martins. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SILVA, Adériton Bueno. **A Contabilidade Pública e o Impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal na Administração Pública. Faculdade Araguaia**, Goiânia, 2012.

SOARES, Edlane da Silva; ZAMBOTI, José Uênis Alves. **Orçamento público e instrumentos de planejamento e transparência: um desafio à gestão municipal de Ibitirama** - ES. 2020. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2020 Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/25997?show=full>. Acessado em: 25 de setembro de 2023.

SOUZA, Sthefany Silva et al. **A lei de responsabilidade fiscal (LRF) como instrumento gerencial para a administração pública: o caso do município de Salinas - MG. 2020.** 20 f. Monografia (Graduação em Administração Pública) - Universidade Federal de Ouro Preto, Salinas, 2020. Disponível em: <http://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/2684>. Acessado em: 25 de setembro de 2023.

SPEEDEN, E. A., & Perez, O. C. (2019). **Fatores que impactam na qualidade do planejamento orçamentário dos municípios do estado de São Paulo.** Administração Pública E Gestão Social. Disponível em: <https://doi.org/10.21118/apgs.v12i1.5517>. Acessado em: 25 de setembro de 2023.

TOYOSHIMA, P. S. S. **Contabilidade como ferramenta essencial na gestão financeira das empresas varejistas de médio porte em Barreiras/BA**. Barreiras Artigo – Faculdade São Francisco de Barreiras, 2019.

O TRABALHO EM EQUIPE E SUAS CARACTERÍSTICAS MAIS RELEVANTES

TEAMWORK AND ITS MOST RELEVANT CHARACTERISTICS

EL TRABAJO EN EQUIPO Y SUS CARACTERÍSTICAS MÁS RELEVANTES

Aparecido Gomes LEAL[156]
Daniel Francisco da SILVA[157]
Rosana AUGUSTO[158]

RESUMO

O trabalho em conjunto surgiu como necessidade à sobrevivência humana no planeta e, neste sentido, ele continua presente nas atividades corriqueiras, seja na construção de edifícios físicos ou intelectuais ou na exploração e utilização dos recursos naturais e na implementação de uma organização coletiva, baseada em normas de conduta, satisfazendo condições cada vez mais exigentes à manutenção e desenvolvimento da vida individual e coletiva com mais conforto e dignidade. Nas empresas não seria diferente, nelas as atividades dependem da união e esforço dos colaboradores, segundo suas especificidades, cabendo aos gestores a distribuição das atividades pertinentes àquilo que cada um seja capaz de produzir e se responsabilizar. A importância do trabalho em equipe em toda e qualquer organização se revela na eficiência para realizar tarefas e criar meios para solucionar ou evitar problemas. A união equilibrada dos integrantes que compõem as equipes segue regras próprias, refletindo competências individuais, sem prescindir, porém, de liderança que direcione os projetos, estratégias e metas para alcançar os resultados desejados. Trabalhar em equipe envolve pertencimento ao grupo e disposição individual para oferecer as competências pessoais e profissionais ao êxito do que em conjunto se empreende, evitando riscos, conflitos e alta competitividade que podem prejudicar os resultados, que favorecem a todos

[156] Mestre em Filosofia Antiga pela UNICAMP, Docente do Instituto de Ensino Superior de Americana – IESA (E-mail: apagoleal@yahoo.com.br).
[157] Especialista em Administração de Empresas pela Universidade Paulista – UNIP Campinas, MBA em Gestão Empresarial pela Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação – ESAMC Campinas, Docente do Instituto de Ensino Superior de Americana – IESA e Coordenador do Curso de Administração do IESA, (E-mail: raredirone@hotmail.com).
[158] Mestra em Educação – PUC Campinas, Mestrado em Administração – UNOPEC, Indaiatuba, Especialista em Formação em Educação a Distância – UNIP Campinas, Especialização em Gestão Em Serviços – UNOPEC, Indaiatuba, Diretora Geral e Docente do Instituto de Ensino Superior de Americana – IESA. (E-mail: rosana.augusto@gmail.com).

igualmente. A disposição à boa convivência no ambiente de trabalho é valorizada desde a seleção e contratação dos colaboradores, incidindo na sua permanência e reconhecimento profissional, tornando-se um atributo imprescindível à empregabilidade e conquista de cargos mais relevantes dentro da hierarquia organizacional.

Palavras-chave: Trabalho em equipe; Liderança; Competências**,** Convivência; Resultados.

ABSTRACT

Working together emerged as a necessity for human survival on the planet and, in this sense, it continues to be present in everyday activities, whether in the construction of physical or intellectual buildings or in the exploration and use of natural resources and in the implementation of a collective organization based on norms of conduct, satisfying increasingly demanding conditions for the maintenance and development of individual and collective life with more comfort and dignity. In companies it would not be different, in them the activities depend on the union and effort of the collaborators, according to their specificities, leaving to the managers the distribution of the activities pertinent to what each one is capable of producing and taking responsibility. The importance of teamwork in any and all organizations is revealed in the efficiency of carrying out tasks and creating means to solve or avoid problems. The balanced union of the members that make up the teams follows its own rules, reflecting individual skills, without disregarding, however, leadership that directs projects, strategies and goals to achieve the desired results. Working as a team involves belonging to the group and individual willingness to offer personal and professional skills to the success of what is undertaken together, avoiding risks, conflicts and high competitiveness that can harm the results, which favor everyone equally. The willingness to live well in the work environment is valued from the selection and hiring of employees, focusing on their permanence and professional recognition, becoming an essential attribute for employability and achievement of more relevant positions within the organizational hierarchy.

Keywords: Teamwork; Leadership; Skills, Coexistence; Results.

RESUMEN

El trabajo conjunto surgió como una necesidad para la supervivencia humana en el planeta y, en ese sentido, continúa presente en las actividades cotidianas, ya sea en la construcción de edificios físicos o intelectuales o en la exploración y uso de los recursos naturales y en la implementación de una organización colectiva basada en normas de conducta, satisfaciendo condiciones cada vez más exigentes para el mantenimiento y desarrollo de la vida individual y colectiva con mayor comodidad y dignidad. En las empresas no sería diferente, en ellas las actividades dependen de la unión y esfuerzo de

los colaboradores, según sus especificidades, dejando a los gerentes la distribución de las actividades pertinentes a lo que cada uno es capaz de producir y asumir. La importancia del trabajo en equipo en todas y cada una de las organizaciones se revela en la eficiencia de llevar a cabo tareas y crear medios para resolver o evitar problemas. La unión equilibrada de los integrantes que integran los equipos sigue sus propias reglas, reflejando las competencias individuales, sin descuidar, sin embargo, el liderazgo que orienta proyectos, estrategias y metas para alcanzar los resultados deseados. Trabajar en equipo implica pertenencia al grupo y voluntad individual de aportar las habilidades personales y profesionales al éxito de lo que se emprende en conjunto, evitando riesgos, conflictos y alta competitividad que puedan perjudicar los resultados, que favorecen a todos por igual. La disposición al buen vivir en el ambiente laboral se valora a partir de la selección y contratación de los colaboradores, enfocándose en su permanencia y reconocimiento profesional, convirtiéndose en un atributo esencial para la empleabilidad y el logro de los puestos de mayor relevancia dentro de la jerarquía organizacional.

Palabras Clave: Trabajo en equipo; Liderazgo; Habilidades, Convivencia; Resultados.

INTRODUÇÃO

Os seres humanos aprenderam na prática que o esforço coletivo em prol de sua sobrevivência seria muito mais promissor do que procrastinar sozinhos frente as adversidades da vida na natureza. A descoberta de que a união de todas as experiências e conhecimentos adquiridos pelo grupo favorecia igualmente a vida individual provocou a conciliadora e essencial convivência em comunidades que, por sua vez, se tornaram cada vez maiores e mais sofisticadas para atender aos interesses e necessidades pessoais – elas também em constante expansão e evolução. Para dar continuidade a esse desenvolvimento foi importante sobrepujar as diferenças pessoais e buscar o equilíbrio entre os objetivos e as disposições individuais que beneficiasse, sobremaneira, uma existência segura e confortável para todos, sem distinção.

A interdependência entre os seres humanos se solidificou em atividades rotineiras e isso fez com que a vida em sociedade se tornasse realidade necessária e inevitável à sobrevivência e ao desenvolvimento de novas práticas cotidianas, tanto as mais simples quanto as mais sofisticadas, abrangendo as artes, a política, as tecnologias e a ciência - fruto desse esforço coletivo. A história da humanidade é uma descrição de fatos consecutivos e interligados que levaram à composição de estruturas sociais cada

vez mais elaboradas e complexas, a fim de favorecer a coexistência dos indivíduos em seus grupos de pertencimento, de forma harmoniosa e facilitada, tornando-se a busca por segurança, proteção, nutrição e maior conforto, algumas das exigências que permaneceram ao longo do tempo. Trabalhar em conjunto envolve, no entanto, capacidade e disponibilidade para executar tarefas que dependem de habilidades e competências particulares e alheias que correspondem, inequivocamente, à conciliação respeitosa entre os parceiros, engajados e motivados na execução dos projetos de interesse comum.

O artigo leva em conta que o esforço coletivo é primordial para haver bom desenvolvimento dos projetos pessoais e coletivos de um determinado grupo, como, por exemplo, em uma organização, quando, pessoas originalmente diferentes e estranhas entre si se reúnem para executar tarefas que lhes são designadas e que, na maior parte das vezes, dependem da participação solidária uns dos outros. Daí a necessidade de haver consenso entre elas em vista do sucesso do empreendimento em que estão engajadas. Nesse sentido, as diferenças pessoais devem ser sobrepujadas em consideração aos objetivos do próprio grupo que, por sua vez, direciona e usufrui das aptidões, assim como dos esforços individuais, dispondo-os de tal forma que seja possível alcançar os resultados esperados.

A vida em conjunto, porém, nem sempre é algo confortável aos indivíduos, especialmente quando emergem do grupo, anseios e perspectivas acerca da vida pessoal e/ou profissional muito diferentes e até mesmo opostas entre si. Isso pode provocar dissenso e, como consequência, a dispersão e desinteresse das pessoas em permanecer e compor os grupos. No âmbito organizacional isso afeta consideravelmente o clima organizacional, havendo a necessidade de intervenção obstinada da equipe gestora ou do seu líder.

No ambiente de trabalho é preciso haver, desde a contratação até o acolhimento, boa integração, com treinamento adequado às atividades designadas, com reconhecimento pontual dos colaboradores quanto ao seu desempenho, sua motivação e predisposição ao convívio, tanto para criar quanto para manter unidas e produtivas as equipes que se deseja bem-sucedidas. Para isso, no entanto, existe a necessidade de uma liderança que agrupe os indivíduos de tal forma que as suas diferenças pessoais não atrapalhem ou impeçam a realização eficaz do trabalho em equipe, reavaliando e

adequando, de forma constante, as aptidões individuais, observando o pertencimento, envolvimento e desenvolvimento dos colaboradores nas equipes.

O artigo, então, também se preocupa em analisar as características peculiares da gestão de pessoas no ambiente de trabalho, levando em conta que extrair de cada um o melhor que pode oferecer à equipe depende, sem dúvida alguma, da capacidade do gestor; primeiro, em observar, identificar e selecionar os perfis que dispõem para montar as equipes, segundo os projetos e desafios que a elas se impõem, sendo necessário haver visão acerca do conjunto de pessoas disponíveis para assegurar se individualmente elas correspondem e podem colaborar de fato nessa união, favorecendo, por fim, a interdependência equilibrada, objetiva, comprometida e respeitosa que se deseja entre elas e também quanto as hierarquias estabelecidas, assim como aos resultados que se deseja obter.

Trabalhar em equipe envolve, portanto, pertinência e adequação dos indivíduos, com destacada capacidade de boa convivência e, portanto, de participação ativa e corresponsabilidade quanto aos projetos, planejamentos e suas estratégias, desenvolvidos pela organização e destacados pelo gestor à sua equipe, obedecendo roteiros e prazos para entrega de resultados que possam alavancar as atividades produtivas, sem apresentar estresse ou rupturas e conflitos comportamentais prejudiciais ao desempenho, que possam impedir bons resultados.

O que o artigo aponta como necessário à prática do trabalho em equipe evidencia as características principais desse tipo de trabalho, envolvendo os profissionais e seus talentos próprios, não perdendo de vista a realização pessoal e profissional de cada um deles que, de certa forma, se bem motivados, esmeram nas atividades, desejando alcançar sucesso em seus projetos mais ambiciosos no que diz respeito a suas carreiras e empregabilidade. Dessa forma, o artigo traça paralelos entre as competências pessoais e profissionais e os resultados esperados em equipes de excelência, quando objetivos e responsabilidades se fundem, levando os colaboradores a se identificarem com os projetos e seus propósitos traçados pelos seus líderes.

O papel e empenho do gestor, sua própria formação e experiência se somam, então às qualificações pessoais e profissionais de cada colaborador, aspecto relevante para se pensar nas estratégias ao êxito do trabalho em equipe que se deseja conquistar

para que todos os envolvidos possam dele usufruir igualmente. Contudo, é fundamental haver disponibilidade e responsabilidade individual no grupo, havendo sentimento de pertencimento ao grupo em alto grau que gere confiança uns nos outros, assim como na liderança.

Da parte da organização e seus gestores se destaca o incentivo à expansão e manutenção da autonomia e compartilhamento efetivo e constante de ideias frente aos desafios que solicitam maior engajamento, criatividade e inventividade pessoais, reforçando, no entanto, a importância de haver transparência quanto as decisões e metas estabelecidas, assim como quanto a conduta desejada, tanto individualmente quanto coletivamente, alicerçada por regras explícitas, acordadas entre todos, que relevam empatia, respeito, entreajuda solidária e sinergia, tão necessárias à execução das atividades desse tipo, especialmente em equipes auto gerenciadas, modelo que se caracteriza por conceder maior liberdade opinativa e criativa a cada componente, dando-lhe status de "líder", acentuando e impulsionando a sua defesa, com entusiasmo, tanto do projeto desenvolvido pela equipe, quanto da própria organização.

Pensar o trabalho em equipe vai de encontro a necessidade premente de as organizações conseguirem encontrar, contratar e treinar profissionais que tenham um perfil adequado a esse tipo de atividade, com boa formação e disposição para desenvolver projetos em conjunto, mantendo as competências individuais alinhadas às competências organizacionais.

2. INDIVÍDUO, GRUPOS, EQUIPES E SEUS OBJETIVOS

Os seres humanos perceberam há muito tempo que sozinhos não conseguiriam realizar ações que pudessem alicerçar e assegurar sua sobrevivência na natureza. Driblando os iminentes riscos da vida reclusa, os seres humanos descobriram, logo, uma outra forma válida para corrigir o resultado da percepção de que não são autossuficientes em muitas coisas. Esse caráter peculiar dos indivíduos[159] levou-os a

[159] Conf. Lalande (1993, p. 557), acerca de indivíduo: "A ideia do objeto do conhecimento, determinado e circunscrito, formando um todo, apresentando uma unidade suficiente para que se possa falar de uma coisa só". Toma-se aqui no artigo indivíduo como parte ativa da sociedade. Nesse caso, ao falar de indivíduo se destaca sua singularidade pessoal, compondo, porém, um todo maior ao juntar-se com outros

assumirem a necessidade de apoiarem-se uns nos outros para atingir os seus objetivos, isso trouxe muitas vantagens, especialmente a possibilidade de sustentarem a si próprios e seus próximos, protegendo-se, tanto das intempéries quanto dos outros, vistos como rivais ou inimigos.

O constante aprendizado individual adquirido através das experiências do cotidiano repercutiu no grupo, somando-se aos aprendizados alheios, evoluindo para um conhecimento maior do próprio grupo e das potencialidades pessoais. No entanto, para que isso fosse possível e proveitoso havia a necessidade premente de aceitação e aprovação do grupo para que as ideias, críticas e soluções individuais fossem reconhecidas, assim como a própria singularidade, individualidade e características únicas de leitura e interpretação do mundo e de si próprio – em constante aperfeiçoamento e transformação, cabe ressaltar. Sobre essa questão Silva argumenta[160]:

> Para surgir a individualidade é necessário passar por um momento de homogeneização que está vinculado ao estar "colado ao outro", viver esse coletivo, para em seguida, diferenciar-se e assim, agir "de fora", enquanto agente que analisa as circunstâncias externas/internas, sem perder a noção de que também se está dentro, como participante do processo.

O desenvolvimento do conhecimento humano é fruto do coletivo de pessoas que juntas partilham seus saberes, experiências, capacidades, perspectivas, sugestões, críticas e opiniões, construindo, então, um novo saber. Sozinho o ser humano não teria ampliado sua inteligência tão significativamente. A ideia comumente aceita, desde a antiguidade clássica, de que o indivíduo carece de muitas coisas para viver com dignidade trouxe o reconhecimento de que ele faz parte de algo maior que é o grupo, a comunidade, gerando a crença de que a união dos esforços particulares suplanta os constantes desafios individuais para sobreviver e desenvolver-se, segundo suas necessidades básicas. Essa noção tornou-se indispensável aos indivíduos, confirmando que o pertencimento a um grupo torna possível, de fato, legitimar e garantir a realização dos desejos individuais por sobrevivência. Foi a partir dessa união que surgiram inovações facilitadoras para as práticas cotidianas de todo tipo.

Assim, o desenvolvimento humano acelerou-se, caracterizado e enfatizado na convivência em comunidade, havendo interação proveitosa entre os indivíduos, pois

indivíduos, corroborando, então, a definição de Ferreira (1975, p. 760), indivíduo é "A unidade de que se compõem os grupos humanos e as sociedades".

[160] SILVA, 2009, p. 127

conforme Silva[161]: "É na troca com outros indivíduos e consigo próprio que vão se internalizando conhecimentos, papéis e funções sociais" Esse mesmo autor ainda afirma que[162]:

> O desenvolvimento humano é resultado das interações dialéticas do homem e seu meio sócio-histórico cultural. Ao mesmo tempo em que o ser humano transforma o seu meio para seguir suas necessidades básicas, transforma-se a si mesmo. O próprio comportamento é criado e modificado ao longo da história social da civilização, e é um dos instrumentos que o ser humano utiliza para dominar o seu ambiente. Esse processo acaba se fundindo com o cultural.

A comunicação como forma de transmissão de todo tipo de informação e, portanto, de aprendizado individual, facilitou que os grupos alcançassem alta competência para executar tarefas, reunindo experiências e conhecimentos adquiridos por cada um na lida cotidiana, sendo apoiados por técnicas auxiliares para toda e qualquer atividade. Porém, a necessidade de haver um líder que centralizasse e administrasse o poder de decisão e aglutinasse as ideias e desejos comuns a todos favoreceu aos grupos se fortalecerem e explorarem com melhor resultado a natureza do entorno e desenvolverem artefatos, utilizados para substituir, aprimorar ou facilitar o esforço físico nas atividades rotineiras individuais ou coletivas.

A liderança dos grupos desponta como algo constante na trajetória humana, sendo que os líderes acabaram por tornar-se respeitados como tal ao conduzirem a coletividade rumo a resultados mais efetivos e grandiosos, inclusive, quanto a expansão dos territórios de domínio, seja através da arte da guerra ou não. Portanto, o trabalho em grupo estabeleceu entreajuda genuína entre os indivíduos que comungavam uma mesma cultura, o que favoreceu a sobrevivência e expansão por vastos territórios e a fundação de cidades e reinos independentes.

Nas organizações atuais persiste a ideia de liderança como possibilidade irrefutável para atingir os meios e os fins dos traçados objetivos que elas desejam para si, perpetuando-se no mercado e alcançando muitos clientes e com isso também maior lucro e visibilidade, utilizando sua máquina produtiva e o capital humano disponível. O papel do líder[163] tornou-se figura de destaque, principalmente nas organizações, sendo

[161] SILVA, 2009, p. 73.
[162] SILVA, 2009, p. 74.
[163] Ao líder das equipes de trabalho corresponde a aptidão e conhecimento necessários para criar os grupos, escolhendo bem os componentes, segundo o perfil mais adequado ao projeto e às suas metas;

catalizador de novas ideias e práticas administrativas e comportamentais, haja vista que compõe o ementário de todo curso formador de administradores.

> O trabalho em equipe atende as necessidades das organizações ao juntar pessoas capacitadas em prol de um objetivo comum, compartilhando entre si as responsabilidades pelo cumprimento dos cronogramas, estratégias e metas, além das competências pessoais e profissionais e o trabalho a ser executado. Esse tipo de trabalho é comum nas organizações exatamente porque consegue atender com maior agilidade, segurança, objetividade, clareza e eficácia os projetos que elas desejam empreender que, por sua vez, envolvem riscos e desafios constantes que devem ser previstos, corrigidos e superados. Mas, trabalho em grupo e trabalho em equipe têm distinção entre si, como salientam Davis e Newstrom: Alguns funcionários executam sozinhos tarefas operacionais, mas a maioria trabalha em pequenos grupos onde os seus esforços se unem como as peças de um quebra-cabeça. Quando o trabalho é independente, eles agem como um grupo de trabalho e buscam desenvolver uma condição de elaboração denominada trabalho em equipe, que nada mais é que um pequeno grupo cooperativo que se encontra regularmente, estando comprometido numa ação coordenada. Quando os membros sabem dos seus objetivos, contribuem responsável e entusiasticamente para a tarefa e se dão apoio mútuo, eles estão demonstrando um trabalho em equipe. (DAVIS e NEWSTROM, 1998, p. 76).

Assim, os grupos de trabalho demandam esforço, metas e responsabilidade individuais, esperando-se, no entanto, que cada qual consiga entregar aquilo que se empenhou realizar, já o trabalho em equipe envolve esforço compartilhado e interdependente entre as pessoas que o compõe, havendo objetivo e corresponsabilidade para atingir as metas traçadas.

Por outro lado, um líder não caminha sozinho, tampouco é autossuficiente, pois depende da sua equipe, seus colaboradores, para que possam, em conjunto, garantir os resultados desejados, segundo as diretrizes da organização.

Nas equipes deve haver harmonia entre os indivíduos para que os resultados conquistados sejam de fato aqueles esperados. Todos que compõem as equipes devem, no entanto, obter vantagens com os resultados atingidos pela coletividade, havendo maior motivação individual e proatividade para participar de forma eficiente em outros projetos mais complexos e exigentes. O reconhecimento que, de alguma forma, traz satisfação e maior disposição para continuar no elenco das equipes é algo considerado como ferramenta indispensável, posto que, individualmente, os profissionais desejam

---

treinando, adaptando e observando a responsabilidade, competência, proatividade, engajamento, cooperação, sinergia, parceria e entusiasmo de cada um nas tarefas designadas; conduzindo todos eles e a si próprio rumo aos resultados desejados, mantendo coesa e motivada a equipe de tal forma a desenvolver e manter o que se convencionou designar de “espírito de equipe”.

que seus esforços sejam reconhecidos prontamente, fazendo com que os seus projetos pessoais possam estar em consonância com os da empresa e, por assim dizer, com os projetos que o líder traçou, pois:

> É fato também que as empresas se empenham com esmero em oferecer um ambiente propício para que possa haver o bom desenvolvimento de seus projetos e estratégias de inserção e manutenção em um mundo altamente competitivo e que se renova a cada instante. (LEAL, AUGUSTO, 2014, p. 9).

É possível, no entanto, perceber que mesmo pessoas engajadas com afinco em projetos alheios, assim como integradas no ambiente de trabalho, quando não se sentem valorizadas podem desenvolver estresse e ansiedade, acreditando que sua participação não está adequada ou que não têm capacidade para pertencer à equipe ou mesmo cumprir as metas. Nesse caso, de novo, o papel do líder é fundamental, precisando estar sempre atento ao clima organizacional, envidando todos os esforços e aprendizados que dispõe para contornar os efeitos drásticos que as doenças laborais podem acarretar aos colaboradores e à equipe, atingindo inclusive a sua própria postura, autoridade e eficiência como líder.

Se não houver rapidez quanto a percepção e decisão assertiva do líder acerca da insatisfação, insegurança ou mesmo surgimento de conflitos de qualquer natureza entre os elementos de sua equipe, o projeto poderá estar ameaçado por falta de atitude vigorosa, pontual e condizente do líder, uma vez que a contaminação pelo desinteresse pode ser rápida e provocar desestruturação na equipe, impedindo o desenvolvimento do projeto. A vaidade pessoal/profissional é outro fator que pode levar a excessiva competitividade, acarretando prejuízo com o estranhamento, distanciamento e/ou enfrentamento desrespeitoso entre os colaboradores.

Fiorelli frisa a importância de critérios específicos na seleção de profissionais, observando seu comportamento segundo os seguintes fatores que influenciam essa escolha:

> a) na seleção de pessoas, com o objetivo de assegurar aderência entre os requisitos do cargo ou função e o comportamento esperado;
>
> b) nos programas de desenvolvimento de pessoas, com o objetivo de facilitar novos comportamentos ou para adequar o perfil de personalidade do profissional a novas exigências do cargo;
>
> c) em processos de adequação de comportamentos aos requisitos de tarefas desempenhadas pelo indivíduo. (FIORELLI, 2004, p. 106).

O comportamento dos colaboradores deve ser condicionado às atividades que a eles se deseja direcionar, contudo, não é tarefa fácil selecionar colaboradores para o trabalho em equipe, sabendo-se que cada ser humano é único, dotado de ambições, história de vida, personalidade, cultura, interesses, experiências, conhecimentos e talentos também distintos. Escolher os que melhor se identificam com as responsabilidades e o perfil que esse tipo de trabalho condiciona necessita de critérios racionais, baseados no currículo, performance e experiência dos indicados, verificando, inclusive, o interesse em participar da equipe e o seu comportamento, principalmente quanto as relações interpessoais, conduta ética e produtividade.

Nesse caso, é possível ainda verificar se existe possibilidade de entrosamento entre os colaboradores da equipe que se deseja criar, deixando transparecer que todos são importantes e têm assegurado o respeito às suas diversidades e liberdade para expor opiniões, uma vez que cada um deles tem talentos[164] diferentes entre si que, no entanto, serão úteis ao grupo até porque trazem, cada um à sua maneira, maior contribuição, exatamente pelas particularidades individuais e profissionais. Contar com diferentes opiniões, expectativas e perspectivas para o desenvolvimento de um projeto pode ser de grande valor para a equipe porque aponta riscos, desvios de objetivo ou mesmo impossibilidade de atingir as metas, levando a novos percursos e estratégias.

As pessoas conseguem ajustar-se com maior facilidade às equipes quando são bem-vindas e constatam que sua contribuição pontual e genuína pode ser fundamental ao grupo, havendo, inclusive, mudança de comportamento para maior e melhor adaptabilidade ao grupo e aos objetivos dos projetos quando há motivação e bom entrosamento entre elas, renovando as suas expectativas pessoais e profissionais, com perspectivas de novas oportunidades no mercado de trabalho.

[164] Talento segundo Polito, refere-se a “aptidão, habilidade, capacidade, inclinação”. Aqui no artigo esse termo é recorrente, correspondendo aos sinônimos acima descritos, lembrando, no entanto, que os talentos podem ser naturais ou adquiridos, posto que o ser humano aprende constantemente e pode utilizar o que aprende na execução das atividades que deseja empreender, segundo seus interesses e necessidades. Porém, se cada indivíduo tem talentos próprios é através da autoanálise que descobre quais são eles, direcionando-os da melhor forma possível para utilizá-los em seus projetos pessoais e profissionais. Nas organizações os talentos individuais são fundamentais na composição das equipes de trabalho, seu desenvolvimento e metas, com compartilhamento e usufruto coletivo deles nas atividades cotidianas. (POLITO, 2009, p. 581)

Elias[165] reflete sobe a maleabilidade humana que favorece mudanças comportamentais a partir da companhia de outras pessoas, o que pode promover transformações que não pré-programadas. Essa flexibilidade humana pode ser surpreendente, especificamente quando há um polo aglutinador que move as pessoas a adquirirem novos hábitos e novas posturas, conforme as circunstâncias e a conveniência pessoal. Isso torna possível alterações que beneficiam tanto o comportamento pessoal quanto o profissional no ambiente de trabalho.

Quando, no entanto, os objetivos pessoais e profissionais dos componentes da equipe convergem para os objetivos da organização (e do líder) e vice-versa, há entrosamento, natural entreajuda, entusiasmo e maior e disposição para os desafios que quaisquer projetos impõem, desde o seu traçado, planejamento, cronograma, estratégias, desenvolvimento e metas, assim como os seus resultados. Quando há transparência das finalidades e objetivos a possibilidade de engajamento dos colaboradores torna-se maior e mais visível, autêntica e permanente. Daí então, ser importante que cada qual receba informações e treinamentos adequados, pertinentes às suas atividades na equipe, podendo, assim se sentir bem adaptado e acolhido, desenvolvendo um sentimento de pertencimento ao grupo, defendendo as ideias relativas às causas, meios e fins que correspondem aos objetivos do trabalho em equipe. É importante para a efetividade do projeto que todos tenham clareza acerca dos riscos, desafios e objetivos, comportando-se como corresponsáveis pelo projeto, pois como dizem Davis e Newstrom[166]:

> Quando os membros sabem dos seus objetivos, contribuem responsável e entusiasticamente para a tarefa e se dão apoio mútuo, eles estão demonstrando um trabalho em equipe. Existem pelo menos quatro ingredientes que contribuem para o desenvolvimento de um trabalho em equipe: um ambiente de apoio, habilidades adequadas às necessidades do cargo, metas superiores e recompensas à equipe.

Cabe ao líder o poder de reorganizar e até dissolver a equipe se não houver sinergia entre os colaboradores, tomando, assim, atitude pontual frente aos problemas, por vezes conflitantes que prejudicam os objetivos. No entanto, cada colaborador é parte integrante da equipe e, portanto, deve se responsabilizar por atuar nela de forma tal que não traga dissonância, má convivência e desrespeito aos princípios da organização e ao perfil estipulado para cada integrante. Então, a corresponsabilidade pelo êxito (ou não)

[165] ELIAS, 1994.
[166] DAVIS e NEWSTROM, 1998, p. 76.

dos projetos cabe a todos igualmente e isso deve estar bem esclarecido, desde a união para compor as equipes quanto aos papeis bem definidos e designados individualmente, para que não haja desestímulo individual ou falta de informação sobre as performances definidas e esperadas para cada um dos colaboradores e para a equipe como um todo.

Os bons resultados são, portanto, fruto do esforço coletivo, ou seja, da equipe toda. Dessa forma, há uma relação estreita entre as competências e disponibilidade de cada integrante, incluindo o líder, com os resultados, sejam eles exitosos ou não, pois os resultados espelham as ações individuais ou coletivas em prol dos objetivos propostos, não havendo distinção ou valoração das aptidões pessoais e profissionais, uma vez que todos colaboram para os devidos fins, segundo suas habilidades e competências. Afinal, como no passado remoto, há que se reconhecer que sozinhos os seres humanos não conseguem executar projetos mais elaborados, desse modo, reconhece-se a dependência de esforços e disposição alheios. Tanto é assim que a discussão clara e objetiva e o entrosamento das pessoas numa equipe dependem muito da possibilidade de lhes permitir autonomia de pensar e agir, ou mesmo criticar e levantar dúvidas sobre os meios e os resultados que se deseja alcançar. Isso torna a equipe mais unida e eficaz porque aproxima os colaboradores do projeto a ser executado e conduzido pelo líder, portanto, reuniões para exposição de opiniões são bem-vindas.

Dar voz a cada integrante da equipe favorece que cada um se sinta parte integrante e atuante do grupo, reconhecendo como seu desafio próprio o desafio e os riscos que o projeto envolve. Para isso, entretanto, cada colaborador precisa ter apoio pontual do líder para apontar, segundo suas experiências, conhecimentos e observação, o que pode ocorrer no desdobramento e desenvolvimento dos projetos. Autoanálise de cada componente da equipe também é recomendável, assim como do próprio líder, assegurando-se que suas ações não impedem o êxito do projeto. Ao reconhecer, então, como foi dito anteriormente, que ninguém é autossuficiente, se faz necessário haver bom senso em reconhecer que a ajuda dos pares é fundamental para a satisfatória execução dos projetos em equipe, dando a cada uma das pessoas envolvidas o seu papel de relevância e pertinência quanto a origem, meio e fim aos objetivos a se empreender.

Se o ser humano é um ser gregário, vive em sociedade e dela depende para usufruir de seus direitos em prol da realização de seus desejos, nas organizações os profissionais também têm suas ambições particulares que desejam concretizar, apoiados

pela organização e seu líder aos quais estão vinculados. Delegar funções e atividades faz parte do rol de atribuições dos líderes em suas equipes, porém, cada colaborador deve perceber com clareza que suas competências encontram acolhimento, adequação, justa aplicação e reconhecimento, tanto no desenvolvimento quanto nos resultados.

Os objetivos devem atingidos, seja pelo indivíduo isolado ou diluído em grupos e equipes, na sociedade ou nas organizações, sendo passíveis de realização quando existe capacitação para tal, planejamento e estratégias efetivas, não descartando os possíveis fracassos que solicitam, por sua vez, adaptação, desvios, alteração ou abandono dos mesmos. É preciso, então, perseverar, desenvolver novos talentos, potencializar os recursos disponíveis, reconhecendo os riscos e desafios proporcionais à complexidade que os propósitos têm. Aprender a compartilhar ideias, experiências, talentos e esforços foi necessário à humanidade para atingir seus objetivos básicos, alterando e assimilando novos códigos comportamentais, fruto da união dos indivíduos, com avanços consideráveis quanto ao conhecimento, tecnologia, ciência e bem-estar. Cabe ressaltar a necessidade de convivência empática, solidária e disposição para aprender com os outros, pois como aponta a exortação: “o sonho que se sonha só é apenas um sonho, mas o sonho que se sonha junto é realidade”.

3. TRABALHO EM EQUIPE: COMPETÊNCIAS INDIVIDUAIS E ORGANIZACIONAIS

O trabalho em equipe é algo muito rico para as organizações em termos de troca de conhecimentos, ideias, sugestões, experiências, habilidades, na agilidade necessária às atividades rotineiras e também no desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores, posto que as empresas são compostas por pessoas que contribuem para o sucesso e crescimento organizacional.

Logo, ao planejar a formação de uma equipe, seja para trabalhar na realização de uma determinada tarefa específica e pontual ou para trabalhar em um setor da organização, o gestor das equipes deve olhar atentamente para os colaboradores à sua disposição, buscando identificar em cada um deles as suas potencialidades e selecionar aqueles que reúnam as competências necessárias para a realização das respectivas

atividades, de forma exitosa, com eficiência e eficácia, em consonância com os objetivos propostos pela empresa.

Comenta Dutra[167] que "o estabelecimento das competências individuais deve estar vinculado à reflexão sobre as competências organizacionais, uma vez que há uma influência mútua entre elas". Dessa feita, é fundamental que as competências de cada colaborador, intensificadas pelo trabalho em equipe, consigam potencializar as competências organizacionais, visando o estabelecimento ou a manutenção de um diferencial competitivo da empresa, tendo em vista os seus concorrentes.

Fleury e Fleury[168] comentam na Revista de Administração Contemporânea que o debate sobre competência entre psicólogos e administradores nos Estados Unidos foi fomentado a partir de 1973, após a publicação, por David McClelland, do artigo com o título "Testing for Competence rather than Intelligence" (Testes por Competência em vez de Inteligência), que trouxe o conceito de competência de uma forma mais estruturada. O referido artigo afirmava que os testes de QI - Quociente de Inteligência, utilizados na época apresentavam problemas, pois não eram suficientes para verificar se um colaborador seria bem-sucedido em seu trabalho ou na sua vida pessoal. Por conta dessa e outras falhas McClelland criou uma metodologia para sanar esse problema, tentando identificar variáveis de competências para auxiliar na seleção dos colaboradores, de maneira mais assertiva e menos discriminatória. Desde então, a temática vem sendo discutida por estudiosos ao longo dos anos, devido a sua relevância, principalmente para gestores e organizações, porém, sem haver um consenso sobre o significado e a aplicabilidade de competência.

Nesse artigo fez-se um recorte sobre o tema, pois não há pretensão de realizar uma revisão da literatura sobre competências, o objetivo é trazer alguns conceitos a respeito do assunto, visando auxiliar no entendimento da relevância das competências, tanto para as pessoas quanto para as organizações no mundo dos negócios.

No geral, o conceito de competência é compreendido em duas grandes dimensões, sendo elas a da organização e a do indivíduo. Essas duas grandes divisões, por sua vez, podem ser subdivididas, conforme critérios preestabelecidos pelos estudiosos do assunto. Nesse artigo, contudo, nos itens subsequentes aborda-se, de

[167] DUTRA, 2001, p. 27.
[168] FLEURY E FLEURY, 2001a.

forma sucinta, apenas as duas grandes divisões das competências citadas acima e também como elas podem ser utilizadas pelas empresas como diferenciais competitivos em seus respectivos mercados de atuação.

4. COMPETÊNCIA INDIVIDUAL

No senso comum, quando se menciona que alguém é competente, significa que aquela pessoa é qualificada para realizar algo e, ao contrário disso, quando se menciona que alguém é incompetente, isso é encarado como algo pejorativo, pois essa pessoa é rotulada como sendo incapaz de realizar algo de forma adequada.

De acordo com Ferreira[169], a competência é definida como sendo "Qualidade de quem é capaz de apreciar e resolver certo assunto, fazer determinada coisa: capacidade, habilidade, aptidão, idoneidade".

No mundo dos negócios a busca pela competência dos trabalhadores é utilizada desde a época de Taylor, no final do século XIX, quando as empresas buscavam colaboradores eficientes para executar as atividades operacionais em seus respectivos postos de trabalho, contudo, muita coisa mudou ao longo dos anos em relação a essa concepção.

Atualmente, não há um conceito e/ou definição única para competência, pois trata-se de um tema bastante discutido e pesquisado, possuindo várias vertentes, todavia, alguns estudiosos convergem para a mesma linha de pensamento sobre o assunto e suas ideias se complementam. Apresenta-se nesse artigo, conforme já mencionado anteriormente, um recorte conceitual, segundo os seus propósitos, uma vez que o tema é bem amplo e diversificado, podendo ser aplicado em várias áreas do conhecimento, porém, o foco aqui são competências no ambiente de trabalho e para tanto, serão utilizados autores que têm conexão com esse aspecto específico.

Para Fleury e Fleury[170] a competência de uma pessoa é definida como "[...] um agir responsável e reconhecido que implica mobilizar, integrar, transferir

[169] FERREIRA, 1999, p. 512.
[170] FLEURY E FLEURY, 2001b, p. 21.

conhecimentos, recursos, habilidades que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo."

Nesse sentido, é válido destacar que as pessoas possuem vários tipos de competências, contudo, nas organizações, para a realização de uma tarefa em equipe, as competências requeridas são específicas e predeterminadas. Elas dizem respeito ao desenvolvimento de atividades no ambiente de trabalho, segundo normas de conduta, com objetivos também específicos dos colaboradores e da organização, portanto, se busca em cada trabalhador a competência adequada para gerar valor social a ele próprio e o valor financeiro para a empresa.

A competência do indivíduo, conforme Scott B. Parry, na obra "The quest for competencies" (A busca por Competências), publicada em 1996, está conceituada com base no tripé Conhecimento, Habilidade e Atitude, conhecida como C.H.A (C de conhecimento, H de habilidade e A de Atitude). Nessa obra Parry apud Fleury e Fleury (2001b, p. 18) diz que as competências são "[...] um conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes que afetam a maior parte do trabalho de uma pessoa e que se relacionam com o desempenho no trabalho; a competência pode ser mensurada, quando comparada com padrões estabelecidos e desenvolvido por meio de treinamento."

Parry[171], ao tratar dos três eixos que envolvem as competências individuais, destaca que o Conhecimento está atrelado ao saber; a Habilidade diz respeito ao saber como fazer; e a Atitude está ligada ao executar, ou seja, para ser competente é necessário conhecer algo, saber fazer esse algo bem feito e colocar isso em prática, realizando esse algo.

Dessa forma, o colaborador é considerado como competente não apenas pelo que ele sabe, mas também pela forma que ele pretende realizar o trabalho e pela execução dessa tarefa, sendo necessário conhecimento, planejamento e ação e entende-se que o planejamento é a forma como ele pretende realizar a tarefa, que no C.H.A. de Parry, é o H de habilidade, e isso faz toda a diferença na hora da ação que é o A de Atitude.

A metodologia C.H.A. possibilita ao gestor várias utilizações, entre elas, a realização do mapeamento das competências individuais existentes na organização,

[171] PARRY, 1996.

possibilitando que ele as gerencie. Outra possibilidade é utilizar a metodologia do C.H.A. para avaliar a competência do colaborador referente às suas qualidades técnicas, comportamentais e intelectuais, o que daria ao gestor uma ferramenta bastante útil para montar uma equipe apta e engajada com vistas a obter excelência nos resultados para o negócio, melhorando também as competências organizacionais.

Para que a aplicação do C.H.A. na identificação, mapeamento, avaliação e gestão de competências seja exitosa os principais gestores da organização e a liderança dos setores devem estar altamente envolvidos em todo o processo. Isso é um facilitador para o desenvolvimento dos colaboradores, uma vez que esse foco da organização possibilita a ampliação da capacidade dos trabalhadores, fazendo com que a sua entrega seja a melhor possível e desejada pela organização.

Devido ao fato de a organização ser formada por pessoas as competências dos colaboradores vão interferir diretamente na competência da organização e vice e versa. Pois segundo Coda[172]:

> Deve haver um alinhamento entre as competências das pessoas e aquelas da organização – recomenda-se que as competências individuais sejam derivadas das competências organizacionais – para que os resultados previstos sejam alcançados e a empresa continue ou se torne mais competitiva no mercado em que atua.

É importante ressaltar que para haver um trabalho em equipe efetivo utilizando as competências individuais, além delas derivarem das competências organizacionais, é fundamental que os gestores da organização tenham feeling[173] ao escolher e liderar as suas equipes, inclusive, fornecendo a elas feedback de forma sistemática, sendo ainda primordial que haja um bom clima organizacional entre os colaboradores, que os funcionários da empresa se sintam motivados e valorizados, ou seja, trata-se de um sistema onde tudo está interligado numa relação de interdependência, pois cada qual depende do outro para atingir os resultados desejados.

É sempre bom lembrar, todavia, que funcionários competentes e satisfeitos podem impactar diretamente na qualidade dos produtos e serviços entregues e,

[172] CODA, 2016, p. 02

[173] Feeling, de acordo com Moreira, Pasquale e Dubner (1999, p. 174) é definido como: “Percepção; visão própria sobre um certo assunto com base na experiência ou no conhecimento de certos fatos que podem influenciar sua evolução”. No caso desse artigo, frisa-se aqui que essa percepção ou visão própria sobre um “certo assunto” é baseada nas experiências e conhecimentos profissionais.

consequentemente, na satisfação dos clientes, fazendo com que a empresa possa obter sucesso no seu ramo de atuação e muitas vezes isso pode ainda se tornar um excelente diferencial competitivo em seu benefício.

5. COMPETÊNCIA ORGANIZACIONAL

Os pioneiros nos estudos das competências organizacionais foram Coimbatore Krishnarao Prahalad e Gary Hamel, que publicaram no ano de 1990 o artigo intitulado "The Core Competence of the Corporation" (A Competência Essencial da Corporação). Esse artigo repercutiu mundialmente ao introduzir o conceito de "Core Competence" (competência essencial), provocando discussões sobre a temática entre estudiosos, nas universidades e no mundo empresarial.

Para Prahalad e Hamel[174], as competências organizacionais são um grupamento de conhecimentos, habilidades, tecnologias, sistemas físicos e gerenciais pertencentes a uma organização. Os autores mencionam ainda que as competências essenciais são peculiaridades que conferem a uma organização vantagem competitiva, gerando um valor único percebido pelos clientes, mas difícil de ser imitado pelos concorrentes.

Comenta Ferreira[175] que as competências organizacionais devem estar alinhadas com a missão, visão e valores da organização. Essas competências são provenientes da aprendizagem coletiva e do comprometimento dos setores estratégicos do negócio, sendo subdivididas em básicas e essenciais. As competências básicas são atributos necessários para que uma organização atinja a liderança em seu mercado de atuação, contudo, elas por si só não são suficientes para que isso ocorra, uma vez que não representam diferencial competitivo. Por sua vez, as competências essenciais das empresas promovem valor percebido pelos clientes, potencializando a capacidade de expansão da empresa, contribuindo para a diferenciação em relação aos concorrentes.

Dessa forma, pode-se afirmar que a competência básica, como o próprio nome diz, é a característica básica exigida para que a empresa exista em seu mercado de atuação, ao passo que a competência essencial é o coração do seu negócio, o atributo

[174] PRAHALAD E HAMEL, 1990.
[175] FERREIRA, 2015.

difícil de ser imitado pela concorrência, sendo, portanto, o seu diferencial competitivo no seu segmento de atividade.

Segundo Nisembaum[176], as competências de uma organização são compostas por “conhecimentos, habilidades, tecnologias e comportamentos que uma empresa possui e consegue manifestar de forma integrada na sua atuação, impactando a sua performance e contribuindo para os resultados".

As competências organizacionais são atributos específicos e inerentes a cada organização e vão sendo construídas ao longo do tempo, conforme a empresa desenvolve a sua história, adquire experiências, demonstra suas habilidades, realiza seus objetivos, enfim, é algo que a torna única, é como se fosse a sua identidade no mercado.

A respeito de competência organizacional, alertam Fleury e Fleury[177] que é necessário sempre estar atento quanto as mudanças advindas do ambiente externo, em especial na extensão onde a organização atua (local, regional, nacional e ou global). Essa ideia chama a atenção não apenas para o monitoramento do ambiente externo, mas também para a maneira, o modo operante que as empresas, seus dirigentes e colaboradores reagem às mudanças, desafios e transformações ocorridos no ambiente externo em que elas estão inseridas, favorecendo enxergar as empresas como organismos vivos que interferem, e sofrem interferências desse meio onde orbitam.

Percebe-se que os autores chamam atenção para esse fato a fim de que as atuais competências da organização não se tornem ultrapassadas, uma vez que o ambiente onde as empresas estão inseridas são altamente dinâmicos e sofrem influências políticas, tecnológicas, econômicas, sociais, e tudo isso acontece de forma muito rápida, podendo deixar a organização em desvantagem ou até mesmo provocar a sua extinção. Há muitos cases de empresas que no passado tinham competências organizacionais únicas e hoje não existem mais, pois ficaram focadas no ambiente interno, em seus produtos e serviços e não atentaram para as mudanças que estavam ocorrendo no ambiente externo, como as novas tecnologias e os novos hábitos da sociedade. Esse fato pode tornar obsoleto o que a empresa produz e, consequentemente refletir também, diretamente nas competências organizacionais adquiridas, uma vez que elas não seriam mais aplicáveis a essa nova realidade e, dessa feita, pode-se afirmar, sem sombra de dúvidas, que é

[176] NISEMBAUM, 2000, p. 35.
[177] FLEURY E FLEURY, 2001b.

fundamental a gestão das competências de uma organização, pois elas podem impactar em sua competitividade e perenidade.

Diante do que foi exposto ressalta-se que as competências individuais e organizacionais existentes em uma empresa são fundamentais para que ela se mantenha atuante, prospere e se torne competitiva em seu segmento de atuação, daí a sua relevância para os negócios. Para que se possa extrair o melhor da empresa em relação a essas competências é necessário, portanto, que haja uma forma de gestão voltada para as competências, sendo as equipes auto gerenciáveis uma dessas possibilidades de gestão, conforme será melhor detalhado a seguir.

6. EQUIPES AUTO GERENCIÁVEIS: UM PLUS PARA OBTENÇÃO DE VANTAGEM COMPETITIVA

As competências, quaisquer sejam elas, podem ser aprendidas, expandidas e desenvolvidas para atender melhor as peculiaridades do trabalho em equipe e seus objetivos, cabendo às empresas e seus gestores saber utilizá-las, potencializando-as em seu benefício. Mas, para atingir alta performance no trabalho em equipe não são dispensáveis treinamentos e seleção rigorosa e criteriosa dos colaboradores para otimizar, da melhor maneira possível, as suas competências em prol dos resultados desejados. É importante, no entanto, que as competências individuais estejam em estreita relação com as competências organizacionais, sendo uma a extensão da outra, ambas compondo um sistema em que são interdependentes, necessitando, no entanto, serem constantemente estimuladas em vista a se tornarem essenciais ao sucesso do empreendimento a que se destinam. Os estímulos, por sua vez, primeiramente decorrem do clima organizacional, que deve permitir e incentivar incessante avaliação das competências, sua evolução e aplicabilidade, bem como a necessidade de atualização, expansão e desenvolvimento das mesmas.

A valorização e a influência do ambiente no comportamento humano promovem a expansão das competências quando o ambiente de trabalho é propício para que isso aconteça naturalmente, pois é fato que os seres humanos estabelecem variadas relações com o ambiente onde estão inseridos e com o qual interagem. Consequentemente, é possível perceber maior adaptabilidade e entusiasmo dos colaboradores em suas

atividades corriqueiras quando estão em perfeito equilíbrio com o ambiente de trabalho, o que favorece aos gestores e à empresa uma melhor implementação e administração das mudanças necessárias à vitalidade das atividades que ela desenvolve.

Porém, para se manterem competitivas no mercado as empresas necessitam, além de buscar a melhoria contínua dos processos, aumentar a produção com qualidade e otimizar recursos existentes, elas necessitam ainda ter um quadro de colaboradores de excelência comprovada para que consigam atingir o resultado esperado pelo mercado.

Nesse sentido, é possível aqui lançar mão da metáfora que confere às empresas o status de um organismo vivo, o que possibilita observar mais atentamente por um lado, o ambiente interno da empresa e as partes que compõem este organismo específico, estando elas interligadas e integradas (colaboradores e empresa), sendo interdependentes entre si, precisando, no entanto, ser ativadas continuamente para atingirem os objetivos que ambas as partes almejam e a permanência destes e, por outro lado, é preciso atentar para os acontecimentos e transformações no ambiente externo em que a empresa está inserida.

Na analogia entre o comportamento da empresa e o comportamento dos organismos vivos verifica-se algumas semelhanças entre eles, uma vez que compartilham em alto grau a luta persistente pela sobrevivência e perenidade com sustentabilidade, apresentando, porém, necessidade de aprimoramento contínuo para obter e manter mais e maior flexibilidade e eficácia quanto a adaptabilidade ao meio ambiente. No caso das empresas, ao segmento de mercado em que elas atuam e às exigências legais e circunstanciais que lhe competem e das quais não podem se furtar.

Entretanto, destaca-se aqui o comentário de Oliveira[178] sobre essa questão quando afirma que: “Na verdade, quem tem esses comportamentos em nome da empresa são os dirigentes e funcionários desta. ” Logo, para esse autor, a comparação de empresas com organismos vivos só tem sentido porque as empresas são compostas de pessoas e estas sim, de fato, são organismos vivos. Essa postura ressalta a importância das pessoas que compõem a empresa, sendo elas o capital humano em que é necessário investir para atingir alta performance, motivando e potencializando as suas competências, expandindo-as de tal forma que possam se transformar em um plus

[178] OLIVEIRA, 2010, p. 5.

diferencial junto aos competidores e consumidores, inclusive estabelecendo relação satisfatória com a sociedade em geral, de onde emergem demandas cada vez maiores a respeito do comportamento das empresas.

As transformações que provocam mudanças comportamentais das empresas, de novo remete à comparação com os organismos vivos, uma vez que estes estão em constante mutação (global e das partes) para aprimoramento de sua existência. No caso das empresas, como Oliveira[179] afirma, são as pessoas que mudam e promovem mudanças. Estas mudanças, como um rebote, atingem as organizações, que têm que responder a essas demandas, atualizando-se e para isso submetem-se a incessante autoanálise de suas atividades produtivas, gerenciais, estratégicas e quanto aos projetos e objetivos, encarando sem medo os novos desafios que surgem a cada instante. Empresas que não mudam, não se atualizam, podem perder seu posicionamento no mercado, afugentando clientes, favorecendo os concorrentes e até ficando obsoletas e/ou desprestigiadas e esquecidas pelos clientes.

Para favorecer as suas atividades, trazendo dinamismo, além de maior qualidade, soluções rápidas e eficazes, impulsionando o desenvolvimento de tarefas e/ou dos projetos, as organizações utilizam o trabalho em equipe, sendo difícil encontrar organizações que não o utilizam. Robbins, Judge e Sobral[180] salientam, no entanto, que o simples fato de adotar o modelo de trabalho em equipe não garante que sempre haja eficácia nas atividades e resultados organizacionais. Afinal, como já visto, são as pessoas que, através de suas habilidades e competências trazem maior ou menor eficácia às organizações - dependendo de como são aproveitadas, motivadas, treinadas e orientadas em suas respectivas equipes de trabalho.

As equipes podem ser de vários tipos e formatos, mas são as equipes auto gerenciadas, como afirmam Robbins, Judge e Sobral[181], que, além de solucionar problemas, também implementam as soluções, assumindo as responsabilidades que acompanham os resultados.

[179] OLIVEIRA, 2010.
[180] JUDGE E SOBRAL, 2010.
[181] JUDGE E SOBRAL, 2010.

As equipes auto gerenciáveis apresentam definições e características específicas, que podem levar as empresas a conquistar a tão desejada vantagem competitiva, agilizando os seus processos, solucionando problemas através de decisões assertivas[182].

> As equipes de trabalho auto gerenciadas são grupos de funcionários (geralmente entre 10 e 15 pessoas) que realizam trabalhos muito relacionados ou interdependentes e assumem muitas das responsabilidades que antes eram de seus antigos supervisores. Normalmente, isso inclui o planejamento e o cronograma de trabalho, a delegação de tarefas aos membros, o controle coletivo sobre o ritmo do trabalho, a tomada de decisões operacionais e a implementação de ações para solucionar os problemas. As equipes de trabalho totalmente auto gerenciadas até escolhem seus membros e avaliam o desempenho uns dos outros. Consequentemente, as posições de supervisão perdem a sua importância e até podem ser eliminadas.

Mesmo sendo essas equipes compostas de colaboradores com alta competência para avaliar e executar suas tarefas autonomamente, não se descarta acompanhamento, avaliação, apoio da gestão, enfim, algum tipo de supervisão e controle das atividades para que seja possível cumprir os cronogramas com eficácia, antever e solucionar problemas de toda ordem que possam advir. Pois, segundo Wagner III e Hollenbeck[183]:

> Entre as responsabilidades gerenciais alocadas a cada equipe autogerida, encontra-se a de avaliar continuamente o trabalho da equipe e de redesenhar os cargos de seus membros. Para capacitar as equipes a assumir essa responsabilidade, a administração treina os membros da equipe sobre como planejar o trabalho e avaliar a qualidade e a eficiência do desempenho.

Quanto as destacadas características de alta performance verificadas no modelo de trabalho em equipe auto gerenciadas, contudo, cabe aqui a advertência de Robbins, Judge e Sobral[184]:

> A pesquisa sobre a eficácia das equipes auto gerenciadas, porém, não tem sido uniformemente positiva. Essas equipes em geral não administram bem os conflitos. Quando surgem disputas, os membros deixam de cooperar e passam a ocorrer lutas de poder, que prejudicam o desempenho de grupo. Além disso, embora os membros dessas equipes demonstrem níveis mais altos de satisfação em comparação a outros indivíduos, às vezes eles também apresentam altos índices de absenteísmo e rotatividade.

Apenas o fato de haver trabalho em equipe, seja ela de qual modelo for, não garante que os resultados sejam sempre positivos ou como esperados, afinal, os seus componentes, ainda que comunguem entre si os objetivos, as responsabilidades e até

[182] ROBBINS,2005 p. 214
[183] WAGNER III, HOLLENBECK, 2006, p. 172.
[184] ROBBINS, JUDGE e SOBRAL, 2010, p. 301.

mesmo um perfil similar de formação e adequação, são indivíduos diferentes entre si, trazendo consigo tudo que isso possa acarretar ao juntar-se em uma equipe. Sendo assim, é possível sobressair atitudes inesperadas que destoam em comportamento e ideias e que não deveriam extrapolar o sentimento fundamental de unidade e pertencimento, fazendo com que a equipe perca o equilíbrio, facilitando o surgimento de conflitos.

Ainda assim, o modelo de equipe auto gerenciada tem sido bastante valorizado nas organizações porque entrega boa qualidade de serviços e resultados, melhor que as equipes comuns, trazendo aos participantes entusiasmo pela autonomia e liberdade criativa, como destacam Wagner III e Hollenbeck[185], ao valorizarem a autogestão, que fornece autonomia de tal forma aos participantes, algo inexistente em outras circunstâncias, o que lhes dá satisfação social no trabalho. As equipes auto gerenciáveis, segundo Wellins, Byham e Wilson[186] apresentam as seguintes peculiaridades:

> Estão capacitadas a compartilhar diversas funções de gerenciamento e liderança.
>
> Planejam, controlam e melhoram os próprios processos de trabalho.
>
> Estabelecem os seus próprios objetivos e inspecionam o próprio trabalho.
>
> Frequentemente criam o próprio planejamento e procedem a uma análise crítica do seu desempenho como grupo.
>
> Podem preparar os próprios orçamentos e coordenar o seu trabalho junto a outros departamentos.
>
> Normalmente fazem pedidos de material, mantêm controle de estoque e lidam com os fornecedores.
>
> Frequentemente são responsáveis por conseguir qualquer treinamento de que necessitem.
>
> Podem contratar os próprios substitutos ou assumir responsabilidades pela disciplina de seus membros.
>
> Elas (e não aqueles que não fazem parte da equipe) são responsáveis pela qualidade de seus produtos ou serviços.

A escolha, portanto, dos participantes dessas equipes deve ser bastante rígida, com critérios que avaliem de fato as competências individuais, que estas estejam em conformidade com as da organização, havendo capacidade de autocontrole, assim como a de trabalhar em equipe, pois cada qual lançará mão de sua autonomia para gerenciar a si próprio, administrando eficazmente suas atividades, com sinergia, confiando que os

[185] WAGNER III E HOLLENBECK, 2006.
[186] WELLINS, BYHAM e WILSON, 1994, prólogo.

colegas estão fazendo o mesmo, pois, ainda que cada um seja livre para opinar, rever seu desempenho e o dos outros com clareza e objetividade, as responsabilidades estão a cargo de todos igualmente pelo desempenho e resultados alcançados.

A opção por esse tipo de equipe envolve uma série de fatores que se não forem bem administrados poderá conduzir a organização e o trabalho a um resultado diferente do esperado e até mesmo indesejado, no entanto, com gerenciamento eficiente e colaboradores com destacada competência as possibilidades de sucesso podem ser aumentadas exponencialmente.

Em suma, pode-se destacar como diferenciais das equipes auto gerenciáveis: o engajamento completo do colaborador com o trabalho por conhecer o seu processo e o da equipe na íntegra; o gosto pelo trabalho em equipe, gerando nos colaboradores a sensação de pertencimento; a eficiência na comunicação com redução de ruídos; a solidariedade; a sinergia, o espírito de inovação; o exercício da liderança informal com autonomia e responsabilidade; a troca de experiências que possibilita uma maior parceria com a empresa, fortalecendo a confiança mútua; dessa forma, percebe-se que o capital humano que a empresa possui e desenvolve é o seu principal pilar para a sustentabilidade desejada no mercado, contribuindo de maneira efetiva na identificação das potencialidades da organização e oportunidades do mercado, caracterizando, assim, um plus para obtenção de vantagem competitiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise que o artigo aqui trouxe sobre o trabalho coletivo e sua evolução, ressaltou-se a transformação dos grupos humanos em equipes que seguem regras distintas e cada vez mais elaboradas para o bom funcionamento e resultados exitosos, beneficiando a todos igualmente. Essa característica levou essas atividades a outros patamares em que novos critérios, mais elaborados e exigentes foram estabelecidos para atingir os fins desejados. A união de esforços e competências dos indivíduos transformou o trabalho, conferindo-lhe mais agilidade em vista a alcançar objetivos que, talvez sozinhos os seres humanos não conseguiriam atingir. Assim, o trabalho em equipe também encontrou seu propósito na utilização positiva e corriqueira nos ambientes organizacionais e, sendo esse um legado da sociedade, tornou-se ele

próprio, um modelo de trabalho que se ajustou facilmente às práticas comuns nas empresas, dado os bons resultados que entrega. Daí a importância inegável e ampla da utilização desse modelo, de fácil comprovação, nos ambientes de trabalho, corroborando em novas exigências e desafios de gerenciamento das pessoas nos projetos, em busca de equipes de excelência.

O trabalho em equipe tornou-se comum tanto nas atividades humanas no âmbito social, quanto nas empresas, quando é possível constatar a sua relevância e pertinência, levando estas a não poderem mais prescindir desses modelos em suas atividades rotineiras, afinal, o trabalho em equipe encontrou no ambiente organizacional campo fértil para seu desenvolvimento e transformação, havendo atualmente variados modelos desse tipo de trabalho, de acordo com os interesses e necessidades e peculiaridades de cada empresa .

Para melhor entendimento o artigo tratou da diferenciação entre trabalho em grupo e trabalho em equipe, avançando sobre um novo modelo: as equipes auto gerenciáveis, que correspondem, especificamente, a uma forma de gestão mais moderna nas organizações. Esse modelo traz vantagens internas no desenvolvimento das tarefas e dos projetos, na rapidez e eficiência na tomada de decisões, com destacada designação de altas competências reunidas em prol dos melhores resultados.

Portanto, o artigo estabeleceu como prioridade em seu tema analisar o trabalho em equipe, suas características mais relevantes nas organizações; as competências individuais e organizacionais necessárias aos bons resultados dessa modalidade, afirmando, entretanto, que ambas competências devem estar em sintonia, estabelecendo semelhanças em seus propósitos para atingirem, juntas, bons resultados. Dessa forma, destaca-se nesse tripé de temas do artigo, o trabalho em equipe, as competências individuais e organizacionais e as equipes auto gerenciadas, sendo que estas, por conta da alta performance no desempenho dos seus integrantes, conseguem alcançar com rapidez os melhores resultados, sendo assim recomendadas, adequando-se aos projetos a que se destinam.

Vale lembrar, no entanto, que nem sempre é possível atingir resultados positivos em quaisquer trabalhos, inclusive, nas equipes auto gerenciáveis, posto que elas são compostas de pessoas, que são suscetíveis a erros, enganos e comportamentos

inesperados, o que podem provocar indesejáveis conflitos, desviando os componentes dos seus objetivos ou até mesmo resultando na necessidade de readequação da equipe. Nesse caso, cabe a recomendação de constante autoanálise acerca da capacidade individual de cada componente para participar e desenvolver os projetos, assim como a exequibilidade dos mesmos, seu cronograma, os perfis dos componentes da equipe e sua sinergia, com acompanhamento das atividades que juntos e individualmente os colaboradores devem desenvolver.

Investir no capital humano, então, pode ser uma das maneiras pelas quais as organizações venham a obter diferencial junto aos concorrentes, pois são as pessoas e suas competências que impulsionam e trazem com rapidez e eficiência as melhores decisões e, portanto, os melhores resultados, atendendo as demandas cada vez mais exigentes dos consumidores.

No caso das equipes auto gerenciáveis ainda há que se comentar sobre a importância do rigor na seleção e treinamento dos seus componentes e comprovação efetiva de suas competências, inclusive, aquela para trabalhar em equipe, sendo que nesse modelo de trabalho cada qual é o seu próprio supervisor, o que acarreta ainda mais responsabilidade sobre as ações individuais, podendo impulsionar ou não o desenvolvimento dos resultados da equipe .Contudo, observa-se nessas equipes a valorização social e profissional dos componentes, individualmente e, de tal forma que, juntos conseguem exercer suas funções com maior motivação, inclusive, tendo em vista o aprimoramento de suas carreiras no mercado em que atuam ou desejam atuar, defendendo, portanto, os projetos em que atuam com muita garra e persistência, o que, por tabela também é uma defesa da organização em que sentem-se amplamente reconhecidos pela liberdade e possibilidade de atuação, levando a buscar soluções e oportunidades, evitando os problemas que podem acometer quaisquer projetos. Pelo reconhecimento atingido quanto aos seus esforços os componentes acabam considerando os projetos da empresa como se fossem os seus próprios projetos pessoais e profissionais e, agindo assim, essas equipes conseguem responder, com maior desenvoltura e eficácia as demandas dos clientes, sendo esse um plus irrefutável perante os concorrentes.

Os temas aqui propostos e desenvolvidos não são, entretanto, conclusivos, definitivos, posto que a área da administração envolve uma grande diversificação de

assuntos que constantemente estão em pauta e solicitam revisão e atualização, sendo a administração receptiva a novas ideias e vertentes que trazem mudanças em seus conceitos e teorias, incluindo novas ferramentas para as atividades organizacionais. Sendo assim, podem despontar em futuro próximo novos modelos de equipes exitosas que deverão, por sua vez, ser analisadas para verificar sua verdadeira aplicabilidade.

REFERENCIAS

CODA, Roberto. **Competências Comportamentais**. São Paulo: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597008746. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008746/>. Acesso em: 18 abril 2023.

DAVIS, Keith, NEWSTROM, John W. **Comportamento humano no trabalho**: uma abordagem organizacional. v. 02, São Paulo: Pioneira Thomson Learning Ltda, 1998.

DUTRA, Joel Souza. **Competências**: um modelo avançado para o gerenciamento de pessoas. São Paulo: Gente, 2001.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FERREIRA, Patrícia I. Série MBA Gestão de Pessoas **- Gestão por Competências**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2015. E-book. ISBN 978-85-216-2924-5. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2924-5/>. Acesso em: 15 maio 2023.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S. A., 1975.

FIORELLI, José Osmir. **Psicologia para administradores**: integrando teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2004.

FLEURY, Afonso; FLEURY, Maria Tereza Leme. **Estratégias empresariais e formação de competências:** um quebra-cabeça caleidoscópio da indústria brasileira. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001a.

FLEURY, Maria Tereza Leme; FLEURY, Afonso. Construindo o conceito de competência. RAC - **Revista de Administração Contemporânea**. Edição especial 2001b. p.183-196. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v5nspe/v5nspea10.pdf>. Acesso em: 11 abril 2023.

KOUSES, J. M., POSNER, B. Z. **O desafio da liderança**: a fonte mais confiável para quem deseja aperfeiçoar sua capacidade de liderança. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LEAL, Aparecido Gomes, AUGUSTO, Rosana. **Administração em foco**: tópicos relevantes para gestores e empreendedores. Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2014.

MOREIRA, Júlio Cesar Tavares; PASQUALE, Perrotti Pietrangelo; DUBNER, Alan Gilberto. **Dicionário de termos de marketing**: definições, conceitos e palavras-chaves de marketing, propaganda, pesquisa, comercialização, comunicação e outras áreas correlatas a estas atividades. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

NISEMBAUM, H. **A competência essencial**. São Paulo: Infinito, 2000.

OLIVEIRA, Marco A. **Comportamento organizacional para a gestão de pessoas**: como agem as empresas e seus gestores. São Paulo: Saraiva, 2010.

PARRY, Scott B. **The quest for competencies**. Training. New York. Jul. 1996. Vol. 33. no. 07. p. 48-54

POLITO, André Guilherme. **Michaelis Dicionário de Sinônimos e Antônimos**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2009.

PRAHALAD, C.K.; HAMEL, Gary. The Core Competence of the Corporation. **Harward Business Review**. United States. n.3, p.79-91, may/june, 1990.

ROBBINS, Stephen P., JUDGE, Timothy A., SOBRAL, Filipe. **Comportamento organizacional**: teoria e prática no contexto brasileiro. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. 11. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

SILVA, Rafael Bianchi. **Desenvolvimento e comportamento humano**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

WAGNER III, John A., HOLLENBECK, John R. **Comportamento organizacional**: criando vantagem competitiva. São Paulo: Saraiva, 2006.

WELLINS, Richard S., BYHAM, Williams C., WILSON, Jeanne M. **Equipes zapp!:** criando energização através de equipes autogerenciáveis para aumentar a qualidade, produtividade e participação. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

ENTENDENDO O CLIENTEFINAL:A IMPORTÂNCIA DA QUALIDADE NO ATENDIMENTO PARA SUA SATISFAÇÃO

UNDERSTANDINGTHEENDCUSTOMER: THEIMPORTANCE OF QUALITY IN SERVICEFORTHEIRSATISFACTION

ENTENDIENDO AL CLIENTE FINAL: LA IMPORTANCIA DE LA CALIDAD EN EL SERVICIO PARA SU SATISFACCIÓN

Aparecido Gomes LEAL[187]

Nathany Cristina BRIANEZ[188]

Rosana AUGUSTO[189]

Vanessa Curado FONTES[190]

RESUMO

As relações entre empresa e cliente devem ser proveitosas para ambas as partes, satisfazendo as necessidades e interesses que estes demonstram, de tal forma que haja continuidade e divulgação da qualidade e eficácia dessa conexão comercial para conquistar novos clientes. As empresas utilizam ferramentas tecnológicas cada vez mais sofisticadas para apresentação de seus produtos e serviços e o consumidor, mais exigente, encontra facilmente o que procura, podendo escolher entre variadas ofertas e adquirir de forma facilitada e autônoma o que precisa. Portanto, a qualidade no atendimento ao cliente tornou-se diferencial marcante que pode definir as relações comerciais, corroborando, inclusive, em possível fidelização do cliente. É fundamental que as empresas busquem mais informação e conhecimento acerca dos seus produtos e do público alvo, objetivando bem atendê-lo. As transformações socioeconômicas recentes trouxeram consigo novos hábitos dos consumidores, exigindo acompanhamento e aprimoramento das empresas para atender as demandas, mesmo aquelas de cunho socioambiental, cumprindo prazos e entregando mais qualidade,

[187]Mestre em Filosofia antiga pela UNICAMP, Campinas (SP). Docente do Instituto de Ensino Superior de Americana – IESA. (E-mail: apagoleal@yahoo.com.br).

[188]Graduanda em Administração pelo Instituto de Ensino Superior de Americana – IESA. (E-mail: nathanybrianez6@gmail.com).

[189]Mestra em Educação pela PUC Campinas (SP), Mestrado em Administração pela UNOPEC, Indaiatuba (SP), Especialista em Formação em Educação a Distância – UNIP Campinas (SP), Especialização em Gestão Em Serviços – UNOPEC, Indaiatuba (SP). Diretora Geral e Docente do Instituto de Ensino Superior de Americana – IESA. (E-mail: rosana.augusto@gmail.com).

[190] Especialista em Gestão de Pessoas pela FAC, Rio Claro (SP). Coordenadora dos Cursos Superiores de Tecnologia em Recursos Humanos, Tecnologia em Processos Gerenciais do Instituto de Ensino Superior de Americana. Docente do IESA. (E-mail: vcfontes05@gmail.com).

legitimando a confiança nelas depositada. Para corresponder às exigências dos consumidores há necessidade de as empresas cumprirem os protocolos de conduta ética condizente ao mercado em que atuam, observando seus próprios valores, treinando, capacitando e acompanhando adequadamente seus colaboradores, reconhecendo seu desempenho, valorizando de tal forma o cliente e suas demandas que despontem na preferência entre os concorrentes, utilizando para isso marketing apropriado e ferramentas disponíveis. Dar importância às relações com o cliente pode transformar-se em diferencial que os concorrentes não encontrarão facilidade em superar.

Palavras-chave: Cliente; Relação com o cliente; Comportamento do consumidor; Satisfação; Demanda.

ABSTRACT

Relationships between company and customer must be beneficial for both parties, satisfying the needs and interests that they demonstrate, in such a way that there is continuity and dissemination of the quality and effectiveness of this commercial connection to win new customers. Companies use increasingly sophisticated technological tools to present their products and services and the more demanding consumer can easily find what they are looking for, being able to choose between a variety of offers and acquire what they need easily and autonomously. Therefore, quality in customer service has become a striking differentiator that can define commercial relationships, even contributing to possible customer loyalty. It is essential that companies seek more information and knowledge about their products and their target audience, aiming to serve them well. Recent socioeconomic transformations have brought with them new consumer habits, requiring monitoring and improvement from companies to meet their demands, even those of a socio-environmental nature, meeting deadlines and delivering better quality, legitimizing the trust placed in them. To meet consumer demands, companies need to comply with ethical conduct protocols consistent with the market in which they operate, observing their own values, training, qualifying and adequately monitoring their employees, recognizing their performance, valuing the customer and their demands that stand out among competitors, using appropriate marketing and available tools. Giving importance to customer relations can become a differentiator that competitors will not find it easy to overcome.

Keywords: Client; Customer relationship; Consumer behavior; Satisfaction; Demand.

RESUMEN

Las relaciones entre empresa y cliente deben ser beneficiosas para ambas partes, satisfaciendo las necesidades e intereses que demuestran, de tal manera que haya continuidad y difusión de la calidad y eficacia de esta conexión comercial para conquistar nuevos clientes. Las empresas utilizan herramientas tecnológicas cada vez

más sofisticadas para presentar sus productos y servicios y el consumidor más exigente puede encontrar fácilmente lo que busca, pudiendo elegir entre una variedad de ofertas y adquirir lo que necesita de forma fácil y autónoma. Por tanto, la calidad en la atención al cliente se ha convertido en un llamativo diferenciador que puede definir las relaciones comerciales, contribuyendo incluso a una posible fidelización de los clientes. Es fundamental que las empresas busquen más información y conocimiento sobre sus productos y su público objetivo, con el objetivo de brindarles un buen servicio. Las recientes transformaciones socioeconómicas han traído consigo nuevos hábitos de consumo, exigiendo seguimiento y mejora por parte de las empresas para satisfacer sus demandas, incluso las de carácter socioambiental, cumpliendo plazos y entregando mejor calidad, legitimando la confianza depositada en ellas. Para satisfacer las demandas de los consumidores, las empresas deben cumplir protocolos de conducta ética acordes al mercado en el que operan, observando sus propios valores, capacitando, calificando y monitoreando adecuadamente a sus empleados, reconociendo su desempeño, valorando al cliente y sus demandas que se destacan entre competidores, utilizando el marketing adecuado y las herramientas disponibles. Dar importancia a las relaciones con los clientes puede convertirse en un diferenciador que a los competidores no les resultará fácil superar.

Palabras Clave: Cliente; Relación con el cliente; Comportamiento del consumidor; Satisfacción; Demanda.

INTRODUÇÃO

A busca por maior e melhor atendimento ao cliente é uma atividade constante nas organizações, uma vez queelas dependem da aceitabilidade, preferência e aquisição de seus produtos e serviços para obter o sucesso pretendido. Então, o tratamento dado ao cliente deve ser o melhor possível, capaz de encantá-lo, pois personifica a marca e potencializa as vendas, podendo se tornar grande vantagem competitiva. Tanto é assim que existe permanente preocupação das empresas em atualizar e agilizar a comunicação com os clientes, buscando conhecê-los e consolidar maior aproximação, isso favorece, inclusive, a sua fidelização, que é o objeto de desejo de todas as empresas, sem exceção.

O cuidado com o cliente, tratando-o com diferencial atenção e respeito prospera as vendas e fornece às empresas até mesmo a possibilidade de expandir os negócios, alcançando novos interessados em sua marca, poisquando há satisfação o cliente tende a recomendar e divulgar os produtos e serviços de sua empresa preferida, assegurando às pessoas de seu convívio que podem confiar nela por conta de sua particular experiência satisfatória no cumprimento de suas necessidades e interesses.

Às empresascabe a responsabilidade pelotreinamento adequado e constante dos seus colaboradores para atender prontamente os desejos do consumidor, sem perder de vista a conduta ética irrepreensível - pauta obrigatória nessa interação. Tratar desse tema neste artigomostra-se bastante pertinente, levando em conta as transformações incessantes que envolvem a relação com o cliente. Este, por sua vez, também tem apresentado novos hábitos comportamentais que abrangem as transações comerciais que realiza e asua relação com os fornecedores, o que legitima a necessidade de atualização das ferramentas tecnológicaspara satisfazê-lo de forma surpreendente, com expertise e atrativos em prol damaterialização da transação, driblando a concorrência - que nunca esteve tão acirrada. Sendo assim, qualquer diferencial apresentado para aperfeiçoar essa relação pode trazer resultados satisfatórios para empresas e clientes. Então,as empresas devem dar devida importância a essa relação, buscando mais conhecimento e informação acerca do cliente, seus desejos e vontades, interesses e necessidades, objetivando manter parceria promissora, duradoura, eficientee lucrativa.

No entanto, as empresas, primeiramente, precisam adquirir informação e conhecimento irrestrito do que está sendo ofertado no mercadoe qual o tipo de público alvo que desejam atingir. Quando já têm em mente o tipo de público que desejam as empresas devem perseverar para superar as expectativas e desejos dos clientes, indo além do tratamento usual, procurando fidelizá-los através de tratamento diferenciado, sem poupar recursos para que essa interação seja de fato satisfatória e promissora, visando não perder a preferência nelas depositada. Da mesma forma, o cliente deve procurar conhecer a empresa, pesquisando e atentando para aspectos como transparência e fidelidade das suas informações, observando seu histórico de vendas, o cumprimento dos prazos e qualidade dos produtos, critérios estes fundamentais. O cliente deveobservar minuciosamente as condições que salvaguardam as suas próprias informações, a fim de garantir a segurança necessária para continuar usufruindo do produto e/ou serviço de sua escolha. Logo, a satisfação do cliente envolve tanto o comportamento da empresa quanto do próprio cliente, pois ambos devem assumir responsabilidade nessa interação, posto queessa é uma relação de interdependênciapara suprir similares necessidades e interessesda empresa e do cliente.

Outrossim, não atender as exigências do cliente leva a empresa a se distanciar do seu público alvo, atingindo e prejudicando, como rebote, também a prospecção de

novos clientes, podendo causar efeito incalculável de prejuízo à marca, produtos e serviços em geral, comconsequências desastrosas, às vezes, irreparáveis, fazendo a empresa pontuar negativamente no mercado de sua atuação. Quando isso acontece, o cliente insatisfeito migra para o concorrente em busca de atenção e respeito às suas exigências, transferindo às pessoas de sua convivência a sua insegurança e desconfiança sobre a empresa e suas práticas, desencorajando-as a efetuar qualquer interação com ela ao expor a sua experiência frustrante, negativando o fornecedor a tal ponto que afugentainteressados em estabelecer qualquer tipo de contato com ele.

É responsabilidade da empresacontar com colaboradores com perfil de excelência no atendimento ao cliente, aproveitando tanto as recomendações e sugestões quanto as reclamações e críticas ao seu comportamento, assim, a opinião dos clientes deve ser bem-vinda, sendo vista como um reforço de avaliação à sua conduta e disposição de aprimoramento e respeito às exigências do consumidor, refletindo em uma interação harmoniosa e lucrativa que ambos usufruem. À vista disso, o artigo salientaa importância das informações e conhecimento acerca do atendimento ao cliente, o que leva à consolidação da expertise das empresas nesse quesito, procurando observar e entender o comportamento externo (dos clientes) e interno (dos colaboradores), com a finalidade de atender prontamente as demandas que lhe são endereçadas, ofertando os melhores produtos e serviços.

Recentemente o mundo passou por um período de grandes transformações sociais e econômicas que afetaram as relações entre empresas e clientes, sendo ainda possível perceber as consequências da pandemia da Covid-19. Isso levou as pessoas a procurar novos meios de adquirir com segurança os produtos de seu consumo. A partir de 2020 a pandemia intensificou o seu vetor de contaminação, com quarentena em todos os cantos do mundo, redundando no intenso comércio online que se verificou desde então,com larga utilização de ferramentas compatíveis e disponibilizadas pelas empresas para os consumidores adquirirem produtos de forma não presencial, acatando recomendações das agências sanitárias para a população permanecer longe das ruas,corroborando em ampliação dos canais de venda pela internet. O e-commerce cresceu muito a partir desse período e as empresas tiveram que se adaptar rapidamente, buscando conhecimento mais específico e abrangente acerca da logística e dos recursos tecnológicos utilizáveis para não perder vendas, sob pena de correr risco de fracasso,

levando até mesmo à falência, por deixar de atender prontamente e de forma eficiente as demandas dos consumidores.

O marketing digital transformou-se em possibilidade acertada para atingir o cliente, oferecendo-lhe vitrine considerável de produtos e serviços sob condições abrangentes e facilitadas, havendo, inclusive, a utilização dos recursos inovadores da Inteligência Artificial (IA),apresentando novas interpretações acerca do comportamento do consumidor, através de cenários interativos não tão usuais antes da pandemia. E, assim, de novo, a importância do relacionamento com o cliente configurou-se como atividade fundamental para a sobrevivências das empresas.

O artigo aborda a importância da interação das empresas com os clientes, trazendo resultado de pesquisas sobre o tema queressaltam a necessidade de ampliar esse conhecimentopara explorar e entender melhor o que motiva e acentua a satisfaçãode ambas as partes. As empresas devem corresponder às demandas dos consumidores que, aliás, têm se mostrado cada vez mais exigentes, conscientes de seus direitos e com destacada autonomia para efetuar transações comerciais, desfrutando de gama considerável de ofertas tentadoras dos concorrentes, que disputam entre si a sua preferência. Comoo título do artigo aponta há necessidade de entender melhor o cliente, realçando a importância de as empresas aprimorarem seu comportamento, estratégias e valores para atingir de forma satisfatória os interessados em seus produtos e serviços.

2. COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR: A SUA COMPLEXIDADE PARA AS EMPRESAS DE BENS E OU SERVIÇOS

O comportamento do ser humano, de uma maneira geral, pode ser considerado complexo devido a diversidade dos indivíduos, pois cada um possui as suas peculiaridades e maneira de ser e viver, sem entrar no mérito do funcionamento da mente humana. No entanto, Giglio[191] salienta que apesar de cada ser humano ser único em sua existência, ele pode representar padrões grupais de comportamento.

[191] GIGLIO, 2002.

Quando se trata do comportamento de compra do consumidor[192], isso não é diferente, uma vez que o comportamento de consumo de cada ser humano é influenciado ao longo da sua existência por muitos fatores externos e internos e, portanto, compreender o comportamento dos consumidores, com a finalidade de atender as suas necessidades e desejos, sejam eles existentes ou latentes, por meio da oferta de produtos e ou serviços, é um dos grandes desafios enfrentados pelas empresas para se manterem ativas e prósperas nos seus respectivos segmentos de atuação.

As organizações, quando são idealizadas e posteriormente fundadas, os seus criadores definem a missão, visão, princípios, valores, estratégias, objetivos, público alvo, o tipo de mercado em que desejam atuar, entre outros. Em relação ao mercado as empresas podem, por exemplo, optar por vender seus produtos e/ou serviços para o mercado empresarial ou para o mercado consumidor[193]. Segundo Kotler[194], o mercado empresarial adquire bens e/ou serviços com o propósito de obter lucro e o mercado consumidor os adquire com a finalidade de satisfazer necessidades e desejos.

Uma vez escolhido o tipo de mercado em que se pretende atuar o próximo passo da empresa é segmentar esse mercado. A segmentação para Weinstein[195] é "o processo de dividir mercados em grupos de consumidores potenciais com necessidades e ou características similares, que, provavelmente, exibirão comportamento de compra similar."

Essa divisão do mercado possibilita que a empresa tenha foco em um determinado grupo de consumidores, que é o seu público alvo, objetivando conhecê-lo melhor e assim direcionar as sus açõesde forma mais assertiva, possibilitando que haja o entendimento a respeito do funcionamento do seu comportamento de compra, com a finalidade de ofertar produtos e/ou serviços que despertem o desejo e satisfaçam suas necessidades. A respeito do comportamento do consumidor Solomon[196] comenta que "é o estudo dos processos envolvidos quando indivíduos ou grupos selecionam, compram,

[192] O comportamento de compra do consumidor, segundo Kotler e Armstrong (2023, p.154), refere-se ao "comportamento de compra dos consumidores finais - indivíduos e famílias que compram produtos e serviços para consumo pessoal".
[193] Ressalta-se que o presente artigo tem como foco as empresas que atuam no mercado consumidor.
[194] KOTLER, 2000.
[195] WEINSTEIN, 1995, p. 18.
[196] SOLOMON, 2011, p. 33.

usam ou descartam produtos, serviços, ideias ou experiências para satisfazer necessidades e desejos.”

Uma das grandes questões para as empresas, em especial para os departamentos de marketing, é desvendar o que faz com que os consumidores adquiram certos produtos e/ou serviços de uma determinada empresa e não da outra, o que ele valoriza,não apenas no produto em si, mas também como atributos ao longo do processo de compra como um todo (antes, durante e depois da aquisição), ou seja, o objetivo é tentar descobrir como funciona e o que influencia o seu comportamento de compra.

Gianesi e Correa[197] comentam que há quatro macros fatores que influenciam o comportamento dos consumidores, sendo eles os fatores culturais, os sociais, os pessoais e os comportamentais. Para melhor entendimento a esse respeito, de forma resumida, se destaca:os fatores culturais dizem respeito ao conjunto de valores que a pessoa é submetida ao longo de sua vida, entre eles destacam-se a cultura, a subcultura e a classe social que a pessoa pertence; os fatores sociais estão relacionados aos grupos sociais que de alguma forma influenciam o comportamento e as atitudes dessa pessoa, em especial o núcleo familiar em que está inserida; os fatores pessoais dizem respeito especialmente a idade, profissão, condição econômica e ciclo familiar desse consumidor; e os fatores psicográficos ou comportamentais que são relativos ao estilo de vida da pessoa, as motivações da compra, entre outros.

Há também que se considerar como influenciadores do comportamento de compra do consumidor outros elementos advindos do ambiente externo, os quais as empresas não têm controle algum sobre eles e são totalmente inesperados, como foi o caso da pandemia da Covid-19 que durante os anos de 2020 e 2021 alterou sobremaneira a vida das pessoas, interferindo principalmente na forma com que os produtos passaram a ser adquiridos pelos consumidores, requerendo muita empatia, flexibilidade, criatividade, segurança e agilidade por parte das empresas para continuar a atender os seus clientes e mesmo prospectar clientes potenciais.Um cliente potencial é, segundo Moreira, Pasquale e Dubner[198] “Cliente que poderia ser da empresa, mas ainda não é.” Detalhando um pouco mais a afirmação desses autores, um cliente potencial é aquele que ainda não é efetivamente um cliente, contudo, reúne todas as condições para

[197] GIANESI E CORREA, 1994.
[198] PASQUALE E DUBNER, 1999, p. 89.

ser um cliente futuro a ser conquistado, pois tem o “perfil” dos clientes da empresa, do seu público alvo.

Apesar dos fatores anteriormente mencionados interferirem no comportamento do consumidor, existe um modelo de decisão de compra, em que o cliente passa por um processo composto por cinco fases, segundo Kotler e Armstrong[199], sendo elas: a identificação das necessidades (percebe que está precisando de algo); a busca pelasinformações (começa a pesquisar a respeito do que quer comprar); a avaliação das alternativas (compara o produto, o preço, a entrega, forma de pagamento etc.); a decisão de compra (avaliou tudo e já optou pela compra); e o comportamento pós compra (compara expectativa que ele tinha em relação ao que comprou com a realidade do produto). Esse modelo de decisão de compra, bem como a segmentação de mercado e demais ferramentas utilizadas pelas equipes de marketing, facilitam o direcionamento das ações estratégicas de marketing da empresa, tornando-as mais assertivas no que diz respeito às transações comerciais, visando atrair, conquistar e fidelizar clientes.

Refletindo a respeito de tudo que foi mencionado anteriormente, é bom salientar que existe todo um processo envolvido por parte do cliente, desde o despertar de uma necessidade até o momento em que ele decide realizar a compra em uma determinada empresa e também há o processo por parte da empresa para conhecê-lo e ofertar o que lhe seja atrativo e lhe satisfaça e isso deve estar muito claro para gestores e colaboradores a fim de que haja êxito na transação comercial e a negociação seja vantajosa para ambas as partes e que ainda seja possível um relacionamento comercial frequente e duradouro.

A empresa que, com base no conhecimento que tem a respeito de seus clientes, conseguir captar os seus anseios e as suas necessidades, declaradas ou não, com a finalidade de satisfazê-las, identificar os atributos que eles valorizam na hora da compra e atendê-los com cordialidade e respeito no processo de venda (antes, durante e após a compra) e ainda surpreendê-los positivamente, poderá ter maior possibilidade de mantê-los fiéis em sua carteira de clientes. Comentam Augusto e Leal[200] que:

> Ter clientes fiéis é o sonho de qualquer empresa, então, foco no cliente é sem dúvida a condição fundamental para que isso ocorra, ou seja, a empresa deve ficar atenta não ao produto, mas sim às necessidades do mercado, mais

[199] KOTLER E ARMSTRONG, 2023.
[200] AUGUSTO e LEAL, 2014, p. 72.

> especificamente ela deve conhecer muito bem quem são seus clientes, com a finalidade não só de satisfazer as suas necessidades, mas também de se antecipar a elas e, dessa forma, encantar esses clientes e fidelizá-los.

Ressalta-se que quando um cliente já existente e/ou potencial entra em contato com uma determinada empresa (pessoalmente, por telefone, por meios digitais, enfim, independente do meio utilizado), buscando conhecer e/ou adquirir os seus produtos e/ou serviços, ele está dando a essa empresa uma oportunidade de negociação, uma vez que há várias concorrentes no mercado ofertando produtos e/ou serviços idênticos ou similares, logo, é fundamental que essa organização não deixe escapar essa oportunidade e o conquiste, buscando satisfazer, por meio da oferta de produtos e/ou serviços, as suas necessidades, propiciando a esse cliente um atendimento que o encante, ou seja, um atendimento que supere as suas expectativas, que saia do convencional e que seja ímpar.

Para que haja um bom atendimento ao cliente por parte dos colaboradores é primordial que os mesmos conheçam a história e as diretrizes estratégicas da empresa (missão, visão princípios e valores), saibam como essa empresa funciona em linhas gerais e quais são os produtos e/ou serviços que ela oferece, recebam treinamentos de capacitação periodicamente, se comportem segundo o código de ética da empresa, pratiquem a empatia, a cordialidade, sejam comunicativos, educados e se sintam motivados, valorizados e parte integrante dessa organização.

É relevante destacar que o atendimento ao cliente realizado pelos funcionários da empresa pode ser um diferencial de mercado, fazendo com que o cliente decida por fechar ou não o negócio com a empresa. Comentam Augusto e Leal[201] que quando os colaboradores têm orgulho do que fazem na empresa, confiam nos produtos que ela oferece e conhecem o seu funcionamento de modo sistêmico eles são os seus grandes aliados competitivos.

Nesse sentido, relatam Silva e Zambon[202] que o grande percentual de perda de clientes não está relacionado a qualidade do produto e sim a atitude das pessoas, daí a importância do bom atendimento aos clientes por parte dos colaboradores da empresa, seja ela fornecedora de bens ou prestadora de serviços. Dessa forma, é fundamental que

[201] AUGUSTO e LEAL, 2014.
[202] SILVA E ZAMBON, 2012.

a organização, além de estar sempre atenta ao ambiente externo em que se insere, esteja também focada no seu ambiente interno, em especial com um olhar atento aos seus colaboradores, conforme será abordado no item subsequente.

3. COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL: O CAPITAL HUMANO E SUAS CARACTERÍSTICAS RELEVANTES

O grande diferencial competitivo das empresas é o seu capital humano[203], sendo difícil os concorrentes atingirem o mesmo grau de eficiência quando não delegam importância devida a essa questão. Tanto é assim que Pasetto e Mesadri[204] reconhecem que se os administradores buscam resultados, "estes nada mais são do que o produto final dos comportamentos das pessoas."

São de fato as pessoas que impulsionam os negócios, potencializandoa economia de forma abrangente, sendo elas os destacados agentes que determinam o sucesso das empresas, favorecendo a robustez do comércio de todo tipo de produtos e serviços, considerando que estão na ponta da relação com o cliente, havendo, dessa forma, necessidade de se valorizar a sua performance enquanto pessoas dispostas a bem representar a empresa, seja internamente, colaborando com o clima no ambiente de trabalho ou externamente ao atender bem os clientes.

Wagner e Hollenbeck[205], ao tratar da vantagem competitiva afirmam que o sucesso competitivo é o resultado da boa utilização da habilidade que as empresas têm para produzir algo tão valioso aos consumidores, seja produto ou serviço, a tal ponto que seja difícil a concorrência imitar. Para obter esse resultado,os autores acimaapontamque a causa da vantagem competitiva são os destacados e eficientes colaboradores que as empresas têm, devendo assim, se esforçar para mantê-los, pois essa vantagem eleva a competitividade de tal maneira que outras empresas não conseguirão superar.

---

[203] As empresas são constituídas por pessoas, sendo estas denominadas "capital humano". Portanto, elas merece investimento e cuidado redobrado, pois representam o potencial necessário para que, de fato, ocorra o desenvolvimento dos objetivos da empresa, mas elas necessitam de oportunidadepara dispor com sucesso, em suas atividades,as suas experiências, habilidades, competências, conhecimento, entre outros, em prol do seu desempenho e capacidade, beneficiando de mesmo modoa própria empresa.
[204] PASETTO E MESADRI, 2013, p. 40.
[205] WAGNER E HOLLENBECK, 2012.

Os gestores, portanto, não devem menosprezar o capital humano que dispõem no ambiente de trabalho, reconhecendo que este é representado por pessoas que têm suas próprias vontades, ambições, habilidades e competências. Quando as pessoas não são bem estimuladas e conduzidas em suas habilidades e competências isso pode acarretar graves problemas, afetando não só a sua própria empregabilidade como as empresas. Pasetto e Mesadri[206] distinguem os componentes que fundam a organização entre visíveis e não visíveis, sendo que ambos têm relevada importância para a organização:

> [...] as organizações são formadas por componentes visíveis e não visíveis e que, apesar de todo esforço tecnológico, esses componentes não visíveis – como emoções, impulsos, sentimentos, desejos, necessidades, afetos, entre outros -, na atualidade, sequer são cogitados por alguns gestores.

Ainda segundo Pasetto e Mesadri[207], as pessoas são igualmente influenciadas por esses componentes na execução e no resultado de suas atividades cotidianas, o que, consequentemente, influencia no desempenho das empresas. Observar o comportamento dos colaboradores é, então, de extrema importância para os gestores que, tendo visão apurada acerca do grupo de pessoas à sua disposição, conseguem reconhecer as suas potencialidades individuais e em grupo, podendo, assim,direcionar atividades pertinentes a cada uma delas, visandoatingirmaior eficiência.Através da análise do comportamento de cada colaborador a empresa e seus gestores conseguem melhorar a produtividade, aumentando a motivação,otimizando os resultados do seu próprio desempenho interno e externo.

A satisfação do cliente está diretamente relacionada à satisfação das pessoas que compõem a empresa, pois quando há entusiasmo genuíno nas atividades e no convívio interno hámelhora considerável quanto ao clima no ambiente de trabalho, contribuindo para efetiva interação colaborativa e vantajosa entre as pessoase entre elas e o empregador, refletindo positivamente na imagem externa que a empresa transmite. Tschohl e Franzmeier[208] reforçam essa ideia, observando que os colaboradores criam uma imagem da empresa, bem como dos seus produtos e serviços, transmitindo-a aos clientes, afinal, são eles que lidam diretamente com estes, utilizando os recursos de comunicação disponível, havendo, portanto,grande responsabilidade dos colaboradores

[206] PASETTO e MESADRI, 2013, p. 153.
[207] PASETTO E MESADRI, 2013.
[208] TSCHOHL E FRANZMEIER, 1996.

em reproduzir, através da relação com o cliente, uma imagem positiva da empresa, entretanto, os superioresna hierarquia organizacionaldevem se empenhar também na qualidade do atendimento aos clientes, mostrando sua própria motivação e comprometimento, o que repercute no entusiasmo das pessoas de sua equipe,pois o comprometimento transparente e efetivo dos líderes contamina os colaboradores, que identificam neles o mesmo comportamento que lhes é solicitado, correspondendo com maior e melhor desempenhonas atividades cotidianas.

Cultivar colaboradores eficientes, valorizando quem eles são e sua performance torna-se requisito substancial às empresas, assim, a escolha por melhores perfis, selecionando os candidatos de acordo com a descrição de suas atividades e responsabilidades futuras é o primeiro passo para compor um quadro funcional de sucesso. Manter esse grau de excelência envolve, no entanto, treinamento constante e acompanhamento das atividades rotineiras, com pronto reconhecimento do esforço e a motivação dos colaboradores, o que impulsionao seu aprendizado, criatividade, comprometimento e disposição para crescimento profissional. A valorização distingue o colaborador e lhe dá condições de considerar o empregador como um aliado à sua carreirae, reciprocamente, torna-se defensor dos valores da empresa, se identificando com eles a tal ponto que os considera seus - disseminando-os em seus contatos.

As empresas buscam pessoas que demonstrem capacidade de autonomia e com conhecimento técnico avançado acerca das possibilidades de usufruir eficazmente dos recursos disponíveis, contando com habilidade para comunicação e interação com os outros colaboradores, com a própria empresa e clientes, demonstrando controle emocional e motivação para o aprendizado constante, seja em conjunto ou individualmente, observando a prática de cortesia e empatia, gerenciando crises eafastando-se de conflitos e desajustes pessoais, colaborando assim, com a equipe gestora para resolver problemas e/ou antecipar soluções. Aqueles que tratam com os clientes precisam conhecer regras básicas de diálogo gentil e respeitoso, mostrando-se colaborativos e atentos ao tratamento adequado que distingue o interlocutor, tornando-o especial e único. Nesse sentido, as normas comportamentais devem ser explicitadas pelos gestores superiores de forma transparente e detalhada para evitar equívocos e reclamações futuras, devendo a cultura da empresa ser compartilhada entre todos e exercida plenamente.

Ressalta-se o papel do gestor em escolher corretamente as pessoas para atender prontamente e eficazmente os clientes, em busca da satisfação destes. Bossidy e Charan[209], afirmam, ao descrever o papel e a responsabilidade do líder e seus liderados, que o líder "Estabelece uma cultura de processo, promovendo as pessoas que fazem acontecer". Esses autores afirmam que o líder é responsável por designar as tarefas e observar a sua execução, investindo nas pessoas, dando-lhes treinamento, instrução, orientação e retorno condizente para auxiliá-las em seu desenvolvimento, ampliando as suas habilidades eentendimento sobre as prioridades, bem como asua importânciaindividual para a empresa, gerandomaior entusiasmo e comprometimento na execução das atividades.

O comportamento organizacional abarca vários aspectos acerca das atividades cotidianas de uma organização,conforme as exigências do mercado em que ela atua, havendo um tipo específico de comportamento que cabe a cada uma delas, mas geralmente há um núcleo básico que concentra as atividades gerais: o foco nos resultados, a forma como organiza e administra os negócios, a percepção do ambiente interno e externo e o relacionamento com o cliente, seus projetos e estratégias pertinentes aos fins desejados, incluindo a valorização dos colaboradores, fornecendo-lhes condições necessária para exercer plena e eficazmente as suas atividades, buscando ainda destacar-se na preferência dos consumidores. Porém, é responsabilidade irrecusável das organizações o compromisso com a criação e manutenção de um clima interno que propicie o florescimento e a manutenção da criatividade e sinergia entre os colaboradores, atentando à sua missão e valores, favorecendo a harmonia interna, com respeito e civilidade que se expandem e consolidam as relações internas eexternas.

Todavia, para Pasetto e Mesadri[210], o clima organizacional pode gerar satisfação e insatisfação, de acordo com as atitudes que a empresa toma a respeito do comportamento interno e a observância de seus valores, corroborando na imagem e percepção que os próprios colaboradores têm dela.

> O clima também influencia o comportamento das pessoas, de maneira que pode ser percebido e experimentado pelos seus membros estando relacionado aos aspectos motivacionais oriundos do ambiente da organização. De um lado, o clima organizacional pode satisfazer às necessidades pessoais, elevando, consequentemente, a moral; de outro pode ser desfavorável e causar frustrações às pessoas pela não satisfação de suas necessidades.

[209] BOSSIDY E CHARAN, 2005, p. 37.
[210] PASETTO e MESADRI, 2013, p. 105.

A importância de existir um clima adequado garante o bom desempenho das atividades internas, fortalecendo a imagem da empresa externamente porque os colaboradores demonstram sua lealdade a ela. No atendimento ao cliente esse é um fator relevante, perceptível e vantajoso porque a comunicação entre empresa e cliente torna-se bem-sucedida, representando um diferencial para a empresa, pela dedicação, respeito e compromisso dos colaboradores com a ela, seus produtos e serviços e com os clientes, demonstrados em canal franco e seguro aoscontatos externos, captandosugestões, críticas ou elogios, fazendo com que o cliente se sinta bem-vindo e prestigiado.

Davis e Newstrom[211] afirmam ser necessário "dar aos trabalhadores mais desafios, incumbências mais abrangentes, mais oportunidades para o uso de habilidades refinadas, maiores chances de crescimento e mais oportunidades de aproveitamento de suas ideias."Para esses autores,o ambiente de trabalho deve ser humanizado[212] a tal ponto que os trabalhadores não percam a sua própria humanidade, favorecendo a geração de conflitos entre si, então, a qualidade de vida no trabalho depende do desenvolvimento dos recursos humanos, ou seja, das pessoas, proporcionando-lhesum ambiente vantajoso e equilibrado que ajuste ashabilidades delas às suas atividades e cargos.

Quando, no entanto, a precarização do ambiente de trabalho domina, as consequências são muitas, mas previsíveis, como ansiedade, estresse e doenças afins que levam ao absenteísmo, com descontentamento e até abandono da lealdade ao empregador, transferindo aos clientes esse descontentamento, com demonstração clara de desvalorização dos produtos e serviços da empresa, transmitindo a frustração pessoal ao consumidor. É importante, então, haver fiscalização constante para prever e/ou solucionar os desajustes que transtornam a vida dos colaboradores e os afasta dos resultados exitosos. Daí a importância de a empresa criar e manter uma cultura que preze o diálogo consistente com os seus colaboradores, observando o seu comportamento cotidiano. Os protocolos de boa convivência interna devem ser respeitados por todos da empresa, independente do cargo ou atividade, como enfatizam

[211] DAVIS E NEWSTROM, 1992, p. 148.

[212]Ambiente humanizado diz respeito ao cuidado que a empresa tem com os seus recursos humanos, ou seja, comas pessoas tal como elas são, em sua individualidade, promovendo o respeito à diversidade pessoal, social, cultural, de conhecimento, experiências, habilidades e competências, refletindo na criação e manutenção de um ambiente de trabalho produtivo, otimizandoas relações interpessoais, genuíno entusiasmo colaborativo nas atividades rotineiras, beneficiando os próprios colaboradores e a empresa.

Bossidy e Charan[213], que recomendam o hábito de reuniões constantes para reforçar o comportamento desejado dos colaboradores e ouvir suas opiniões, sugestões e críticas, criando um ambiente participativo e favorável a todos.

Analisar o comportamento humano nas organizações torna-se a melhor forma de entender e justificar a importância do investimento no capital humano para que haja aprimoramento das relações internas e externas, o que contribui para que o clima seja estimulante a tal ponto que se torne um diferencial competitivo, atingindoo púbico alvo, tão exigente e vigilante da conduta ética dos seus fornecedores a ponto de recusar produtos e serviços que destratam a pessoa humana, os seus direitos e valores.

McShane e Glinow expõem detalhadamente as características que fundamentam o comportamento organizacional[214]:

> Comportamento organizacional (CO) é o estudo a respeito do que as pessoas pensam, sentem e fazem dentro e em torno das organizações. Ele envolve a análise dos comportamentos, decisões, percepções e respostas emocionais dos funcionários. O CO examina como indivíduos e equipes de organizações se relacionam entre si e com suas contrapartes em outras organizações.

A observação do comportamento dos colaboradores pode ajudar a prever conflitos e a insatisfação deles, impedindo que esta se alastre rapidamente, chegando ao cliente. Contudo, é preciso recompensar o bom desempenho, mostrando que o comportamento do colaborador é satisfatório. Nesse sentido, Gallagher[215], afirma:

> Os tipos certos de recompensa e o tipo certo de reconhecimento são essenciais para reforçar a importância de cada pessoa em sua empresa. Entre eles incluem-se as recompensas pelo trabalho bem-feito, reconhecimento pelas conquistas alcançadas, o uso de avaliações de desempenho como meio de encorajar e motivar as pessoas no que elas têm de melhor, entre outras medidas. Colocar em ação uma cultura de recompensa e reconhecimento não demonstra somente o nível de respeito que você tem pelos membros de sua equipe; muitas vezes também tem impacto tangível nos lucros.

Porém, Tschohl e Franzmeier[216] destacam que recompensar não se restringe a parte financeira, pois as pessoas, muitas vezes quando percebem que lhes é satisfatório e até mesmo prazeroso executar as atividades cotidianas, conseguem extrair do trabalho, das relações interpessoais e do reconhecimento que sua dedicação tem junto aos seus

[213] BOSSIDY E CHARAN, 2005.
[214] MCSHANE e GLINOW, 2014, p. 2.
[215] GALLAGHER, 2003, p. 52.
[216] TSCHOHL E FRANZMEIER, 1996.

superiores, a sua própria satisfação, refletindo na sua autoestima, confiança, segurança e disposição para novos desafios, aprendizados e experiências, elevando sua lealdade à empresa e seus valores, com consequências positivas na interação com os clientes.

4. TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES OBTIDAS VIA ATENDIMENTO AO CLIENTE

O cliente fiel é promotor e fã de uma empresa/marca, contudo, se por algum motivo acontecer o rompimento desse laço entre eles, haverá uma lacuna nessa transação comercial e assim esse consumidorpoderá se encantar por um dos concorrentes dessa empresa. Atualmente, o consumidor pode alavancar ou afundar uma empresa e/ou uma marca através de algumas ferramentas poderosas que tem nas mãos e de fácil acesso como, por exemplo, as redes sociais.

Para que uma empresa fique gravada na memória do consumidor é preciso que a venda de seu produto e/ou serviço deixe uma experiência positiva no cliente desde o momento que ele tem o primeiro contato com essa empresa, seja através de acesso ao site, escritório e/ou loja física, passando pelo atendimento e aquisição dos seus produtos e/ou serviços. A interação com o cliente, que acontece desde o primeiro contato até o pós-venda, pode ser um dos principais diferenciais para o sucesso do negócio. Dessa forma, é necessário entender o que o consumidor precisa e o que ele deseja, bem como compreender porque ele está buscando aquele determinado produto e/ou serviço.

Em uma transação comercial com o cliente, havendo algum tipo de queixa, a empresa deve ouvi-lo e demonstrar como irá sanar a sua reclamação o mais rápido possível e, durante essa trajetória entre a identificação e a busca pela solução, o cliente tem que ter certeza de que está sendo levado em consideração e que ele não é apenas um número, ou seja, a empresa deve transmitir confiabilidade, respeito e boa vontade para com o cliente, seja em suas reclamações ou sugestões pontuais, as quais demonstram suas exigências enquanto consumidor. Augusto e Leal[217] comentam que “O importante é que se saiba o que fazer com essas informações recebidas de modo a torná-las de fato relevantes para a organização na tomada de decisões.”

[217] AUGUSTO E LEAL, 2004, p. 58.

No que tange a essas informações obtidas do consumidor, Silva e Zambon (2012) mencionam que elas devem ser tratadas a fim de que sejam utilizadas pela organização. Nesse sentido, para esses autores o tratamento das reclamações tem um fluxo que segue sete fases, sendo elas:

1) Recepção e registro das reclamações – as reclamações que possivelmente ocorram durante um atendimento devem ser analisadas e solucionadas o mais breve possível. O ideal é que essa ocorrência seja lançada em um formulário ou banco de dados que os demais funcionários tenham acesso e fiquem cientes da ocorrência e das necessidades do consumidor.

2) Análise da procedência da reclamação – investigar a reclamação e caso não seja procedente, dar feedback ao cliente e explicar por que ela não procede.

3) Classificação da reclamação procedente – a reclamação procedente deve ser classificada mediante o grau da gravidade da insatisfação através de uma equipe específica, treinada para resolução de problemas.

4) Determinação de prazo mínimo para solução dos problemas - é fundamental estipular um tempo para fornecer feedback ao cliente. A empresa tem que estar engajada nesse movimento e não deixar tal situação cair em esquecimento, o que, de certa forma, pode frustrar o cliente e levá-lo a tecer comentários negativos a respeito dessa experiência junto a pessoas de seu contato, inibindo, assim, novas transações comerciais por parte do cliente e até mesmo com as pessoas de seu círculo de relacionamento.

5) Informação ao cliente sobre medida adotada para a solução do problema - ao dar o retorno sobre a solução do problema deve-se buscar medir o grau de satisfação do cliente com tal solução.

6) Registro das reclamações e respectivas soluções – para manter esse contato mais estreito e assertivo entre empresa e cliente é necessário que haja coleta de dados e saber utilizá-la, ou seja, é preciso ter métricas de acompanhamento de atendimento ao cliente para implementar melhorias.

7) Divulgação junto aos setores da organização do problema e da solução adotada – essas informações devem ser compartilhadas com todos

colaboradores envolvidos, em prol de melhorias do processo e tomadas de decisões.

O tratamento das sugestões, dúvidas, elogios e demais tipos de informações coletadas junto aos clientes afirmam Silva e Zambon[218], segue um fluxo de tratamento muito semelhante ao das reclamações, havendo a recepção, registro no banco de dados, envio ao setor responsável e feedback aos clientes e colaboradores envolvidos. Comenta Anunciação[219], que a grande diferença entre as organizações é que aquelas consideradas excelentes, possuem uma equipe de gestão preparada para manter o foco em "ouvir" o consumidor, gerar feedback, comunicar a informação internamente e atuar sobre ela de forma contínua.

Nesse sentido, destaca-se que a expectativa do cliente está em constante mudança, daí a necessidade de as empresas possuírem um leque de opções para ouvir e responder ao consumidor de modo formal ou informal, visando cada vez mais satisfazer as suas pretensões. Uma nova oportunidade de ouvir o cliente para saber o que pensa a respeito de uma prestação de serviço e/ou produto e que vem ganhando espaço a cada dia é a interação através de redes sociais, site da empresa, e-mail, compras pela internet, quadros de notícias e demais recursos tecnológicos baseados na internet. Sendo assim, as empresas precisam se adaptar rapidamente às novas tecnologias de transação com os clientes para acompanhar as novidades que surgem a cada instante, afinal, a tecnologia traz muitas informações e novidades diárias que, inclusive, os clientes têm acesso, tornando-os, assim, cada vez mais exigentes.

Anunciação[220] comenta que podem ser feitas combinações de alguns pilares estratégicos de atendimento, como a personalização, que é conhecer de fato o cliente e usar ferramentas de IA (inteligência artificial) para agilizar informações acerca do seu público alvo.

De fato, é preciso conhecer o consumidor, saber de suas preferências através das interações anteriores com a empresa, pois o cliente não tolera empresas que tenham "amnésia" no que se refere a reconhecê-los e lhes dar o devido valor. Ele deseja sugestões que tenham afinidade com o seu perfil. Isso é a personalização do cliente, que

[218] SILVA E ZAMBON, 2012.
[219] ANUNCIAÇÃO, 2021.
[220] ANUNCIAÇÃO, 2021.

se sente então, único e especial. Dantas[221] ressalta que medir a satisfação dos consumidores é imprescindível para as organizações que desejam se manter no mercado, pois fidelizar depende da satisfação e manter clientes fiéis exige comprometimento da empresa nesse sentido.

Uma das maneiras que tem se mostrado eficiente atualmente para acompanhar hábitos, satisfações e insatisfações dos clientes é investir na experiência Omnichannel - tendência que se baseia na concentração de todos os canais utilizados por uma empresa, é um mix de atendimento. Aliás, essa é uma área estratégica para melhorar a experiência do usuário que conduz de forma assertiva o relacionamento entre colaboradores e clientes, atendidos por múltiplos canais. O desafio das empresas é conseguir gerenciar esses atendimentos de forma simultânea. A relação iniciada em um canal deve ser o ponto de partida na próxima interação, seja qual for o canal utilizado. É possível ainda fazer uma compra via telefone, escolhendo o produto por um site, com o pagamento feito via aplicativo internet banking e mercadoria entregue por terceiro, além de pesquisa de satisfação através de mensagem de texto ou e-mail.

Por meio da Inteligência Artificial (IA) os assistentes virtuais e chatbots têm o papel de aumentar a automação, agilizar o atendimento, melhorar a experiência do cliente e reduzir custos. Chatbot é uma ferramenta muito usada quando o usuário entra em contato via aplicativo, pois realiza a triagem da solicitação e, se necessário, o redireciona para um dos atendentes conectados disponíveis. Assim, é possível realizar diversos atendimentos simultâneos prontamente. Anunciação salienta que[222]:

> No mundo digitalizado, a velocidade das mudanças aumenta. Precisamos de ferramentas digitais, que otimizem e amplifiquem a eficiência do processo. Mas não podemos esquecer que na ponta de cada canal de comunicação há um cliente com alguma demanda, que deseja, antes de mais nada, ser ouvido e acolhido. Na outra ponta, portanto, deve haver também um profissional disposto a dar um tratamento humano à demanda. O contato humano gera empatia e essa é a chave do relacionamento e assertividade. Ferramentas e canais digitais são necessários, mas diálogo e calor humano são indispensáveis. Os sentimentos interferem no entendimento das expectativas e influenciam a percepção de sua superação em qualquer circunstância..

Mesmo que a concorrência oferte produtos e/ou serviços diferenciados a preços convidativos o cliente conquistado e fidelizado não migrará facilmente para a

[221] DANTAS, 2014.
[222] ANUNCIAÇÃO, 2021, p. 206.

concorrência, pois ele adquire confiança e sabe que a empresa é capaz de entendê-lo, atender e até mesmo superar as suas necessidades. Como já apontado anteriormente por Anunciação, o cliente precisa reconhecer na empresa, através das relações que com ela estabelece, que sua parceria é benéfica e bem-vinda, gerando satisfação tanto para a empresa quanto para o cliente.

Em suma, as empresas devem conhecer muito bem os seus clientes, ter ferramentas para ouvi-los, se antecipar aos problemas, oferecendo soluções de forma proativa e tratar as informações coletadas afim de utilizá-las estrategicamente, sendo que a qualidade e experiência do consumidor com a marca de uma empresa muitas vezes é tão importante quanto o produto e/ou serviço em si. Além disso, o tempo é algo precioso para todos e o atendimento deve ser extremamente ágil, sendo fundamental mensurar o tempo do atendimento, bem como identificar a forma que o cliente deseja ser atendido: se via telefone, WhatsApp ou e-mail, por exemplo, e qual o melhor horário para contato, evitando importunações que se mostram infrutíferas e indesejadas porque podem abalar a relação empresa/consumidor, gerando insatisfação e até mesmo um comportamento de distanciamento, favorecendo que sejam tecidas críticas referentes a forma de abordagem do atendimento e à empresa em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente esse artigo abordou os diversos fatores que fazem com que o consumidor adquira certo produto e/ou serviço de uma determinada empresa e apresentou ainda a complexidade nesse caminho, desde o despertar de um desejo até a satisfação do mesmo por meio da aquisição dos produtos e/ou serviços adquiridos da organização por ele escolhida.Entender o cliente final, respeitando sua individualidade, buscando satisfazer aos seus anseios reais ou latentes, surpreendendo-o com novos produtos e/ou serviços, bem como pela formas de atendimento, visando parceria lucrativa para a empresa e o cliente foi a questão principal desse artigo, que contou como o apoio de outros autores para auxiliar na análise e interpretação de conceitos e novas informações sobre esse assunto, quetem se destacado por conta da intensificação da concorrência na disputa pela preferência dos clientes pelos produtos e serviços que as empresas ofertam.

É enorme o esforço das empresas para satisfazer e tentar fidelizar seus clientes e ainda captar cliente potenciais, interessados naquilo que elas têm para oferecer, especialmente após o período rigoroso da quarentena provocada pela Covid-19, quando as vendas tradicionais, em alguns segmentos, despencaram e se tornaram disputadas por muitos concorrentes em variados canais de venda, disponibilizandoaos clientes variedades e preços, conforme seus interesses e necessidades, fato esse alicerçado pelo grande impulso da utilização de ferramentas tecnológicas que aproximaram as partes interessadas em realizar as transações de forma remota e facilitadora, impulsionando o e-commerce, dando, assim, maior autonomia ao público em geral de escolher, comprar e pagar de forma digital e, se de um lado essa relação entre as empresas e os clientes evoluiusubstancialmente, de outro, foi preciso que as empresas investissem em novos recursos e se reinventassem para atender com qualidade e eficiência esse consumidor, desde o seu primeiro contato com a empresa até o pós-venda, demonstrando a importância do relacionamento com os clientes - que elas devem cultivar com esmero.

O artigo trouxe estudo e pesquisa fundamentada em três eixos, desenvolvidos de forma a privilegiar o atendimento aos clientes e a sua satisfação, destacando o comportamento externo e interno das empresas, assim como o tratamento das informações que elas obtêm dos seus clientes. Posto isso, o artigo expõe a necessidade de os colaboradores terem conhecimento substancial acerca dosprodutos e serviçosofertados pela empresa, sendo necessário, porém,conhecer e monitorar o comportamento do consumidor, afinal, o consumidor tem voz ativa nas transações comerciais, expondo sua vontade e disposição para efetuar ou não as compras. Asempresas devem estar sempre atentas às mudanças comportamentais do público alvo, indo de encontro às suas necessidades, procurando atendê-lo da melhor forma possível, visando superar as suas expectativas em relação ao produto e/ou serviços oferecidos, ou seja, é fundamental que haja um atendimento de excelência por parte dos colaboradores de linha de frente, sendo que isso pode ser um importante diferencial competitivo, pois nesse contato pode-se obter informações relevantes junto aos clientes, que podem ser estratégicas para tomada de decisão que beneficie os consumidores e as empresas.

No que tange ao comportamento interno o artigo salienta a importância do comprometimento das empresas em ajustar com alta performance o atendimento ao cliente, contando com colaboradores destacados especificamente para essa finalidade,

treinando-os e motivando-os de tal forma a bem representarem a empresa, evidenciando aos clientes a sua própria satisfação com o empregador e quanto a qualidade dos produtos e serviços disponíveis. A grande responsabilidade pelo comportamento humano nas organizações envolve, então, tanto a satisfação interna,dos colaboradores, quanto a externa, dos clientes, igualmente, pois se o quadro de colaboradores que atende os clientes se mostra insatisfeito é fácil haver contágio dessa sensação através das variadas relações que a empresa mantém com o consumidor. Nesse sentido, a atenção deve ser redobrada para haver capacitação e escolha criteriosa dos colaboradores envolvidos no tratamento com o cliente, devendo estes estarem cientes da sua responsabilidade por representar a empresa nessa relação. Portanto, como o artigo aponta, é importante valorizar e prestigiar o desempenho dos colaboradores no quesito atendimento ao cliente, o que se torna diferencial difícil de o concorrente atingir.

Outro aspecto que o artigo ressaltou é o tratamento das informações que a empresa tem e/ou recebe dos clientes, havendo a necessidade de dar importância a elas, criando um canal transparente e eficaz para filtrar problemas, reclamações e críticas, dando solução imediata e cordial ao consumidor, fazendo-o entender quanto são válidas as suas opiniões, julgamentos e sugestões acerca dos produtos e serviços oferecidos. O artigo evidencia quanto é importante buscar a satisfação do cliente e, nesse sentido, o canal de contato com o cliente deve existir para sanar questões que impeçam o bom reconhecimento e a aquisição dos produtos e serviços oferecidos e, inclusive, antever problemas e ajustá-los em tempo recorde.Afinal, ocliente se informa,visita perfis de redes sociais para checar comentáriossobre o produto, busca, inclusive, saber se há reclamações do produto e da marca ou da prestação de serviçoem sites especializados, solicitando opinião de familiares e amigos, pesquisa até mesmo os concorrentes, valores, prazos de pagamento e entrega para só depois efetuar com segurança a compra.

O artigo destacouainda que aorganização que tem como estratégia o foco no cliente é capaz de percebera necessidade ligada ao seudesejo deadquiririrum serviço e/ou produto e também quanto essa aquisição irá impactar sua vida. Algumas ferramentas estratégicas para coletar e tratar as informações dos clientes são os canais de múltiplo atendimento, inteligência artificial e equipe alinhada para gestão das informações obtidas pela empresa. No geral, o consumidor deseja atenção desde o início da compra até o pós-compra, para se sentir seguro, sabendo exatamente onde e como recorrer se

algo não sair exatamente conforme combinado.Devido a agilidade das informações o cliente tem uma postura muito ativa,levando sua satisfação e/ou insatisfação acerca da marca e até das ferramentas disponibilizadas pela empresa natransação, verificando, inclusive, o tratamento dado aos demais consumidores, utilizando os recursos das redes sociais, podendo favorecer ou prejudicar o fornecedor.

O olhar atento e estratégico da empresa, alinhado ao treinamento doscolaboradores para melhor atender o consumidor é um exercício diário de relacionamento para o sucesso da consolidação da marca.Mas épreciso ser ágil, manter banco de dados atualizadocom as informações coletadas, ter colaboradores aptos a dar continuidade ao atendimento,independente da fase em que o processo esteja, dar feedback ao cliente sobre o que está sendo feito, se a questão foi solucionada e estipular prazos para tal, sendoimportante haver prazos definidos para solucionar problemaso mais rápido possível.O cliente precisa se sentir seguro de que está sendo levado em consideração, obtendo repostas rápidas e resultados satisfatórios às suas queixas e reclamações pontuais, pois se houver falha no atendimento é possível perder o cliente.

Pelo que foi exposto no artigo é possível destacar como regra de ouro para captar, satisfazer e fidelizar clientes, conhecer e até antever seus desejos e necessidades, tratando-os com respeito e atenção redobrada, mostrando comprometimento e responsabilidade ímpar para que a escolha recaia sobre a marca da empresa, de tal forma que o consumidor, sentindo-se valorizado, se transforme em divulgador da excelência do tratamento recebido, assim, a comunicação com o cliente deve se destacar pela clareza de informações e prontidão no atendimento, dando garantias da qualidade acerca do que lhe é oferecido, cumprindo prazos e mostrando empenho em satisfazê-lo.

O artigo enfatizou a estreita relação entre o comportamento interno e externo das empresas, passando pelas informações que elas adquirem dos clientes, utilizando-as para alavancar vendas, corresponder aos interesses e necessidades dos consumidores, seduzindo-os de tal forma que seja possível a sua fidelização, se responsabilizando, no entanto,em desenvolver sistemas atualizados para que essa relação seja de fato promissora, favorecendo novas transações comercias, para isso é recomendável ajustar os meios de comunicação, utilizando ferramentas tecnológicas compatíveis para sobressair frente a concorrência, tendo foco, contudo, na satisfação e retorno dos clientes, estabelecendo com eles parceria duradoura e lucrativa para ambas as partes.

REFERENCIAS

ANUNCIAÇÃO, Heverton. **Atendimento ao cliente**: profissionais que revolucionaram o campo da experiência do cliente. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555202533/>. Acesso em: 15 ago. 2023, 17:20:10.

AUGUSTO, Rosana; LEAL. Aparecido Gomes (Orgs). **Administração em Foco**: tópicos relevantes para gestores e empreendedores. Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2014.

BOSSIDY, Larry; CHARAN, Ram. **Execução**: a disciplina para atingir resultados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DANTAS, Edmundo Brandão. **Gestão da Informação sobre a satisfação de consumidores e clientes**: condição primordial na orientação para o mercado. São Paulo: Atlas, 2014.

DAVIS, Keith; NEWSTROM, John W. **Comportamento humano no trabalho**: uma abordagem organizacional. Vol. 2. São Paulo: Pioneira Thomson Learning Ltda, 1992.

GALLAGHER, Richard S. **Os segredos da cultura empresarial**: como entender a alma das culturas organizacionais bem-sucedidas. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GIANESI, Irineu N.; CORREA , Henrique L. **Administração Estratégica de Serviços:** operações para a satisfação do cliente. São Paulo: Atlas,1994.

GIGLIO, Ernesto M. **O comportamento do Consumidor**. 2.ed. revista e ampliada. São Paulo: Pioneira, 2002.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing:** a edição do novo milênio. 10.ed.São Paulo: Prentice Hall, 2000.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, G. M. Princípios de Marketing. 18. ed. São Paulo: Grupo A, 2023. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 09 ago. 2023, 19:30:11.

MCSHANE, Steven L.; GLINOW, Mary Ann Von. **Comportamento Organizacional**: conhecimento emergente. Realidade Global. Porto Alegre:AMGH Editora Ltda, 2014.

MOREIRA, Júlio Cesar Tavares; PASQUALE, PerrottiPietrangelo; DUBNER, Alan Gilberto. **Dicionário de termos de marketing**: definições, conceitos e palavras-chaves de marketing, propaganda, pesquisa, comercialização, comunicação e outras áreas correlatas a estas atividades. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

PASETTO, Neusa Salete Vítola; MESADRI, Fernando Eduardo. **Comportamento organizacional**: integrando conceitos da administração e da psicologia. Curitiba: InterSaberes, 2013.

SILVA, Fabio Gomes da; ZAMBON, Marcelo Socorro (Orgs.). **Gestão do relacionamento com o cliente.** São Paulo: Thomson Learning Edições, 2012.

SOLOMON, Michael R. **O Comportamento do Consumidor**: comparando, possuindo e sendo.9.ed.Porto Alegre: Bookman, 2011.

TSCHOHL, John; FRANZMEIER, Steve. **A satisfação do cliente**: como alcançar a excelência através do serviço ao cliente. São Paulo: Makron Books, 1996.

WAGNER, John A.; HOLLENBECK, John R. **Comportamento organizacional**: criando vantagem competitiva. São Paulo: Saraiva, 2012.

WEINSTEIN, Art. **Segmentação de Mercado**. São Paulo: Atlas, 1995.

Revista de Ensino e Cultura

Ciências da Educação

Volume 6, Número 3, Ano 2023

A INCLUSÃO E PRECONCEITO COM PESSOAS AUTISTAS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO

INCLUSION AND PREJUDICE TOWARDS AUTISTIC PEOPLE IN THE SCOPE OF EDUCATION AND WORK

INCLUSIÓN Y PREJUICIO HACIA LAS PERSONAS AUTISTAS EN EL ÁMBITO EDUCATIVO Y LABORAL

Maria Antônia Bernardo da SILVA[223]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar o TEA – Transtorno do Espectro Autista. É, na infância, que a família começa a perceber algumas situações diferentes, a criança indica um comportamento desconhecido pelos pais, nesse processo, começam a surgir as primeiras preocupações onde se inicia uma busca incansável na tentativa de compreender e encontrar nos profissionais que lidam com essa área, buscam uma resposta satisfatória, muitos sonham com a cura. Com o passar do tempo, nesse caminhar, se encontra o mais temido obstáculo que é o preconceito, ele desconsidera literalmente toda a capacidade humana do TEA fazendo-o isolar-se da sociedade como se o mesmo não fosse parte importante na construção do crescimento social.A escola, lugar de aprendizagem e acolhimento se torna muitas vezes um ambiente de desprazer, pois os profissionais não buscam capacitação adequada para conseguir trabalhar com segurança e tornando a inclusão um ponto forte e eficaz na vida do autista. Os ambientes comerciais desacreditam na Inteligência do TEA, fechando-lhe as portas, isso impossibilita que o mesmo demostre através da oportunidade do trabalho o seu leque de potencialidade que pode ser importante na evolução profissão da empresa.

Palavras chave: Família, preconceito, oportunidade, capacidade, inclusão, trabalho.

ABSTRACT

This article aims to present ASD - Autistic Spectrum Disorder. It is, in childhood, that the family begins to perceive some different situations, the child indicates a behavior unknown to the parents, in this process, the first concerns begin to emerge, where a tireless search begins in an attempt to understand and find in the professionals who deal

[223] Pós-Graduação Lato Senso em Educação Infantil – INTERVALE/2020, Graduação em Pedagogia-Licenciatura Plena – UVA/2010, (e-mail: antonia.bernardo881@gmail.com).

with this area, seek a satisfactory answer, many dream of a cure. Over time, on this path, the most feared obstacle is encountered, which is prejudice, it literally disregards all of the TEA's human capacity, making it isolated from society as if it were not an important part in the construction of social growth .The school, a place of learning and welcoming, often becomes an environment of displeasure, as professionals do not seek adequate training to be able to work safely and make inclusion a strong and effective point in the life of the autistic person. Commercial environments discredit the TEA's intelligence, closing its doors, which makes it impossible for it to demonstrate, through the opportunity of work, its range of potential, which can be important in the evolution of the company's profession.

Keywords: Family, prejudice, opportunity, capacity, inclusion, work.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar el TEA – Trastorno del Espectro Autista. Es en la infancia que la familia comienza a notar algunas situaciones diferentes, el niño indica un comportamiento desconocido por los padres, en este proceso comienzan a surgir las primeras inquietudes donde comienza una búsqueda incansable en el intento de comprender y encontrar profesionales que se ocupan de este ámbito, buscan una respuesta satisfactoria, muchos sueñan con una cura. Con el tiempo, en este recorrido, se encuentra el obstáculo más temido que es el prejuicio, que literalmente desconoce toda la capacidad humana del TEA, provocando que se aísle de la sociedad como si no fuera una parte importante en la construcción del crecimiento social. , lugar de aprendizaje y acogida, muchas veces se convierte en un ambiente desagradable, ya que los profesionales no buscan la formación adecuada para poder trabajar con seguridad y hacer de la inclusión un punto fuerte y eficaz en la vida de las personas autistas. Los entornos comerciales desacreditan la Inteligencia de TEA, cerrando sus puertas, imposibilitando que ésta demuestre a través de la oportunidad de trabajo su abanico de potencial, que puede ser importante en la evolución profesional de la empresa.

Palabras clave: Familia, prejuicio, oportunidad, capacidad, inclusión, trabajo.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, apresenta-se o tema: A inclusão e preconceito com pessoas autistas no âmbito da educação e do trabalho. A inclusão escolar e social desde muito tempo vem sendo debatida de forma insistente entre as diversas áreas da educação, trata-se de uma situação de cunho delicado e também complexo pela falta de conhecimento de alguns profissionais do campo da educação que ainda não se colocaram a disposição

para tentar estudar e compreender a necessidade e a importância que é trabalhar a inclusão dentro das escolas, seja nas privadas, públicas ou federais.

Um dos grandes problemas enfrentados, com forte frequência, ainda é o nível de preconceito existente, apesar do mundo contemporâneo está vivenciando em tempo real os inúmeros atributos da tecnologia, esse termo preconceito ainda não foi literalmente vencido dentro das camadas sociais.

As pessoas com TEA – Transtorno do Espectro Autista nunca se sentiram confortáveis ao enfrentar os olhares negativos dos desconhecedores da situação, não apenas nas escolas compostas por profissionais e discentes ignora-os, no âmbito do trabalho, em todas as profissões existentes. As pessoas autistas ainda não são recebidas para que através do seu trabalho possam mostrarcom eficácia as suas potencialidades, entre elas: compromisso, criatividade, pontualidade, inteligência aguçada, respeito e amor pelo que desenvolve dentro das suas atribuições.

O conhecimento em relação ao conceito correto sobre o TEA – Transtorno do Espectro Autista vem sendo divulgado numa velocidade admirável através de todos os meios de comunicações atuais, isso vem trazendo uma significante contribuição no combate crucial ao preconceito.A força do preconceito ainda irá perdurar por muito tempo, mas com a persistência de todos os interessados que não se cansam de lutar pela igualdade de direito na sociedade, continuará travandouma luta constante sem previsão de término. O único caminho que pode vencer todos esses obstáculos detectados se chama conhecimento.

Com o advento da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA, hoje, é possível perceber um amparo legal que apresenta, com clareza, uma segurança legalizada antes não existente. A Lei Berenice Piana (12.764/12), pela Constituição Federal do ano de 1988 vem garantir alguns direitos, coloca com ênfase a importância que as pessoas com TEA – Transtorno do Espectro Autista tem os mesmos direitos garantidos como cidadãos do seu país.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. TEA – TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Na infância, se percebe o Transtorno do Espectro Autista - TEA, o diagnóstico geralmente é feito por um profissional competente da área. A característica é justamente a dificuldade em se comunicar, nas diversas áreas sociais, o autista apresenta um retraimento, faz uso de ações repetitivas e persistentes em determinado objeto, exercício ou comportamento, vistos como critérios classificados pelo (DSM-V), todo esse diagnóstico é filtrado num minucioso discernimento[224].

Pacientes portadores do transtorno do espectro autista precisam de uma dose de motivação através de atividades desenvolvidas, é importante pesquisar e estudar para elaborar um planejamento dirigido considerando as habilidades existentes, ativando a criatividade e fazendo-o enxergar e compreender o seu valor e importância dando contribuição à sociedade com o seu talento.

A família, os amigos e a escola exercem um papel influenciador para que o mesmo seja incluso, ou seja, sinta que está sendo incluído no meio social participando do desenvolvimento[225]. As relações construídas, no ventre escolar, devem receber um olhar especial, deve ser enfatizada, a participação das crianças autistas deve ser observado com minuciosidade, ter conhecimento de como essa participação está sendo acontecido, todo esse cuidado pode evitar uma série de constrangimento que fazem com que o autista se desestimule e abandone a escola.

O ambiente em que o autista está inserido exerce influência sobre suas reações, a pessoa responsável deve ficar atenta, pois o mesmo precisa de um apoio conspirado pelo autista um porto seguro.

A família deve ofertar um subsídio essencial em todo o decorrer da trajetória, ser companheira atuante, o elo entre escola e família tem uma grande contribuição no crescimento diário, isso favorece mudanças significativas dentro da família como também dentro da instituição escolar e o autista carregará com essas transformações para onde ele for. O conhecimento sobrea inclusão de como lidar com o espectro autista dever ser trabalhado nas escolas da rede privada, nas escolas da rede estadual, nas

[224] AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014.
[225] LEMOS; SALOMÃO; RAMOS, 2014.

escolas da rede federal como também nas universidades que ainda não estão preparadas para receber um jovem autista. É vista a necessidade de conhecer as diferenças, respeitar, apoiar e proporcionar oportunidade, a forma de tratamento com as crianças autistas deve despertá-la para que a mesma descubra a sua própria autonomia, aliando o arcabouço de toda teoria da educação, isso também é uma forma de inclusão educacional[226].

Trabalhar a inclusão ainda é um obstáculo para algumas instituições escolares, profissionais da educação e até mesmo para algumas famílias que não conseguem enxergar e aceitar as necessidades do(a) filho(a) autista, teme-se que essa falta de consciência ainda perdure por muito tempo, mesmo com o advento da tecnologia que a cada dia evolui proporcionando uma comunicação rápida em tempo real trazendo inúmeros conteúdos entre eles teores sobre o autismo, muitos ainda não dispõem da curiosidade de procurar saber. De acordo com os estudos de Gonçalves, Abrão e Manzato[227], mesmo sendo detectados problemas de inclusão com crianças autistas como também com outra deficiência é possível buscar formar de incluí-las no meio sociocultural e escolar.

2.2. A PERSPECTIVA SÓCIO HISTÓRICO MOSTRANDO A EVOLUÇÃO HUMANA E O AUTISMO DENTRO DO CONTEXTO SOCIAL E ESCOLAR TRABALHANDO A INCLUSÃO

No ato do nascimento,toda criança já é envolvida por um mundo repleto de variados objetos pensados e elaborados pelo próprio homem, vocabulário, vestimentas, ferramentas e até mesmo os alimentos. Com tudo isso, não significa que o desenvolvimento no período de toda a infância esteja sintonizado nesses itens como forma de adaptação. A mencionada citação ela não busca fazer uma determinada reflexão sobre alguns elementos básicos do desenvolvimento psíquico, visto que uma criança não se apropria ao exterior do objeto, ela faz deles como seus, assumindo o ato de apropria-se dos mesmos[228].

[226] AGUIAR, 2000.
[227] ABRÃO E MANZATO, 2014.
[228] LEONTIEV *et al*, 2003.

Na concepção sócio histórica, percebe-se que a visão de homem se encontra ligada à ação que o mesmo manifesta sobre o meio material,social, omundo inteiro é literalmente modificado pela ação do homem. O leque de habilidades e saberes são formulados mediante cada realidade encontrada e sendo transmitidos modificando costumes, o exercício de escrever é um dos itens criados pelo homem, é possível detectar essas habilidades no aprimoramento que consegue ajudar visando aperfeiçoar essas habilidades[229].

Na teoria vygotskyana, aponta Neves e Damiani[230], que o homem vive inserido no meio cultural, ele é capaz de fazer alterações e também sofre por necessitar passar por um processo de alteração pelo fato dele construir suas relações na qualidade de membro atuante do meio quefaz parte. Todos já nascem com certas habilidades, elas são adquiridas por meio das dinâmicas relações com o meio em que se faz parte. Nota-se que o individuo inserido nas questões sociais e culturaisrecebe a influência dialética que ocorre apartirde toda essa relação.

No pensamento de Vygotsky, compreende-se que o homem consegue se desenvolver, ele tem essa capacidade, mas isso não acontece entre fatores distintos e separados, nem tambémpor influências ambientais, existe em meio a tudo isso uma troca mútua desses elementos. O homem é um ser social, ele é caracterizado por isso e está, extremamente, ligado com frequência à sociedade e aos acontecimentos vivenciados. Com isso, também passa a ser considerado um importante produto biológico, está claramente dentro de toda a história da humanidade sendo fonte atuante nas manifestações culturais deixando a sua contribuição para aprimoramento e crescimento da mesma.

2.3. PRECONCEITO

Todos se deparam, frequentemente, com o preconceito, ele marca uma presença muito forte na vida da humanidade, surge muitas vezes de maneira sutil, no meio familiar o mesmo também ocupa um espaço notório quando algum membro da família

[229] BOCK, 2004.
[230] NEVES E DAMIANI, 2006.

não é aceito por algum motivo, segundo Koehler[231], é uma violência de caráter psicológico que não deixa explícitas marcas. Na maioria das vezes o mesmo é encontrado dentro de nós mesmos, no entanto, se torna muito mais fácil detectá-lo no outro.

A relação entre sujeito e sociedade causa uma tensão perigosa e esse fenômeno denominado preconceito encontra caminho e começa a agir desestruturando toda uma vida psicológica e social. Crochik[232], o preconceito é uma ideia antecipada das coisas, muitas vezes fala-se daquilo que não se tem o devido conhecimento gerando uma visão errada antecipada da verdade. O homem não nasce preconceituoso, ele aprende a ser mediante toda a sua vivência inserida no meio social, toda criança consegue perceber de alguém para com ela, felizmente, isso não bloqueia a capacidade dela se relacionar com o diferente.

A ignorância é a verdadeira raiz do preconceito, manifesta-se à discriminação de um modo geral quando não se obtém o conhecimento daquilo que se critica e quando se passa a conhecer passa-se a gerar possibilidades para se trabalhar com precisão o desenvolvimento da inclusão. A possibilidade de superação do preconceito e da discriminação só é possível com a busca do acesso maior a informação que é um ponto de partida colocando fim nessa negativa ideologia do preconceito, sabe-se que com a evolução natural da sociedade foi adicionado um índice de fatores considerados importantes para ser considerado “normal”, ou seja, um indivíduo com TEA – Transtorno do Espectro Autista enfrenta diversos desafios justamente porque o ser humano, infelizmente, tem a capacidade de absorver o que há de ruim e transporta essa carga de discriminação praticando a não aceitação do diferente.

As barreiras são inúmeras, um jovem autista se depara constantemente com a falta de oportunidade no mundo dotrabalho, por mais competência que o mesmo possa ter ele é literalmente desacreditado. De acordo com Silva[233], o trabalho é uma fonte de sobrevivência, nele se conquista metas particulares onde se adquiri a independência financeira obtendo um grau de satisfação de cunho pessoal se sentindo um ser realizado, essa inclusão torna o jovemautista trabalhador mais confiante e valorizado nas suas

[231] KOEHLER, 2003.
[232] CROCHIK, 1997.
[233] SILVA, 2013.

habilidades motivando-o a ser mais criativo, desenrolado, despertando nele o gosto pela experiência diária, fazendo-o crescer como profissional importante levando-o a se tronar um gerador de ideias que colocam o ambiente de trabalho num melhor patamar dentro da sociedade comercial.

3. LINGUAGEM E ESCOLA

Um dos estudos mais antigos citados na história da humanidade é a linguagem, durante longos anos ela vem conseguindo fixar um fascínio, cada povo mediante a sua cultura manifesta as suas mais variadas formas de linguagem, cada uma com o seu jeito próprio de ser mediante a sua realidade social.

Magna Soaresdiz que:[234].

> a forma de linguagem de uma pessoa é extraída do meio em que ela vive, o espaço a qual é inserida exerce uma forte influência, o meio religioso se utiliza de uma linguagem oriunda da experiência espiritual ocorrida entre os seus costumes, na política o jeito de se comunicar foca na forma de persuadir o outro visando uma conquista às vezes de cunho partidário, quando se está inserido no meio dos amigos de classe ou de rua a expressão linguística exerce outro formado de comunicação onde se encontra geralmente as gírias.

A criança nasce e cresce participando de todos esses seguimentos, nesse contexto cultural de linguagem, ela vai conseguindo observar atenciosamente aquilo que mais lhe encanta e aos poucos vai procurando caminhos para poder praticar a sua linguagem escolhida. A escola assume uma responsabilidade de imensurável valor, ela tem a capacidade de averiguar esses tipos de linguagem e respeitando os anseios e a necessidade da criança estuda e planeja ações direcionadas a realidade encontrada com o real objetivo de apresentar uma linguagem mais formal sem precisar ferir o que ela aprendeu extraescola, visto que a forma de falar aprendida fora da escola não deixa de ser também uma comunicação, pois existe entendimento daquilo que se diz.

4. A LEI BERENICE PIANA (12.764/12)

[234] MAGNA SOARES, 2000.

Nasce a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA. Pela constituição Federal do ano de 1988 a Lei Berenice Piana vem garantir alguns direitos, coloca com ênfase a importância que as pessoas com TEA – Transtorno do Espectro Autista tem os mesmos direitos garantidos como cidadãos do país, esses direitos estão previstos no Estatuto da Criança e Adolescente (Lei 8.069/90), e os maiores de 60 anos estão protegidos pelo Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003).

Essa lei garante aos autistas o direitoa um diagnóstico precoce, como também assegura terapias, tratamentos, o acesso aos medicamentos pelo Sistema Único de Saúde – SUS, vem garantindo o direito a educação de qualidade, proteção social, enfatiza a necessidade de colocá-los num patamar de igualdade social para que possam obter oportunidades como trabalhadores atuantes no meio em que vive. A lei também ressalta também o TEA é considerado pessoa com deficiênciadentro dos efeitos legais.

Nota-se a devida importância dessa lei que permite acolher os TEA – Pessoas com Transtorno do Espectro Autista serem inseridas com vigor nas leis especificas de pessoas com deficiência (13.146/15) Estatuto da Pessoa com Deficiência, seguindo as normas internacionais assinadas pelo Brasil - Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (6.949/2000).

Algumas legislações que regulam questões mais específicas do cotidiano das pessoas com TEA.

Lei 7.853/ 1989: Estipula o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público e define crimes.

Lei 8.742/93: A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que oferece o Benefício da Prestação Continuada (BPC). Para ter direito a um salário mínimo por mês, o TEA deve ser permanente e a renda mensal per capita da família deve ser inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo. Para requerer o BPC, é necessário fazer a inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e o agendamento da perícia no site do INSS.

Lei 8.899/94: Garante a gratuidade no transporte interestadual à pessoa autista que comprove renda de até dois salários mínimos. A solicitação é feita através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Lei 10.048/2000: Dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e outros casos.

Lei 10.098/2000: Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Lei 7.611/2011: Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado.

Lei 13.370/2016: Reduz a jornada de trabalho de servidores públicos com filhos autistas. A autorização tira a necessidade de compensação ou redução de vencimentos para os funcionários públicos federais que são pais de pessoas com TEA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta maneira, pode-se constatar que o âmbito educacional, em termos gerais, infelizmente, ainda não se encontra, definitivamente, preparado para receber com dignidade os TEA – pessoas com Transtorno do Espectro Autista. Não existe uma política pública enraizada nos termos legais que possa assegurar os direitos que reconhecem como cidadão capaz de atuar na sociedade, contribuindo de forma significativa com o crescimento do país. Muitos direitos continuam sendo negados, embora com a existência da Lei Berenice Piana (12.764/12) é possível enxergar muitas angústias das famílias que enfrentam diariamente a palavra não, vinda de uma escola, de um comércio, de uma igreja e até mesmo de pessoas parentes.

Todas essas dificuldades encontradas no decorrer de cada dia, devem ser enfrentadas sem medo, com coragem. É importante ter consciência da existência dos inúmeros desafios, deixar que eles fracassem a luta é se entregar aos objetivos dos que desejam fechar as portas como se os TEA fossem pessoas incapazes de exercer suas potencialidades nos diferentes meios de oportunidades existentes na sociedade.

Com isso, percebe-se a importância de um trabalho de conscientização que seja realizado por uma equipe ou pessoas interessadas que construam através de um planejamento especifico uma ação voltada para todos aqueles menos esclarecidos.Objetivando uma melhor expansão do entender o TEA, atribuindo-o valor, oportunidade e ajudando-o a vencer os desafios do preconceito.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, W. M. J. **Reflexões a partir da psicologia sócio-histórica sobre a categoria "consciência".** Ed: cadernos em pesquisa, n.110, p.125-142, julho, 2000.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual Diagnóstico e Estatísticode Transtornos Mentais.** 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

AUTISMO E REALIDADE – **Convivendo com o TEA – Direitos Iguais.** Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/convivendo-com-o-tea/leis-e-direitos/#:~:text=A%20Lei%20Berenice%20Piana%20(12.764,social%3B%20ao%20trabalho%20e%20a>.

BOCK, A. M. B. **A perspectiva sócio histórica de Leontiev e a crítica a naturalização daformação do ser humano:** a adolescência em questão. Cedes: Campinas, v. 24, n.62, p.26-43, abril, 2004.

CROCHIK, J. L. (1997). **Preconceito indivíduo e cultura.** São Paulo: Robe Editorial.

GONÇALVES, L. P., ABRÃO, J. L. F., MANZATO, A. C**. Contribuições da psicologiapara inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista no município de Assis.** Presidente Prudente: Colloquiumhumanarum, v.11, n. especial, jul-dez, p. 1189-1197, 2014.

KOEHLER, S. M. F. (2003). **Violência Psicológica:** um estudo do fenômeno na relação professor-aluno. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LEMOS, E. L. M. D., SALOMÃO, N. M. R., RAMOS, C. S. A. **Inclusão de crianças autistas:** um estudo sobre interações sociais no contexto escolar. Ed: Esp. Marilia: Rev.Bras, v. 20. n.1, p. 117-130, jan-mar, 2014.

LEONTIEV, et al. **Psicologia e pedagogia:** bases psicológicas da aprendizagem e dodesenvolvimento. Ed: 2º. São Paulo: Centauro, 2003.

NEVES, R. A., DANIANI, M. F. **Vygotsky e as teorias da aprendizagem.** Rio Grande do Sul: Unirevista, v.1, n.2, abril, 2006.

SILVA, A. C. M. da. **Autismo:** o acesso ao trabalho como efetivação dos direitos humanos. Dissertação (Mestrado em Direito) – Recife, UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco, 2013.

SOARES, Magna. **Linguagem e Escola.** Uma Perspectiva Social– 2000.

ESTUDOS ETNOBOTÂNICOS EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO NORDESTE BRASILEIRO

ETHNOBOTANICAL STUDIES IN QUILOMBO COMMUNITIES IN THE BRAZILIAN NORTHEAST

ESTUDIOS ETNOBOTÁNICOS EN COMUNIDADES QUILOMBAS DEL NORDESTE BRASILEÑO

Maiara Marques Bernardes[235]
Pedro Henrique Sette-de-Souza[236]
Marleny Prada de La Cruz[237]
Alissandra Trajano Nunes[238]

RESUMO

Introdução: As comunidades remanescentes afrodescendentes constituem populações tradicionais com identidade étnica própria conhecida como quilombola ou quilombos. Esse grupo social é historicamente marcado pela resistência a opressão, pelas injustiças impostas durante a escravidão e, ainda no pós-escravidão, cuja trajetória é de muita luta pelos direitos de propriedade de suas terras, sendo, portanto, crucial a necessidade de preservar a cultura etnobotânica destas comunidades. **Objetivo:** o presente trabalho tem por objetivo realizar o levantamento de dados, dos artigos publicados em periódicos nacionais, criar uma base de dados com as listas de espécies medicinais e alimentícias divulgadas nos periódicos, analisar a contribuição dessas pesquisas quanto aos aspectos biológicos e culturais e identificar aspectos relevantes que possam ser adotados em pesquisas futuras envolvendo essas comunidades**. Metodologia:** os bancos de dados consultados foram Scielo, Scopus, Web of Science e Google Acadêmico, a partir do ano 2000 até dezembro de 2022. A busca foi dividida em dois momentos: o primeiro considerando todos os artigos, teses e dissertações realizadas em comunidades quilombolas nas cinco regiões do Brasil. E no segundo momento, uma seleção das publicações vinculadas ao Nordeste sobre as plantas alimentícias e medicinais, nos 10 anos, esse intervalo está associado à fase de maior número de publicações para o Brasil**.**

[235] Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental – PPGSDS, Universidade de Pernambuco – UPE, (E-mail: maiarabernardes.marques@upe.br).
[236] Professor da Universidade de Pernambuco, vinculado ao de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental – PPGSDS, Universidade de Pernambuco – UPE.
[237] Mestranda pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.
[238] Professora da Universidade de Pernambuco, vinculada ao de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental – PPGSDS, Universidade de Pernambuco – UPE.

Resultados e Discussão: Foram localizados 66 artigos, 21 dissertações e 11 teses, do total de artigos, 25 são estudos no Nordeste, sendo a maioria (16) sobre as plantas medicinais, sendo que a região com maior número de pesquisas é o Nordeste e o estado Bahia. O ano de 2020 aparece com maior número de publicações e a revista Fitos, maior número de número de publicações. Das famílias com maior representatividade nos periódicos consultados destacam-se Fabaceae, Asteraceae, Lamiaceae e Euphorbiaceae. **Conclusão:** Nesse levantamento percebeu-se que os estudos Etnobotânicos têm colaborado para conservação da diversidade, resgates do saber tradicional, bioprospecção entre outras abordagens biológicas e culturais e que as comunidades quilombolas guardam um conhecimento a respeito da biota local e dela fazem uso para diversos fins, com destaque aos usos alimentício, medicinais e madeireiro. Essas populações sobreviveram se relacionando diretamente com os recursos naturais que preservam um vasto saber associado, o qual pode estar se diluindo e até se perdendo devido às pressões antrópicas, sociais e econômicas.

Palavras-chave: Etnobotânica, Nordeste, banco de dados, quilombolas, levantamento bibliográfico.

ABSTRACT

Introduction: The remaining Afro-descendant communities constitute traditional populations with their own ethnic identity known as quilombola or quilombos. This social group is historically marked by resistance to oppression, by the injustices imposed during slavery and, even in the post-slavery period, whose trajectory is one of many struggles for the property rights of their lands, therefore, the need to preserve the culture is crucial. ethnobotany of these communities. **Objective:** the present work aims to carry out a data collection of articles published in national journals, create a database with the lists of medicinal and food species published in journals, analyze the contribution of these researches regarding the biological and cultural aspects, and identify relevant aspects that can be adopted in future research involving these communities. **Methodology:** the databases consulted were Scielo, Scopus, Web of Science, and Google Scholar, from the year 2000 to December 2022. The search was divided into two stages: the first considering all articles, theses and dissertations carried out in communities quilombolas in the five regions of Brazil. And in the second moment, a selection of publications linked to the Northeast on food and medicinal plants, in the 10 years, this interval is associated with the phase of a greater number of publications for Brazil. Results and Discussion: 66 articles, 21 dissertations, and 11 theses were located, of the total number of articles, 25 are studies in the Northeast, the majority (16) on medicinal plants, and the region with the highest number of research is the Northeast and the state of Bahia. The year 2020 appears with the highest number of publications and Fitos Journal, has the highest number of publications. Fabaceae, Asteraceae, Lamiaceae, and Euphorbiaceae stand out from the most representative families in the consulted journals **Conclusion:** In this survey, it was noticed that

Ethnobotanical studies have collaborated for the conservation of diversity, rescues of traditional knowledge, bioprospecting among other biological and cultural approaches and that Quilombola communities retain knowledge about the local biota and use it for various purposes, with emphasis on food, medicinal and timber uses. These populations survived by directly relating to the natural resources that preserve a vast associated knowledge, which may be being diluted and even lost due to anthropic, social, and economic pressures.

Keywords: Ethnobotany, Northeast, database, Quilombolas, Bibliographic survey.

RESUMEN

Introducción: Las restantes comunidades afrodescendientes constituyen poblaciones tradicionales con identidad étnica propia conocidas como quilombolas o quilombos. Este grupo social está históricamente marcado por la resistencia a la opresión, las injusticias impuestas durante la esclavitud e, incluso después de la esclavitud, cuya trayectoria involucra mucha lucha por los derechos de propiedad sobre sus tierras, haciendo crucial la necesidad de preservar la cultura etnobotánica de estas comunidades. Objetivo: el presente trabajo tiene como objetivo recopilar datos de artículos publicados en revistas nacionales, crear una base de datos con listados de especies medicinales y alimentarias publicadas en las revistas, analizar el aporte de estas investigaciones en aspectos biológicos y culturales e identificar aspectos relevantes que pueden ser adoptados. en futuras investigaciones que involucren a estas comunidades. Metodología: las bases de datos consultadas fueron Scielo, Scopus, Web of Science y Google Scholar, desde el año 2000 hasta diciembre de 2022. La búsqueda se dividió en dos momentos: el primero considerando todos los artículos, tesis y disertaciones realizados en comunidades quilombolas de las cinco regiones de Brasil. Y en el segundo momento, una selección de publicaciones vinculadas al Nordeste sobre plantas alimenticias y medicinales, en los 10 años, este intervalo está asociado a la fase con mayor número de publicaciones para Brasil. Resultados y Discusión: Fueron encontrados 66 artículos, 21 disertaciones y 11 tesis, del total de artículos, 25 son estudios en el Nordeste, la mayoría (16) sobre plantas medicinales, siendo la región con mayor número de investigaciones el Nordeste. y el estado de Bahía. El año 2020 se presenta con mayor número de publicaciones y la revista Fitos, con mayor número de publicaciones. De las familias con mayor representación en las revistas consultadas destacan Fabaceae, Asteraceae, Lamiaceae y Euphorbiaceae. Conclusión: En este estudio se observó que los estudios etnobotánicos han contribuido a la conservación de la diversidad, recuperación de conocimientos tradicionales, bioprospección entre otros enfoques biológicos y culturales y que las comunidades quilombolas retienen conocimientos sobre la biota local y los utilizan para diversos fines, con énfasis sobre usos alimentarios, medicinales y madereros. Estas poblaciones sobrevivieron relacionándose directamente con recursos naturales que preservan un vasto

conocimiento asociado, que puede diluirse e incluso perderse debido a presiones antropogénicas, sociales y económicas.

Palabras clave: Etnobotánica, Nordeste, base de datos, quilombolas, levantamiento bibliográfico.

INTRODUÇÃO

As comunidades remanescentes afrodescendentes constituem populações tradicionais com identidade étnica própria conhecida como quilombola ou quilombos[239]. Esse grupo social é historicamente marcado pela resistência a opressão, pelas injustiças impostas durante a escravidão e, ainda no pós-escravidão, cuja trajetória é de muita luta pelos direitos de propriedade de suas terras, que só após 100 anos, foi contemplada pela Constituição Federal de 1988[240]. A conquista ainda está longe da desejada, quando constatado que em todo território brasileiro das mais de 3 mil comunidades existentes, apenas 181 são tituladas como terras quilombolas e 1.720 estão em processo, ou seja, um pequeno percentual (9%) tem seus direitos reconhecidos.

No que se refere às populações estudadas, a agricultura de subsistência, marca da história do povo quilombola que ocupou as terras ao longo de sua fixação territorial e dela passou a fazer uso dos recursos vegetais, fato que contribui até os dias atuais para a manutenção da vida e da cultura, mantendo a identidades desse grupo que está no Brasil desde o período colonial (século XVI) quando vieram na condição de escravos[241]. No Brasil, essas populações habitam diferentes ecossistemas e se relacionam diretamente com os recursos naturais como fonte de subsistência, cultivando plantas alimentícias, medicinais entre outras, como as destinadas as práticas místico-religiosas e nas atividades que representam suas manifestações culturais[242]. Nesse contexto das relações étnicas o grupo tem um grande potencial para estudos etnobiológicos, contudo há uma grande escassez de publicações etnobotânicas vinculadas a comunidades quilombolas em todo Brasil.

[239] DIEGUES E ARRUDA, 2001; SCHMITT *et al.*, 2002; MARQUES E GOMES, 2013.
[240] BRASIL 2003, CPISP, 2020.
[241] ANJOS, 1999.
[242] DIEGUES, 2000.

O Nordeste é uma das regiões que abriga a maior parte dos quilombos (aproximadamente 50% do total para o país), distribuídos em todos os estados com destaque a Bahia e o Maranhão[243] e, é também umas das regiões mais pesquisas etnobotânicas, como evidenciado por Liporacci[244], em sua pesquisa de revisão para a região, localizado apenas cinco registros de estudos em ecossistemas de Mata Atlântica e Caatinga. Embora a sua pesquisa tenha focado nas categorias de uso medicinal e alimentício, de fato há um baixo registro de trabalhos com populações tradicionais de modo geral, o que pode ser justificado pelas dificuldades para se trabalhar com populações tradicionais, uma vez que há uma forte pressão em termos éticos e legais amparando os direitos dessas populações, o que dificulta o trabalho de pesquisadores da área[245].

A importância de proteger o conhecimento local é necessária, mas estudar as relações humanas com o ambiente é fundamental para salvaguardar o patrimônio genéticos e cultural, sobretudo porque é desse saber que emergem parte das estratégias para estudos de bioprospecção e conservação para a biodiversidade[246]. De acordo com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), esses estudos também contribuem para fortalecer o respeito, a preservação e a manutenção do conhecimento[247].

É necessário que haja uma relação conjunta de proteção ao conhecimento tradicional, todavia é inegável o esforço a ser demandado por profissionais sérios vinculados a instituições públicas ou privadas para realizar esse tipo de pesquisa, como considerou Oliveira[248]. “É necessário que a legislação consiga proteger o conhecimento tradicional e o patrimônio genético do país sem impedir o desenvolvimento das pesquisas nacionais que envolvem acesso a estes elementos”. Os mesmos autores ressaltaram que o ajustes realizados pela Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), tem prejudicado o desenvolvimento de pesquisas no país.

Vale a ressalva para a contribuição dessas populações na história do Brasil nos aspectos culturais e sociais e que mantém suas práticas tradicionais como as atividades agrícolas de subsistência, sistemas de tratamento local para cura de doença, além de sua

[243] CPISP, 2020.
[244] LIPORACCI *et al.*, 2015.
[245] OLIVEIRA *et al.*, 2009; LIPORACCE *et al.*, 2015; PEDROLLO e KINUPP 2015.
[246] BRASIL, 2018.
[247] BRASIL, 1994.
[248] OLIVEIRA *et al.*, 2009.

contribuição na conservação do meio ambiente[249]. Diante do exposto o objetivo dessa pesquisa foi realizar um levantamento bibliográfico em publicações nacionais e internacionais a fim de mostrar o estado da arte dos estudos realizados nessas comunidades. De forma mais específica: levantar artigos publicados em periódicos nacionais, criar uma base de dados com as listas de espécies medicinais e alimentícias divulgadas nos periódicos, analisar a contribuição dessas pesquisas quanto aos aspectos biológicos e culturais e identificar aspectos relevantes que possam ser adotados em pesquisas futuras envolvendo essas comunidades.

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo trata-se de um levantamento bibliográfico realizado em bases de dados nacionais e internacionais como *Scielo*, *Scopus*, *Web of Science* e *Google Acadêmico*. A busca foi dividida em dois momentos: o primeiro considerando todos os artigos, teses e dissertações realizadas em comunidades quilombolas nas cinco regiões do Brasil. E no segundo momento, uma seleção das publicações vinculadas ao Nordeste sobre as plantas alimentícias e medicinais, nos 10 anos, esse intervalo está associado à fase de maior número de publicações para o Brasil[250].

Em seguida foi realizada a análise dos artigos e feita à compilação para o Excel® (Office 2013) das listas de plantas contidas nos artigos, considerando o critério de famílias, gênero, espécie, nome popular e indicação de uso. Algumas informações como modo de preparo, partes usadas e forma de uso não foram inseridas na base de dados porque nem todos os artigos contemplavam essas informações.

Os nomes das espécies de planta foram revisadas e atualizadas através no site Taxonomic Name Resolution Service v4.

Seleção dos artigos

A seleção dos artigos teve os seguintes critérios de inclusão: área de estudo, região Nordeste, zona rural e urbana; uso da flora; populações tradicionais, pesquisas voltadas para o levantamento de plantas úteis, em especial medicinais e alimentícias

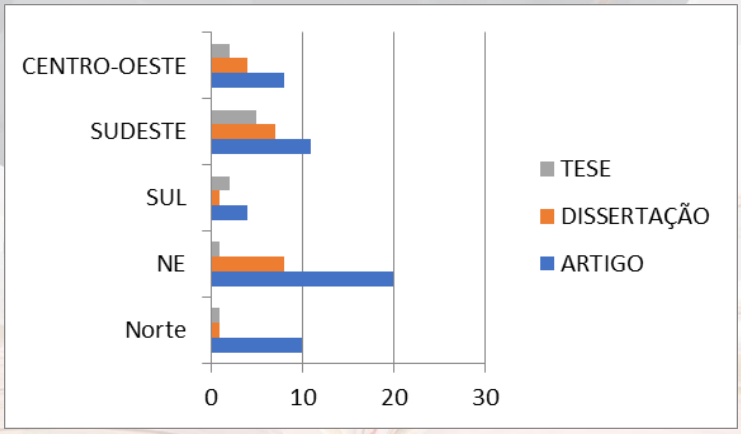
[249] ANJOS, 1999.
[250] LIPORACCI *et al.*, 2015.

associadas a comunidade quilombolas ou populações remanescentes de quilombo publicados em periódicos nacionais ou internacionais a partir de 2000 e até dezembro de 2022.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram localizados 66 artigos, 21 dissertações e 11 teses (Figura 1), do total de artigos, 25 são estudos no Nordeste, sendo a maioria (16) sobre as plantas medicinais. Durante a pesquisa, surgiram vários trabalhos como resumos publicados em congressos, simpósios e encontros, estes embora não tenham sido contabilizados reforçam que há um interesse nessas populações. E como já apontado, as implicações éticas podem ser as mais fortes para justificar a escassez das publicações, associada a essa questão há a possibilidade de ter um número bem maior de trabalhos publicados sem esses tenham feito menção a populações tradicionais ou comunidades quilombolas.

Figura 1. Dados de artigos, teses e dissertações publicadas no período de 2005 a 2022 para pesquisas etnobotânicas em comunidades quilombolas do Brasil.

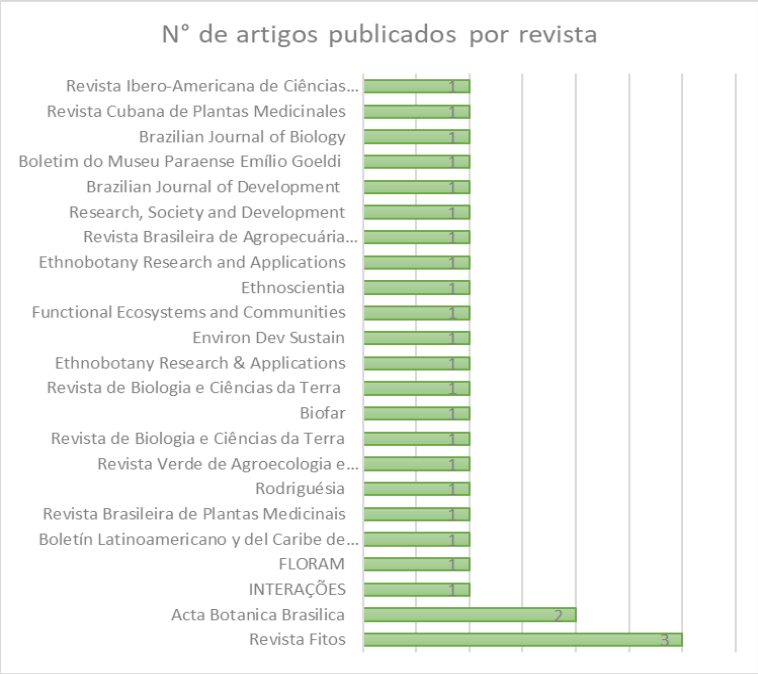


Fonte: as autoras (2022)

Em relação ao quadro de publicações, Almeida e Bandeira haviam localizados em 2010 apenas cinco trabalhos para o Nordeste, a partir dessa dada até os dias atuais esse número triplicou, a maioria das publicações tem origem em periódicos nacionais (Figura 2 e 3).

Figura 2. Número de artigos publicados nos últimos anos para pesquisas etnobotânicas em comunidades quilombolas do Nordeste do Brasil.

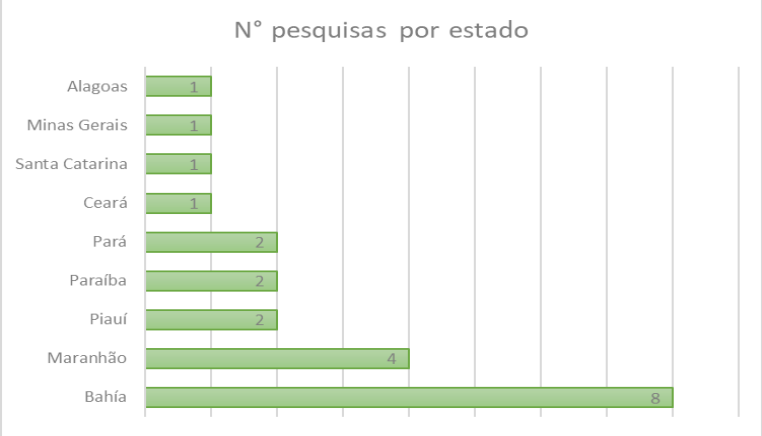
Figura 3. Número de artigos publicados nos últimos anos para pesquisas etnobotânicas em comunidades quilombolas do Nordeste do Brasil.



Em se tratando do recorte para plantas alimentícias e medicinais, entre os estados com maior número de publicações a Bahia vem em primeiro lugar, seguido do Piauí, Maranhão e Paraíba o que é esperado, considerando que são os estados que abrigam o maior número de populações quilombolas[251] (Figura 4)[252].

[251] ANJOS, 1999; CPISP, 2000.
[252] ALBUQUERQUE *et al.*, 2001; FRANCO e BARROS, 2006; MONTELES *et al.*, 2007; VIEIRA *et al.*, 2008; *SALES et al.*, 2009; ALMEIDA e BANDEIRA, 2010; NASCIMENTO e CONCEIÇÃO, 2012; GOMES E BANDEIRA, 2012; SILVA *et al.*, 2012; MOTA e DIAS, 2012; DA CUNHA ÁVILA *SALES et al.*, 2015; OLIVEIRA, 2015; LISBOA *et al.*,2017; BELTRESCHI et al., 2019; SANTOS *et al.*, 2019.

Figura 4. Número de artigos publicados nos últimos anos para pesquisas etnobotânicas realizadas em comunidades quilombolas do Nordeste do Brasil



No que se refere às questões culturais apenas um trabalho mencionou as principais manifestações de forma específica, a exemplo do reisado (dança típica seguida de canções tradicionais) e o dia Aziague (dia de azar)[253], outros citaram apenas as questões religiosas, crenças e superstições, e formas de uso diretamente ligadas a cultura africana[254]. Sobre o modo de vida em geral, as atividades são antigas práticas agrícolas de subsistência na qual o consumo é para a demanda familiar, característica das atividades dos povos afrodescendentes, e são atividades sustentáveis, pois consistem no cultivo tradicional da terra[255].

Dos 16 artigos sobre as plantas medicinais, a maioria desses (12) podem ser caracterizados como descritivos, como análise da flora, significado cultural, etnobotânica geral e conservação da diversidade, apenas três abordaram análises quantitativas como importância relativa, valor de uso e fator de consentimento do informante[256]. Presentes em diferentes ecossistemas, abarcando vegetações como Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado e mata de cocais, portanto esses trabalhos deram uma significativa contribuição para o estado da diversidade de plantas úteis em comunidades quilombolas da Região.

[253] VIEIRA *et al.*, 2008.
[254] ALMEIDA e BANDEIRA, 2010.
[255] VIEIRA *et al.*, 2008; FRANCO e BARROS 2006; NASCIMENTO e CONCEIÇÃO, 2012; SILVA *et al.*, 2012II; MOTA e DIAS 2012; LISBOA *et al.*, 2017.
[256] DA CUNHA ÁVILA *SALES et al.*, 2015; BELTRESCHI *et al.*, 2019.

RECURSOS VEGETAIS

Sobre as espécies foram contabilizados 978 indivíduos, 493 espécies citadas, 473 identificadas em nível de espécie, contidas em 93 famílias, das demais, quatro não tinham identificação e 16 apenas foram determinadas em nível de família. Ainda se registrou a presença de outros grupos taxonômicos, como uma Gimnosperma, uma Pteridófita e uma Selaginellaceae.

Quanto à origem nativa ou exótica, a maioria das pesquisas não trouxe essa informação, mas dos que disponibilizaram esses dados, aproximadamente 50% das espécies listadas são nativas[257]. Outros apenas associam o uso de plantas exóticas, para fins medicinais, como principais devido à forma de obtenção mais fácil, uma vez que muitas são espontâneas ou de fácil cultivo nos quintais[258]. Sabe-se sobre o devido valor dessa informação, uma vez que é necessário conhecer o impacto desses usos e assim traçar plano de manejo e conservação dos recursos envolvidos e assim, minimizar futuros danos ambientais.

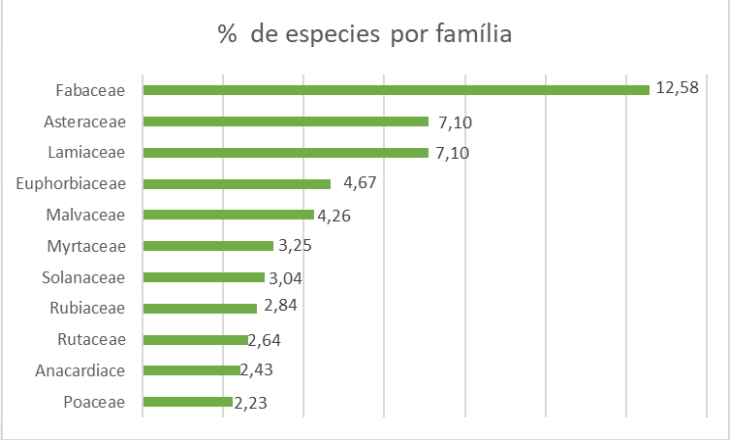
Quando se trata das plantas exóticas, é frequente encontrá-las nas culturas dos descendentes africanos, principalmente devido à história desse grupo populacional, que trouxe consigo seu vasto conhecimento sobre o uso das plantas nativas e as associou às suas práticas[259]. Além disso, eles incorporaram essas plantas aos sistemas existentes para fins condimentares, medicinais e religiosos místicos. Ao longo do tempo, esse conhecimento foi compartilhado entre diferentes populações, o que se torna fortemente evidente[260].

Das famílias com maior representatividade nos periódicos consultados destacam-se Fabaceae, Asteraceae, Lamiaceae e Euphorbiaceae, (Figura 5), todas essas têm importância econômica e propriedades medicinais devido a presença de compostos bioativas, como a Fabaceae cujas as espécies são ricas em flavonoides, rotenóides e isoflavonoides, além de outras classes de substâncias como alcaloides, terpenoides e esteroides[261] e também possuem destaque na medicina popular e na farmacologia[262].

---

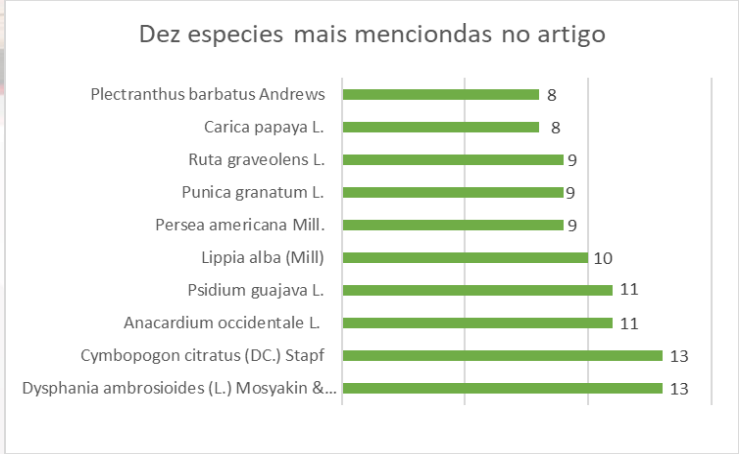
[257] LISBOA *et al.*, 2017.
[258] FRANCO e BARROS, 2006; SILVA *et al.*, 2012.
[259] ALBUQUERQUE, 2001.
[260] *Ibidem*.
[261] PEREIRA, 2019.
[262] GOMES e BANDERIRA, 2012; LOIOLA *et al.*, 2010.

Figura 5. Relação percentual (%) de espécies por família encontradas em pesquisas etnobotânicas realizadas em comunidades quilombolas do Nordeste do Brasil.



As dez plantas mais citadas nos artigos (Figura 6) tem as seguintes indicações de uso: *Dysphania ambrosioides* - verminose e gripe, *Anacardium occidentale* - inflamaçao e dor de barriga, Carica papaya - sistema disgestivo e verme, *Plectranthus barbatus* – sistema digestivo Persea americana – problemas renais, *Punica granatum* - inflamação em geral e gastrite, Psidium guajava – sistema digestivo, *Cymbopogon citratus* - gripe e sistema nervoso, *Ruta graveolens* L. – sistema respiratório (gripe e secreções) e *Lippia alba* – sistema digestório e respiratório (gripe). Além dos usos medicinais *A. occidentalem, C. papaya, P, guajava e R. graveolens* são também usadas como alimentícias. O que justificam para o uso dessas espécies de forma geral, está associada facilidade de obtenção, potencial de cura, versatilidade para tratamento de doenças.

Figura 6. Relação das espécies mais citadas nos artigos etnobotânicas realizadas em comunidades quilombolas do Nordeste do Brasil.



A questão relativa à manutenção das práticas medicinais vem sendo discutida recentemente e alguns autores reforçam não haver a transmissão de conhecimento[263], e quando essa ocorre vem de forma vertical[264]. Mas vale destacar que em alguns casos há uma forte relação de uso e dependência por esses recursos, todavia se atribui essa dependência a falhas do sistema médico local, portanto há uma contradição em falar sobe perda de conhecimento e necessidade de inserir tratamento da medicina convencional, de fato a preocupação com a perca do conhecimento ou a evolução para novos sistemas é pertinente e merece um número de maior de pesquisas para avaliar os fatores intrínsecos e extrínsecos a fim de promover o registro dos saberes tradicionais e a busca por novos compostos bioativos, mas também, avaliar o quanto os avanços da ciência influenciam no processo evolutivo dos sistemas de tratamento médico tradicionais.

A escolha de uma espécie para uso na medicina popular pode estar condicionada à eficácia da planta, quando essa é certificada localmente, outro aspecto recentemente tratado nas pesquisas tem relação com a percepção das pessoas para a etiologia das doenças e relação de tratamento por medicamentos alopáticos. Vale considerar que embora a maioria das populações estudas tenham um a relação fiel com o uso de plantas medicinais há também a busca por outras formas de tratamento, através do sistema médico convencional, geralmente facilitado pelos Programas de Saúde da Família (PSF), consequentemente há associação de alopáticos com plantas medicinais. O que determina a escola entre um e outro é a patologia ou a sua urgência ou alto custo do medicamento e a disponibilidade de planta mais eficaz para esse tratamento[265].

É importante ressaltar que o sistema terapêutico local é dinâmico e aberto a novos sistemas, como constatado por Lisboa[266], Franco e Barros[267] que há sempre novas formas de tratamento e posologias inseridas nos sistemas locais e tão logo sejam testados e adaptados coletivamente passam a ser incorporado a farmacopeia local.

Indicações terapêuticas, partes usadas e modos de uso

[263] MOTA e DIAS, 2012.
[264] SILVA *et al*., 2012; LISBOA *et al*., 2017.
[265] LISBOA *et al*., 2017.
[266] *Ibidem*.
[267] FRANCO E BARROS, 2006.

O maior número de espécies medicinais foi indicado para doenças e estados de saúde associados ao aparelho respiratório, como tosse, gripe e resfriado, e ao sistema digestivo como gastrite e ulcerações no estômago, encontrando-se em consonância com resultados obtidos em outras localidades no Brasil, Monteles e Pinheiro[268]. As indicações para tratamentos das doenças como hipertensão têm sido registradas com frequência, um fato que chama atenção diz respeito a alto número de indicações para problemas do sistema digestório como dor de barriga, diarreia ou para o tratamento de vermes, nesse sentido Oliveira[269], destacaram que a ausência de água tratada e a falta de condições sanitárias nessas comunidades justificam a relação.

Os recursos utilizados para as doenças do sistema respiratório com maior frequência são gripe e tosse sendo assim predominante o uso de espécies da família Lamiaceae as quais possuem óleos essenciais e outras propriedades como expectorante. A utilização dos recursos medicinal como forma de uso caseira é primeira mais citada.

A prevalência de indicações de plantas para tratar problemas relacionados ao sistema digestivo pode ser entendida como um reflexo das condições sanitárias nas quais a comunidade se encontra. Além disso, o uso de lenha nos fogões no interior das residências pode contribuir para a elevada citação plantas para tratar doenças do sistema respiratório. As informações sobre as espécies utilizadas como medicinais e sua importância para a comunidade quilombola são relevantes para futuros projetos de prospecção do potencial medicinal e de conservação dessas plantas, podendo ainda fornecer informações relevantes que contribuam para implantação de programas de saúde adaptados à realidade cultural dos quilombolas, valorizando e respeitando o do saber tradicional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os objetivos propostos para esse levantamento bibliográfico, percebeu-se uma vasta e importante área para trabalhar a pesquisa Etnobotânica nas Comunidades Quilombolas na região Nordeste do Brasil para conservação dessas espécies de acordo com o uso nas comunidades**.** Existe na literatura um esforço em

[268] MONTELES E PINHEIRO, 2007.
[269] OLIVEIRA *et al*., 2009.

demonstrar o valor do potencial cultural e biológico relacionado a sabedoria popular dessas comunidades.

Nesse levantamento percebeu-se que os estudos Etnobotânicos têm colaborado para conservação da diversidade, resgates do saber tradicional, bioprospecção entre outras abordagens biológicas e culturais e que as comunidades quilombolas guardam um conhecimento a respeito da biota local e dela fazem uso para diversos fins, com destaque aos usos alimentício, medicinais e madeireiro. Essas populações sobreviveram se relacionando diretamente com os recursos naturais que preservam um vasto saber associado, o qual pode estar se diluindo e até se perdendo devido às pressões antrópicas, sociais e econômicas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, U. P. The use of Medicinal Plants by the Cultural Descendants of African People in Brazil. **Acta Farmacêutica Bonaerense.** 20(20): 139-144. 2001.

ALMEIDA, V.S.; BANDEIRA, F.P.S.F.. O significado cultural do uso de plantas da caatinga pelos quilombolas do Raso da Catarina, município de Jeremoabo, Bahia, Brasil. **Rodriguésia,** v. 61, p. 195-209, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Convenção sobre diversidade biológica. Decreto Legislativo n. 2, de 1994. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/informma/item/7513-convencao-sobre-diversidade-biologica-cdb>. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Impactos sobre a Biodiversidade**. 2018 Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-global/impactos>. Acesso: 20 de set.de 2019.

BELTRESCHI, L, Rita Baltazar de Lima, and Denise Dias da Cruz. "Traditional botanical knowledge of medicinal plants in a “quilombola” community in the Atlantic Forest of northeastern Brazil." **Environment, Development and Sustainability** 21.3 (2019): 1185-1203.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. Quilombolas no Brasil. Disponível em: http://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/quilombolas-brasil/. Acesso em: 01 out. 2019

DA CUNHA ÁVILA, J.V., *et al.* The traditional knowledge of Quilombola about plants: does urbanization matter? Ethnobotany Research and Applications, v. 14, p. 453-462, 2015.

DIEGUES, A. C. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. SãoPaulo: MMA/ COBIO/ NUPAUB/ USP, 2001.

FRANCO, E.A.P. E BARROS, R.F.M. Uso e diversidade de plantas medicinais no Quilombo Olho D’água dos Pires, Esperantina, Piauí. Rev. Bras. Pl. Med., Botucatu, v.8, n.3, p.78-88, 2006.

FLORA DO BRASIL 2020. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponible en: <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/>. acceso en: 06 fev. 2022

GOMES, Thiago Bezerra; BANDEIRA, Fábio Pedro Souza de Ferreira. Uso e diversidade de plantas medicinais em uma comunidade quilombola no Raso da Catarina, Bahia. **Acta Botanica Brasilica,** v. 26, p. 796-809, 2012.

LISBOA, M. et al. Estudo etnobotânico em comunidade quilombola Salamina/Putumujú em Maragogipe, Bahia. **Revista Fitos,** 1 jan. 2017. Vol. 11(1), 1-118.

MARQUES, Carlos Eduardo; GOMES, Lílian. A constituição de 1988 e a ressignificação dos quilombos contemporâneos limites e potencialidades: limits and potentialities. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 28, p. 137-153, 2013.

MONTELES, Ricardo; PINHEIRO, Claudio Urbano B. Plantas medicinais em um quilombo maranhense: uma perspectiva etnobotânica. **Revista de biologia e ciências da terra**, v. 7, n. 2, 2007.

NASCIMENTO, V. T. *et al.*, Famine Foods of Brazil s Seasonal Dry Forests: Ethnobotanical and Nutritional Aspects. **Economic Botany**, v. 66, p. 22-34, 2012.

OLIVEIRA, F. *et al.*, Avanços nas pesquisas Etnobotânicas no Brasil. **Acta botanica,** p. 106-115, 2009.

OLIVEIRA, F. Saúde reprodutiva, etnicidade e políticas públicas no Brasil. In: Monteiro S, Sansone O, organizadores. Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça e direitos reprodutivos. **Rio de Janeiro: FIOCRUZ**; 2004. p.344.

PEDROLLO, Camilo Tomazini; KINUPP, Valdely Ferreira. Sustainability or colonialism? Legislative obstacles to research and development of natural products and patents on traditional knowledge in Brazil. **Acta Botanica Brasilica**, v. 29, p. 452-456, 2015.

PEREIRA, Rafael et al. Diversidade estrutural e potencial biológico dos metabólitos secundários de espécies do gênero Myroxylon Lf (Fabaceae): uma revisão da literatura. **Hoehnea**, v. 46, 2019.

SALES, G. P. S.; ALBUQUERQUE, H. N.; CAVALCANTI, M. L. F. Estudo do uso de plantas medicinais pela comunidade quilombola Senhor do Bonfim, Areia-PB. **Bio Terra.** 2009; Suppl1: S31-6.

SANTOS, J.A.dos; SILVEIRA, A.P.; GOMES, V.S. Knowledge and use of the flora in a Quilombola community of Northeastern Brazil. **Floresta e Ambiente**, v. 26, 2019.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**, jun. 2002. n. 10, p. 129–136.

SILVA, N. C. B.; REGIS, A. C. D.; ALMEIDA, M. Z. Estudo Etnobotânico em comunidades remanescentes de quilombo em Rio de Contas Chapada Diamantina - Bahia. **Revista Fitos**, 2012. p. 99–109. I.

SILVA, N. C. B. *et al.* Uso de plantas medicinais na comunidade quilombola da Barra II - Bahia, Brasil. Boletín Latinoamericano y del Caribe de Plantas Medicinales y Aromáticas, 2012. v. 11, n. 5, p. 435–453. II.

VIEIRA, F.J., *et al.* Quilombola of Macacos Community, São Miguel do Tapuio city, Piauí state: history, use and conservation of plant resources. **Functional Ecosystems and Communities**, v. 2, p. 81-87, 2008.

FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL E CONTINUADA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA: DOS DOCUMENTOS NORMATIVOS AOS RELATOS

INITIAL AND CONTINUING TEACHER TRAINING OF IN INCLUSIVE SPECIAL EDUCATION: FROM NORMATIVE DOCUMENTS TO REPORTS

FORMACIÓN INICIAL Y CONTINUA DEL PROFESORADO EN EDUCACIÓN ESPECIAL INCLUSIVA: DE DOCUMENTOS NORMATIVOS A INFORMES

Renata ALVES[270]

Priscila BENITEz[271]

Elisabete Marcon MELLO[272]

Mara Silvia PASIAN[273]

Gessica Fabiely FONSECA[274]

RESUMO

O objetivo do artigo é identificar conteúdos pedagógicos relacionados a Educação Especial e Inclusiva nos cursos de licenciatura segundo o Conceito Enade 2017, assim como verificar concepções acerca da formação continuada em Educação Especial e Inclusiva de seis docentes dos anos iniciais, finais do ensino fundamental e médio de escolas públicas brasileiras e coordenação pedagógica. Foram consideradas as práticas pedagógicas aplicadas, o papel da família e de outros profissionais e a formação continuada dos professores. Foram realizadas entrevistas com seis professores para evidenciar as barreiras dos cursos de formação inicial nas universidades mais bem

[270] Graduanda no Bacharelado em Ciências e Tecnologia na Universidade Federal do ABC. (E-mail: renata.alves@aluno.ufabc.edu.br).

[271] Professora Adjunta do Centro de Matemática, Computação e Cognição da UFABC, Doutora em Psicologia, Pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino. (E-mail: priscila.benitez@ufabc.edu.br).

[272] Doutora em Educação Matemática pela PUC/SP. Professora da Universidade Federal do ABC (UFABC). (E-mail: elisabete.marcon@ufabc.edu.br).

[273] Professora doutora do Centro de Matemática, Computação e Cognição da UFABC. (E-mail: mara.pasan@ufabc.edu.br).

[274] Doutroa em Educação, professora do PPGEd e do PPGEsp da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail.: gessicafonsecaufrn@gmail.com

avaliadas segundo o Enade 2017, para identificar a recorrência de disciplinas que visam a formação na perspectiva inclusiva. Os resultados apresentam o papel do modelo atual de formação inicial de professores nas áreas de biológicas, humanas e exatas, assim como as dificuldades com o processo da constituição da Educação Especial, o que representa a urgência de adaptação do currículo de formação inicial de professores para que previna o despreparo nas diversas disciplinas escolares para implementação da inclusão escolar.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Formação Inicial do Professor. Educação Especial. Formação de Professores.

ABSTRACT

The aim of the article is to identify pedagogical contents related to Special and Inclusive Education in undergraduate courses according to the Enade 2017 Concept, as well as verifying the continuing education in Special and Inclusive Education of six teachers from the early, final years of elementary and high school in Brazilian public schools and pedagogical coordination. The applied pedagogical practices, the role of the family and other professionals and the continuing education of teachers were considered. The questionnaire was applied with six teachers to highlight the barriers of initial training courses at universities best evaluated according to Enade 2017, to identify the recurrence of disciplines that aim at training from an inclusive perspective. The results present the role of the current model of initial teacher training in the areas of biological, human and exact, as well as the difficulties with the process of constituting Special Education, which represents the urgency of adapting the initial teacher training curriculum to that prevents unpreparedness about special education in the various school subjects for the implementation of school inclusion

Keyword: Inclusive Education. Initial Teacher Training. Special Education. Teacher Training.

RESUMÉN

El objetivo es identificar contenidos pedagógicos relacionados con la Educación Especial e Inclusiva en las carreras de grado según el Concepto Enade 2017, a través de una búsqueda de palabras clave; así como la verificación de la formación continua en Educación Especial e Inclusiva de seis docentes de los primeros, últimos años de primaria y secundaria en las escuelas públicas brasileñas y la coordinación pedagógica. Se consideraron las prácticas pedagógicas aplicadas, el rol de la familia y otros profesionales y la formación continua de los docentes. Se aplicó un cuestionario con seis docentes para resaltar las barreras de los cursos de formación inicial en las universidades mejor evaluadas según Enade 2017, para identificar la recurrencia de disciplinas que apuntan a la formación desde una perspectiva inclusiva. Los resultados

presentan el papel del modelo actual de formación inicial docente en las áreas biológica, humana y exacta, así como las dificultades con el proceso de constitución de la Educación Especial, lo que representa la urgencia de adecuar el currículo de formación inicial docente a lo que impide falta de preparación sobre la educación especial en las distintas asignaturas escolares para la implementación de la inclusión escolar.

Palabras-clave: Educación inclusiva. Formación inicial del profesorado. Educación especial. Formación de professores.

INTRODUÇÃO

A educação especial foi definida pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI)[275] como modalidade de ensino transversal, fundamentada no paradigma dos direitos humanos, visando eliminar, ou sempre que possível reduzir as desigualdades presentes no espaço educacional.

Os profissionais envolvidos nesse processo, de acordo com a PNEEPEI[276], apresentam formações específicas na área educacional especializada e formações nas áreas específicas do saber e conhecimento curricular escolar, como é o caso por exemplo do ensino de Química, Física, Biologia, Matemática, Língua Portuguesa, dentre outras áreas.

Já em relação à formação docente especializada no Brasil, ainda existe um tensionamento para garantir uma formação que supere o modelo biológico, médico e sanitarista da deficiência, com vistas para uma formação que contemple a oferta de serviços educacionais especializados plurais e de qualidade para atuação em classe comum, tendo o paradigma da colaboração como base de formação inicial e continuada.

Ao longo de sua formação inicial e continuada, o professor deve entender as diversas esferas que compõem a educação especial, sendo capaz de auxiliar nas áreas referentes à saúde e à vida social do aluno, de modo a promover a integração entre os setores responsáveis pelo desenvolvimento do público-alvo da Educação Especial (PAEE).

[275] BRASIL, 2008.
[276] *Ibidem*.

Assim, a formação do professor deve abranger todos os elementos fundamentais ao desenvolvimento do aluno PAEE, garantindo a intersetorialidade do processo. Mais especificamente, a Resolução nº 2 de 2001, tece em seu artigo 8º no seu artigo 18 que é dever dos sistemas de ensino, de acordo com o Artigo 59 da LDBEN (Lei n. 9.394, 1996), garantir que em classes comuns haja professores comuns capacitados, ou seja, aqueles que receberam instruções em sua formação a respeito do ensino especializado, sendo capazes de adaptar seu tempo e metodologia, avaliar o desenvolvimento de alunos PAEE e dialogar com professores da EE especializados para desenvolver alterações curriculares e políticas escolares de acordo com as necessidades apresentadas por cada classe ou aluno, liderando o projeto educacional de alunos PAEE e orientando o professor de classe regular capacitado, havendo assim a colaboração de ambos para a inclusão do aluno PAEE nas classes regulares de ensino.

Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação[277] vigente em sua Meta 4 estabelece a universalização do acesso à educação e ao atendimento especializado, além da promoção de educação inclusiva na rede regular de ensino; a estratégia 4.16 prevê o incentivo ao tema inclusão na formação dos professores e profissionais para realização do atendimento especializado. Considerando a formação docente como elemento fundamental para a garantia do processo inclusivo de qualidade, a literatura ainda é consistente sobre os desafios relacionados a formação docente inicial para garantia da educação para todas as pessoas[278].

Flach[279] realizou entrevistas com sete gestoras e 23 professoras em quatro escolas municipais de ensino fundamental na cidade de Novo Hamburgo, no estado do Rio Grande do Sul e constatou que apesar da pouca instrução das professoras na área da educação especial e inclusiva, elas realizavam adequações curriculares para o PAEE matriculado na escola regular. Tavares, Santos e Freitas[280], por sua vez, entrevistaram 52 docentes sobre suas formações em educação especial e práticas pedagógicas inclusivas. Os dados evidenciaram que as professores entrevistadas buscavam constantemente, por formação continuada frente ao baixo preparado fornecido em suas formações docentes anteriores, para implementar práticas pedagógicas inclusivas. A

[277] PNE, 2014.
[278] CAPELLINI; RODRIGUES, 2019; FLACH, 2014; MENDES; TORRES, 2018; PEIXINHO, 2016; SANTIAGO; SANTOS; MELO, 2017; TAVARES; SANTOS; FREITAS, 2016
[279] FLACH. 2014.
[280] SANTOS E FREITAS, 2016.

pesquisa também mostrou que a maior parte das professoras de apoio possuía conhecimento sobre educação especializada apenas a partir de cursos, que tinham função de formação continuada.

O estudo de Santiago, Santos e Melo[281] foi realizado no contexto do Observatório Nacional da Educação Especial do Estado do Rio de Janeiro e propôs três debates envolvendo 63 professoras, a fim de discutir processos avaliativos do PAEE. A primeira problemática identificada fora à dificuldade de identificação do PAEE, tendo o laudo médico maior relevância na identificação, em relação aos demais fatores, como análise educacional. A segunda problemática fora a falta de adaptação das provas enviadas pelo governo federal para avaliação em larga escala, que acaba não permitindo a avaliação de todos os alunos sem exclusão. O estudo também analisou a forma da avaliação cotidiana dos professores participantes, que demonstraram realizar algumas adaptações durante a aplicação de provas e atividades não incentivadas por todo o grupo docente. Propõe-se uma nova perspectiva sobre o processo de ensino e avaliação do PAEE, de maneira a levar em consideração, as necessidades individuais.

Em relação aos desafios e dificuldades enfrentadas na implantação da educação inclusiva, o estudo de Capellini e Rodrigues[282] foi conduzido com 423 professores. Os dados obtidos permitiram que se entendesse quais as principais dificuldades encontradas na elaboração de uma educação inclusiva, sendo elas a falta de formação continuada que permita aos professores entenderem sobre ensino especializado e quais as medidas recomendadas em cada caso, visto que todo o processo de elaboração curricular para o PAEE é feito com base na vivência dos docentes e em cursos extracurriculares; e a falta de apoio da escola pela má organização de alunos e materiais não adaptados.

Ainda sobre a formação docente continuada, Peixinho[283] analisou a relevância da formação continuada de professoras que atuavam com PAEE. Foram entrevistadas três professoras de SRM e duas professoras de salas regulares na rede municipal de Itabuna/BA a fim de compreender suas formações e vivências, além da análise do PAEE para o melhor entendimento sobre suas necessidades. As participantes queixaram-se da falta de formação continuada, pouco fornecida e necessária para uma educação

[281] SANTOS E MELO, 2017.
[282] CAPELLINI E RODRIGUES, 2019.
[283] PEIXINHO, 2016.

especializada; também da má organização dos alunos atendidos nas SRM, tirando o foco de professoras que lecionam nessas salas e sobrecarregando professoras de salas regulares; e do baixo incentivo ao modelo colaborativo de ensino por parte das escolas. Foi proposta à Secretária Municipal de Educação a elaboração de cursos para a formação continuada de professores no modelo estabelecido pelo estudo, de maneira a proporcionar um ensino inclusivo e aprofundado para o PAEE, além de maior organização nas SRM de modo a otimizar o trabalho ali realizado. Como limitação, foi identificada a pouca atenção dada às mudanças no trabalho das professoras após o contato com a proposta de ensino colaborativo. De acordo com os estudos citados, tem-se o relato constante de professores em relação à necessidade e defasagem da educação continuada e às barreiras enfrentadas na atuação em sala de ensino regular com o PAEE. Diante disso, se torna necessária também a análise da formação inicial de professores a fim de investigar o preparo fornecido nos cursos de licenciatura, a partir da análise dos seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPC).

Em um estudo mais recente sobre formação continuada de professoras atuantes em Salas de Recursos Multifuncionais (SEM), o estudo de Oliveira e Prieto[284] analisou a formação e preparo destas docentes na Rede Municipal de Ensino de São Paulo por meio de entrevistas e categorização temática dos resultados. A maior parte dos professores entrevistados se mostrou inseguros quanto à própria formação, assumindo que seriam necessários mais recursos para atuação nas SRM com todo o PAEE. Os relatos evidenciaram falta de conhecimento das especificidades do PAEE, o que resulta em dificuldades na execução do trabalho nas SRM sem o trabalho de formação continuada, tendo a inicial se mostrado insuficiente. É indicado maior aprofundamento na formação dos entrevistados a fim de compreender as raízes de suas defasagens.

Já, em relação à formação docente inicial, Mendes e Torres[285] analisaram os PPCs e Matrizes Curriculares de cursos de licenciatura de universidades públicas no campo das Ciências Exatas em um estado brasileiro com a perspectiva de mensurar a inclusão presente nos cursos estudados. Os resultados foram apresentados como implícitos ou explícitos, contendo excertos dos documentos avaliados. As principais menções à educação inclusiva encontradas nos cursos estudados eram referentes ao

[284] OLIVEIRA E PRIETO, 2020.
[285] MENDES E TORRES, 2018.

ensino de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e outras aulas que, apesar de não utilizarem da linguagem apropriada ou não serem explicitamente voltadas para a Educação Especial, apresentavam propostas relacionadas. Grande parte dos documentos analisados sofreram alterações após a divulgação das diretrizes para formação de professores por meio da Resolução CNE/CP n.1[286], o que indica a preocupação das universidades com a formação de professores capacitados. Para estudos futuros seria necessário a análise de outros estados brasileiros para análise da formação de professores em todo o país, considerando também aspectos socioeconômicos das regiões.

Ainda sobre formação docente inicial, Darub, Soares e Kohls[287] analisaram a Matriz Curricular do curso de Pedagogia de uma universidade pública no Norte do Brasil buscando por disciplinas ou ementas que remetessem a educação inclusiva. Constatou-se que apenas quatro disciplinas do curso remetiam a inclusão, sendo três obrigatórias e uma optativa, e, a partir de seus ementários, uma análise qualitativa foi realizada. As quatro disciplinas possuíam baixa carga horária quando comparadas com outras disciplinas do curso, e três delas foram avaliadas como insuficientes para capacitação de professores para atuar na sala regular de ensino com alunos PAEE. A limitação encontrada foi a análise de somente um curso em um uma universidade, o que elimina a possibilidade de comparação com outras áreas de ensino e regiões do país.

Considerando os desafios identificados na literatura estudada, tanto na formação docente continuada[288], como na formação inicial[289] em Educação Especial e Inclusiva, o presente estudo teve como objetivo identificar conteúdos pedagógicos relacionados a Educação Especial e Inclusiva nos cursos de licenciatura segundo o Conceito Enade 2017, assim como verificar concepções acerca da formação continuada em Educação Especial e Inclusiva de seis docentes dos anos iniciais, finais do ensino fundamental e médio de escolas públicas brasileiras e coordenação pedagógica. Espera-se que tais dados possam produzir um mapeamento sobre as barreiras enfrentadas pelos professores atuantes na sala de aula regular e relacionar se a formação inicial de futuros professores

[286] BRASIL, 2002.
[287] SOARES E KOHLS, 2020.
[288] CAPELLINI; RODRIGUES, 2019; FLACH, 2014; OLIVEIRA; PRIETO, 2020; PEIXINHO, 2016; SANTIAGO; SANTOS; MELO, 2017; TAVARES; SANTOS; FREITAS, 2016.
[289] DARUB *et al*., 2020; MENDES; TORRES, 2018.

está contribuindo de maneira preventiva, por meio da análise dos componentes curriculares obrigatórios, no auxílio de sua atuação na sala de aula inclusiva.

2. MÉTODO

Foram entrevistados seis professores atuantes em sala de aula regular em uma escola pública na região metropolitana de São Paulo. O critério de inclusão do professor no estudo ocorreu da mesma forma como descrito em Capellini e Rodrigues (2019), em relação ao professor atuar recentemente em classes comuns com alunos público-alvo da educação especial matriculados em sua turma.

As entrevistas foram realizadas através de chamadas online, respeitando a disponibilidade de horário dos entrevistados, e depois devidamente transcritas. Inicialmente, foi realizada a categorização dos professores entrevistados, cujos nomes foram ocultados para preservação de imagem.

O Quadro 1 mostra as principais características dos participantes.

Quadro 1 – Categorização dos Professores

	Data de nascimento	Tempo de docência	Modalidade escolar que atua	Atua na sala de aula inclusiva?	PAEE	Formação inicial			
						Curso	Ano de formação	Tipo	
								Pública	Privada
P1	11/01/1972	32 anos	Fundamental 1	✓	Deficiência auditiva, paralisia cerebral, deficiência visual e TEA leve	Letras	1995		✓
P2	15/06/1973	32 anos	Coordenação do Ensino Médio	✓	Deficiência visual e Transtorno Global do Desenvolvimento	Ciências Biológicas			✓
P3	29/08/1966	28 anos	Fundamental II e Ensino Médio	✓	Não mencionou	Biologia	1989		✓
P4	23/02/1971	21 anos	Fundamental II e Ensino Médio	✓	Deficiência Visual e Autismo	Química	1995		✓
P5	29/09/1986	7 anos	Fundamental II	✓	Não mencionou	História	2009	✓	
P6	29/07/1969	24 anos	Fundamental II e Ensino Médio	✓	Deficiência Auditiva e outros	Química	1995		✓

Fonte: Elaborada pelas autoras

O roteiro seguido nas entrevistas foi um questionário elaborado com base no estudo de Capellini e Rodrigues[290], contendo questões sobre informações demográficas para caracterização do professor, "Quais são os fatores que dificultam o processo de inclusão escolar?", dentre outros. As entrevistas foram realizadas através de chamadas de voz durante o Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo na instituição escolar e depois transcritas. Adicionalmente, foi realizada a análise dos componentes curriculares dos cursos de formação inicial de professores por meio de pesquisa documental, no estudo dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) dos melhores cursos de licenciatura de acordo com o Conceito Enade 2017.

Ao longo do estudo buscou-se entender segundo a visão de docentes quais as dificuldades na prática de uma educação inclusiva. Para isso foram recrutados professores que tenham trabalhado com alunos PAEE em sala regular a partir do contato com escolas parceiras do Grupo de Pesquisa liderado pela orientadora. Após a seleção dos professores que demonstraram interesse para participação na pesquisa, foi aplicado a partir de chamada de voz um roteiro com catorze questões a fim de extrair dos professores suas concepções a respeito do tema. Em seguida foi realizada a análise das respostas através da categorização temática, de modo a conseguir mapear com clareza as barreiras enxergadas pelos entrevistados e principais aspectos de suas formações iniciais.

Por fim, foram analisados os PPC dos melhores cursos de licenciatura segundo o Conceito Enade 2017, exceto dos cursos de Letras – Português, Letras – Português e Espanhol e Física por indisponibilidade dos PPC na versão virtual em formato pdf ou doc, tendo sido analisados os PPC dos segundos ou terceiros colocados disponíveis. A análise foi realizada através da busca de onze palavras-chave nos projetos, a fim de verificar se os resultados encontrados refletiam as dificuldades apontadas nas entrevistas realizadas, entendendo assim a relevância de abordar a educação inclusiva na formação inicial.

A análise foi realizada por meio de categorização temática dos conteúdos levantados junto a aplicação das entrevistas, assim como dos projetos pedagógicos dos cursos de formação inicial de professores. Os relatos coletados junto a aplicação do roteiro elaborado em entrevistas, analisados por meio de categorização temática, buscou

[290] CAPELLINI E RODRIGUES, 2019.

mapear as principais dificuldades apontadas no processo de inclusão nas salas de ensino regulares. Os Projetos Pedagógicos de Curso estudados com base nas palavras-chave selecionadas foram separados em três grupos de acordo com a área de estudo (Humanas, Exatas ou Biológicas) e os resultados foram analisados dentro de sete categorias criadas, sendo elas: Princípios do Curso e Fundamentação, Componentes Curriculares, Infraestrutura do Curso, Componentes Complementares à Formação, Organização e Avaliação do Curso, e Equipe do Curso.

Na Tabela 1, estão informados os respectivos cursos de licenciatura analisados e a Universidade correspondente, junto da área de estudo nos quais foram agrupados, mantendo o sigilo do nome das Instituições.

Tabela 1 – Cursos de Licenciatura Analisados

Universidade	Estado	Licenciatura	Área
Universidade Federal 1	SP	Matemática (M)	Exatas
Universidade Federal 2	PR	Letras - Português (LP)	Humanas
Universidade Federal 3	SC	Letras - Português e Espanhol (LE)	Humanas
Universidade Federal 4	PR	Física (FS)	Exatas
Universidade Federal 5	SC	Química (Q)	Biológicas
Universidade Federal 1	SP	Ciências Biológicas (CB)	Biológicas
Universidade Estadual 1	SP	Pedagogia (P)	Humanas
Universidade Municipal 1	SC	História (H)	Humanas
Universidade Federal 6	MG	Geografia (G)	Humanas
Universidade Federal 1	SP	Filosofia (FI)	Humanas
Universidade Federal 7	RN	Educação Física (EF)	Biológicas
Universidade Federal 2	PR	Ciências Sociais (CS)	Humanas

Fonte: Elaborada pelas autoras

3. RESULTADOS

Os professores foram questionados sobre aspectos de formação, serviços especializados, experiências em sala de ensino regular e outras informações consideradas relevantes para o entendimento da inclusão realizada na escola e qual o preparo tido para sua execução. O Quadro 2 relaciona a formação do professor atuante na sala de aula inclusiva, a respeito de sua formação inicial em inclusão.

Quadro 2 – Relação da formação inicial do professor entrevistado e atuantes na sala de aula inclusiva

	Respostas dos professores
Formação inicial, PAEE e a inclusão?	P1 teve aulas de Psicologia da Educação e estudou sobre Síndrome de Down e outros transtornos, mas não acredita ter sido suficiente para sua atuação como professora. P2 e P3 abordaram o tema somente durante o Magistério. Já P3, P4 e P5 não tiveram qualquer contato com a educação especial durante a formação.
Formação continuada, PAEE e a inclusão?	P1 se especializou em Psicopedagogia Clínica, em Educação Especial na Perspectiva da Inclusão e em Transtorno do Espectro Autista, dentre outras. P5 teve contato com a educação especial através de cursos e materiais sugeridos por coordenadoras da escola em que trabalha atualmente e P6 pretendia se especializar em Educação Especial, mas, devido à baixa remuneração de professores especializados na época, não pode dar continuidade aos estudos continuados na área. P2, P3 e P4 não contemplaram a inclusão em suas formações continuadas, mas buscaram se informar a respeito através de colegas de trabalho e materiais disponíveis.
Quais serviços educacionais especializados foram relatados?	P1 e P3 relataram falta de serviços sobretudo no acompanhamento dos alunos público-alvo da educação especial e planejamento pedagógico, P2 mencionou a preocupação com adaptação curricular, sequência didática, atividades direcionadas e inclusão em salas de aula regular como parte do trabalho realizado pela equipe pedagógica da escola em que trabalha, P5 abordou a falta de vagas para alunos PAEE e a eventual falta de professores especializados para todo o público como defasagem dos serviços especializados oferecidos, P6 contou que precisa adaptar avaliações e atividades para alunos PAEE por conta própria, por falta de professores especializados que auxiliem no processo, o que dificulta a aprendizagem desses alunos. P4 não mencionou nenhum serviço especializado realizado.
Quais os desafios identificados?	P1 apontou a dificuldade de aceitação e preparado dos professores para o trabalho pedagógico com o aluno PAEE, P2 mencionou o número de alunos por sala de aula, a falta de recursos para materiais adaptados e a dificuldade de aceitação por parte dos professores como principais desafios, P3 e P4 comentaram a falta de profissionais especializados em educação especial nas escolas e a dificuldade no trabalho pedagógico como resultado, P5 apontou o número de alunos por sala de aula e a carência de materiais adaptados como principais desafios e P6 indicou o trabalho da família como principal dificultador no processo de inclusão.
Quais as propostas de melhorias?	P1, P3 e P4 sugeriram maior investimento na formação do professor e incentivo por parte das escolas às trocas de experiencias e conhecimentos entre os profissionais que ali trabalham, P2 propôs trabalho psicológico com os alunos PAEE para melhora em sua autoestima e aumento na oferta de serviços especializados oferecidos pela escola. P5 pensou em redução dos alunos por sala de aula, treinamento pedagógico complementar para professores de salas de aula regular por parte da equipe coordenadora das escolas e órgãos públicos e P6 mencionou aumento da carga horária para alunos PAEE e desburocratização na entrada do processo para solicitação de acompanhamento do professor especializado, além de maior participação por parte da família.
Referência ao trabalho da família?	P1, P2, P3, P4 e P6 descreveram ausência por parte da família por razões como condições socioeconômicas, baixa instrução e negação. P5 não citou o trabalho da família.
Referência de outros profissionais para colaborar com a inclusão?	P1, P2 e P5 fizeram referência ao trabalho da equipe gestora e coordenadores. P1 também comentou sobre profissionais que cuidam da alimentação e locomoção dos alunos na escola como partes do processo de inclusão e P2 citou colegas de trabalho que auxiliaram no entendimento acerca da inclusão e de materiais e atividades adaptados. P3 descreveu o trabalho de professores especializados como importantes e facilitadores. P4 e P6 não mencionaram outros profissionais.

Fonte: Elaborada pelas autoras

Dada a análise das entrevistas realizadas, contendo relatos relacionados à falta de preparo para atuação com o PAEE, foram consultados os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) dos melhores cursos de licenciatura segundo o Conceito Enade 2017, a fim de verificar se as dificuldades levantadas anteriormente nas entrevistas estão de alguma forma contempladas nos cursos de licenciatura atualmente. Para isso, foram buscadas 11 palavras-chave relacionadas a educação inclusiva. Dos resultados retornados das buscas de 11 palavras-chave dos 12 PPC analisados, foram selecionados os mais relevantes para análise em sete categorias e separados de acordo com sua área de estudo. No Quadro 3 constam os resultados de Humanas, o que corresponde a sete cursos, tendo a busca retornado resultado relevante em todas as categorias definidas.

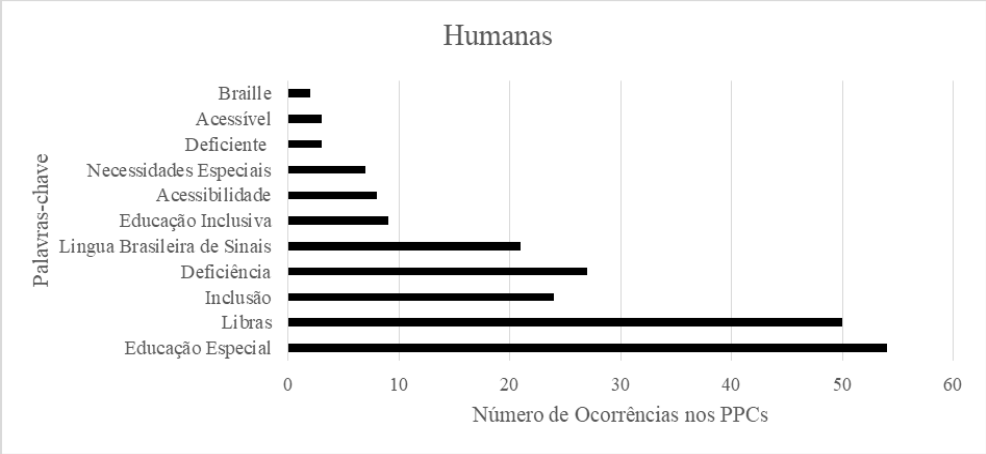
Quadro 3 – Resultados dos PPC de Humanas

	Trechos retirados dos PPCs analisados
Princípios do Curso e Fundamentação	"O curso, portanto, mantém atualmente nove habilitações: Magistério do Ensino Fundamental (séries iniciais) e das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio (obrigatória), Magistério para a Educação Infantil, Administração Escolar para Educação Básica, Supervisão Escolar para a Educação Básica, Orientação Educacional e Educação Especial: áreas de deficiência auditiva, física, mental e visual. Atuam no curso e são responsáveis pelas habilitações os departamentos de Administração e Supervisão Escolar, Didática, Educação Especial e Psicologia da Educação. (...) Ressalte-se que estudantes de outras regiões do Estado buscam o curso pelo interesse nas habilitações, especialmente as da área de Educação Especial." (p. 4) - P
Componentes Curriculares	"Inserir os alunos nos debates fundamentais sobre a educação especial, tendo em vista a noção de surdez e a língua brasileira de sinais." (p.77) – H "b) Rejeita a visão reducionista de Educação Especial, o esvaziamento de seu domínio de conhecimento e a simplificação da ideia de uma Educação Inclusiva." (p.17) - P
Infraestrutura do Curso	"Conforme o Decreto 5296 / 2004, que regulamenta dispositivos anteriores no que concerne à promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, o conjunto arquitetônico do Campus Reitoria (Edifícios Dom Pedro I e Dom Pedro II) possui rampas de acesso, elevadores com indicações em braile, e banheiros reservados a portadores de necessidades especiais." (p.47) - CS
Componentes Complementares à Formação	"A PROAP fornece suporte aos docentes; 39 cursos de capacitação interna e extensionista; acesso à tecnologia assistivas; monitoria inclusiva (conforma citado acima); seminários; bolsas de Auxílio Acessibilidade, um subsídio financeiro visando o acesso a materiais didáticos e equipamentos de Tecnologia Assistiva necessários ao desenvolvimento de atividades acadêmicas, com a finalidade de auxiliar o(a) estudante com deficiência e/ou reconhecidos(as) como pessoa com deficiência assistidos(as) pelo Núcleo de Acessibilidade, para que tenha condições materiais para se dedicar ao curso no qual está inscrito(a) em igualdade de condições com os demais estudantes. além de editais para subsidio financeiro em apoio a estudantes portadores de necessidades." (p.38) - FI
Organização e Avaliação do Curso	"Com a necessidade de implementação de ações que propiciem o acesso e permanência de pessoas com necessidade específicas, provenientes de deficiências e transtornos, a UFV criou a Unidade Interdisciplinar de Políticas Inclusivas – UPI." (p.39) - G
Equipe do Curso	"c) Departamento de Educação Especial: Mantém as contratações já encaminhadas e aprovadas pela Reitoria e uma reversão de RTC para RDIDP."(p. 21)-P "Especialista em Educação Inclusiva" (p.95) - H

Fonte: Elaborada pelas autoras

A Figura 1 mostra a análise dos PPCs por palavra-chave na área de Humanas.

Figura 1 – Quantidade de Palavras-chave Retornadas em Humanas



Fonte: Elaborada pelas autoras

Os resultados selecionados dos dois cursos da área de Exatas estão no Quadro 4.

Quadro 4 – Resultados dos PPC de Exatas

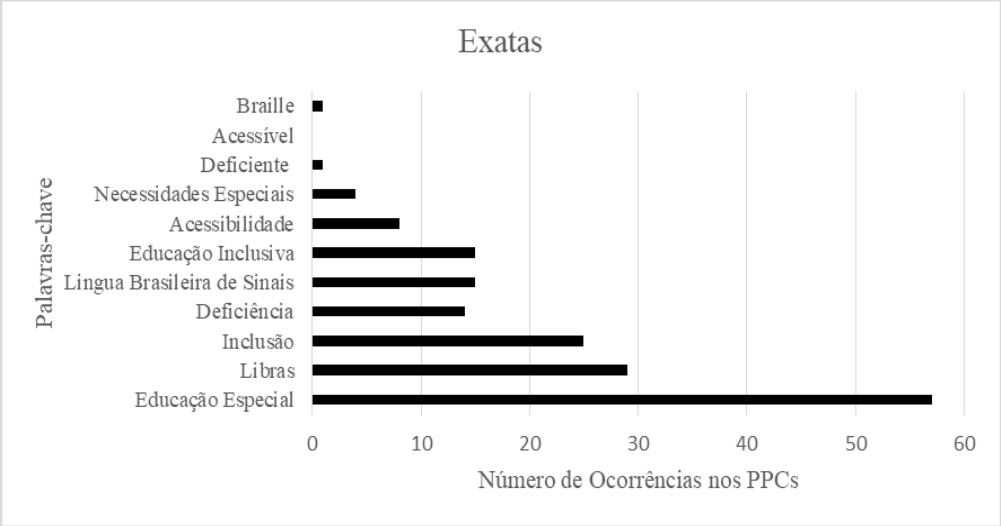
	Trechos retirados dos PPCs analisados
Princípios do Curso e Fundamentação	"A superação das barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas é um dos desafios da Instituição no que diz respeito a educação inclusiva. No entanto, várias ações estão sendo planejadas e executadas no sentido de facilitar o acesso e permanência das pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas." (p. 32) - FS
Componentes Curriculares	"Entendendo que direitos humanos, democracia e acessibilidade são indissolúveis, ressalta-se ainda que no decorrer da formação do docente, o curso de Licenciatura em Matemática, seja por meio do Plano de Acessibilidade desenvolvido pelas Pró-reitoria UFABC, e que conta com o apoio das Bibliotecas, seja por meio de ações e reflexões que se desenvolvem no âmbito de disciplinas contempladas na sua grade curricular, busca garantir a acessibilidade arquitetônica, atitudinal, pedagógica e nas comunicações a todos os estudantes." (p. 32) - M
Componentes complementares à formação	"Participação em projetos do Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social (PBIS) " (p. 147) - FS
Organização e Avaliação do Curso	"O Campus está em expansão de sua estrutura física e está se adaptando para proporcionar condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes para pessoas com necessidades específicas ou com mobilidade reduzida, conforme o Decreto nº 5.296/2004 e a Lei Federal n° 13146/2015 desse modo permitir em sua arquitetura condições para atender estudantes com necessidades especiais, tais como transporte coletivo localizado em frente ao campus, estrutura de acesso em rampas facilitando o acesso às salas de aula, serviço de atendimento a pessoas com deficiência auditiva, prestado por tradutores e intérpretes de Libras ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais." (p. 32) - FS

Equipe do Curso	"Graduação em Normal Superior Licenciatura Educação Infantil (2006), Licenciatura em Sociologia (2011), Graduação em Pedagogia (2012), Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional (2007), Especialização em Educação Especial (2008), Especialização em Psicomotricidade Relacional (2009) e Mestrado em Educação Especial (2012) Doutorado em Educação Especial (2016) " (p. 107) - FS

Fonte: Elaborada pelas autoras

Não houve qualquer resultado relevante na categoria Infraestrutura do Curso retornado na busca das onze palavras-chave. A quantidade de palavras-chave retornadas nos cursos da área de Exatas foi representada na Figura 2, onde é possível notar que não houve nenhum retorno nos dois PPC analisados para a palavra "acessível".

Figura 2 - Quantidade de Palavras-chave Retornadas em Exatas



Fonte: Elaborada pelas autoras.

Por fim, o Quadro 5 exibe os resultados retornados dos PPC dos três cursos da área de Biológicas, em que apenas as categorias Princípios do Curso e Fundamentação e Componentes Curriculares obtiveram resultados relevantes.

Quadro 5 – Resultados dos PPC de Biológicas

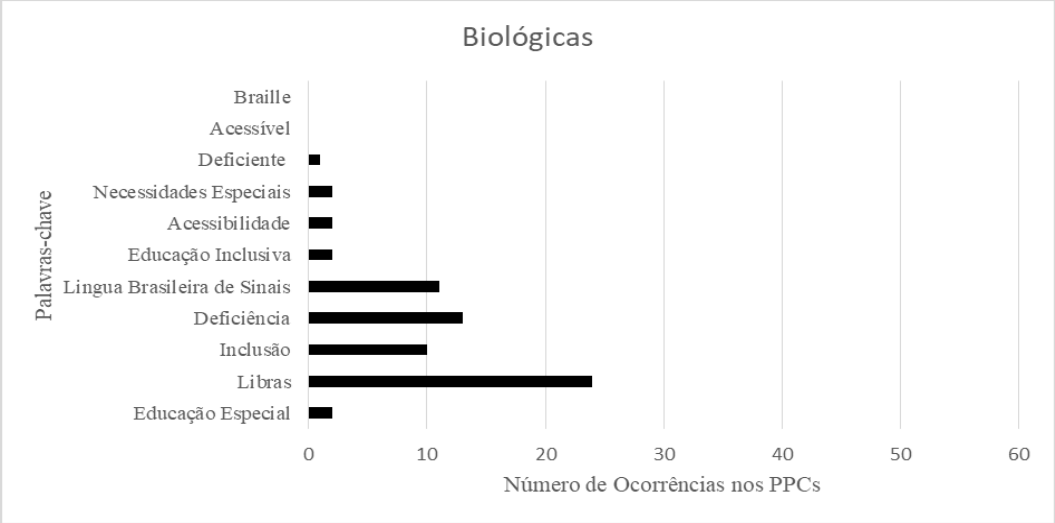
	Trechos retirados dos PPCs analisados
Princípios do Curso e Fundamentação	"O IEFES – Instituto de Educação Física e Esportes – foi idealizado como um Instituto plural com finalidades formativas, de ensino, pesquisa e extensão, sintonizado com os valores e objetivos sociais de nossa sociedade, como a qualidade de vida, a cidadania e a inclusão social via práticas corporais e esportivas, o qual tem como objetivo fundamental constituir-se como um polo aglutinador de profissionais, pesquisadores em torno de interesses comuns, bem como uma instância de produção e difusão de saberes relacionados à cultura corporal, a atividade física e saúde e o esporte." (UFC/PROGRAD, p.9). - EF

Componentes Curriculares	"Ementa: Princípios e fundamentos legais que embasam a Educação Inclusiva. Conceituação Educação Inclusiva e Especial, Ensino inclusivo e Integrado. Desafios para Educação Inclusiva no Brasil. Perfil dos alunos com necessidades educacionais especiais e conceito de inclusão social. Estratégias de ensino inclusivo e propostas de práticas docentes e atividades educativas exercidas na educação inclusiva." (pg.91) - CB

Fonte: Elaborada pela autora.

Na Figura 3 consta a quantidade de palavras-chave encontradas nos cursos da área de Biológicas, não havendo nenhum resultado retornado nos três PPC analisados para as palavras “Braille” e “acessível”.

Figura 3 - Quantidade de Palavras-chave Retornadas em Biológicas



Fonte: Elaborada pela autora.

4. DISCUSSÕES

O principal objetivo dessa pesquisa foi identificar conteúdos pedagógicos relacionados a Educação Especial e Inclusiva nos cursos de licenciatura segundo o Conceito Enade 2017, por meio de busca de palavra-chave, assim como verificar a formação continuada em Educação Especial e Inclusiva de seis docentes dos anos iniciais, finais do ensino fundamental e médio de escolas públicas brasileiras e coordenação pedagógica. De acordo com a literatura analisada anteriormente, a formação docente continuada aponta para a falta de preparo desses para a atuação na sala de aula inclusiva, à medida que a formação inicial nos cursos de licenciatura tende a se modificar a fim de contemplar a inclusão em sua grade curricular e Projeto

Pedagógico. Entre limitações encontradas nesses estudos estão a falta de propostas para melhora na atuação dos professores de sala de aula regular e uma análise mais ampla dos cursos de formação inicial que abordasse outras regiões, o que buscou ser solucionado a partir das entrevistas realizadas e do critério para seleção dos cursos de formação inicial analisados.

Por meio de entrevistas com as professoras de sala de aula inclusiva foram levantados relatos em relação à falta de preparo durante a formação inicial, distanciamento e dificuldade de aceitação por parte da família e formação continuada insuficiente ou pouco direcionada para a educação especial. Quando questionados em relação a propostas para melhoria na qualidade da inclusão em sala de aula regular, metade dos professores sugeriram mudanças na formação inicial e incentiva à formação continuada por parte da escola. É fundamental nesse escopo, ressaltar que P3 realizou sua formação docente inicial no ano de 1989 (há 32 anos); P1, P4 e P6 realizaram a formação inicial no ano de 1995 (há 26 anos), P5 em 2009 (há 12 anos) e, nesse contexto, de formação docente entende-se que os componentes curriculares da educação especial ainda não são considerados como elementos transversais necessários para formação docente, em seu currículo oficial. Uma análise que pode ser feita nesse escopo, pode estar relacionada ao fato de a Educação Especial ter sido tratada historicamente como substitutiva ao ensino comum, conforme documentada na Constituição Federal Brasileira[291]. Com a mudança de paradigma e avanço mundial nas discussões sobre a inclusão social, a análise dos PPCs ainda mostrou que a formação docente inicial ainda carece de aprimoramento para garantia de um currículo que preveja a Educação Especial como transversal nas várias licenciaturas investigadas.

Ao contrário dos dados presentes em Capellini e Rodrigues[292], a formação inicial foi apontada como um dos principais desafios enfrentados, sendo ainda maior do que a formação continuada. Metade dos professores entrevistados relataram não terem estudado nenhum tema relacionado à educação especial durante a formação inicial, o que impactou posteriormente na atuação em sala de aula: “Ah, não, na verdade eu não acho que foi nem um pouco satisfatório em relação à educação do público especial. É, poque na verdade eu não tive na minha graduação, na minha formação, nenhum preparo nesse sentido, né. Eu não me recordo de nenhuma disciplina, nenhuma atividade,

[291] BRASIL, 1988.
[292] CAPELLINI E RODRIGUES, 2019.

nenhum curso de extensão, nada voltado pra questão da educação especial durante a minha graduação. As conversas que eu tenho com meus colegas de curso também indicam nesse sentido, que ninguém nunca teve esse preparo, e na verdade essa eu vejo como uma grande deficiência, né? Principalmente agora que eu tô atuando na área da educação eu vejo essa parte da formação como realmente uma grande deficiência.” (P5)

A atuação por parte da escola também foi apresentada de forma distinta, adquirindo um aspecto mais positivo e influenciando na formação continuada dos entrevistados, que a descreveram como caminho para superar as dificuldades originadas da formação inicial insatisfatória. Por outro lado, o número de alunos por sala de aula e a ausência familiar foram fatores que se mantiveram presentes em ambos os estudos, embora não relacionados à formação. O papel da família no processo de inclusão escolar foi questionado por cinco dos seis professores entrevistados, baseados na ausência de pais e responsáveis em reuniões ou planejamentos pedagógicos ou na negação de muitos deles perante as dificuldades enfrentadas. De acordo com os relatos, a falta de instrução e renda desses familiares seria uma das principais razões para o afastamento, o que dificulta a ação de professores e outros profissionais. Campos (2007) trabalha o processo de inclusão escolar como também beneficiador de pais e responsáveis, que combatem suas inseguranças e preconceitos perante à criança PAEE junto da ação pedagógica da escola, de forma que o trabalho em conjunto dos dois agentes seria essencial para a inclusão dos alunos e sua família:

“As preocupações se acentuam porque não se trata de “integrar crianças com deficiência”, mas sim de permitir ou conquistar, junto à escola, o acesso e o convívio com a diferença e, em um sentido mais amplo, conceder aos alijados do ensino regular o pleno acesso a ele. Através da inclusão não são apenas as crianças que são acolhidas na escola regular, mas também os pais que podem igualmente ser acolhidos à medida que participam de eventos na escola: reunião de pais, conselhos de pais e mestres, comemorações etc. Isso pode conceder a eles não apenas visibilidade, mas participação e inserção sociais.”[293]

Em relação a atuação de outros profissionais no processo de inclusão escolar, os professores entrevistados relataram dificuldades relacionadas a falta desses profissionais, o que acarreta uma sobrecarga para o professor regular e precarização da

[293] CAMPOS, 2007, p. 53.

qualidade do ensino recebido pelo aluno PAEE, alguns trechos da fala dos professores demonstram essa realidade:

> Não, eu não vejo eles como sendo suficientes, tá? É, eu acho que falta profissionais nessa área, porque eu não consigo, é, sentir, assim, um aluno, por exemplo, uma PAEC, vai, uma vez a cada dois, três, meses na escola, pra fazer uma orientação, pra conversar, com os professores, é, esse distanciamento, é, deixa uma angústia muito grande entre os professores, né? (P1).

> (...) Então eu acho que talvez, hoje, eu tenho, por exemplo, aluno com síndrome de Down que tem uma professora que acompanha, aí eu concordo. Porque ela dá todo o respaldo, ela ajuda e tudo mais, e aí eu fico um pouco mais tranquila porque ela tá assistindo a aula junto, ela tá anotando, e ela vai passar as informações pra ele. Agora, quando o aluno não é assistido por uma outra professora, eu nunca me sinto capaz, eu sempre me sinto mal, acho que meu dever não foi cumprido, me sinto devendo, é complicado (P6).

Dos seis professores entrevistados, quatro apontaram a falta de preparo dos colegas de trabalho ou falta de profissionais especializados como principais barreiras para o processo de inclusão, enquanto dois deles mencionaram também a dificuldade na adaptação de materiais e atividades voltados ao PAEE. Sendo a falta de capacitação dos professores a principal barreira levantada em geral, que leva à necessidade de maior atuação dos profissionais especializados, como foi sugerido por P6 ao sugerir aumento da carga horária de alunos PAEE, justifica-se a análise feita a seguir a respeito da formação inicial dos cursos de licenciatura em todas as áreas de ensino, buscando compreender de que maneira estão sendo preenchidas as lacunas de formação apresentadas pelos entrevistados.

Os cursos avaliados foram divididos por área de estudo para fins de comparação, sendo sete cursos correspondentes às Ciências Humanas, três cursos às Ciências Biológicas e dois cursos às Ciências Exatas. Na análise do curso das Ciências Humanas, não houve nenhuma das onze palavras-chave escolhidas que não foram encontradas nos PPC analisados, e em todas as subcategorias criadas para dividir os PPC houve retorno relevante, incluindo disciplinas da educação especial e seus desdobramentos e núcleos especializados em promover a acessibilidade e inclusão na universidade.

Nos PPC dos cursos da área de Exatas não foi encontrada nenhuma vez a palavra “acessível”, assim como nenhum trecho no campo de infraestrutura do curso, embora se possa notar bastante preocupação com a inclusão dos alunos PAEE na universidade. Em relação à formação de professores, a inclusão foi através de disciplinas que

contemplassem o tema, como é exemplo da seguinte disciplina presente no curso de Física: “A Inclusão de alunos Surdos no ensino regular; políticas educacionais em prol da educação especial (AEE) e a Língua Brasileira de sinais (Libras)”.

A área de Biológicas, entretanto, apresentou poucos resultados relevantes, sendo esses somente nos grupos de Princípios do Curso e Fundamentação e Componentes Curriculares, apesar de a área ser composta por três cursos. A quantidade de palavras-chave encontradas também foi relativamente baixa, tendo a maior palavra encontrada sido “Libras”, com 24 ocorrências, enquanto o maior números nas áreas de Humanas e Exatas é 57 e 29, respectivamente, além de não haver nenhuma citação a aulas de Braille. Diferente do que foi encontrado na área de Exatas, os trechos julgados relevantes para o tema não se direcionam alunos da universidade, mas à formação, por meio de disciplinas que abordem a educação especial segundo as especificidades de cada disciplina.

Durante a aplicação das entrevistas com os professores, a educação inicial foi apontada como motivo para dificuldade na atuação em sala de aula inclusiva. De acordo com os relatos, nenhum dos entrevistados se lembra de ter cursado alguma disciplina relacionada a inclusão durante o curso de licenciatura, o que prejudicou o trabalho pedagógico com alunos PAEE e intensificou a procura pela formação continuada. Na análise dos PPC de onze licenciaturas, foi possível observar a presença de disciplinas que abordassem a educação especial através de atividades adaptadas ou estudos teóricos em seis deles; além disso, o ensino de Libras não foi encontrado somente no curso de Química, sendo disciplina obrigatória em todos os outros.

Apesar de os professores relatarem suas formações iniciais como insuficientes quanto ao preparo para a atuação com o PAEE, os cursos de licenciatura atuais demonstram preocupação com o tema, o que demonstra o avanço da educação especial no Brasil e a forma com que a formação de professores reflete na consolidação do ensino inclusivo. Para estudos futuros, recomenda-se a análise também dos PPC dos últimos cursos de Licenciatura segundo Conceito Enade, a aplicação de entrevistas em escolas inseridas em diferentes contextos socioeconômicos e a coleta de relatos também por parte da família para entender a inclusão escolar sob outra perspectiva. Embora as Licenciaturas estudadas representem apenas uma amostra dos cursos de formação inicial de professores, quando confrontadas com os relatos de professores atuantes em salas de

aula inclusivas, evidenciam a capacidade de prevenir futuras barreiras enfrentadas em sala de aula e oferecer maior preparo para os professores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP012002.pdf>. Acesso em 12 dez. 2020.

_____. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências, 2014. Recuperado em 07 de julho, 2019, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Recuperado em 07 de julho, 2019

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. 2008. Acesso em: 10 mai. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>

_____. Resolução CNE/CEB n.2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Recuperado em 07 de julho, 2019

CAMPOS, C. A. *Esperanças equilibristas*: a inclusão de pais de filhos com deficiência. Tese em Psicologia Social, Pontifica Universidade Católica de São Paulo, 2007.

CAPELLINI, V. L. M.; RODRIGUES, O. M. Concepções de professores acerca dos fatores que dificultam o processo da educação inclusiva. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 32, n. 3, p. 355-364, 2019.

DARUB, A. K. G. S.; SOARES, G. L. C.; KOHLS, P. Formação docente inicial e as discussões sobre a inclusão. Análise do currículo do curso de Pedagogia de uma universidade pública da região norte do Brasil. Intercambios. *Dilemas y Transiciones de la Educación Superior*, v. 1., p. 43-53, 2000.

FLACH, V. F. *O currículo adaptado e a construção da escola inclusiva.* Dissertação em Inclusão Social e Acessibilidade, Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2014.

GADELHA, A. K D.; SOARES, G. L.; SANTOS, P. K. Formação docente inicial e as discussões sobre a inclusão: Análise do currículo do curso de pedagogia de uma universidade pública da região norte do Brasil. *InterCambios*, v. 7, n. 1, p. 43-53, 2020.

MENDES, E. G.; TORRES, J. P. Formação de professores de ciências exatas numa perspectiva inclusiva. *Revista Insignare Scientia - RIS*, v. 1(3), 2018.

OLIVEIRA, A A. S.; PRIETO, R. G. Formação de Professores das Salas de Recursos Multifuncionais e Atuação com a Diversidade do Público-Alvo da Educação Especial. *Revista Brasileira de Educação Especial*, vol. 26(2), 343-360, 2020.

PEIXINHO, M. A. A. *Formação continuada na perspectiva colaborativa para professores que atuam com alunos público-alvo da educação especial.* Dissertação em Formação de Professores da Educação Básica, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2016.

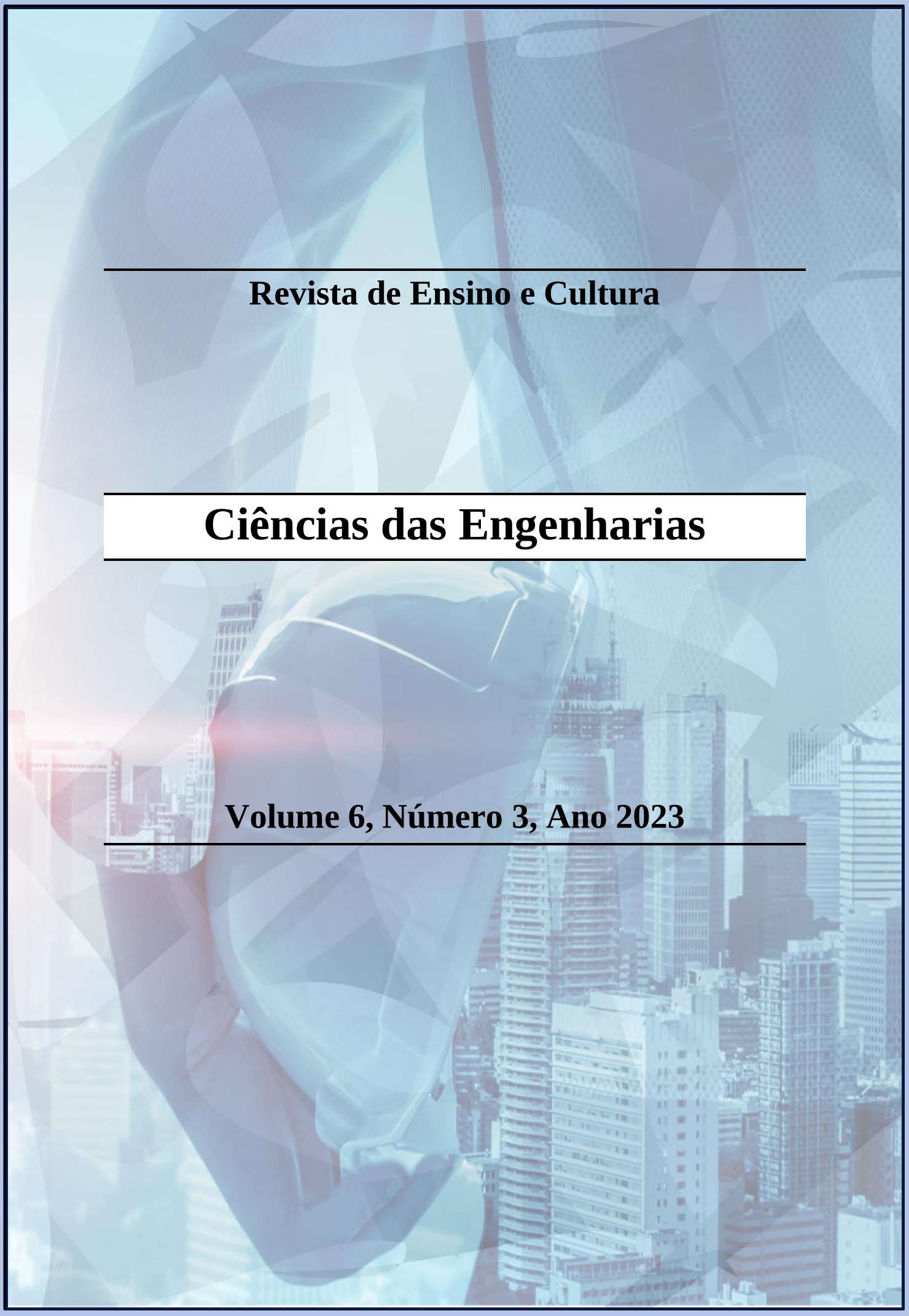
PRADO, Renata Beatriz de Souza. *Tecnologia assistiva para o ensino da matemática aos alunos cegos: o caso do centro de apoio pedagógico para atendimento às pessoas com deficiência visual.* Dissertação em Currículo, Didáticas e Métodos de Ensino das Ciências Naturais e Matemática, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

RIOS, Graziela Maria Silva. *Avaliação em educação especial*: tecnologia de governamento no atendimento educacional especializado. Dissertação em Educação Especial, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

RODRIGUES, David; LIMA-RODRIGUES, Luiza. Formação de Professores e Inclusão: como se reformam os reformadores? *Educar em Revista, v*ol. 1 (41), 41-60, 2011.

SANTIAGO, Mylene Cristina; SANTOS, Mônica Moreira dos; MELO, Sandra Cordeiro de. Inclusão em educação: processos de avaliação em questão. *Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v.25 (96), 632-651, 2017.

TAVARES, L. M. F. L. et al. A Educação Inclusiva: um Estudo sobre a Formação Docente. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 22 (4), 527-542, 2016.



Revista de Ensino e Cultura

Ciências das Engenharias

Volume 6, Número 3, Ano 2023

ANÁLISE DE UMA ESTRUTURA EM MADEIRA: CARAMANCHÃO

ANALYSIS OF A WOODEN STRUCTURE: ARBOW

ANÁLISIS DE UNA ESTRUCTURA EN MADEIRA: CARAMANCHÃO

José Emilio Paiva NÓBREGA[294]

Bruno Rafael PEREIRA[295]

Felipe de Oliveira SERAFIM[296]

Matheus Assis GOMES[297]

Heralty da Silva GALDINO[298]

Cátia Guaraciara Fernandes Teixeira ROSSI[299]

RESUMO

Este trabalho visa apresentar as características das estruturas em madeira para fins de lazer em uma residência situado em um lote privado de condomínio horizontal no município de Parnamirim-RN. A pesquisa tem caráter acadêmico, na qual buscou aplicar os conceitos da teoria de estruturas em um protótipo produzida em escala reduzida, utilizando resíduos oriundos da construção civil. Ao final do trabalho, os resultados foram relacionados com o modelo em escala real para comparativo das ações e carregamentos influenciados pela análise estrutural, na qual evidenciaram o desempenho da peça levantada e seu comportamento mecânico para atendimento a vida útil do imóvel.

Palavras-chave: Estruturas em madeira. Protótipo. Análise estrutural.

ABSTRACT

This work aims to present the characteristics of wooden structures for leisure purposes in a residence located in a private plot of horizontal condominium in the municipality of Parnamirim-RN. The research has an academic character, in which it sought to apply

[294] Discente de Engenharia Civil – UNICEUNA, (E-mail: emilioarq@live.com).
[295] Discente de Engenharia Civil – UNICEUNA, (E-mail: guillotbr@gmail.com).
[296] Discente de Engenharia Civil – UNICEUNA, (E-mail: fos.lindo@hotmail.com).
[297] Discente de Engenharia Civil – UNICEUNA, (E-mail: matheusgomes_a@hotmail.com).
[298] Discente de Engenharia Civil – UNICEUNA, (E-mail: heraltygaldino@gmail.com).
[299] Doutora em Química UFRN/2007, Mestre em Química UFRN/2003, Graduação em Química UFRN/2001, Docente Universitária nos Cursos de Engenharia Civil e Farmácia do UNICEUNA. (E-mail: catia_gua@yahoo.com.br).

the concepts of the theory of structures in a prototype produced on a reduced scale, using waste from civil construction. At the end of the work, the results were related to the full-scale model for comparison of the actions and loads influenced by the structural analysis, which showed the performance of the lifted part and its mechanical behavior to meet the useful life of the property.

Keywords: Structures in wood. Prototype. Structural analysis.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo presentar las características de las estructuras de madera para fines de ocio en una residencia ubicada en una parcela privada de condominio horizontal en el municipio de Parnamirim-RN. La investigación tiene un carácter académico, en la que buscó aplicar los conceptos de la teoría de estructuras en un prototipo producido a escala reducida, utilizando residuos de la construcción civil. Al finalizar el trabajo se relacionaron los resultados con el modelo a escala real para comparación de las acciones y cargas influenciadas por el análisis estructural, el cual mostró el desempeño de la parte levantada y su comportamiento mecánico para cumplir con la vida útil del inmueble.

Palabras clave: Estructuras en madera. Prototipo. Análisis estructural.

INTRODUÇÃO

"O desenvolvimento racional de projetos consiste na busca por soluções que atendam aos critérios arquitetônicos e construtivos da maneira mais econômica e segura possível. [...] A etapa de análise estrutural de projetos consiste na idealização e na avaliação matemática desses modelos. Para idealização de modelos deve-se considerar os seguintes fatores, [quadro abaixo]."[300]

Quadro 1 - Fatores para análise estrutural no modelo.

Condições de apoio ou vínculos	**Propriedades geométricas da seção transversal**
Propriedades físicas dos materiais	Carregamentos atuantes

FONTE: FONSECA [2019] adaptado por AUTOR [2023].

Para atribuir soluções em uma situação imposta pelas demandas da construção civil, o projetista de engenharia civil deve conciliar os aspectos da teoria de estruturas para decomposição de forças envolvidas no objeto, na qual poderá ser um caso novo (instalação, execução) ou reforma (reforço e alteração) buscando atender as condições

[300] FONSECA, 2019.

de segurança, estabilidade e desempenho sugerido pelas normas brasileiras vigente, de acordo com material proposto (madeira, aço, concreto, fibras, etc). Melo[301] aponta ainda que "A elaboração de um projeto arquitetônico deve considerar a interação com a estrutura. Na maioria dos casos isto é feito superficialmente pelo profissional. Para conceber um projeto consistente é necessário considerar o arranjo estrutural, assim como as dimensões das peças, mesmo que de forma aproximada, o que constitui o pré-dimensionamento, pois a estrutura pode interferir de maneira significativa na arquitetura". Nesse sentido, este trabalho pretende abordar um estudo de caso sobre as forças atuantes em uma estrutura de madeira (caramanchão), cuja função é servir de sombreamento para o publico visitante no setor de lazer em uma residência, implantada em um condomínio horizontal do município de Parnamirim-RN. A metodologia buscou elaborar um protótipo em escala 1/10 do modelo real, tendo sido adaptado com as principais características para comparativo do equilíbrio de forças incidente.

2. ANAMNESE

A região de implantação (figura 1) onde a estrutura de madeira foi executada, possui confrontação Norte com uma edificação de dois pavimentos e no lado oeste com Area ambiental permanente, sob controle militar (aeronáutica), na qual recebe forte influencia dos ventos do Oceano Atlântico, distante 4,2km em vetor linear aproximado.

Figura 1 - Planta de situação no bairro Parque Jiqui, Parnamirim-RN

FONTE: GOOGLE MAPS [2023] adaptado AUTOR [2023]

Figura 2 - Localização macro no Estado do Rio Grande do Norte

FONTE: GOOGLE MAPS [2023] adaptado por AUTOR.

2.1. GEOMETRIA DO MODELO

[301] MELO, 2013.

O modelo executado apresenta sistema pré-fabricado em madeira tipo 'jatobá', 02 longarinas 5x12cm; 14 transversinas 5x4cm; 04 apoios 15x12cm, onde cada coluna é formado por 2 perfis com união parafusada por 3 consolos equidistantes verticalmente. A altura maior igual a 2,50m e altura menor igual a 2,10m.

Figura 3 - Modelo executado no local.

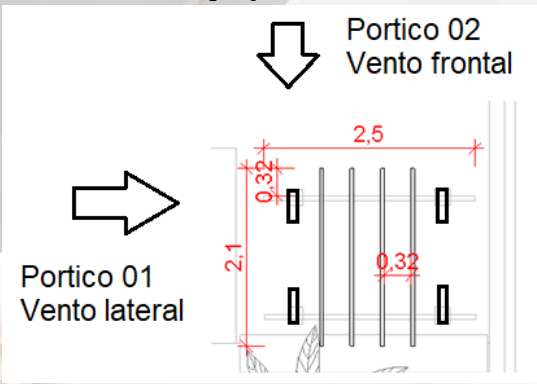
FONTE: AUTOR [2019]

A partir do modelo executado foram realizados algumas adaptações, tais como o afastamento da estrutura de madeira da alvenaria solidária; nivelamento da inclinação de transversinas na cobertura e uniformização das seções de colunas em unica área. Assim, o protótipo da estrutura 'caramanchão' obteve as dimensões 1,90 x 1,60m e altura 2,50m em escala real. O modelo reduzido possui 19 x 15cm e altura 25cm.

Figura 4 - Perspectiva do modelo projetado

FONTE: AUTOR [2023]

Figura 5 - Planta baixa do modelo projetado



FONTE: AUTOR [2023]

3. DIRETRIZES NORMATIVAS

O dimensionamento de estruturas em madeiras é fundamentado pela norma brasileira 7190 [1997] na qual prevê a verificação de algumas características das propriedades mecânicas, classe ambiental, classe de uso, da distribuição de tensões (compressão, tração e cisalhamento), instabilidade lateral do perfil (flexão), momento de inércia, ações variaveis, carregamentos permanentes, estados limite ultimo, estados

limite de serviço e controle do indice de esbeltez.

Dias[302] lembra que "Para ELU é necessário verificar a resistência das peças fletidas à compressão e tração paralelas as fibras, cisalhamento horizontal (paralelo as fibras), resistencia à compressão normal as fibras (apoios) e instabilidade lateral. Para ELS, a norma estipula verificações para atender aos critérios de deflexão (deformação excessiva e vibração)".

Figura 6 - Massa total do protótipo

FONTE: GRUPO [2023]

Ecs (folhosa, madeira jatobá)= 14.500 Mpa= 14,5 Gpa
Ecs (pinus, conífera)= 8500 Mpa= 8,5 Gpa
Umidade < 55%

Para o cálculo da força incidente dos ventos laterais até o limite geométrico de 2,50m da estrutura, a norma brasileira 6123 [1988] estabelece os parametros de superficie topográfica, faces da área de exposição e curva isopleta caracteristico sobre as regiões do Brasil. Assim, temos que:

Quadro 2 - Inferência média dos fatores de calculo para força devido aos ventos

Pórtico 01 (L=1,60m) e Pórtico 02 (L=1,90m)					
Vo	**S1**	**S2**	**S3**	**Vk**	**q=**
30,0m/s	1,0	0,36	1,0	10,92m/s	0,07 kn/m
F em nós (portico 01)			F em nós (pórtico 02)		
0,13 kn/m			0,27kn/m		

FONTE: ABNT NBR 6123 [1988] adaptado por GRUPO [2023]

As siglas do quadro acima referem-se a velocidade isopleta média, fator topográfico, nivel do solo, velocidade caracteristica (Vo.S1.S2.S3) e carga do vento, respectivamente.

4. RESULTADOS

Com auxilio da ferramenta computacional gratuita JWOOD [2005], foram verificadas as partes horizontais do protótipo de madeira separadamente, formado pelas

[302] DIAS, 2018.

Transversinas e Viga média. Para os apoios verticais, aplicou-se a verificação da resultante de forças formado pelo pórtico plano em duas faces.

Quadro 3 - Classes de resistência mecânica dos elementos rotulados em madeira

Elemento	Agressiv.	Classe	Kmod1	Kmod2	Kmod3	kmod
Transversina	4	C25	0,6	1,0	0,6	0,36
Viga media	5	D20	0,6	1,0	0,85	0,51

FONTE: Tabelas 4,5,7,8 NBR 7190 [1997] adaptado AUTOR [2023]

Segundo Dias[303] A agressividade informada pelo quadro acima refere-se as condições de uso da madeira; Para a classe 4, temos uso exterior sem contato com solo; Na classe 5, os perfis apresentam contato com solo, contato com água e engaste com alvenaria.

4.1. TRANSVERSINA

Dados geométricos da seção a ser calculada

Valor de Bc=0,2 **Raio de giro em x= √5333.33/160= 5,77cm**	Raio de giro em z= √853.33/160= 2,30cm **Área= Base*Altura** **Área= 8.00*20.00 cm²=160.00 cm²**

Verificação	Eixo x	Eixo y	Situação
Esbeltez de seção	**Λx=210.00/√(20.00²/12)= 36,37 < 40 (peça curta)**	Λy=210.00/√(8.00²/12)=90,93 < 140 (peça esbelta)	**ok**
Modulo de resistencia	Wx=8.00*20.00²/6=533,33 cm³	Wy= 20.00*8.00²/6=213,33 cm³	**ok**
Inércia	**8.00*20.00³/12=5333.33 cm4**	**20.00*8.00³/12=853.33 cm4**	**ok**
Tração	-	-	**160*0,5=80kn**
Compressão	Esb= 0,75	Esbeltez=1,88	**ok**
Combinação ELU	Qx=2,41kn/m	Qy=0,07kn/m	**ok**
Combinação ELS	Qx=1,72kn/m	Qy=0,01kn/m	**ok**
Momento max.	0,04 kN.m	1,33 kn.m	**ok**
Deformação	Δx= 1,668cm	Δy= 0.002	**ok**
Flexão	**1,668 >**	**0,70cm**	**210/300= 0,70**
Flambagem lat.	**26,25 <**	**45,27**	**ok**
Tensão obliqua	**0,5>**	**1,0**	**ok**
Tensão cisalha.	**0,02 >**	**0,1**	**ok**
Flexocompressão	**Mxd=1204=kn.cm**	**Myd=0,00kn.cm**	**0,03<1,0**

4.2. VIGA MÉDIA

Dados geométricos da seção a ser calculada

[303] DIAS, 2018, p. 68.

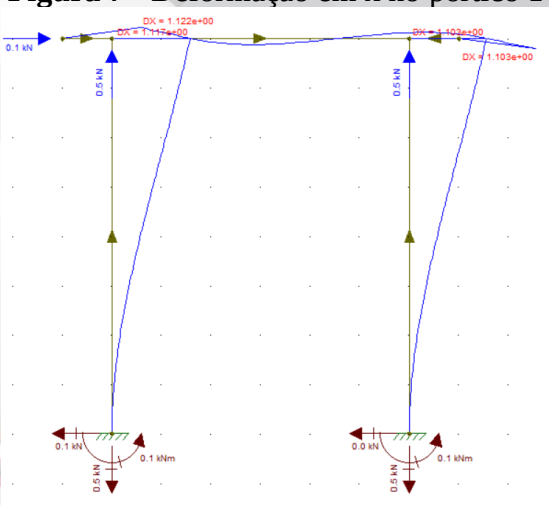
Valor de Bc= 0,2 **fc0k: 30 Mpa** **fv0k: 5 Mpa**	**Ec0m: 14500 Mpa** **P aparente: 800 kg/m³** **Área= 10.00*30.00 cm²=300.00 cm²**

Verificação	Eixo x	Eixo y	Situação
Esbeltez de seção	**Λx=250.00/√(30.00²/12)= 28,87 < 40 (peça curta)**	Λy=250.00/√(10.00²/12)=86,6 0 < 140 (peça esbelta)	**ok**
Modulo de resistencia	Wx=10.00*30.00²/6=1500 cm³	Wy= 30.00*10.00²/6=500 cm³	**ok**
Inércia	**10.00*30.00³/12=22500.00 cm4**	**30.00*10.00³/12=2500.00 cm4**	**ok**
Tração	-	-	**300*0,85=255kn**
Compressão	Esb= 0,50	Esbeltez=1,50	**ok**
Combinação ELU	Qx=14,64kn/m	Qy=0,08kn/m	**ok**
Combinação ELS	Qx=10,46kn/m	Qy=0,0kn/m	**ok**
Momento max.	11,44 kN.m	0-	**ok**
Deformação	Δx= 2,87cm	Δy= 0.000	**ok**
Flexão	**2,87 >**	**0,83cm**	**250/300= 0,83**
Flambagem lat.	**25,0 <**	**55,11**	**ok**
Tensão obliqua	**1,05>**	**1,0**	**ok**
Tensão cisalha.	**0,06 >**	**0,16**	**ok**
Flexocompressão	**Mxd=8,71=kn.cm**	**Myd=0,00kn.cm**	**0,11<1,0**

4.3. REAÇÕES E DEFORMAÇÃO NO PÓRTICO VERTICAL

Aplicando a hiperestática dos corpos rígidos, segundo PUC-RJ[304] temos que:

Figura 7 - Deformação em x no pórtico 1



FONTE: GRUPO, 2023

∑Fx=0

∑Fy=0; Ra+Rb=1,02kn

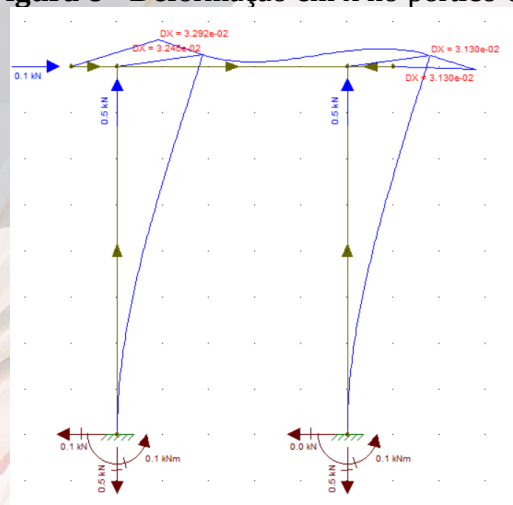
∑M1=0

-1,02x0,8+1,6Rb=0

Rb=0,8/1,6=0,51kn

Vento lateral/ Dx=1,12mm

Figura 8 - Deformação em x no pórtico 02



FONTE: GRUPO, 2023

∑F=0

∑Fy=0; Ra+Rb=1,05kn

∑M2=0

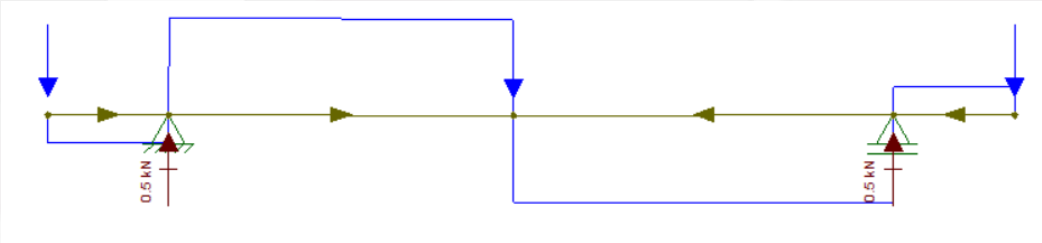
-1,05x0,95+1,9Rb=0

Rb=0,95/1,9=0,52kn

Vento frontal/ Dx= 3,29mm

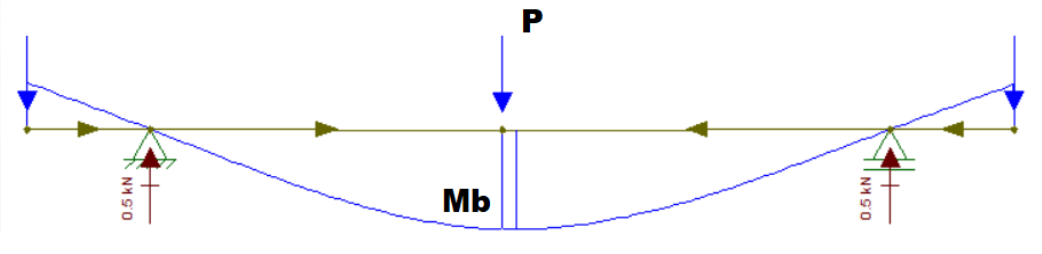
[304] PUC-RJ, 2018.

Figura 9 - Diagrama de esforço cortante



FONTE: PUC-RJ [2018] adaptado por GRUPO [2023]

Figura 10 - Diagrama de momento fletor



FONTE: PUC-RJ [2018] adaptado por GRUPO [2023]

Quadro 4 - Esforços e carregamento entre os pórticos

Pórtico	Ações		P (kn/m)	MB = p.l² /2 (kN.m)
01 (L=1,6m)	permanente	gk	1,02	1,30
	Vento lateral	wk	0,07	0,09
	variável	qk	1,3	1,098
02 (L=1,9m)	permanente	gk	1,04	1,87
	Vento frontal	wk	0,07	0,12
	variável	qk	1,3	2,346

FONTE: DIAS [2018] adaptado por GRUPO [2023]

4.4. SEÇÕES TRANSVERSAIS DE MADEIRA SERRADA

As dimensões levantadas nas peças da transversina e viga média, mostraram baixo desempenho para alguns aspectos em função das condições instaladas; Após validação do calculo, os perfis avaliados enquadraram conforme quadro abaixo.

Quadro 5 - Nomenclaturas e seções transversais de madeira serrada

Nomenclatura	Espessura (mm)	Largura (mm)	Perfis avaliados
Pranchão	> 70	>200	8x20; 8 x 25cm; 10 x 30cm
Prancha	40 – 70	>200	12 x 45cm
Viga	> 40	110-200	
Vigota	40-80	80-110	
Caibro	40-80	50-80	
Tábua	10-40	>100	
Sarrafo	20-40	20-100	
Ripa	>20	>100	

Dormente	160-170	220-240
Pontalete	75	75
Bloco	Variavel	Variavel

FONTE: ABNT NBR 7203 [1982] *apud* DIAS [2018] adaptado por GRUPO [2023]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto sobre a análise estrutural das peças pré-fabricadas em madeira tipo 'pinus' e 'jatobá', pode-se concluir que a estrutura garantiu condições de equilíbrio pelo somatório de forças envolvidas. A deformação dada pela pressão dos ventos atingiu valores de 0,11 e 0,32cm respectivamente para os pórticos 01 (vento lateral) e pórtico 02 (vento frontal). O maior deslocamento foi verificado em decorrência do posicionamento dos pilares, cujo alinhamento é paralelo ao sentido mais vulnerável dos ventos sobre o protótipo. Os resultados dos esforços apresentaram tendencia de giro e abertura de flecha ao longo da vida útil, em função de vibrações pelos nós.

REFERENCIAS

ABNT, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 7190: Projeto de estruturas em madeira**. Rio de Janeiro, 1997;

_____. **NBR 6123: Forças devido ao vento**. Rio de Janeiro, 1988;

DIAS, João Miguel Santos. **Estruturas de madeira**. Ed. 2B educação; Salvador, 2018;

FONSECA, Yasmin Fortes. **Análise estrutural**. Ed. 2B educação; Salvador, 2019;

GOOGLE MAPS. **Bairro Parque Jiqui, Condominio Bosque dos Pássaros**. Acesso em 20 de maio 2023. Disponível em <https://www.google.com/maps/@-5.9089978,-35.1805381>, 2023;

JWOOD. **Lançamento do Jwood**. Acesso em 19 de maio 2023. Disponivel em <http://www.etools.upf.br/index.php?option=com_content&task=view&id=42&Itemid=4>. Passo fundo, 2005;

MELO. P.R. **Pré-dimensionamento de estruturas de madeira, de aço e de concreto para auxilio à concepção de projetos arquitetônicos**. Qualificação de mestrado, UFU. acesso em 22 de maio 2023; Disponivel em <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/14186/1/Paula%20Rodrigues.pdf>; Uberlândia, 2013;

PUC-RJ. **Download de software Ftools 4.0**. Acesso em 06 de maio 2023, disponível em <http://webserver2.tecgraf.puc-rio.br/ftool> Rio de janeiro, 2018.

ANÁLISE DE UMA ESTRUTURA: PONTE EM MADEIRA

ANALYSIS OF A STRUCTURE: WOODEN BRIDGE

ANÁLISIS DE UNA ESTRUCTURA: PUENTE DE MADERA

José Emilio Paiva NÓBREGA[305]

Bruno Rafael PEREIRA[306]

Felipe de Oliveira SERAFIM[307]

Matheus Assis GOMES[308]

Heralty da Silva GALDINO[309]

Alba Cesanna Coutinho ROCHA[310]

RESUMO

Este trabalho visa apresentar as características das estruturas em madeira para viabilidade de uma ponte situado no trecho final da rodovia estadual RN-402, cuja finalidade é servir de travessia para fornecedores a propriedade de beneficiamento salineiro na zona rural do município de Galinhos-RN. A pesquisa tem caráter acadêmico, na qual buscou aplicar os conceitos da teoria de estruturas em um protótipo produzido em escala reduzida, utilizando resíduos oriundos da construção civil. Ao final do trabalho, os resultados foram relacionados com o modelo em escala real para comparativo das ações e carregamentos influenciados pela análise estrutural, que por sua vez evidenciaram o desempenho da peça levantada e seu comportamento mecânico para atendimento a vida útil da superestrutura.

Palavras-chave: Estruturas em madeira. Protótipo. Análise estrutural.

ABSTRACT

This work aims to present the characteristics of the wooden structures for the viability of a bridge located in the final stretch of the state highway RN-402, whose purpose is to serve as a crossroads for suppliers to the salt property in the rural area of El

[305] Discente de Engenharia Civil – UNICEUNA, (E-mail: emilioarq@live.com).
[306] Discente de Engenharia Civil – UNICEUNA/2023, (E-mail: guillotbr@gmail.com).
[307] Discente de Engenharia Civil – UNICEUNA, (E-mail: fos.lindo@hotmail.com).
[308] Discente de Engenharia Civil – UNICEUNA, (E-mail: matheusgomes_a@hotmail.com).
[309] Discente de Engenharia Civil – UNICEUNA, (E-mail: heraltygaldino@gmail.com).
[310] Mestrado em Engenharia Civil – UFRN/2016. Graduação em Engenharia Civil – UNP/2003. (E-mail: eng.albarocha@hotmail.com).

municipality of Galinhos-RN. The research has an academic nature, in which it sought to apply the concepts of structure theory in a prototype produced on a reduced scale, using civil construction waste. At the end of the work, the results were related to the full-scale model for comparison of the actions and loads influenced by the structural analysis, which in turn showed the performance of the raised part and its mechanical behavior to comply with the useful life of the superstructure

Keywords: Structures in wood. Prototype. Structural analysis.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo presentar las características de las estructuras de madera para la viabilidad de un puente ubicado en el tramo final de la carretera estatal RN-402, cuyo propósito es servir de cruce de proveedores a la propiedad salinera en la zona rural de el municipio de Galinhos-RN. La investigación tiene un carácter académico, en la que buscó aplicar los conceptos de la teoría de estructuras en un prototipo producido a escala reducida, utilizando residuos de la construcción civil. Al finalizar el trabajo se relacionaron los resultados con el modelo a escala real para comparación de las acciones y cargas influenciadas por el análisis estructural, que a su vez mostró el desempeño de la parte levantada y su comportamiento mecánico para cumplir con la vida útil de la superestructura

Palabras clave: Estructuras en madera. Prototipo. Análisis estructural.

INTRODUÇÃO

Vieira[311] "A construção civil divide-se em três subsetores: edificações, responsável pela construção de edifícios; construção pesada, que objetiva a construção de infraestrutura de transportes, energia, telecomunicações e saneamento; e montagem industrial, responsável pela montagem de estruturas metálicas nos vários setores industriais, sistemas de geração de energia, de comunicações e de exploração de recursos naturais". A mobilidade na logística de insumos atrai investimentos nos setores da economia através do beneficiamento de matéria-prima que será comercializada entre as empresas ao seu publico final, onde o principal protagonista são as vias de ligação (ruas e estradas) recebendo boa parte o escoamento da produção através de caminhões e utilitários. Os desafios para execução das obras de arte especial, de caráter público ou privado, exigem boa capacidade de coordenação da equipe de engenharia para

[311] VIEIRA, 2006.

viabilidade da estrutura a ser incorporada, com níveis de otimização e racionalidade ofertado pelo canteiro de obras provisório.

A exemplo do material concreto armado, têm-se a mobilidade dos agregados finos e graúdos; tempo de preparo, adensamento e lançamento; aspectos climáticos e período de cura para receber os carregamentos propostos. A mão de obra é mais restrita, por outro lado na adoção do sistema por madeira pré-fabricada (perfil serrado) os cuidados devem ser ampliados com a chegada do material para estocagem, içamento e montagem. Envolve mais pessoal e equipamentos em virtude da segurança no trabalho. Na medida que as peças vão sendo preenchidas nos apoios, o risco de descolamento é alto e implica em medidas de controle coletivas como escoramentos e contraventamentos.

Para atribuir soluções em uma situação imposta pelas demandas da construção civil, o projetista de engenharia civil deve conciliar os aspectos da teoria de estruturas para decomposição de forças envolvidas no objeto, na qual poderá ser um caso novo (instalação, execução) ou reforma (reforço e alteração) buscando atender as condições de segurança, estabilidade e desempenho sugerido pelas normas brasileiras vigente, de acordo com material proposto (madeira, aço, concreto, fibras, etc). Junior[312] "A resistência da madeira, o baixo peso e o baixo consumo energético para a sua produção e processamento são propriedades essenciais. Ela é capaz de suportar sobrecargas de curta duração sem efeitos nocivos. [...], grandes peças de madeira têm boa resistência ao fogo, e até melhores que outros materiais estruturais em condições severas de exposição ao fogo. Do ponto de vista econômico, a madeira é competitiva com outros materiais com base em custos iniciais, e apresenta vantagens quando se analisa economicamente em longo prazo".

Nesse sentido, este trabalho pretende abordar um estudo de caso sobre as forças atuantes em uma ponte de madeira, cuja função é servir de passagem privada em uma estrada vicinal, cujo trecho há um córrego intermitente de água salgada até uma indústria salineira, implantada em uma enseada da zona rural do município de Galinhos-RN. A metodologia buscou elaborar um protótipo físico em escala 1/10 e validado por modelo geométrico virtual para comparativo do equilíbrio de forças, além de outras interpretações analíticas quanto o seu desempenho.

[312] JUNIOR *et al* 2006.

2. ANAMNESE

A região de implantação onde a estrutura de madeira foi simulada, possui confrontação com fazendas privativas de extrativismo salineiro, na qual situa-se em uma enseada banhado pelo Oceano Atlântico, distante 600m do trecho assinalado pela figura 1 em vetor linear ao norte. A distancia projetada para vencer o córrego salineiro é de 21,0m sendo 11,0m equivalente ao percurso aquático e duas transições de 5,0m. A profundidade é de 1,80m no período chuvoso e 1,30m na estiagem local.

Figura 11 - Trecho final da rodovia RN-402 no município de Galinhos-RN

FONTE: GOOGLE MAPS [2023] adaptado AUTOR [2023]

Figura 12 - Localização macro no Estado do Rio Grande do Norte

FONTE: GOOGLE MAPS [2023] adaptado por AUTOR.

2.1. GEOMETRIA DO MODELO

O modelo projetado é formado dois encontros; 01 mesoestrutura; 01 superestrutura; O tabuleiro receberá pavimentação asfáltica para facilitar o escoamento pluvial aos condutores perimetrais. Possui altura interna livre de 2,50m e altura externa medindo 3,10m (piso-guarda corpo). A infraestrutura concebido em estacas pré-fabricadas, com elementos ‘dolphin’ protetores.

Figura 13 - Montagem inicial do protótipo físico

FONTE: AUTOR [2019]

O modelo simulado permitiu estabelecer algumas diretrizes sobre uma das soluções para atender o vão livre de 11,00m sobre o córrego de água salgada (figura 4), optou-se pela divisão de longarinas em duas partes medindo 3,70m e 4,30m (8,0m); Mesoestrutura com 70cm em madeira. O conjunto global foi revestido com uma fina camada de concreto como um dos critérios de prevenção da madeira; O cálculo posterior foi baseado em unica via de rodagem, considerando o fluxo limitado de veículos na estrada vicinal privativa.

Figura 14 - Trecho com acesso pela RN-402 a propriedade salineira e córrego ao fundo no período de estiagem.

FONTE: GOOGLE MAPS [2023] adaptado AUTOR [2023]

3. DIRETRIZES NORMATIVAS

O dimensionamento de estruturas em madeiras é fundamentado pela norma brasileira 7190 [1997] na qual prevê a verificação de algumas características das propriedades mecânicas, classe ambiental, classe de uso, da distribuição de tensões (compressão, tração e cisalhamento), instabilidade lateral do perfil (flexão), momento de inércia, ações variáveis, carregamentos permanentes, estados limite ultimo, estados limite de serviço e controle do índice de esbeltez.

Dias[313] lembra que “Para ELU é necessário verificar a resistência das peças fletidas à compressão e tração paralelas as fibras, cisalhamento horizontal (paralelo as fibras), resistência à compressão normal as fibras (apoios) e instabilidade lateral. Para ELS, a norma estipula verificações para atender aos critérios de deflexão (deformação excessiva e vibração)”.

Ecs (folhosa, madeira jatobá)= 14.500 Mpa= 14,5 Gpa

[313] DIAS, 2018.

Ecs (pinus, conífera)= 8500 Mpa= 8,5 Gpa

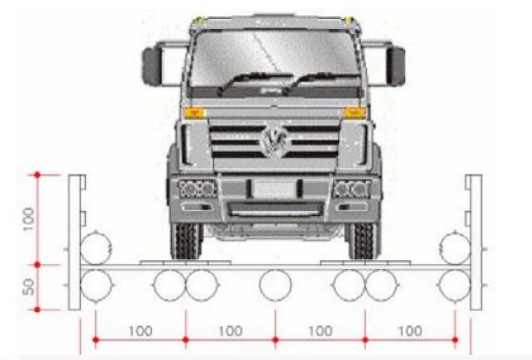
Umidade ambiente < 55%; Umidade de equilibrio= 12% (classe 1)

Figura 15 - Montagem do protótipo

FONTE: GRUPO [2023]

De acordo com JUNIOR[314] as etapas do dimensionamento para pontes de madeira roliça ou serradas, após a Definição da geometria o projetista deve classificar a estrutura (2) quanto o trem tipo (classe 30, 45, 60) na qual ela foi idealizada para servir de passagem. (3) Definir a classe de resistencia da madeira e seu tipo (coníferas, folhosas) proposto pela NBR 7190; (4) Estimar as cargas permanente, variavel e acidental; (5) Posicionamento crítico do trem tipo para dimensionar as longarinas; (5) Realizar o cálculo dos esforços máximos (reações nos apoios, momento e cortantes); Avaliar a flecha máxima incidente e propor soluções de neutralização; (6) Realizar as combinações de ações (ELU; ELS); (7) Comparar os resultados analíticos com a tabela comercial de seções.

Figura 16 - Posição do veiculo-tipo sobre rodeiro do tabuleiro



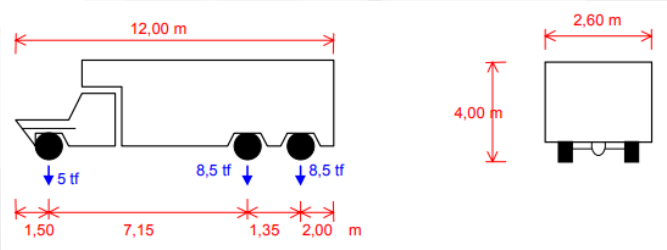
FONTE: JUNIOR *et al* [p.95;2006] adaptado GRUPO [2023]

[314] JUNIOR *et al*. 2006, p. 94.

3.1. DEFINIÇÃO DO TREM-TIPO

Segundo Junior[315], As pontes [rodoviárias] são divididas em três classes, 12 tf (pesando 120 Kn), 30 tf (pesando 300kn) e 45 tf (pesando 450kn).

Figura 17 - Trem-tipo classe 30 tf, 3 eixos, adotado no modelo



FONTE: JUNIOR et al [p.32; 2006] adaptado GRUPO [2023]

3.1.1. Efeito dinâmico do impacto vertical

Junior[316] é considerado uma ação de curta duração, sobre as cargas móveis verticais deve-se multiplicar com a equação: $\phi=1+ (\alpha/ 40 + L)$ onde, L representa o vão téorico do tramo (pontes em viga) ou o menor vão (ponte em placa); $\alpha=20$ (revestimento em madeira); $\alpha=12$ (revestimento em asfalto e concreto). Assim, $\phi= 1+(12/40 +4)= 1,272$

3.1.2. Efeito da força longitudinal

F long > 5% (q total + trem tipo); 30% (veiculo tipo)

F> (5% . 98,6+300kn)=19,93 kn; F> 30%.300=90 kn

3.2. EMPUXO DA ÁGUA

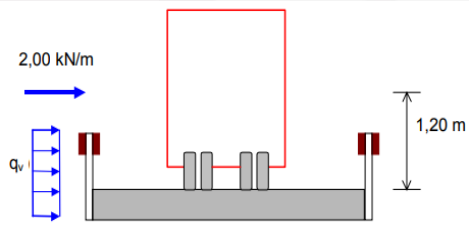
$V=Q/A$; $V=1000m^3/s/8,8m^2= 113,63m/s$; $P= k.v^2$; P= 0,71 (coeficiente de seção retangular dos pilares) x $(113,63)^2=9168,38$ kn/m²

[315] JUNIOR *et al*. 2006, p. 29.
[316] JUNIOR *et al*. 2006, p. 35.

3.3. FORÇA DOS VENTOS

Para o cálculo da força incidente dos ventos laterais até o limite geométrico de 3,10m da estrutura, a norma brasileira 6123 [1988] estabelece os parâmetros de superficie topográfica, faces da área de exposição e curva isopleta caracteristico sobre as regiões do Brasil. Assim, temos que:

Figura 18 - Vento sobre veículo



FONTE: JUNIOR *et al* [p.35;2006] adaptado GRUPO [2023]

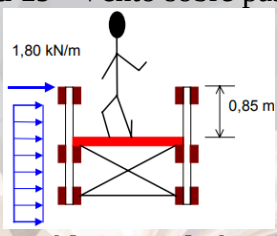
Quadro 6 - Inferência média dos fatores de calculo para força devido aos ventos

Pórtico 01 (L=9,0m) e Pórtico 02 (L=4,0m)					
Vo	**S1**	**S2**	**S3**	**Vk**	**q=**
30,0m/s	1,0	0,37	1,0	11,21m/s	0,08 kn
F em nós (portico 02)			F em nós (pórtico 01)		
0,28 kn/m			1,84kn/m		

FONTE: ABNT NBR 6123 [1988] adaptado por GRUPO [2023]

As siglas do quadro acima referem-se a velocidade isopleta média, fator topográfico, nivel do solo, velocidade caracteristica (Vo.S1.S2.S3) e carga do vento, respectivamente. Junior[317] aponta que a carga deve ser adotado em q= 2kn.

Figura 19 - Vento sobre passarela



FONTE: JUNIOR et al [p.35;2006] adaptado GRUPO [2023]

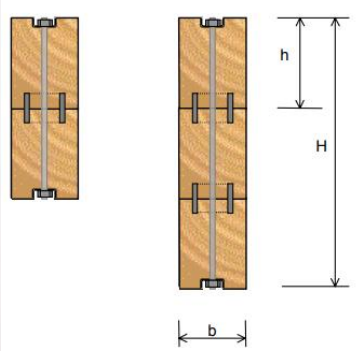
3.4. LEVANTAMENTO DE CARGAS

Junior[318] "As pontes em viga de peças serradas compostas tem a função básica de aumentar a rigidez dos elementos seguindo os mesmos principios de montagem da associação de toras (parafusos passantes e tarugos) mas com vantagens de possuírem

[317] JUNIOR *et al*. 2006.
[318] JUNIOR *et al*. 2006, p. 45.

maior área de contato, linearidade e resistências." As cargas são permanentes, variaveis, acidentais e excepcionais.

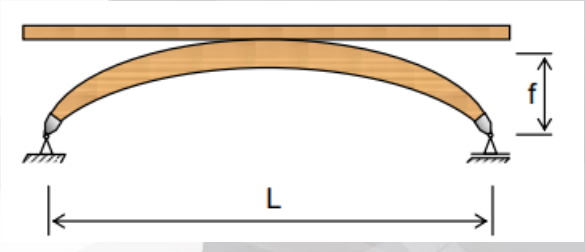
Figura 20 - Seção de vigas compostas



FONTE: JUNIOR et al [p.46;2006]

A adoção de elementos em arco sugerem uma das opções de minimização dos esforços e dissipação de tensões concentradas pelo tabuleiro (superestrutura). Junior[319] reforça que "[...] as altas solicitações oriundas da flexão que ocorreriam em vigas passam a atuar em escala menor nos arcos onde predominam as tensões de compressão. Outro fator é a estética proporcionada, [...] praticamente, ícones destas estruturas."

Figura 21 - Pórtico em arco

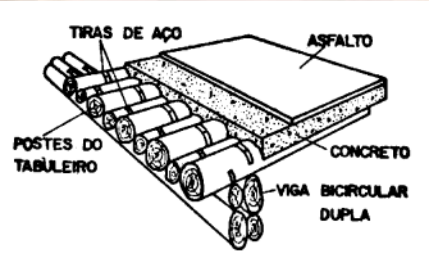


FONTE: JUNIOR *et al* [p.49;2006]

Figura 22 - Exemplo de pontes em arco

FONTE: JUNIOR *et al* [p.49;2006]

Figura 23 - Detalhe de tabuleiro formado por madeira e concreto;



FONTE: JUNIOR *et al* [p.59;2006]

A) Permanentes:

Pavimento asfalto=88kn; Guarda roda= 1kn; Defensas=9,6kn (D=25,4mm); Solo=1,5kn

B) Variáveis:

Vento=2kn; Água=136,67kn.

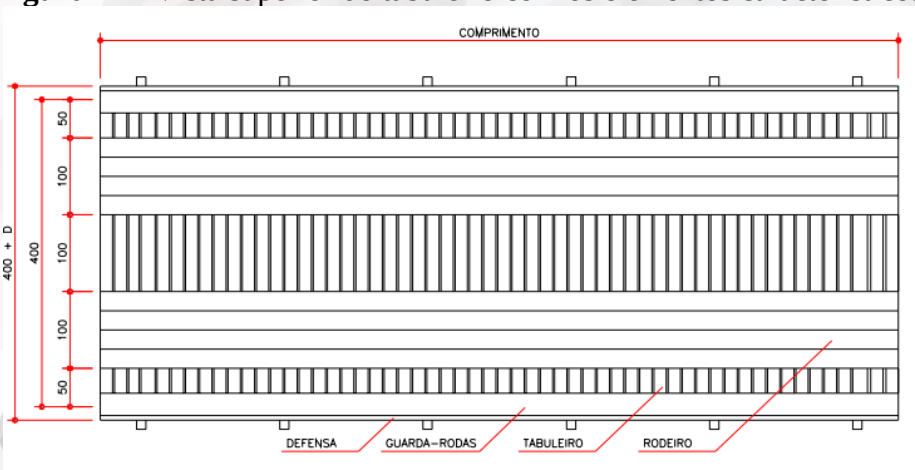
C) Acidental:

Trem-tipo= 300kn; Calçada=96kn

[319] JUNIOR *et al*. 2006, p. 49.

O estudo de fundações deve englobar além da infraestrutura comum das cargas permanentes transmitidas pela superestrutura e mesoestrutura, os encontros laterais apresentam outro tipo de obra para contenção do solo por meio de muros, estruturas corridas por paredes verticais, blocos de gabião, terra armada, contra-fortes e 'crib-wall' pré-fabricados. Os tipos de fundações mais usuais em pontes de madeira além dos citados, temos os muros de concreto sobre estacas em madeira ou concreto armado, na qual a transmissão de cargas deve esta acompanhado do levantamento geotécnico para conhecimento da camada rígida mais próxima. Junior[320].

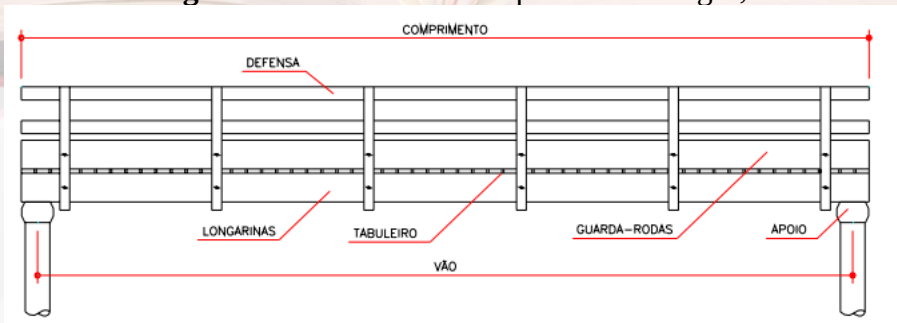
Figura 24 - Vista superior do tabuleiro com os elementos característicos



FONTE: JUNIOR *et al* [p.93;2006]

O posicionamento do trem-tipo ocorrerá em única faixa de rodagem para o contexto adotado em uma estradal vicinal. O exemplo da figura acima apresenta uma ponte unicamente montada em madeira por peças roliças e serradas. A figura abaixo apresenta o vão livre sobre pórtico entre dois apoios, as longarinas principais serão especificadas mediante análise da flecha mínima e hipóteses de cálculo.

Figura 25 - Vista lateral da ponte sobre vigas;



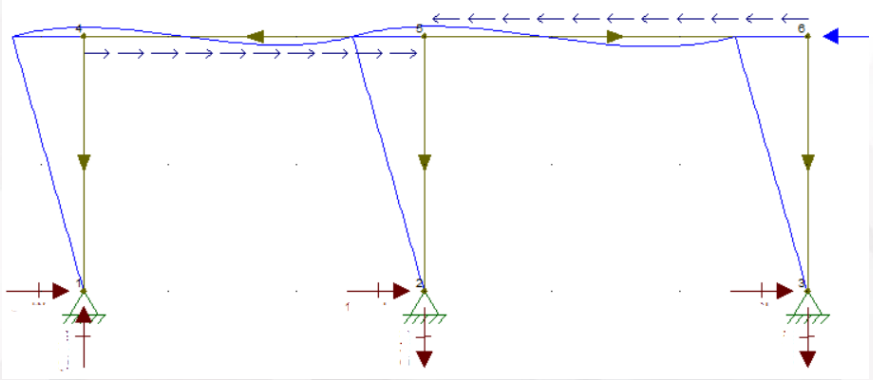
FONTE: JUNIOR *et al* [p.93;2006]

[320] JUNIOR *et al*. 2006, p. 49.

3.5. REAÇÕES E DEFORMAÇÃO NO PÓRTICO VERTICAL

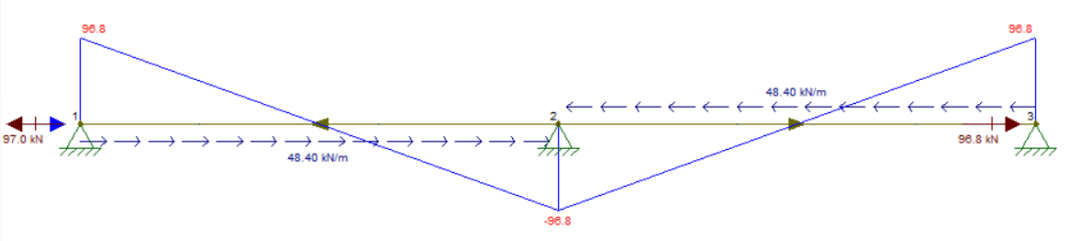
Aplicando a hiperestática dos corpos rígidos, segundo PUC-RJ [2018] temos que:

Figura 26 - Deformação (vento lateral) no pórtico 1, em x =4,68mm;



FONTE: PUC-RJ [2018] adaptado por GRUPO, 2023

Figura 27 - Diagrama de momento no pórtico 1;



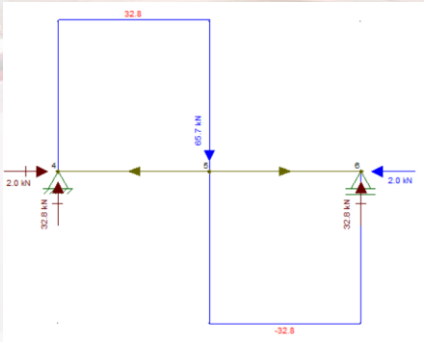
FONTE: PUC-RJ [2018] adaptado por GRUPO [2023]

Quadro 7 - Esforços e carregamento no pórtico 01

Pórtico	Ações		P (kn/m)	MB = p.l² /2 (kN.m)
01 (L=9,0m)	permanente	gk	96,7	3920
	Vento lateral	wk	2,0	81
	variável	qk	1,3	52,95

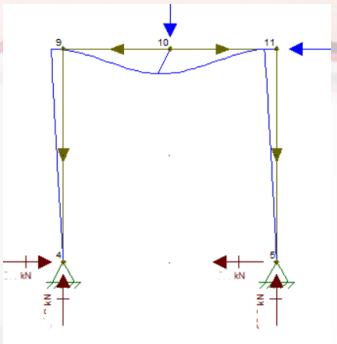
FONTE: DIAS [2018] adaptado por GRUPO [2023]

Figura 28 - Cortante no portico 2



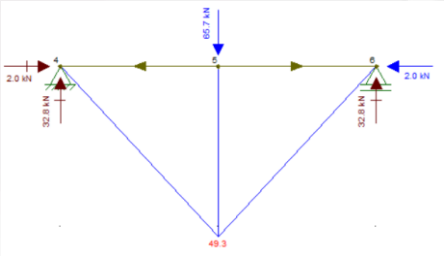
FONTE: GRUPO [2023]

Figura 29 - Deformação no pórtico 2, em x=5,04mm



FONTE: GRUPO, 2023

Figura 30 - Diagrama de momento no pórtico 2



FONTE: GRUPO [2023]

Quadro 8 - Esforços e carregamento no pórtico 02

Pórtico	Ações		P (kn/m)	MB = p.l² /2 (kN.m)
02 (L=4,0m)	permanente	gk	65,73	525,84
	Vento frontal	wk	0,28	2,24
	variável	qk	1,3	10,4

FONTE: DIAS [2018] adaptado por GRUPO [2023]

Figura 31 - Vista sudeste do portico 01 (9,0m)

FONTE: GRUPO [2023]

Figura 32 - Vista noroeste no sentido do portico 02 (4,0m)

FONTE: GRUPO [2023]

A figura 21 apresenta a simulação de dois pórticos com dupla faixa de rodagem, sendo um trem-tipo em cada, defensas laterais e central. Esta situação favorece melhor rigidez a superestrutura, contudo as premissas de cálculo buscaram exemplificar a situação mais desfavorável através do lançamento de um pórtico transversal medindo 4,0m.

4. RESULTADOS

Com auxilio da ferramenta computacional Jwood[321], foram verificadas as partes horizontais de uma Transversina e longarina, na qual apresentam valores pontuais da oscilação e limites de flecha.

[321] JWOOD, 2005.

Quadro 9 - Classes de resistência mecânica dos elementos rotulados em madeira

Elemento	Agressiv.	Classe	Kmod1	Kmod2	Kmod3	kmod
Transversina	4	C50	0,6	1,0	0,6	0,36
Longarina	5	C50	0,6	1,0	0,95	0,57

FONTE: Tabelas 4,5,7,8 NBR 7190 [1997] adaptado AUTOR [2023]

Segundo Dias[322] A agressividade informada pelo quadro acima refere-se as condições de uso da madeira; Para a classe 4, temos uso exterior sem contato com solo; Na classe 5, os perfis apresentam contato com solo, contato com água e engaste com alvenaria.

4.1. TRANSVERSINA

Dados geométricos da seção a ser calculada

Valor de Bc=0,2	**Comprimento= 210.00 cm** **Área= Base*Altura** **Área= 8.00*20.00 cm²=160.00 cm²**

Verificação	Eixo x	Eixo y	Situação
Esbeltez de seção	**Λx=210.00/√(20.00²/12)=36,37 < 40 (peça curta)**	Λy=210.00/√(8.00²/12)= 90,93 < 140 (peça esbelta)	**ok**
Modulo de resistência	8.00*20.00²/6=533.33 cm³	20.00*8.00²/6=213.33 cm³	**ok**
Inércia	**8.00*20.00³/12=5333.33 cm4**	**20.00*8.00³/12=853.33 cm4**	**ok**
Tração	-	-	**160*0,50=80kn**
Compressão	Esb= 0,75	Esbeltez=1,88	**ok**
Combinação ELU	Qx=2,41kn/m	Qy=0,07kn/m	**ok**
Combinação ELS	Qx=1,72kn/m	Qy=0,01kn/m	**ok**
Momento max.	0.08*3.50²/8=0,122 kN.m	0.08*3.70²/8=0.136 kN.m	**ok**
Deformação	Δx= 1,668cm	Δy= 0.002	**ok**
Flexão	**1,668 >**	**0,7cm**	**210/300= 0,70cm**
Flambagem lat.	**26,25 <**	**1,0**	**ok**
Tensão obliqua	**0,5>**	**1,0**	**ok**
Tensão cisalha.	**0,02 >**	**0,1**	**ok**
Flexocompressão	**Mxd=1204=kn.cm**	**Myd=0,00kn.cm**	**0,03<1,0**

4.2 LONGARINA

Dados geométricos da seção a ser calculada

[322] DIAS, 2018, p. 68.

Valor de Bc= 0,2 **fc0k: 30 Mpa** **fv0k: 5 Mpa** **Ec0m: 14500 Mpa** **P aparente: 800 kg/m³**	**Base= 10.00 cm** **Altura= 02 perfis de 27,5cm** **Comprimento= 250.00 cm** **Área= Base*Altura** **Área= 10.00*55.00 cm²=550.00 cm²**

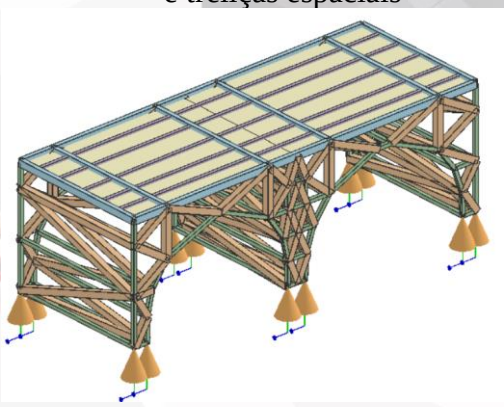
Verificação	Eixo x	Eixo y	Situação
Esbeltez de seção	**Λx=370.00/√(10.00²/12)= 23.30 < 40 (peça curta)**	Λy=250.00/√(10.00²/12) =128.17 < 140 (peça esbelta)	**ok**
Modulo de resistencia	**Wx=**10.00*55.00²/6=5041.67 cm³	Wy= 55.00*10.00²/6=916.67 cm³	**ok**
Inércia	**10.00*55.00³/12=138645.83**	**55.00*10.00³/12=4583.33 cm4**	**ok**
Tração	**-**	**-**	**550*0,95=552,5kn**
Compressão	Esb= 0,40	Esbeltez=2,22	**ok**
Combinação ELU	Qx=85,90kn/m	Qy=0,08kn/m	**ok**
Combinação ELS	Qx=61.36kn/m	Qy=0,02kn/m	**ok**
Momento max.	0.08*3.50²/8=0,122 kN.m	0.08*3.70²/8=0.136 kN.m	**ok**
Deformação	Δx= 39.528	Δy= 0.000	**ok**
Flexão	**1,23 >**	**1,17cm**	**350/300= não**
Flambagem lat.	**37,0 <**	**31,82**	**não**
Tensão obliqua	**6,57>**	**1,0**	**não**
Tensão cisalha.	**0,29 >**	**0,18**	**não**
Flexocompressão	**Mxd=75,67=kn.cm**	**Myd=0,00kn.cm**	**0,75<1,0**

Quadro 10 Análise de flechas nos perfis de madeira serrada

Pórtico 1A	Pórtico 1B	Pórtico 2
L/360= 370/360=1,02cm	4400/360=1,22cm	400/360=1,11cm

FONTE: NBR 7190 [1997]

Figura 33 - Isométrico[323] de ponte em arco e treliças espaciais



FONTE: GRUPO [2023]

Figura 34 - Massa do protótipo

FONTE: GRUPO [2023]

A validação de flechas mostrou baixo desempenho com o uso de perfis simples no protótipo da ponte sobre vigas, com isso pode-se optar pelo sistema misto através

[323] Analise de modelo utilizando STRUCTURAL BRIDGE DESIGN [2023].

dos perfis compostos de perfis serrados e treliças espaciais em cada elemento da figura ao lado (escoras, contravento e pendurais). Este levantamento dos esforços parciais foi realizado pelo diagrama de corpo livre.

R1.a= 7,4 kn

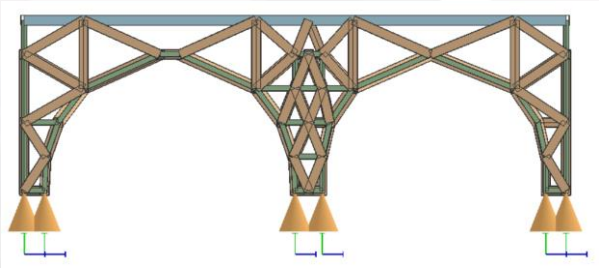
R1.b= 3,5 kn

R1.c=10,9kn

Flecha= 133/360= 0,369cm

Deformação em x= 1,47mm; 3,00mm e 2,67mm

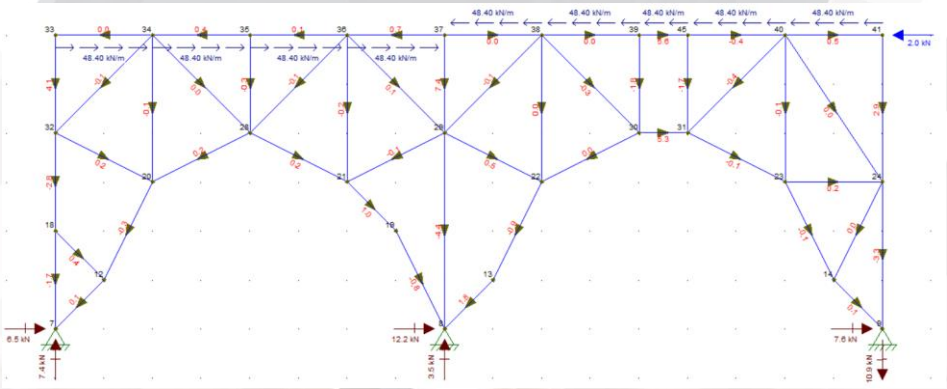
Figura 35 - Reforço estrutural no pórtico 01



FONTE: GRUPO [2023]

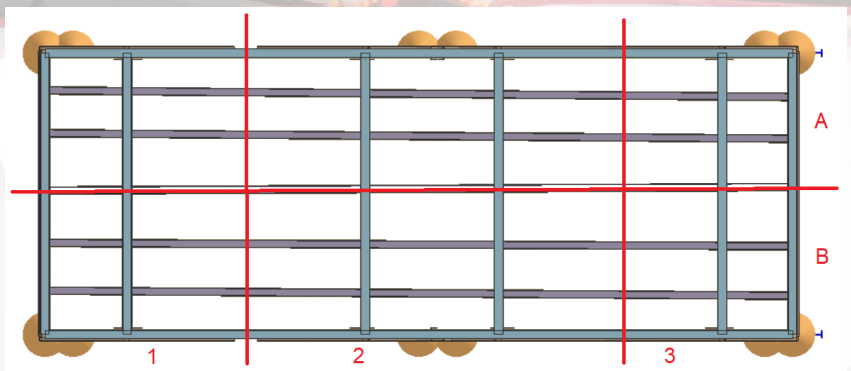
Durante a confecção do protótipo em escala 1/ 10, o modelo foi baseado em experiência interpessoal do grupo sem o planejamento inicial da geometria e seções pré-dimensionadas para pranchas simples sobre vão livre. A massa global do pórtico estrutural 5856g conforme trecho da figura 24 acima.

Figura 36 - Decomposição de forças no pórtico 01



FONTE: GRUPO [2023]

Figura 37 - Vista superior do tabuleiro e divisão das áreas de influência para carregamentos



FONTE: GRUPO [2023]

Quadro 11 - Distribuição do peso unitário real e agrupamento por área de influência

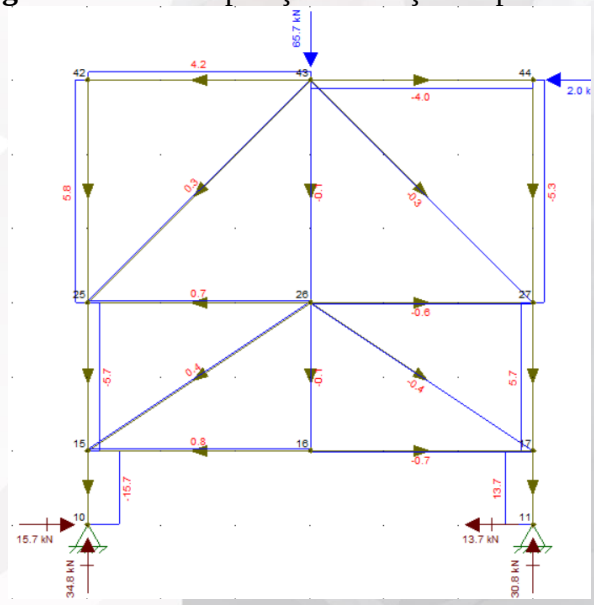
Quadrante A	Quadrante B
Aa.1=57,52g + 34,5g+69+69g **Ab.1= 28,76g**	Ba.1=57,52g + 34,5g+69+69 Bb.1= 28,76g
Aa.2=172,56g+69+69g	Ba.2=172,56g+69+69g
Aa.3=57,52g + 34,5g **Ab.3= 28,76g**	Ba.3=57,52g + 34,5g Bb.3= 28,76g

Agrupamento de peso entre elementos

Dolphins= 342g x3=1026g	Pilares= 2327/ 6=193,96g
Tabuleiro=1375g	Vigas=3528,2g

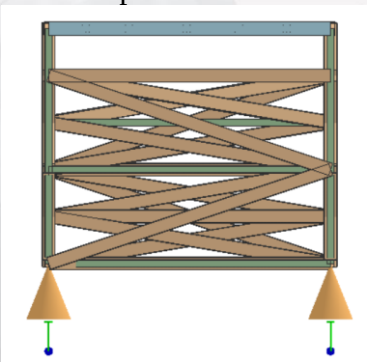
FONTE: GRUPO [2023]

Figura 38 - Decomposição de forças no pórtico 02



FONTE: GRUPO [2023]

Figura 39 - Reforço estrutural no pórtico 02



FONTE: GRUPO [2023]

R2.a= 34,8 kn
R2.b= 30,8 kn
Flecha= 150/360= 0,416cm
Deformação em x= 1,66mm e 1,79mm

4.3. SEÇÕES TRANSVERSAIS DE MADEIRA SERRADA

Junior[324] "Considerando uma laje de concreto armado com espessura de 15cm e resistência à compressão fck 28 de 25 MPa, são indicados os diâmetros mínimos de vigas roliças de eucalipto (C40, C50 e C60) em função do vão e da classe estrutural da ponte (trem-tipo)".

Figura 40 - Pontes com placa mista de madeira e concreto.

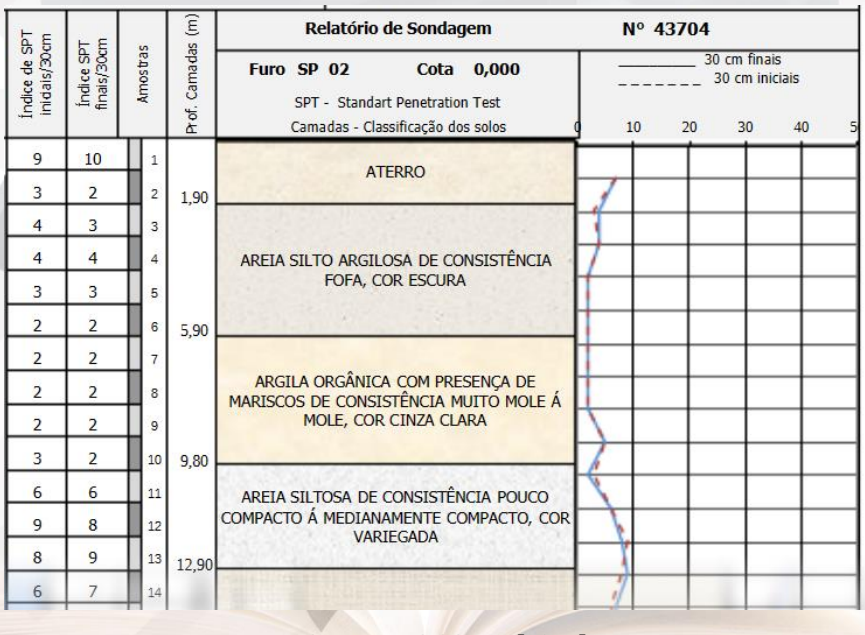
[324] JUNIOR *et al*. 2006, p. 62.

Comprimento (m)	Vão (m)	Classe 30			Classe 45		
		C60	C50	C40	C60	C50	C40
6,0	5,5	30 cm	30 cm	30 cm	30 cm	30 cm	30 cm
7,0	6,5	30 cm	30 cm	30 cm	30 cm	30 cm	30 cm
8,0	7,5	30 cm	30 cm	30 cm	30 cm	30 cm	30 cm
9,0	8,5	32 cm	33 cm	35 cm	32 cm	33 cm	35 cm
10,0	9,5	36 cm	37 cm	39 cm	36 cm	37 cm	39 cm
11,0	10,5	40 cm	41 cm	43 cm	40 cm	41cm	43 cm
12,0	11,5	44 cm	45 cm		44 cm	45 cm	

FONTE: JUNIOR et al [p.129;2006] adaptado por GRUPO [2023]

4.4. DIMENSIONAMENTO DE FUNDAÇÃO PROFUNDA

Figura 41 - Trecho do relatório de sondagem (SPT) do solo



FONTE: DOCSITY [2021]

Pelo método Aoki-Velloso, tem-se: N= Cap. Do pilar/ Cap. Da estaca= 47,87 Tf/ 98,36 (padm)= 0,48= 1 estaca por bloco

D=40cm; h=12m; F.S= 2

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise estrutural dos modelos virtuais e protótipo em escala reduzida, pode-se concluir que a estrutura garantiu condições de equilíbrio através da decomposição de forças. A deformação original no modelo simplificado atingiu 39cm

(peça individual), 0,5cm (peça global) e flecha de 1,22cm; Após a simulação com modelo composto formado pelas treliças espaciais, o maior deslocamento verificado pelo pórtico 01 com incidência direta dos ventos frontais reduziu de 0,5 para 0,14cm em um dos apoios. A seção inicial de 8x20cm para as pranchas de longarinas foi ampliado para o perfil 10 x 30cm. Por fim, a escolha das fundações no presente de estudo poderá ser adotado a execução de estacas pré-fabricadas em aço (Perfil I), tendo em vista a baixa ocupação de imóveis na vizinhança em face ao excesso de vibração reverberado as fundações rasas.

REFERENCIAS

ABNT, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 7190: Projeto de estruturas em madeira**. Rio de Janeiro, 1997;

_____. **NBR 6123: Forças devido ao vento**. Rio de Janeiro, 1988;

DIAS, João Miguel Santos. **Estruturas de madeira**. Ed. 2B educação; Salvador, 2018;

DOCSITY. **Boletim de sondagem para análise.** LAKA. Acesso em 30 de maio 2023; Disponivel em <https://www.docsity.com/pt/boletim-de-sondagem-para-analise/7138738/> 2021;

FONSECA, Yasmin Fortes. **Análise estrutural**. Ed. 2B educação; Salvador, 2019;

GOOGLE MAPS**. Galinhos, Rio Grande do Norte**. Acesso em 23 de maio 2023. Disponível em <https://goo.gl/maps/wAyiH4bPp1DEEaDX6>, 2023;

JUNIOR, Carlito Calil. et al. **Manual de projeto e construção de pontes de madeira**. Suprema; São Carlos, 2006;

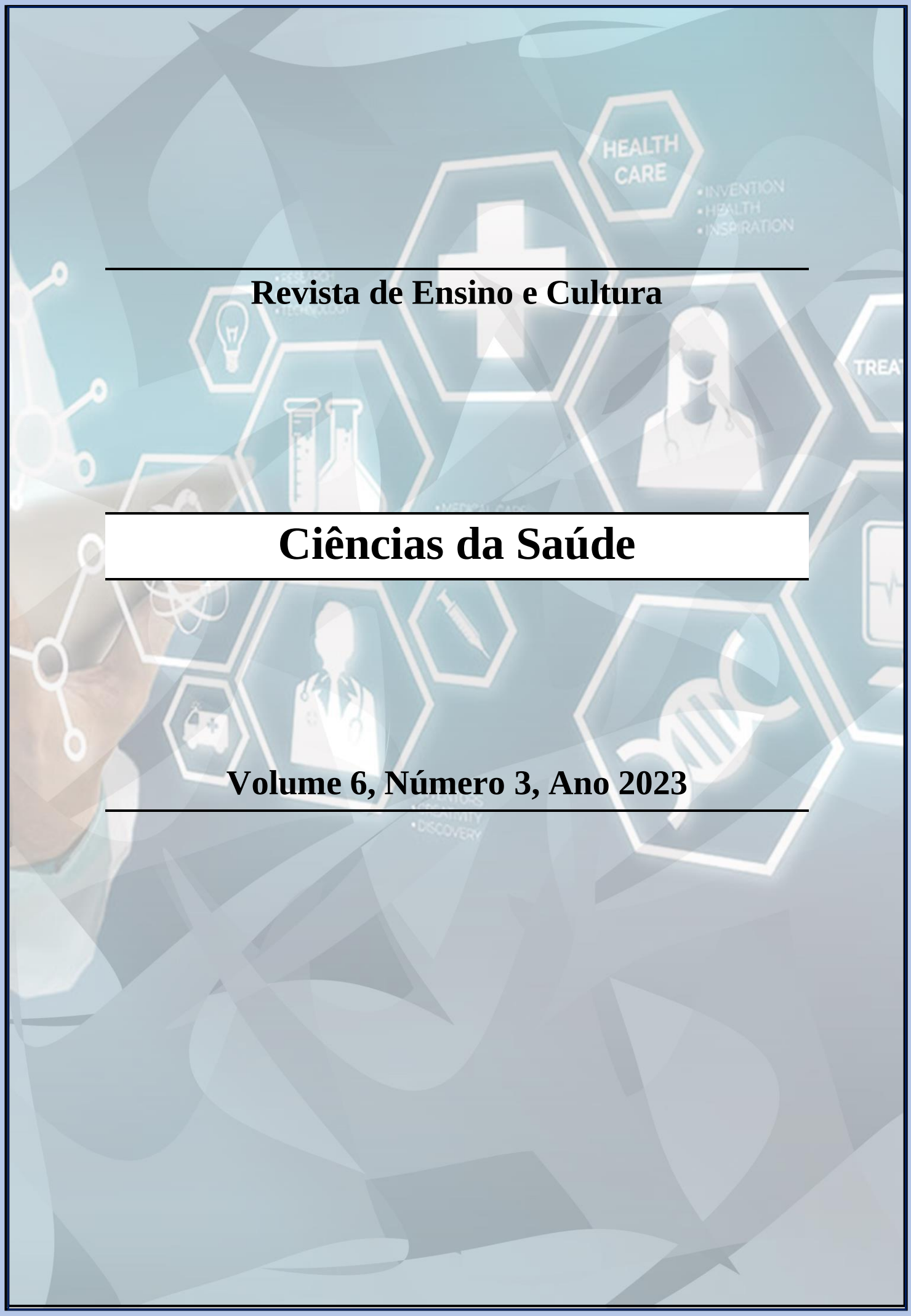
JWOOD. **Lançamento do Jwood**. Acesso em 19 de maio 2023. Disponivel em <http://www.etools.upf.br/index.php?option=com_content&task=view&id=42&Itemid=4>. Passo fundo, 2005;

MELO. P.R. **Pré-dimensionamento de estruturas de madeira, de aço e de concreto para auxilio à concepção de projetos arquitetônicos**. Qualificação de mestrado, UFU. acesso em 22 de maio 2023; Disponivel em <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/14186/1/Paula%20Rodrigues.pdf>; Uberlândia, 2013;

PUC-RJ. **Download de software Ftools 4.0**. Acesso em 06 de maio 2023, disponível em <http://webserver2.tecgraf.puc-rio.br/ftool> Rio de janeiro, 2018;

STRUCTURAL BRIDGE DESIGN. **Integrate analysis for small-to medium-span bridges.** Autodesk commercial; Acesso em 27 de maio 2023; Disponivel em <https://www.autodesk.com/products/structural-bridge-design> 2023;

VIEIRA. Helio Flavio. **Logística aplicada à construção civil: como melhorar o fluxo de produção nas obras**. Editora Pini, São Paulo, 2006.



Revista de Ensino e Cultura

Ciências da Saúde

Volume 6, Número 3, Ano 2023

REVISÃO INTEGRATIVA ACERCA DA CRENÇA DAS PESSOAS QUANTO AO USO DAS VACINAS

INTEGRATIVE REVIEW ON PEOPLE'S BELIEF ABOUT VACCINE USE

REVISIÓN INTEGRATIVA SOBRE LA CREENCIA DE LAS PERSONAS SOBRE EL USO DE VACUNAS

Ionara Luana dos Santos ELOI[325]

Luana Beatriz Silva de Souza LINHARES[326]

Elio Pessoa CAZUZA[327]

Vanessa Almeida OTELO[328]

RESUMO

As vacinas são produzidas com a finalidade de permitir que o organismo produza uma resposta imunológica contra doenças, geralmente infecciosas ou tumoral. Tem, assim, efeito preventivo ou terapêutico. Na maioria dos casos são utilizados um ou mais antígenos específicos a fim de induzir a resposta imunológica pretendida. Historicamente, com a descoberta da vacina contra a varíola, foi instituído no Brasil a obrigatoriedade da vacinação para toda população e logo surgiu um dos primeiros movimentos antivacina. Pessoas de classes distintas temiam a vacinação, devido à falta de informações e de conhecimento sobre estas ou de sua real eficácia. A recusa vacinal, assim, não é um evento atual e perdura até os dias de hoje. Neste contexto, este trabalho teve por objetivo realizar um levantamento bibliográfico sobre os motivos que levam a população a acreditar ou não na vacinação bem como abordar a importância do papel do farmacêutico relacionado com essa temática. Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura com abordagem qualitativa no qual foram eleitos artigos originais publicados entre os anos de 2012 e 2022 e que obedeceram a um rigoroso critério de seleção e de veracidade. Como resultado, dezenove artigos foram selecionados e categorizados em um quadro por autor, ano, título, objetivo e tipo de pesquisa. Quanto ao perfil, as pessoas não adeptas as vacinas são aquelas que acreditam que a imunidade adquirida pela doença seja mais eficaz e segura e que associam a

[325] Graduação em Farmácia – UNICEUNA/2022, (E-mail: Ionara.frits@gmail.com).

[326] Graduação em Farmácia – UNICEUNA/2022, (E-mail: luana_beatriz1@outlook.com).

[327] Doutor em Ciências Climáticas - UFRN/2018, Mestre em Ciências Climáticas UFRN/2014, Graduação em Física Licenciatura UFRN/2012, Docente Universitário nos Cursos de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia Civil, Farmácia, Gestão de Recursos Humanos e Logística do UNICEUNA. (E-mail: cazuzaelio@gmail.com).

[328] Doutorado em Fármaco e Medicamentos – USP/2012, Mestrado em Fármaco e Medicamentos – USP/2012, Graduação em Farmácia – UFRN/2004, Docente Universitário no Curso de Farmácia do UNICEUNA. (E-mail: vanessaotelo@gmail.com).

vacina com o aparecimento de outras doenças, dentre outros. Notícias falsas na internet ajudam a corroborar este pensamento. Em contrapartida o perfil da população que é adepta a vacina é a de pessoas que praticam exercícios físicos, são portadoras de doenças crônicas, já foram e/são atendidas pelo SUS, temem que a doença possa comprometer a sua saúde ou a vida dos que não se vacinam etc. Os profissionais de saúde têm papel fundamento em esclarecer dúvidas relacionadas ao tema de modo a incentivar a população a se vacinar.

Palavras-chaves: Vacinas; Antivacinas; Imunização; Saúde Pública.

ABSTRACT

Vaccines are produced with the aim of allowing the body to produce an immune response against diseases, usually infectious or tumoral. Thus, it has a preventive or therapeutic effect. In most cases, one or more specific antigens are used to induce the desired immune response. Historically, with the discovery of the smallpox vaccine, mandatory vaccination was established in Brazil for the entire population and soon one of the first anti-vaccination movements emerged. People from different classes feared vaccination due to lack of information and knowledge about them or their real effectiveness. Vaccination refusal, therefore, is not a current event and lasts until today. In this context, this work aimed to carry out a bibliographical survey on the reasons that lead the population to believe or not in vaccination, as well as to address the importance of the role of the pharmacist related to this theme. This is an integrative literature review study with a qualitative approach in which original articles published between the years 2012 and 2022 and which obeyed a strict selection and veracity criteria were elected. As a result, nineteen articles were selected and categorized in a table by author, year, title, purpose, and type of research. As for the profile, people who are not vaccinated are those who believe that the immunity acquired by the disease is more effective and safer and who associate the vaccine with the appearance of other diseases, among others. Fake news on the internet helps to corroborate this thought. On the other hand, the profile of the population that is adept at the vaccine is that of people who practice physical exercises, have chronic diseases, have already been and/are assisted by the SUS, fear that the disease could compromise their health or the lives of those who do not get vaccinated, etc. Health professionals have a fundamental role in clarifying doubts related to the subject in order to encourage the population to get vaccinated.

Keywords: Vaccines; Anti-vaccines; Immunization; Public health.

RESUMEN

Las vacunas se elaboran con el objetivo de permitir que el organismo produzca una respuesta inmunitaria frente a enfermedades, generalmente infecciosas o tumorales. Por lo tanto, tiene un efecto preventivo o terapéutico. En la mayoría de los casos, se utilizan uno o más antígenos específicos para inducir la respuesta inmunitaria deseada. Históricamente, con el descubrimiento de la vacuna contra la viruela, se estableció en Brasil la vacunación obligatoria para toda la población y pronto surgió uno de los primeros movimientos antivacunación. Personas de diferentes clases temían la vacunación por falta de información y conocimiento sobre ellas o su efectividad real. El rechazo a la vacunación, por tanto, no es un hecho actual y dura hasta hoy. En ese contexto, este trabajo tuvo como objetivo realizar un levantamiento bibliográfico sobre

las razones que llevan a la población a creer o no en la vacunación, así como abordar la importancia del papel del farmacéutico relacionado con este tema. Se trata de un estudio integrador de revisión bibliográfica con enfoque cualitativo en el que se eligieron artículos originales publicados entre los años 2012 y 2022 y que obedecieron a un estricto criterio de selección y veracidad. Como resultado, diecinueve artículos fueron seleccionados y categorizados en una tabla por autor, año, título, propósito y tipo de investigación. En cuanto al perfil, las personas que no están vacunadas son aquellas que creen que la inmunidad que adquiere la enfermedad es más eficaz y segura y que asocian la vacuna con la aparición de otras enfermedades, entre otras. Las noticias falsas en Internet ayudan a corroborar este pensamiento. Por otro lado, el perfil de la población adepta a la vacuna es el de personas que practican ejercicio físico, tienen enfermedades crónicas, ya han sido y/o son atendidos por el SUS, temen que la enfermedad pueda comprometer su salud o la vida de los que no se vacunan etc. Los profesionales de la salud tienen un papel fundamental en aclarar dudas relacionadas con el tema para incentivar a la población a vacunarse.

Palabras Clave: Vacunas; Antivacunas; Inmunización; Salud pública

INTRODUÇÃO

A primeira vacina aplicada no Brasil foi a vacina antivaróla, entre os anos de 1804-1820, desenvolvida pelo médico inglês Edward Jenner. Ele observou a semelhança entre a doença com feridas que surgiam nas tetas das vacas e as mulheres que faziam a ordenha dessas vacas, as quais apresentavam reações mais leves quando contaminadas pela varíola. Então, ele decidiu colher o líquido por essas feridas para a realização de testes. O líquido foi aplicado nas lesões de James Phillipes, um menino que foi usado como cobaia, o que resultou em uma cicatrização rápida. Após ser exposto ao vírus da varíola o menino não apresentou nenhuma reação, estando imune a doença. A partir disso a vacina recebeu esta intitulação, que deriva da palavra “vaca”[329].

Portanto as vacinas são produzidas com a finalidade de permitir que o organismo produza uma resposta imunológica contra doenças geralmente infecciosas ou tumoral, tendo efeito preventivo ou terapêutico. Na maioria dos casos são utilizados um ou mais antígenos específicos a fim de induzir a resposta imunológica pretendida[330].

Com a descoberta da vacina contra a varíola, foi instituída no Brasil a obrigatoriedade da vacinação para toda população e logo surgiu um dos primeiros

[329] ALVES *et al*., 2019.
[330] VILANOVA, 2020.

movimentos antivacinas. Pessoas de classes distintas temiam a vacinação, devido à falta de informações e de conhecimento sobre a real eficácia destas[331],

A recusa vacinal, portanto, não é um evento atual, iniciou-se no final do século XVII e continua através dos tempos com os mesmos argumentos: a disseminação de informações falsas por meios de comunicação modernos, crenças religiosas, diversidade sociocultural, crenças filosóficas, desigualdade socioeconômica e posicionamento político. Isto faz com que famílias e até mesmo profissionais da saúde não acreditem na real eficácia das vacinas, colocando em risco não apenas a sua saúde individual, mas de toda população[332]. No entanto, os resultados positivos da utilização das vacinas falam por si: extinção da poliomielite e da transmissão do sarampo e rubéola, redução da incidência da difteria, da coqueluche, da meningite causada por H. influenzae tipo B, do tétano, da tuberculose em menores de 15 anos de idade, das meningites e pneumonias. Além da redução da incidência e da mortalidade por doenças imunopreveníveis, especialmente nos primeiros anos de vida e na redução de hospitalizações[333].

Apesar destes benefícios a população, segundo pesquisas no Estados Unidos, foi observado que os países mais industrializados, ao logo da modernização, estão passando por mudanças no que se refere ao medo de prováveis reações indesejadas proveniente dos processos de imunização[334]. As reações adversas comuns que podem ocorrer em decorrência do uso das vacinas assustam uma parcela da população, que colocam em prova a real eficácia destas[335]. Um dos efeitos adversos mais comuns ocasionados pela vacina são as reações inflamatórias, onde o local da injeção apresenta dor, inchaço e vermelhidão. Dependendo dos seus componentes, podem afetar o organismo causando febre, fadiga, dor de cabeça e dores musculares[336]. As causas dessas reações inespecíficas podem acontecer devido a exposição às endotoxinas do antígeno vacinal, a replicação do microrganismo e a toxicidade do adjuvante, que são utilizados para incrementar a resposta vacinal e que muitas vezes necessita de mais de

[331] SHIMIZU, 2018.
[332] MORAES *et al*. 2018.
[333] DOMINGUES *et al.*, 2019.
[334] SILVA; CASTIEL; GRIEP, 2015.
[335] MORAES, *et al*. 2018.
[336] CHAGAS *et al*., 2019.

uma dose. Vacinas que contém adjuvantes, por exemplo, podem apresentar uma resposta imune exacerbada, denominadas de reação adversas[337].

A maior visibilidade sobre o Programa Nacional de Imunização (PNI), os efeitos adversos da vacina, a sensação de controle das doenças, rapidez no diagnóstico e nas intervenções terapêuticas, o alargamento das informações via internet e o avanço tecnológico-científico alavanca uma visão crítica a respeito de novas percepções a respeito da vacinação[338].

A vacina é considerada uma intervenção de grande impacto na diminuição da taxa de incidência de doenças. Fica atrás atrás somente da implementação das medidas de saneamento básico relacionadas ao acesso a água potável e ao tratamento e eliminação de excrementos e de esgoto[339]. O efeito adverso oferecido ao paciente é mínimo comparado ao risco que a doença pode ocasionar a saúde dos não vacinados. Um exemplo é a infecção pelo vírus do sarampo, que pode comprometer a imunidade da pessoa infectada, aumentando o risco de infecções secundárias e de mortalidade. Ou seja, o risco é muito maior do as complicações da vacina[340].

Neste contexto, este trabalho teve por objetivo realizar um levantamento bibliográfico sobre os motivos que levam população a acreditar ou não nos benefícios proporcionados com a vacinação. Abordou-se também sobre a importância do profissional farmacêutico quando relacionado com esta temática.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura com abordagem qualitativa. Foram utilizados artigos científicos obtidos através das seguintes bases: PubMed, Science Direct, “Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde” (LILACS), MEDLINE e “*Scientific Electronic Library Online*” (Scielo).

Para a seleção dos estudos foram utilizados uma associação dos seguintes termos: “vacina”, “antivacina”, “imunização”, “saúde pública”, “crenças”, “e “notícias”,

[337] CHAGAS *et al*., 2019.
[338] COUTO; BARBIERI, 2015.
[339] *Ibidem*.
[340] CAMARGO JR, 2020.

em português e em inglês. Primeiro, os artigos foram selecionados de acordo com o título. Em seguida foi realizada a leitura do resumo de cada material. Após a leitura, foram escolhidos os artigos científicos que estavam de acordo com a temática e com o objetivo da pesquisa. Foram selecionados trabalhos publicados entre os anos de 2012 e 2022. Aqueles que não atenderam aos critérios citados foram excluídos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Quadro 1 apresenta os 17 artigos que foram selecionados para compor esta revisão, sendo eles categorizados por: autor, ano, título, método, objetivo e tipo de pesquisa.

Quadro 1 – Distribuição dos artigos de acordo com os autores, ano de publicação, título, objetivo e tipo da pesquisa.

	AUTOR	ANO	TÍTULO	OBJETIVO	TIPO DE PESQUISA
01	CAVALCANTE O. C. E.; AZEVEDO G. S. P. N.	2021	A vacinação à covid-19 em combate: uma análise do discurso francesa	Pesquisa referente a eficácia da vacina covid-19, em relação aos antivacinas.	Pesquisa Qualitativa
02	SHIMIZU R. N.	2018	Movimento antivacinas: a memória funcionando no/pelo (per)curso dos sentidos e dos sujeitos na sociedade e-urbana	Abordar o contecimento historico da revolta da vacina 1904 na cidade do rio de janeiro.	Pesquisa Qualitativa
03	LESSA C. S.	2014	Proteção individual versus proteção coletiva: análise bióetica do programa nacional de vacinação infantil em massa	Verificar se as ferramentas da bioética são relevantes, em relação a saúde pública.	Pesquisa qualitativa
04	JUNIOR C. R. K.	2020	Lá vamos nós outra vez: a reemergência do ativismo antivacinas na internet	Discutir o ressurgimento do ativismo antivacinas nos últimos anos com base na literatura e na experiência do próprio autor.	Pesquisa qualitativa
05	COUTO T. M.; et al. BARBIERI A. L. C.	2014	Cuidar e (não) vacinar no contexto de famílias de alta renda e escolaridade em são paulo, sp, brasil	Abordar as decisões de não vacinar os filhos no contexto familias de alta renda e escolaridade de são paulo	Pesquisa qualitativa
06	MIZUTA H. A.; SUCCI M. G.; MONTALLI M. A. V.; SUCCI M. C. R.	2019	Percerpeções acerca da importância das vacinas e da recusa vacinal nume escola de medicina.	Verificar a importância das vacinas e dos riscos da recusa vacinal entre os alunos de medicina e médicos	Pesquisa qualitativa
07	VARELA S. S. D.; SILVA R. A.; OLIVEIRA F. A. C., GOMES C. S. T.	2022	Conhecimento de mães sobre vacinação infantil em um município do litoral piauiense	Verificar a importância da vacinação infantil como método imunizador e preventivo de extrema importância	Pesquisa qualitativa

08	AZAMBUJA S. C. H.; CARRIJO F. M.; PAVARINI I. C. S.; MARTINS R. C. T.; LUCHESI M. B.	2021	Fatores determinantes na adesão á vacina contra influenza em pessoas idosa de um município do interior de mato grosso do sul.	Verificar o conhecimento sobre a vacinação relacionado a adesão de pessoas idosas.	Pesquisa qualitativa
09	SILVA V. R. P.; CASTIEL D. L.; GRIEP H. R	2014	A sociedade de risco midiatizada, o movimento antivacinação e o risco do autismo.	Verificar as atitudes e as crenças em pais que não vacinam seus filhos por conta da possível ligação da vacina e o autismo.	Revisão bibliográfica
10	GOULARTE C. S. B. C.	2019	Farmacêutico e vacinação: novos tempos no brasil.	Abordar o processo de imunizações, atenção farmacêutica, serviços farmacêuticos.	Revisão Bibliográfica
11	JACINTO P. I.; COSTA S.; HORTA R. M.; MENDES Z.; TORRE C.; GUERREIRO P. J.; QUEIRÓS I. S.	2015	Serviço de vacinação nas farmácias portuguesas	Abordar o serviço de vacinação nas farmácias, prestado por farmacêuticos	Revisão Bibliográfica
12	SALES A. C.; OLIVEIRA M. C.; SENA M. P. M.; SOUZA R. F. M. MELO C. B. R.; FREITA S. C.; MELLO C. N. G. A.; SENA P. W. L.	2021	O papel do farmacêutico nos serviços de vacinação: revisão integrativa	Abordar a importância do papel do farmacêutico no âmbito da vacinação	Revisão Integrativa
13	CARVALHO C. M. A.; ANDRADE R. L. M. E.; NOGUEIRA T. L.; ARAUJO E. M. T.	2019	Adesão à vacina hpv entre os adolescentes: revisão integrativa	Objetivo identificar os fatores associados à adesão de adolescentes à vacina contra o papilomavírus humano	Revisão Bibliográfica
14	FREITAS A. B. M.; OLIVEIRA S. M.; MACIEL E. M. I.	2021	Adesão à vacina contra a covid 19 pela comunidade acadêmica do unifunec	Importância da vacinação no combate ao novo coronavírus	Revisão Bibliográfica
15	ROMEU G. O. R. W.; GOMES B. E.; SAMPAIO A. L.; CARNEIRO A. V. Y.; BELTRÃO L. S. C. I.; CRUZ C. L. B. S. R.; OLIVEIRA R. D.	2022	Fatores influenciadores para adesão à vacina contra o papilomavírus humano: uma revisão integrativa	Analisar os fatores que influenciam à adesão à vacina contra o papilomavírus	Revisão Bibliográfica
16	BARBOSA R.; FRAGA S.; SAMPAIO C.; SOUSA L.; QUEIROZ M.; SOARES P.	2021	Imunização contra a covid-19: contributo dos serviços farmacêuticos hospitalares para o plano de vacinação	O farmacêutico e a gestão das vacinas	Pesquisa Qualitativa
17	SOLSONA E.	2021.	Farmacia hospitalaria: una gran aliada en la contribución al éxito de la campaña de vacunación frente a la covid-19	A participação do farmacêutico frente a vacinação	Pesquisa Qualitativa

Fonte: elaborado pelos autores (2022)

4. JUSTIFICATIVA DOS INDIVÍDUOS NÃO ADÉPTOS A VACINA

Os argumentos que trivializam a decisão da não vacinação expressados em artigos do Quadro 1 caracterizam-se pelo medo dos efeitos adversos, que é uma das razões mais utilizados pelas pessoas que não se vacinam. Por exemplo, ao analisarem os motivos da recusa à vacinação contra H1N1 por estudantes de medicina de uma universidade pública do Rio de Janeiro, descobriu-se que o medo de reações adversas é a segunda maior causa (41,9%) da recusa à vacinação, atrás apenas do fator falta de tempo (42,4%)[341].

Em um estudo feito com famílias de alta renda e escolaridade em São Paulo foi analisado que, quando se trata da vacinação infantil, um dos maiores questionamentos dos pais são a respeito das reações adversas. Alguns acreditam ainda que a vacina pode causar autismo e associam estas ao aparecimento de doenças autoimunes[342].

Pais não vacinam seus filhos por “crenças filosóficas”, como por exemplo a associação da vacina com autismo. Foi examinado um registro feito com 151.720 crianças afim de diferenciar os pais que “sub imunizaram”, imunizaram ou não imunizaram seus filhos. Segunda essa pesquisa as crianças sub imunizadas vivem em condições adversas, são filhos de mães mais jovens e solteiras, com baixa escolaridade e que vivem em vizinhanças mais pobres. Em contrapartida, as crianças não vacinadas são filhos de mães casadas, com alto nível de escolaridade, que residem em vizinhanças com renda acima da média nacional e tem acesso a meios de comunicação[343].

Outra característica importante para ser levantada é a de que pais não adeptos as vacinas criticam o mecanismo de ação vacinal. Eles acreditam que a imunidade adquirida pela doença é mais eficaz do que a imunidade obtida pela vacina. Também questionam os ingredientes que compõe a vacina, como por exemplo os conservantes, adjuvantes e outras substâncias[344].

De acordo com um estudo bioético, a desinformação sobre a vacina é o que proporciona certa insegurança a população. O estudo indica que os não vacinadores afirmam que maioria das pessoas são leigas quanto ao assunto e não sabem ao certo

[341] LESSA; SCHRAMM, 2015.
[342] COUTO; BARBIERI 2015.
[343] SILVA; CASTIEL; GRIEP 2014.
[344] COUTO; BARBIERI 2015.

quais são as vacinas especificas para cada doença bem como quais eventos adversos poderiam ocorrer após a vacinação. Os indivíduos não adeptos as vacinas alegam também que são poucas as informações oferecidas pelos profissionais da saúde, quanto as condutas que devem ser tomadas frente a um real evento adverso[345].

Acredita-se que os programas de vacinação mostram às pessoas leigas que a imunização deve ser uma prática comum, estendida para todo população, porém não se detém em orientá-los a respeito das boas práticas de educação em saúde, não promovendo ações epidemiológicas especificas para evitar a proliferação de doenças negligenciadas[346].

Outra circunstância levantada é de que algumas pessoas acreditam que, com o desaparecimento das doenças graças a vacina, não há a necessidade de imunização e passam a acreditar que não existe possibilidade de contaminação já que a doença está erradicada[347].

Conforme pesquisa feita com 39 médicos com a idade de 46 a 53 anos e estudantes de Medicina de aproxumadamente 20 a 22 anos, verificou-se que 17% dos estudantes não acham que as vacinas protegem contra doenças fatais; 64,5% dos estudantes e 38,5% dos médicos não conhecem as vacinas que compõem o calendário oficial disponíveis gratuitamente para toda população; 18 de 53 alunos não reconhecem a proteção coletiva no controle de doenças e a também verificou-se que aplicação de mais de uma vacina no mesmo dia preocupa os estudantes. Eles defendem a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre o assunto, pois mais da metade dos docentes acreditam que tal conduta poderá prejudicar a eficácia e segurança vacinal[348].

Diante dos impactos da pandemia decorrentes do Covid-19, investigações foram realizadas e de acordo com uma pesquisa constatou-se que cerca de 25% dos brasileiros podem não se vacinar contra o vírus. Diante disso, foram investigados motivos pelo qual os brasileiros não aceitam ou têm dúvidas em tomar a vacina[349]. Com essas investigações foi observado que uns dos motivos englobam as notícias falsas na internet, conhecidas como "*fake news*", sem qualquer embasamento científico, em que

[345] VARELA *et al*. 2022.
[346] LESSA; SCHRAMM 2014.
[347] CAMARGO JR, 2020.
[348] MIZUTA *et al.*, 2017.
[349] CAVALCANTE; AZEVEDO 2021.

os não adeptos a vacina fingem ser "*experts*" no assunto e espelham informações duvidosas[350]. Por exemplo, 7,8 milhões de brasileiros acreditam que a vacina contra a covid-19 contém chips implantados para o controle populacional; 8,2 milhões acreditam que Bill Gates teria afirmado que a vacina pode matar cerca de 700 mil pessoas; 5,7 milhões das pessoas acreditam que a vacina poderia alterar o DNA e 4,9 milhões acreditam que as vacinas são produzidas a partir de células de fetos abortados[351].

Segundo dados divulgados pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI), foi apresentado um menor índice da adesão dos imunizantes que são oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Este índice preocupa o Ministério da Saúde. Para se ter uma ideia, em 2016, apenas 76,7% da população tomou a segunda dose da vacina tríplice viral. A meta estipulada era de 95%. Neste mesmo ano houve um surto de caxumba e se obteve a menor taxa de vacinação contra a poliomielite em 12 anos. Com isso, no ano de 2017 houve uma diminuição, ao longo de 16 anos, da cobertura vacinal. Mostrou-se alarmante os resultados negativos da adesão durante o surto do sarampo na Europa, os quais revelam que uma a cada dez crianças, cerca de 12,6 milhões, não receberam vacina em 2016 e apenas 85% receberam a primeira dose contra o sarampo[352].

A maioria dos indivíduos não adeptos as vacinas acreditam que o surgimento dos meios de comunicação, por exemplo a internet, trouxe informações "secretas" antes ocultas para toda população. Existe uma ideia de que o Governo e a Indústria Farmacêutica são os grandes "inimigos" e que os profissionais de saúde, pesquisadores e leigos que defendem a vacina estão unicamente a serviço dos "inimigos" e aqueles que descobriram as "verdades ocultas" são "despertos", e aqueles que não conhecem essa "verdade" são como "ovelhas que seguem o rebanho", o que significa que são manipuladas pela grande massa[353].

Portanto, para eles o lucro e o interesse comercial das indústrias farmacêuticas também são colocados em discussão, pois as pessoas que não se vacinam acreditam que

[350] CAMARGO JR 2020.
[351] CAVALCANTE; AZEVEDO, 2021.
[352] SHIMIZU, 2018.
[353] CAMARGO JR, 2020.

não exista interesse apenas no benefício da saúde pública, mas principalmente em interesses econômicos[354].

5. JUSTIFICATIVAS DAS PESSOAS ADÉPTAS AS VACINAS

Em uma entrevista realizada no Município de São Paulo com 1.329 indivíduos, destes 1.017 idosos, foi observado que as pessoas e os fatores que mais incentivam à adesão da vacina contra Influenza são: (1) idade, pois considerou-se que a cobertura vacinal foi menor no grupo de idosos mais jovens, (2) prática de exercícios físicos, os que relataram serem (3) portadores de doenças crônicas e também (4) os idosos que são ou já foram atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), comparado com idosos atendidos pelas redes de saúde privada[355].

Nesta mesma pesquisa, foi constatado que o conhecimento sobre Programa Nacional de Imunização (PNI) proporciona mais confiança aos idosos sobre a eficácia e a segurança das vacinas. Outra informação levantada foi a de que os pacientes com doenças neuropsiquiátricas apresentavam maior adesão às vacinas quando comparado aos que não apresentavam[356].

Em um estudo sobre a adesão à vacina HPV entre adolescentes no Brasil, verificou-se que a escolha deste grupo em se vacinarem tinha relação com o fator socioeconômico. Acredita-se que isso é devido ao fato de que adolescentes de esferas mais vulneráveis amadurecem mais cedo e exercem autonomia na tomada de decisão frente a imunização, como também são influenciados pelos amigos e/ou familiares que já foram vacinados e com o inicio da vida sexual. Os professoes em parceria com profissionais de saúde dispuseram de grande influência na decisão de imunização dos alunos, já que a cobertura vicinal contra HPV é oferecida no âmbito escolar. Este fato está em oposição aos adolescentes de outras comunidades, que tendem a esperar pela decisão dos pais sobre a vacinação. Neste caso, a decisão dos pais está diretamente relacionada ao conhecimento sobre os efeitos que a doença infecciosa pode causar aos

[354] COUTO, BARBIERI 2015.
[355] AZAMBUJA *et al.*, 2021.
[356] *Ibidem*.

seus filhos, que a vacina pode previnir o câncer do colo de últero e sobre a confiança quanto a segurança e a eficácia da vacina[357].

O conhecimento sobre as doenças influencia as atitudes dos pais quanto a vacinação. Exemplo disso é a vacinação contra a Papilomavírus Humano, que se caracteriza pelo aparecimento de condilomas genitais, também denominados de verrugas genitais, e do câncer de colo de útero. Os pais que temem que a doença possa comprometer a saúde e a vida dos seus filhos fazem com eles encarem a vacinação de forma positiva, como uma medida de protegê-los. O acesso à informação através da internet serve como ferramenta importante para esclarecer as suas possíveis dúvidas. Muitos pais também se sentem mais seguros ao serem orientados por profissionais de saúde, obtendo assim uma maior conscientização em relação a imunização vacinal[358].

Em uma pesquisa realizada com funcionários, alunos e professores da comunidade acadêmica do UNIFUNEC teve por finalidade coletar dados sob adesão da vacina Covid-19. Foi respondido um total de 340 questionários, dos quais 220 foram de alunos, 24 de funcionários e 60 de professores, coordenadores e reitores. Verificou-se que dos 248 (72,94%) participantes, quando questionados se tomariam ou não a vacina, responderam que sim. Destes, 116 (66,9%) afirmaram que tomariam porque "sendo vacinado ficaria sujeito a menores riscos de contaminação e efeitos da doença", enquanto 116 (48,6%) responderam que "vacinas são eficientes e seguras para imunizar populações", em contrapartida à (97) 39,1% que afirmaram que somente a vacina seria capaz de conter a pandemia[359].

6. O PAPEL DO FARMACÊUTICO FRENTE A VACINAÇÃO

Foi instituído, através da Resolução 574/13, que o farmacêutico poderá atuar em programas de vacinação. De acordo com a Lei n° 13.021 de 2014, que dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas, a farmácia tem permissão para deliberar vacinas e soros para à população que atendam o perfil epidemiológico de sua região demográfica. Há ainda a RDC n° 197 publicado em dezembro de 2017, que trata

[357] CARVALHO *et al*., 2019.
[358] ROMEU *et al.* 2022.
[359] FREITAS *et al.*, 2021.

da definição dos requisitos adequados para vacinação no país, sejam no âmbito público, privado, filantrópicos, civis ou militares[360].

Farmacêuticos possuem o direito legal e a competência técnica para fornecer e administrar medicamentos com qualidade e experiência na prestação de serviços de imunização, seja em farmácias e/ou drogarias, ou em outro estabelecimento de saúde[361].

Com isso a população deixa de enxergar o farmacêutico como uma figura comercial, e sim como um assistencialista em saúde da comunidade. O farmacêutico poderá orientar os pacientes a respeito da vacinação e desmistificar alguns mitos e dúvidas que acabam se tornando motivos para a não vacinação. A disposição da vacina em farmácias e drogarias traz ao paciente mais facilidade, segurança e comodidade, pois algumas pessoas relatam que não conseguem ter acesso a vacina porque no horário que tem disponibilidade não coincide com o funcionamento dos estabelecimentos de saúde que oferecem o serviço, trazendo um aumento na cobertura vacinal[362].

Percebe-se que farmácias ou drogarias, em razão da sua acessibilidade e distribuição se considera ideal para oferecer serviços em prol da vacinação. No Brasil os serviços de vacinação administrados por farmacêuticos têm ganhado notoriedade firmando a prática clínica e consolidando as farmácias e/ou drogarias como estabelecimento de saúde[363].

O farmacêutico também tem a responsabilidade na garantia da qualidade e da segurança das vacinas, desde o seu processo inicial de fabricação até a fase de imunização à população e monitorização dos efeitos adversos. De acordo com a experiência dos Serviços Farmacêuticos (SF) realizados no Centro Hospitalar Universitário de São João (CHUSJ), os procedimentos de atenção farmacêutica, como por exemplo, o armazenamento das vacinas em local adequado e o monitoramento da temperatura de acordo com as normas de conservação, garantiu a capacidade máxima de vida útil das vacinas[364].

---

[360] GOULARTE, 2019.
[361] SALES *et al*., 2021.
[362] JACINTO *et al*., 2015.
[363] SALES *et al*., 2021.
[364] BARBOSA *et al*., 2021.

A participação do farmacêutico frente a vacinação junto com os demais profissionais da saúde e laboratórios farmacêuticos, pode ajudar a proporcionar facilidade da adesão da vacina, garantindo o sucesso do processo de imunização para toda população[365].

CONCLUSÃO

Neste trabalho foi possível analisar desde o início da imunização, quanto a importância da vacinação na sociedade, que é considerada indispensável para a saúde pública, sendo eficaz na prevenção e evitando possíveis proliferações de doenças.

Mesmo sendo evidente a eficácia da vacina, diferentes grupos de pessoas com classes sociais, idade, gênero e filosofia distinta recusam a se vacinar por acreditarem que os efeitos indesejados que a vacina pode oferecer seja maior do que os resultados positivos. O perfil de pessoas não adeptas as vacinas, acredita que a imunidade adquirida pela doença seja mais eficaz e segura, associam a vacina com outras doenças, apontam que com o desaparecimento de algumas patologias passaram a acreditar que não existe mais possibilidade de contaminação. Notícias falsas na internet popularmente conhecidas como “fake news” também influenciam a população que não se vacina. Outro argumento utilizado é de que não exista interesse apenas no benefício da saúde pública, mas sim por interesses políticos e econômicos.

Em contrapartida a população que é adepta a vacina, em geral praticam exercícios físicos ou reconhecem a sua importância, são portadoras de doenças crônicas, já foram e/são atendidas pelo SUS, temem que a doença possa comprometer a sua saúde e até mesmo a vida dos que não se vacinam, defendem que a vacina é umas das principais ferramentas para conter a proliferação de doenças infecciosas.

Neste contexto, é importante destacar a importância dos profissionais de saúde no esclarecimento sobre esta temática. Dentre os profissionais de saúde, o farmacêutico se mostra muito acessível da população. A vacinação se tornou indispensável a saúde pública, visto que é a forma mais eficaz de prevenir a infecção e a evolução de doenças.

[365] SOLSONA, 2021.

É responsável pela erradicação de doenças, prevenção de mortes e já cessou os surtos devastadores da história humana.

REFERÊNCIAS

ALVES S. F. D. M.; RODRIGUES C. M. J.; SILVA R. S. K.; FRAGOSO V. E.; VANDESMET S. C. L. A HISTÓRIA DA VACINA: UMA ABORDAGEM IMUNOLÓGICA. Mostra Cientifica Bioquímica. v. 4, n. 1, p. 1-1, 2019.

AZAMBUJA S. C. H.; CARRIJO F. M.; PAVARINI I. C. S.; MARTINS R. C. T.; LUCHESI M. B. FATORES DETERMINANTES NA ADESÃO À VACINA CONTRA INFLUENZA EM PESSOAS IDOSAS DE UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DE MATO GROSSO DO SUL. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia,** v.24, p. e210205**,** 2021.

BARBOSA R.; FRAGA S.; SAMPAIO C.; SOUSA L.; QUEIROZ M.; SOARES P. IMUNIZAÇÃO CONTRA A COVID-19: CONTRIBUTO DOS SERVIÇOS FARMACÊUTICOS HOSPITALARES PARA O PLANO DE VACINAÇÃO. **Acta Farmacêutica Portuguesa.** vol. 10, n.1, 2021.

CARVALHO C. M. A.; ANDRADE R. L. M. E.; NOGUEIRA T. L.; ARAUJO E. M. T. ADESÃO À VACINA HPV ENTRE OS ADOLESCENTES: REVISÃO INTEGRATIVA. **Revisão de Literatura.** v. 28 2019.

CAVALCANTE O. C. E.; AZEVEDO G. S. P. N. A VACINAÇÃO À COVID-19 EM COMBATE: UMA ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA. **Revista Linguasagem,** v. 40, p. 274-287, 2021.

CHAGAS R. S.; AGNOL DALL M.; PESSOA C. V. A.; NASCENTE P. E.; RAMIS-VIDAL G. M.; PASCOAL M. L. VACINAS E SUAS REAÇÕES ADVERSAS. **Pubvet.** v. 13, n. 8, p. 9-14, 2019.

COUTO T. M.; et al. BARBIERI A. L. C. CUIDAR E (NÃO) VACINAR NO CONTEXTO DE FAMÍLIAS DE ALTA RENDA E ESCOLARIDADE EM SÃO PAULO, SP, BRASIL. **Ciência & Saúde Coletiva,** v.20, p.105-114, 2015.

DOMINGUES S. A. M. C.; FANTINATO T. S. F. F.; DUARTE E.; GARCIA P. L. VACINA BRASIL E ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM IMUNIZAÇÕES. **Epidemiol. Serv. Saúde,** v.28, e20190223, 2019.

FREITAS A. B. M.; OLIVEIRA S. M.; MACIEL E. M. I. ADESÃO À VACINA CONTRA A COVID 19 PELA COMUNIDADE ACADÊMICA DO UNIFUNEC. **Unifunec Ciências da Saúde e Biológicas,** v.4, p.1-14, 2021.

GOULARTE C. S. B. C. FARMACÊUTICO E VACINAÇÃO: NOVOS TEMPOS NO BRASIL. – **Revista Especialize On-line IPOG.** n. 17 V. 01 2019.

JACINTO P. I.; COSTA S.; HORTA R. M.; MENDES Z.; TORRE C.; GUERREIRO P. J.; QUEIRÓS I. S. SERVIÇO DE VACINAÇÃO NAS FARMÁCIAS PORTUGUESAS. **Rev Port. Farmacoter.,** v.7, p.160-166, 2015.

JUNIOR C. R. K. LÁ VAMOS NÓS OUTRA VEZ: A REEMERGÊNCIA DO ATIVISMO ANTIVACINA NA INTERNET. **Cadernos de Saúde Pública CSP**, v.35, 2020.

LESSA C. S. PROTEÇÃO INDIVIDUAL VERSUS PROTEÇÃO COLETIVA: ANÁLISE BIOÉTICA DO PROGRAMA NACIONAL DE VACINAÇÃO INFANTIL EM MASSA. **Revisão Review,** v.20, p.115-124, 2015.

MIZUTA H. A.; SUCCI M. G.; MONTALLI M. A. V.; SUCCI M. C. R. PERCEPÇÕES ACERCA DA IMPORTÂNCIA DAS VACINAS E DA RECUSA VACINAL NUMA ESCOLA DE MEDICINA. **Revista Paulista de Pediatria**, v.37, p.34-40, 2019.

MORAES M. R. L.; PIANTOLA F. A. M.; PEREIRA A. S.; CASTRO T. J.; SANTOS O. A. F.; FERREIRA S. C. L. EVENTOS ADVERSOS DE VACINAS E AS CONSEQUÊNCIAS DA NÃO VACINAÇÃO: UMA ANÁLISE CRÍTICA. **Revista de Saúde Pública**, v.52 p.02-13, 2018.

ROMEU G. O. R. W.; GOMES B. E.; SAMPAIO A. L.; CARNEIRO A. V. Y.; BELTRÃO L. S. C. I.; CRUZ C. L. B. S. R.; OLIVEIRA R. D. FATORES INFLUENCIADORES PARA ADESÃO À VACINA CONTRA O PAPILOMAVÍRUS HUMANO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA. **Research, Society and Development.** v. 11, n. 2. 2022.

SALES A. C.; OLIVEIRA M. C.; SENA M. P. M.; SOUZA R. F. M. MELO C. B. R.; FREITA S. C.; MELLO C. N. G. A.; SENA P. W. L. O PAPEL DO FARMACÊUTICO NOS SERVIÇOS DE VACINAÇÃO: REVISÃO INTEGRATIVA. **Research, Society AND Development.** v. 10, n. 16 2021.

SILVA V. R. P.; CASTIEL D. L.; GRIEP H. R. A SOCIEDADE DE RISCO MIDIATIZADA, O MOVIMENTO ANTIVACINAÇÃO E O RISCO DO AUTISMO. **Ciência & Saúde Coletiva,** v.20, p.607-616, 2015.

SHIMIZU R. N. MOVIMENTO ANTIVACINA: A MEMÓRIA FUNCIONANDO NO/PELO (PER)CURSO DOS SENTIDOS E DOS SUJEITOS NA SOCIEDADE E-URBANA. **Revista do Edicc.** v. 5, n. 1, 2018.

SOLSONA E.; LA FARMACIA HOSPITALARIA: UNA GRAN ALIADA EN LA CONTRIBUCIÓN AL ÉXITO DE LA CAMPAÑA DE VACUNACIÓN FRENTE A LA COVID-19. **rev. ofil·ilaphar editoriales.** v. 31 n. 3, 2021**.**

VARELA S. S. D.; SILVA R. A.; OLIVEIRA F. A. C., GOMES C. S. T. CONHECIMENTO DE MÃES SOBRE VACINAÇÃO INFANTIL EM UM MUNICÍPIO DO LITORAL PIAUIENSE. **Brazilian Journal of Health Review.** v. 5, n. 3, p.9618-9629, 2022**.**

VILANOVA M.; VACINAS E IMUNIDADE, PREVENÇÃO DE DOENÇAS INFECIOSAS. **Revista de Ciências Elementar.** v. 8, p. 1-8, 2020.

FITOTERÁPICOS: ARNICA MONTANA L, HARPAGOPHYTEM PROCUMBEN, UNCARIA TOMENTOSA NA DOR MUSCULAR

PHYTOTHERAPICS: ARNICA MONTANA L, HARPAGOPHYTEM PROCUMBEN, UNCARIA TOMENTOSA IN MUSCLE PAIN

FITOTERAPIAS: ÁRNICA MONTANA L, HARPAGOPHYTEM PROCUMBEN, UNCARIA TOMENTOSA EN EL DOLOR MUSCULAR

Eliane FRIEDEL[366]

Nely Marques ALMEIDA[367]

Cláudia Cecílio DAHER[368]

RESUMO

Introdução: A dor é uma experiência sensitiva e emocional, trata-se de sintomas desagradáveis, e recorrentes entre a população. É causada por diversos fatores, podendo ser aguda ou leve, constante ou intermitente, latejante ou estável. A dor muscular é caracterizada por um incômodo em alguma parte do corpo em que existem músculos, principalmente esqueléticos. Para ter alívio das dores utilizam-se vários medicamentos e métodos alternativos. Pode-se fazer uso dos medicamentos fitoterápicos que são preparações com plantas frescas ou secas, extrato, óleo fixo ou volátil, cera, exsudatos entre outras, elaboradas por técnicas em que são utilizadas como matéria-prima, substância ativas vegetais, para a ação terapêutica, caracterizando assim o produto para uso. Produtos fitoterápicos, tendo como matéria-prima, ***Arnica montana*** **L**, ***Harpagophytumprocumbens***, ***Uncaria tomentosa*** são eficazes no tratamento da dor por apresentarem atividade anti-inflamatória, analgésica tópico,e como tônico muscular. **Objetivos:** Apresentar as plantas e/ou medicamentos fitoterápicos que tem ação contra dor muscular. Conceituar dor, fitoterapia, planta medicinal, droga vegetal e medicamento fitoterápico. Discorrer sobre as plantas selecionadas e sua atividade. **Metodologia:** Será utilizada como base para pesquisa a plataforma Google acadêmico, Scielo, Pubmed, pesquisa-se levando em consideração a síntese dos dados e consequentemente avaliação da qualidade dos trabalhos estudados em uma revisão

[366] Graduação em Farmácia – UNICEUNA/2022, (E-mail: efriedelroque@gmail.com)..

[367] Graduação em Farmácia – UNICEUNA/2022, (E-mail: nelykaa@gmail.com)..

[368] Doutorado em Ciências Farmacêuticas – UFRN/2022. Mestrado em Ciências Farmacêuticas UFRN/2014. Especialização em Manipulação Magistral Alopática – UNP/2007, Graduação em Farmácia Bioquímica – UNP/2002. Graduação em Ciências Biológicas Modalidade Médica – PUC GOIÁS/2002. Docente Universitária e orientadora de iniciação científica no Curso de Farmácia do Centro Universitário Natalense – UNICEUNA. (E-mail: ccdaher@hotmail.com).

Integrativa. Tem por finalidade realizar levantamento de dados, em estudos sobre a perspectiva de auxiliar a diminuição das dores musculares, utilizando meio alternativos como os produtos fitoterápicos. **Considerações finais:** Os resultados apresentam os medicamentos fitoterápicos de relevância para o combate a dor muscular, contribuindo para auxiliar na diminuição da dor recorrente nos usuários destes fitoterápicos.

Palavra- chave: planta medicinal; fitoterápico; dor muscular.

ABSTRACT

Introduction: Pain is a sensitive and emotional experience; it is about unpleasant and recurrent symptoms among the population. It is caused by several factors, and can be acute or mild, constant, or intermittent, throbbing, or stable. Muscle pain is characterized by discomfort in some part of the body where there are muscles, mainly skeletal. To get pain relief, various medications and alternative methods are used. Phytotherapics can be used, which are preparations with fresh or dried plants, extract, fixed or volatile oil, wax, exudates, among others, prepared by techniques in which active plant ingredients are used as raw material for therapeutic action., thus characterizing the product for use. Phytotherapeutic products, having as raw material, ***Arnica montana* L., *Harpagophytum procumbens, Uncaria tomentosa*** are effective in the treatment of pain because they have anti-inflammatory, topical analgesic activity and as a muscle tonic. **Objective:** To present the plants and/or herbal medicines that have action against muscle pain. Conceptualize pain, herbal medicine, medicinal plant, plant drug and herbal medicine. Discuss the selected plants and their activity. **Methodology:** The academic platform Google, Scielo, Pubmed, will be used as a research base, considering the synthesis of the data and consequently evaluating the quality of the studies studied in an integrative review. Its purpose is to collect data in studies with the aim of helping to reduce muscle pain, using alternative means such as herbal products. **Final considerations:** The results present the relevant herbal medicines to combat muscle pain, helping to reduce recurrent pain in users of these herbal medicines.

Keyword: medicinal plant; Phytotherapy; muscle pain.

RESUMEN

Introducción: El dolor una experiência sensible y emocional, se trata de sintomas desagradables y recurrentes entre la población. Es causada por vários factores y puede ser aguda o leve, constante o intermitente, pulsátil o estable. El dolor muscular se caracteriza por moléstia sen alguna parte del cuerpo donde hay músculos, principalmente esqueléticos. Para aliviar el dolor, se utilizan varios medicamentos y

métodos alternativos. Se puede hacer uso de los medicamentos herbolarios que son preparados con plantas frescas o secas, extracto, aceite fijo o volátil, cera, exudados, entre otros, elaborados por técnicas en las que se utilizan como materia prima, principiosactivosvegetales, para acciónterapéutica., caracterizando así el producto para su uso. Los productos fitoterapéuticos, teniendo como materia prima, ***Arnica Montana* L.**, ***Harpagophytum procumbens, Uncaria tomentosa*** son efectivo sem el tratamiento del dolor porque tienen actividad antiinflamatoria, analgésica tópica y como tónico muscular. **Objetivo:** Dar a conocerlas plantas y/o fitoterápicos que tienenacción contra el dolor muscular. Conceptualizar el dolor, la fitoterapia, la planta medicinal, la droga vegetal y la fitoterapia. Discutir las plantas seleccionadas y suactividad. **Metodología:** Se utilizará como base para la investigaciónla plataforma académica Google, Scielo, Pubmed, tenien do em cuenta La síntesis de datos y consecuentemente evaluando La calidad de lostrabajosestudiadosen una revisión integradora. Su propósito es realizar larecolección de datos em estúdios en la perspectiva de ayudar a reducir el dolor muscular, utilizando medios alternativos como losproductos a base de hierbas. **Consideraciones finales:** Los resultados presentan los medicamentos a base de plantas relevantes para combatir el dolor muscular, lo que ayuda a reducir el dolor recurrente en los usuarios de estos medicamentos a base de plantas.

Palabras-Clave: planta medicinal; medicina herbaria; dolor muscular.

INTRODUÇÃO

Segundo a Associação Internacional para o Estudo da Dor (IASP), “dor é uma experiência sensitiva e emocional desagradável associada a uma lesão real ou potencial dos tecidos corporais ou descrita nos termos de tal lesão”[369]. Esta definição foi recomendada pelo Subcomitê de Taxonomia e adotada pelo Conselho da IASP em 1979. Revisada em 2020, pelo mesmo órgão.

O sistema nacional de vigilância sanitária (SNVS) fiscaliza e regulamenta a utilização de plantas para fins medicinais. Chama-se planta fresca aquela coletada no momento de uso e planta seca a que foi precedida de secagem, equivalendo à droga vegetal, neste sentido produto da extração da planta medicinal fresca ou da droga vegetal, que contenha as substâncias responsáveis pela ação terapêutica, podendo ocorrer na forma de extrato, óleo fixo e volátil, cera, exsudato e outros[370].

[369] AYDEDE, 2019.
[370] BRASIL, 2014.

Fitoterápico é um medicamento obtido empregando-se exclusivamente matérias-primas ativas vegetais. É caracterizado pelo conhecimento da eficácia e dos riscos de seu uso, assim como pela reprodutibilidade e constância de sua qualidade. Sua eficácia e segurança é validada através de levantamentos etnofarmacológicos de utilização, documentações tecnocientíficas em publicações ou ensaios clínicos. Não se considera medicamento fitoterápico aquele que, na sua composição, inclua substâncias ativas isoladas, de qualquer origem, nem as associações destas com extratos vegetais[371].

Os produtos fitoterápicos, derivados das plantas, vêm conquistando espaço cada vez mais rápido na atualidade, seu uso se iniciou, na medicina popular antiga para combater vários problemas de saúde, assim, sendo utilizado como remédio, pois ainda não era reconhecida a sua utilidade medicinal, mediante aprovação científica. A Planta medicinal é uma espécie vegetal, cultivada ou não, utilizada com propósitos terapêuticos[372].

Para desenvolver a nossa pesquisa foi levantado ou seguinte questionamento: Quais as plantas e os medicamentos fitoterápicos para auxiliar no combate a dor muscular e sua ação? A pesquisa foi iniciada a partir do mês de agosto de 2021. Com a finalidade de realizar um levantamento de dados, em estudos sobre a perspectiva de auxiliar a diminuição das dores musculares, utilizando um meio alternativos como os produtos fitoterápicos, como Arnica Montana L., *Harpagophytum procumbens*, *Uncaria tomentosa* e sua atividade anti-inflamatória.

Os critérios de inclusão utilizados na busca foram temas ou título em língua portuguesa brasileira contando sua relevância em relação ao tema, incluídos artigos originais, de revisão bibliográfica e publicações da Farmacopéia.

Foram pesquisados em artigos científicos nacionais, para a construção teórica e fundamento científico na abordagem do tema. As plantas utilizadas na pesquisa são: a *Arnica Montana L.*, que apresenta atividades terapêuticas como ação anti-inflamatória, analgésica tópico, antisseborreica, antimicrobiana, antialérgico, cicatrizante, estimulante, antisséptica e, além disso, é um tônico muscular[373], a *Harpagophytum*

[371] BRASIL, 2014.
[372] BRASIL, 2006.
[373] VILAR, 2019.

procumbens auxilia no combate a diminuição da dor muscular[374] e a Uncaria tomentosa reconhecida como um fitoterápico pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) auxilia no tratamento do combate a dor sendo indicada por suas propriedades anti-inflamatórias e imunoestimulante. Estas plantas apresentam possibilidade de contribuir para a diminuição das dores musculares reforçando nossas defesas naturais[375].

Tem por objetivo apresentar as plantas e/ou medicamentos fitoterápicos que tem ação contra dor muscular

2. MATERIAL E MÉTODOS

Será utilizada como base para pesquisa a plataforma Google acadêmico, Scielo, Pubmed, pesquisa-se levando em consideração a síntese dos dados e consequentemente avaliação da qualidade dos trabalhos estudados em uma revisão Integrativa. Foram pesquisados em artigos científicos nacionais, para a construção teórica e fundamento científico na abordagem do tema. No período entre 2006 a 2022, prevalecendo os mais recentes.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 A DOR

A dor tem a função de provocar reação defensiva por parte do cérebro e comunicar-lhe a enfermidade de algum órgão. Sensação em algum membro ou órgão do corpo, produzida por lesão, contusão, e estado patológico[376].

Segundo a edição revisada da IASP[377], dor é uma experiência sensitiva e emocional desagradável, associada, ou semelhante, a uma lesão tecidual real ou potencial.

[374] BRASIL, 2006.
[375] VILAR, 2019.
[376] LIMA, 2013.
[377] IASP, 2020.

Embora a dor seja produzida como resposta afetiva à percepção do estresse que envolve os sistemas somáticos, motor e cognitivo, a compreensão da psicologia da dor permanece desafiando os profissionais da área da saúde. Exige que se transcenda a dimensão objetiva do evento e se considere as particularidades de cada paciente, ou seja, o impacto da dor em sua vida e no contexto sociocultural no qual está inserido[378].

As diferentes etiologias resultam em varias estratégias de tratamento. Na dor aguda, busca-se recuperação tecidual e alívio da dor, além do tratamento conservador para a melhora do processo inflamatório. Contudo, na dor crônica, o tratamento é ressaltado nos aspectos psicossociais, fisiológicos e culturais, redução da tensão muscular e da fadiga, assim como a incapacidade que foi provocada nesse indivíduo[379].

Diante das estratégias não farmacológicas e farmacológicas para o tratamento da dor, o uso de plantas é uma alternativa ou complemento terapêutico, para melhorar a qualidade de vida dos indivíduos que apresentam dor[380].

3.2. FITOTERAPIA

O termo Fitoterapia deriva do grego therapeia, tratamento, e phyton, vegetal, e diz respeito ao estudo das plantas medicinais e suas aplicações na cura das doenças. Ela surgiu independentemente na maioria dos povos. Na China, por exemplo, surgiu por volta de 3000 a.C., quando o imperador Cho-Chin-Kei descreveu as propriedades do Ginseng e da Cânfora[381].

No Brasil, estudos demonstram um interesse do Sistema Único de Saúde (SUS) a respeito dos medicamentos fitoterápicos e a sua inclusão como mediador ao tratamento convencional paliativo de determinadas doenças. As diretrizes do Ministério da Saúde determinaram prioridades na investigação das plantas medicinais e implantando a fitoterapia como prática oficial da medicina, orientando as Comissões Interinstitucionais de Saúde (CIS) a buscarem sua inclusão no SUS. Para que essa inclusão ocorra é essencial que os profissionais da área de saúde conheçam as atividades

[378] SILVA JÁ, 2011.
[379] URITS *et al.*, 2019. SHARIAT, 2016.
[380] QUINTANS *et al*., 2014.
[381] BRUNING, 2012.

farmacológicas e a toxicidade das plantas medicinais de cada bioma brasileiro, de acordo com os costumes, tradições e condição socioeconômica da população. Alguns trabalhos já são realizados em estados como o Ceará com o objetivo de desvendar o uso de plantas medicinais pela população, encontrando alta prevalência de uso[382].

A fitoterapia é uma terapia integrativa que vem crescendo notadamente neste começo do século XXI, voltada para a promoção, proteção e recuperação da saúde, tendo sido institucionalizada no SUS por meio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC) e da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF)[383].

3.3. PLANTAS MEDICINAIS

As plantas medicinais são relevantes para a medicina, pois através delas são realizados estudos para o desenvolvimento de medicamentos para tratamento de diversas patologias. Segundo a Organização Mundial de Saúde os extratos de plantas são utilizados mundialmente para prevenir ou tratar doenças ou como suplementos alimentares. O consumo de plantas ou de seus componentes ativos ocupa um espaço relevante no alívio do sofrimento de muitos seres humanos, quer isoladamente, quer associado a terapêuticas convencionais[384].

Segundo Lorenzi[385], as plantas medicinais possuem diversos princípios ativos, entre estes alcalóides, mucilagens, flavonóides, taninos e óleos essenciais, entre outras substâncias, que atuam no mecanismo da analgesia.

A diferença entre planta medicinal e fitoterápico reside na elaboração da planta para uma formulação específica, o que caracteriza um fitoterápico. Nesse sentido a planta medicinal é uma espécie vegetal utilizada com propósitos terapêuticos. Ela pode ser usada de diferentes formas, como *in natura*, sumo, decocção, infusão, maceração, percolação, tintura, extrato fluido, elixir, xarope, compressa, cataplasma, inalação, bochecho e gargarejo, unguento e azeite. Já os fitoterápicos são definidos pela ANVISA

[382] SILVA *et al*., 2006.
[383] BRASIL, 2014
[384] LIMA, 2013.
[385] LORENZI, 2008.

como aqueles medicamentos obtidos com emprego exclusivo de matérias-primas ativas vegetais. Não se considera medicamento fitoterápico aquele que incluem na sua composição substâncias ativas isoladas, sintéticas ou naturais, nem as associações dessas com extratos vegetais[386].

3.4. DROGA VEGETAL

Derivado vegetal é o produto da extração da planta medicinal *in natura* ou da droga vegetal, podendo ocorrer na forma de extrato, tintura, óleo fixo e volátil, cera, exsudato e outros. Os extratos são preparações de consistência líquida, sólida ou intermediária, obtidas a partir de matéria-prima de origem vegetal, preparados por percolação, maceração ou outro método adequado e validado, utilizando como solvente etanol, água ou outro solvente adequado[387].

Marcador é o componente ou classe de compostos químicos, tais como, alcaloides, flavonoides, ácidos graxos etc., presente na matéria-prima vegetal, preferencialmente que tenha correlação com o efeito terapêutico, que é utilizado como referência no controle de qualidade da matéria-prima vegetal e dos medicamentos fitoterápicos[388].

3.5. MEDICAMENTOS FITOTERÁPICOS

A definição de medicamento fitoterápico é diferente de fitoterapia. Os medicamentos fitoterápicos são preparações elaboradas por técnicas de farmácia em que são utilizados os extratos das plantas, sendo produtos industrializados. Já a Fitoterapia é uma ciência e engloba além das preparações fito farmacológicas e dos medicamentos fitoterápicos, o uso popular das plantas em si[389].

Em consonância com o que foi mencionado anteriormente, em 03 de maio de 2006, foi criada a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no SUS, instituída pela Portaria do Ministério da Saúde (MS) nº 971 tendo como

[386] BRASIL, 2020.
[387] BRASIL, 2010.
[388] *Ibidem*.
[389] BRUNING, 2012

objetivo ampliar as opções terapêuticas aos usuários do SUS, dentre estas, as plantas medicinais, com garantia de acesso aos fitoterápicos e a serviços relacionados à fitoterapia, com segurança, eficácia e qualidade, na perspectiva da integralidade da atenção à saúde. Somando-se a isso, em 2007 foi instituído o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, que visa garantir à população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional[390].

Assim, em fevereiro de 2009, o Ministério da Saúde divulgou a Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao SUS (Renisus), na qual estão presentes várias espécies vegetais usadas pela sabedoria popular e confirmadas cientificamente[391].

Com isso também foi criado a Rename é um importante instrumento orientador do uso de medicamentos e insumos no SUS. A Rename 2022 apresenta os medicamentos oferecidos em todos os níveis de atenção e nas linhas de cuidado do SUS, proporcionando transparência nas informações sobre o acesso aos medicamentos da rede. A publicação apresenta a lista de medicamentos e insumos disponibilizados no SUS de acordo com as responsabilidades de financiamento, proporcionando transparência e fortalecendo o Uso Racional de Medicamentos[392].

A RDC N° 26, DE 13 DE MAIO DE 2014, dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos e o registro e a notificação de produtos tradicionais fitoterápicos.

São considerados medicamentos fitoterápicos os obtidos com emprego exclusivo de matérias-primas ativas vegetais cuja segurança e eficácia seja baseada em evidências clínicas e que sejam caracterizados pela constância de sua qualidade.

Os fitoterápicos também podem ser manipulados em farmácias de manipulação autorizadas pela vigilância sanitária e, neste caso, não precisam de registro sanitário, mas devem ser prescritos por profissionais habilitados. Quando a planta medicinal é industrializada para se obter um medicamento, tem-se como resultado o fitoterápico. O

[390] BRASIL, 2007.
[391] BRASIL, 2014.
[392] BRASIL, 2022.

processo de industrialização evita contaminações por micro-organismos e substâncias estranhas, além de padronizar a quantidade e a forma certa que deve ser usada, permitindo uma maior segurança de uso. Os fitoterápicos industrializados devem ser regularizados na ANVISA antes de serem comercializados. De grande relevância o cuidado no uso dos medicamentos, mesmo sendo de forma natural ou sintético em sua estrutura, porém extraído naturalmente da planta, devem-se manuseá-lo sob prescrição médica[393].

O Memento Fitoterápico orienta os profissionais de saúde sobre como prescrever os fitoterápicos. O Formulário de Fitoterápicos registra informações sobre a forma correta de preparo, indicações e restrições de uso de diversas plantas medicinais a serem manipuladas em farmácias autorizadas pelo SNVS[394].

A prescrição de medicamentos e outros produtos cuja dispensação não exija prescrição médica pode incluir plantas medicinais, drogas vegetais, preparações magistrais ou produtos fitoterápicos industrializados. Neste sentido, a prescrição deverá ser baseada nas determinações da RDC nº 98 de 01 de agosto de 2016 e norma complementar IN nº 11 de 29 de setembro de 2016; essa IN específica 33 classes terapêuticas de venda livre.

Desse modo, estão na abrangência da prescrição farmacêutica dezenas ou centenas de produtos fitoterápicos cabíveis nas indicações das classes previstas na referida IN 11, tais como espinheira-santa em hiperacidez estomacal, gengibre como antiemético, goiabeira como antibacteriano tópico e antidiarreico em uso oral, beladona e hortelã como antiespasmódicos, garra-do-diabo e erva baleira como anti-inflamatórios calêndula e barbatimão como cicatrizantes, enfim, abre-se um leque enorme de possibilidades prescritivas, tanto como drogas vegetais ou produtos industrializados.

De modo complementar, a ANVISA tem publicado também normas relacionadas ao regulamento de registro de fitoterápicos industrializados, as quais incluem a classificação isento ou sob prescrição médica, e as espécies vegetais inscritas nessas normas devem ser utilizadas na definição se o produto é ou não sujeito à prescrição farmacêutica. A norma vigente neste caso é a Instrução Normativa nº 02 de

[393] ANVISA, 2020.
[394] BRASIL, 2021.

13 de maio de 2014, que apresenta 44 itens dos quais 32 são espécies classificadas como “venda sem prescrição médica”, isto é, podem estar sob a abrangência da prescrição farmacêutica.

Trata-se da RDC nº 10 de 2010, que dispôs sobre a notificação das drogas vegetais destinadas aos processos de infusão e decocção. Embora esta norma tenha sido recentemente revogada para fins de registro, isto é, empresas farmacêuticas não podem mais utilizá-la para notificar seus produtos à ANVISA, em termos de referência para a orientação da prescrição opina-se ser ainda válida. Seu conteúdo envolve listagem de 66 espécies vegetais com nome científico, parte usada, indicações, doses, aplicação a adultos ou crianças, efeitos adversos e referência científica de apoio. Todas essas espécies e suas indicações estão classificadas como “de venda sem prescrição médica”, portanto, aplicáveis ao processo da prescrição farmacêutica, no caso, na forma de drogas vegetais para infusão/decocção.

A norma atual de registro, RDC nº 26 de 2014, revogou a RDC nº 10 de 2010 e colocou como referência para a notificação de produto tradicional fitoterápico, em seu lugar, as espécies vegetais constantes do Formulário de Fitoterápicos (2010), livro elaborado pela Comissão de Revisão da Farmacopeia Brasileira que contempla 74 produtos fitoterápicos, sendo 47 preparações extemporâneas, 17 tinturas, 5 géis e 5 pomadas. Em 2018 foi publicado o primeiro suplemento do formulário que acrescentou 27 cápsulas e retirou 2 tinturas, acrescentando outras, inclusive algumas de prescrição médica como Hypericum e Valeriana[395].

Dessa forma são inúmeros os medicamentos fitoterápicos liberados pela ANVISA para os usuários, conforme a necessidade e prescrição médica de cada indivíduo. Segundo a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos CMED informa que 214 medicamentos existem com o nome comercial do medicamento fitoterápico seguido da planta medicinal utilizada como insumo para a fabricação do produto[396].

[395] BRASIL, 2018.
[396] CMED, 2021.

3.6 FITOTERÁPICOS UTILIZADOS NO TRATAMENTO DA DOR

3.6.1 Arnica montana L.

O nome popular é Arnica Brasileira, Arnica, Arnica das Montanhas, Tabaco das Montanhas, Quina dos Pobres, Tabaco-dos-saboianos, Dórico-da-Alemanha, Tabacodos-vosgos[397].

Apresenta em sua composição química: óleo essencial, álcoois terpênicos, ácidos fenólicos, carotenoides, flavonoides, taninos, arnica, cumarinas, fitosterina (arnisterina), colina, sais de manganês e polissacarídeos. Os princípios ativos responsáveis pelas suas ações farmacológicas são a rutina, quecetina e hesperidina, às quais pertence à classe de fármacos conhecida com flavonóides[398].

Possui as seguintes atividades terapêuticas: ação anti-inflamatória, analgésica tópico, antisseborreica, antimicrobiana, hipotensora, antialérgico, anti-micótico, cicatrizante, estimulante, antissépticae, além disso, é um tônico muscular[399].

Suas aplicações terapêuticas estão relacionadas para casos de contusões, hematomas, entorses, edemas, fraturas, articulopatias, doenças reumatológicas, ciatalgia, bursites, dores miofasciais, pré e pós-operatório. Pode ser usada também para furúnculos e picadas de insetos devido a sua ação antisséptica[400].

A parte da planta utilizada são as flores, raízes podendo ser utilizadas como chá[401].

A tintura alcoólica da arnica pode ser utilizada para o desenvolvimento das formas farmacêuticas pomada e gel[402].

A apresentação que os princípios ativos farmacêuticos possuem após uma ou mais operações farmacêuticas executadas com ou sem a adição de excipientes apropriados, a fim de facilitar a sua utilização e obter o efeito terapêutico desejado, com características apropriadas a determinada via de administração. Os produtos na forma

[397] VILAR, 2019.
[398] BRASIL, 2007.
[399] VILAR, 2019.
[400] *Ibidem*.
[401] *Ibidem*.
[402] SANTOS 2016.

de cápsulas, comprimidos, xaropes, soluções, ou em qualquer outra forma farmacêutica[403].

A forma solida obtém-se os extratos secos que são preparações obtidas pela eliminação de aproximadamente 96,5% - 99% da fase liquida; os granulados são obtidos através da aglomeração de matérias primas em forma de pó e de outros adjuvantes farmacêuticos; as cápsulas representam 60% das formulações farmacêuticas, são as mais utilizadas na indústria brasileira, destinada a administração oral[404].

As formas semi solidas tem-se as pomadas ou cremes, que são destinados a aplicação sobre a pele, as matérias primas normalmente são solidas tal como extratos; as emulsões contêm os extratos vegetais e óleo são obtidas por meios usuais de emulsificação; os supositórios podem ser preparados pela incorporação ou dissolução de extratos líquidos[405].

Das formas líquidas possuem-se as alcoolaturas que são preparadas através de plantas frescas ou secas, em temperatura ambiente dentro do etanol; as tinturas, que são soluções extrativas alcoólicas ou hidroalcoólicas com base em drogas vegetais ou extratos de plantas preparados em etanol; os extratos fluidos que se caracterizam como líquidas, os xaropes são preparações medicinais aquosas açucaradas que apresentam sacarose[406].

A Arnica Montana L. nos casos agudos das dores apresenta-se forma farmacêutica injetável como indicativa no medicamento fitoterápico informa desse modo: arnica montana D2 + associação, medicamento anthihomotoxico – solução injetável, contendo 5 ampolas de 2,2 mL, - uso sob prescrição médica, fabricanteFarmoquimica S/A, nome comercial Motix. Nos casos menos graves das dores, pode-se usar arnica por via oral em diluição ou glóbulos. As formas para uso tópico são utilizadas em dores ou inflamações localizadas, hematomas e pequenos edemas. Pomadas, géis[407].

[403] SANTOS 2016.
[404] *Ibidem*.
[405] *Ibidem*.
[406] *Ibidem*.
[407] GIAROLA, 2015.

3.6.2 Harpagophytum procumbens

Conhecida popularmente como garra do diabo. Essa planta medicinal é uma grande aliada no combate às dores. Essa espécie rasteira é originária da Namíbia gera um fruto cheio de pontas e garras. É utilizada por sua ação analgésica e anti-inflamatória. Em 1953, cientistas passaram a estudar as propriedades terapêuticas da *Harpagophytum procumbens*, até que, em 1970, o seu uso foi finalmente estabelecido para fins medicinais[408].

Apresenta em sua composição glicosídeos Iridóides, ácido cinâmico Livre, glicosídeos fenólicos, ácidos terpênicos, óleo essencial, glicose, frutose.

Pode ser utilizada como anti-inflamatório, indicado para reumatismos, artrites reumatosas, artroses, bursites, fibriomialgias, dores musculares, espasmos gastrintestinais, dispepsias hiposecretoras e nos traumatismos, dor lombar baixa aguda[409].

Alguns trabalhos científicos demonstraram os benefícios do composto bioativo naturalmente presente na planta, chamado harpagoside. Usado para tratar artrose de joelho e quadril; pode reduzir a dor lombar em 26%; e ajudar a diminuir os níveis de ácido úrico no sangue, combatendo a gota[410].

As raízes secundárias – tubérculos são a parte da planta utilizada[411].

Formas de apresentação: Comprimido revestido gastrorresistente, capsula[412].

Uma revisão de estudos sobre a planta *Harpagophytum procumbens* realizada por pesquisadores do Instituto de Etnobotânica Aplicada da Flórida, nos Estados Unidos, apontou que fitoterápicos à base de garra-do-diabo possuem perfil extremamente favorável, com poucos efeitos adversos, especialmente em uso prolongado[413].

---

[408] BUZZO *et al*, 2020.
[409] VILAR, 2019.
[410] BRASIL, 2007.
[411] VILAR, 2019.
[412] *Ibidem*.
[413] BUZZO *et al*, 2020.

Essa planta faz parte da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) de 2022, do Ministério da Saúde, e é distribuída no Sistema Único de Saúde (SUS).

3.6.3 Uncaria tomentosa

Conhecida popularmente por unha de gato. É uma trepadeira nativa da Floresta Amazônia, que pode ser encontrada em regiões de clima tropical da América do Sul e Central. Os indígenas já faziam uso dessa planta em países como o Peru, Colômbia e Equador, há pelo menos 2 mil anos. Unha-de-gato é uma das ervas medicinais mais tradicionais do Peru, sendo utilizada para tratar e aliviar diferentes sintomas[414].

Entre os compostos químicos são relatados dois quimiotipos, um com alcalóides indólicos e oxindólicos tetracíclicos e outro com alcalóides indólicos e oxindólicos pentacíclicos. Outros compostos descritos são os polifenóis (epicatequina), procianidinas (A, B1, B2, B4, cinchonina), glicosídeos e triterpenos do ácido quinóvico, triterpenos polioxigenados, fitoesteróis (b-sitosterol, estigmasterol, campesterol). Seis alcalóides oxindólicos pentacíclicos, considerados seus marcadores: especiofilina, mitrafilina, uncarina F, isomitrafilina, pteropodina e isopteropodina, são usados na padronização do material vegetal e fitoterápicos derivados esteroides, flavonóides[415].

Apresenta como atividades terapêuticas: auxilia no tratamento de amigdalites, artrite, sinusite, bursite, rinite e problemas digestivos, reumáticas e musculares, além de ter atividade antioxidante, anti-infamatório, anticancerígena, reparador de células e tem ação imunoestimulante[416].

A parte da planta utilizada são a casca do caule, folha e raiz[417].

Formas de apresentação farmacêuticas:Comprimido, capsula e gel[418]. Atualmente ela é reconhecida como um fitoterápico pela Agência Nacional deVigilância Sanitária (ANVISA), indicada por suas propriedades anti-inflamatórias. A possibilidade

[414] LORENZI, 2008
[415] VILAR, 2019.
[416] *Ibidem*.
[417] *Ibidem*.
[418] *Ibidem*.

de atuar em tantas frentes de combate deve-se ao fato de que a unha-de-gato é um potente imunoestimulante, ou seja, reforça as nossas defesas naturais[419].

Um estudo da Universidade de Lund, na Suécia, publicado no periódico Phytotherapy, descobriu que o consumo de 700 mg de extrato de unha-de-gato por 2 meses aumentou o número de leucócitos no organismo - essas células estão envolvidas no combate a infecções[420].

Além de estimular o sistema imune, a *Uncaria tomentosa* apresenta ação moduladora das nossas defesas. Isso é extremamente importante para que a inflamação, pois o excesso de inflamação é o ponto de partida para adoecimento geral do corpo[421].

A *Uncaria tomentosa* faz parte da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) de 2022, do Ministério da Saúde, e é distribuída no Sistema Único de Saúde (SUS), nas formas de comprimido, cápsula e gel. A planta também pode ser encontrada com extrato líquido para ser consumido via oral[422].

As orientações da ANVISA de uso são: Extrato fluído oral: 2,5 a 5 ml, de 1 a 2 vezes ao dia. Comprimido: 350 g, 2 vezes ao dia. Cápsula: 300 a 500 mg (1 cápsula), de 2 a 3 vezes ao dia. No caso do chá, a orientação é colocar uma colher de sopa da erva em um litro de água fervente, tampar por 10 minutos e, então, coar e beber[423].

O indicado é usar o fitoterápico por no máximo oito semanas. A planta deve ser evitada por gestantes e lactentes, pacientes que realizaram transplantes e pessoas que utilizam medicamentos anticoagulantes[424].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso da fitoterapia é um recurso na prevenção e tratamento de doenças, e auxilia de modo complementar a relação do acesso aos medicamentos fitoterápicos de maneira gradual e seguro.

---

[419] BRASIL, 2007.
[420] BUZZO *et al*, 2020.
[421] *Ibidem*.
[422] BRASIL, 2007.
[423] JARDIM, 2016.
[424] *Ibidem*.

Logo é de grande relevância a criação do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos que tem como objetivo garantir à população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional de medicamento.

A utilização de medicamentos fitoterápicos tem aumentado nos últimos anos, seja pela maior possibilidade de extração de princípios ativos, quanto pela maior demanda populacional. A *Arnica montana* é uma planta com propriedades medicinais, o que faz com que possa ser utilizada no tratamento de diferentes condições. Alguns de seus benefícios são ação analgésica proporciona alívio de dores, como no caso de contusões; das dores reumáticas. Por isto sua importância nos tratamentos de dores musculares é fundamental.

Harpagophytem procumbens por sua vez, é um potente efeito anti-inflamatório, sendo este, capaz auxiliar no combate contra a dor muscular. Porém mais estudos devem ser realizados acerca dos mecanismos pelo qual o *H. procumbens* exerce os seus efeitos analgésicos.

Evidenciou-se também que a *Uncaria tomentosa* é um fitoterápico de inestimável valor terapêutico e de relevância para auxiliar o tratamento da dor muscular, é um medicamento auxiliar e foi inserido nas Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS, para agregar valores a qualidade de vida dos usuários que fazem uso deste medicamento.

Assim é extrema importância o incentivo para mais pesquisas referentes aos medicamentos fitoterápicos na dor, a fim de se obter mais informações e garantir o acesso da população a esses medicamentos de forma segura e racional.

REFERÊNCIAS

AYDEDE, M. Does the IASP definitionofpainneedupdating? **PainReports**, [*s. l.*], v. 4, n. 5, sep.-oct. 2019. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6882577/#:~:text=The%20answer%20is%20%E2%80%9Cno%E2%80%9D%3A,need%20to%20revise%20the%20definition. Acesso em: 12 mar. 2022.

BARACHO, N. C. D. V. *et al.* O uso de plantas medicinais como tratamento alternativo no bairro Jardim das Colinas, Itajubá, MG, Brasil. **Rev. Méd. Minas Gerais**,Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 88-91, 2006. Disponível em: http://www.rmmg.org/artigo/detalhes/260. Acesso em: 10 mar. 2022.

BETTIOL, C.*et al.* Fatores preditores de dor em idosos do Município de São Paulo, Brasil: Estudo SABE 2006 e 2010. **Cadernos de Saúde Pública**, São Paulo,v. 33, n. 9, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/zwsmtYMNHxt4pdyh67QdwJQ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15 mar. 2022.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Formulário de Fitoterápicos:**Farmacopeia Brasileira. 2. ed. Brasília: ANVISA, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/ptbr/assuntos/farmacopeia/formulario-fitoterapico. Acesso em: 30 abr. 2022.

_____. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Instrução Normativa nº 04, de 18 de junho de 2014. **Guia de orientação para registro de Medicamento Fitoterápico e registro e notificação de Produto Tradicional Fitoterápico**. Brasília: ANVISA, 2014. Disponível em: https://www.ufpb.br/nephf/contents/documentos/resolucoes/fitoterapia/guia-de-orientacao-para-registro-de-medicamento-fitoterapico/view. Acesso em: 15 mar. 2022.

_____. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Memento de Fitoterápicos da Farmacopeia Brasileira**. Brasília: ANVISA,2016. Disponível em:

_____. Agência Nacional de Vigilância Sanitária.**Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED)**. Brasília: ANVISA, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/medicamentos/cmed. Acesso em: 15 mar. 2022.

_____. Ministério da saúde. Agência Nacional de vigilância sanitária. **Instrução Normativa (IN) N° 02 DE 13 DE MAIO DE 2014**. Publica a Lista de medicamentos fitoterápicos de registro simplificado" e a "Lista de produtos tradicionais fitoterápicos de registro simplificado. Brasília: ANVISA, 2014. Disponível em:https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2014/int0002_13_05_2014.pdf.Acesso em: 21 abr. 2022.

_____. Ministério da saúde. Agência Nacional de vigilância Sanitária. **Resolução RCD 26, de 13 de maio de 2014**. Dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos e o registro e a notificação de produtos tradicionais fitoterápicos. Brasília: ANVISA, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2014/rdc0026_13_05_2014.pdf. Acesso em: 25 mar 2022.

_____. Ministério da saúde. Agência Nacional de vigilância Sanitária. **Resolução - RDC nº 10, de 9 de março de 2010**. Dispõe sobre a notificação de drogas vegetais junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e dá outras providências. Brasília: ANVISA, 2010. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/res0010_09_03_2010.html. Acesso em: 25 mar. 2022.

_____. Ministério da Saúde. **Glossário temático: práticas integrativas e** BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em:https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_fitoterapicos.pdf. Acesso em 09 set. 2021.

_____. Ministério da Saúde. **Relação Nacional de medicamentos (RENAME)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sctie/daf/relacao-nacional-de-medicamentos-essenciais. Acesso em: 08 mar. 2022.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Informações Sistematizadas da Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao SUS:** Harpagophytumprocumbens DC. exMeisn. – Pedaliaceae (Garra-do-diabo) Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sctie/daf/componentes-da-assistencia-farmaceutica-no-sus/cbaf/arquivos/arquivos-plantas-medicinais-e-fitoterapicos/garra_diabo.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2022.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos.**A fitoterapia no SUS e o Programa de Pesquisa de Plantas Medicinais da Central de Medicamentos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/fitoterapia_no_sus.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2022.

BRUNING, M. C.; MOSEGUI, G. B. G.; VIANNA, C. M. de M. A utilização da fitoterapia e de plantas medicinais em unidades básicas de saúde nos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu - Paraná: a visão dos profissionais de saúde. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 10, out. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/z6RsN7j4bRKfM8Lq8tQNX4N/?lang=pt. Acesso em: 02 nov. 2021.

BUZZO, B.*et al*. **De A a Z**: a enciclopédia das plantas medicinais. São Paulo: Jolivi Publicações, 2020.

complementares em saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/glossario_tematico_praticas_integ>.

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA (São Paulo). Departamento de Apoio Técnico e Educação Permanente. Comissão Assessora de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. **Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. 4. ed. São Paulo: CRF/SP, 2019.

entre trabalhadores de escritório: uma revisão. **Malásia J Saúde Pública Med**., [*s. l.*], 2016.

GIAROLA, L.R. **Explorando a biodiversidade brasileira e os conhecimentos populares: desenvolvimento de formulação para uso tópico com extrato de PterodonpubescensBenth. (Sucupira)**. 2015. 138f. Dissertação (Mestrado em Ciências farmacêuticas) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.

<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/farmacopeia/formulario-fitoterapico>. Acesso em: 10 mar. 2022.

JARDIM, P. M. de S (org.). **Plantas medicinais e fitoterápicos:** guia rápido para a utilização de algumas espécies vegetais.2. ed. - Brasília: Universidade de Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.bibliotecaagptea.org.br/agricultura/plantas_medicinais/livros/PLANTAS%20MEDICINAIS%20E%20FITOTERAPICOS%20GUIA%20RAPIDO%20PARA%20A%20UTILIZACAO%20DE%20ALGUMAS%20ESPECIES%20VEGETAIS.pdf>. Acesso em: 05 out 2021.

JORNAL DOR. São Paulo: Publicação da Sociedade Brasileira para o Estudo da Dor, a. 18, ed. 74, p. 11-8, abr.-jun. 2020. Disponível em: <https://sbed.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Defini%C3%A7%C3%A3o-revi-sada-de-dor_3.pdf>. Acesso em 30 mar. 2022.

LIMA, J. F. As plantas na história da dor. **Revista da sociedade portuguesa de Anestesiologia**,[*s. l.*], v. 22, n. 4, p.126-131, 2013. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/anestesiologia/article/view/3381>. Acesso em: 30 mar. 2022.

LORENZI, H.;MATOS, F. J. A. **Plantas Medicinais no Brasil**: Nativas e Exóticas. Nova Odessa/SP: Instituto Plantarum, 2008.

LOURES, M.C. *et al*. Contribuições da Fitoterapia para a qualidade de vida: percepções de seus usuários. **Revista Enfermagem**, Rio de Janeiro, v.18, n.2, p.278-83, abr./jun. 2010.

MATTOS, G. *et al*. Plantas medicinais e fitoterápicos na Atenção Primária em Saúde: percepção dos profissionais. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 11, p. 3735-3744, nov. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Tymhc5zwFyHpb8DCWTtcf4j/?lang=pt>. Acesso em: 25 mar. 2022.

QUINTANS, J. S.*et al*. Natural ProductsEvaluated in NeuropathicPain Models - asystematic review. **Basic &ClinicalPharmacology&Toxicology**, [*s. l.*], v.114, n. 6, p. 442-450, jun. 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24252102/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

RAJA, S. N.*et al*. Definição revisada de dor pela Associação Internacional para o Estudo da Dor: conceitos, desafios e compromissos.**Jornal Dor**, n. 74, 2020. Disponível em: <https://sbed.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Jornal-Dor-n-74.pdf>. Acesso em 25 mar. 2022.

SANTOS, L. P. **Desenvolvimento de sistemas nanoestruturados contendo extrato padronizado de Ilexparaguariensis A. St.-Hil. visando à obtenção de produto fitoterápico tópico com atividade antioxidante**. 2016. 109f. Dissertação (Mestrado em Farmácia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Farmácia, Florianópolis, 2016.

SHARIAT. A. Distúrbios musculoesqueléticos e sua relação com atividades físicas

SILVA JR., A. A. **Essentiaherba**: plantas bioativas. v. 2. Florianópolis: Epagri, 2006.

SILVA, J. A.; RIBEIRO-FILHO, N. P. Avaliação psicofísica da percepção de dor. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 223-30, 2011.

SILVA, M. I. G. *et al*. Utilização de fitoterápicos nas unidades básicas de atenção à saúde da família no município de Maracanaú (CE). **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v.16, n. 4, p.455-62, dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbfar/a/4CCHCHYhFzVShrrVrfLbcLm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2022.

TOMAZZONI, M. I; NEGRELLE, R.R. B; CENTA, M. L. Fitoterapia popular: a busca instrumental enquanto prática terapêutica. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v.15, n.1, p.115-121, mar. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/YmDTSJkvRQFB5f7q9YQnL4s/?lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2022.

URITS, I. *et al*. Dor lombar, uma revisão abrangente: fisiopatologia, diagnóstico e tratamento. **Rep. atual de dor de cabeça**, [*s. l.*], 2019.

VASCONCELOS, F. H.; ARAÚJO, G. C. PrevalenceOfchronicpainin Brazil: adescriptivestudy. **BrJP**, v. 1, n. 2,p.176–179, abr.-jun. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/brjp/a/wVVtLWT9847X8MNbGtstM8h/abstract/?lang=en>. Acesso em: 25 mar. 2022.

VILAR, D. A. *et al*. **Plantas Medicinais:**um guia prático. Sergipe: IFS, 2019. Disponível em: <www.ifs.edu.br/images/EDIFS/ebooks/2019>. <2/E-Book_Plantas_mediciais_um_guia_prático_ccompressed.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2022.

SOBRE A REVISTA E NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

1. DECLARAÇÃO E POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

a) Autores mantém os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

b) Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.

c) Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.

2. CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

A contribuição é original e inédita e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; o arquivo da submissão está em formato Microsoft Word; o texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na

página Sobre a Revista; as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares às cegas foram seguidas.

3. DIRETRIZES PARA AUTORES

a) Estrutura do texto:

- **Título do Artigo –** Centralizado e tamanho da fonte Times New Roman 1**4** em negrito, em português, inglês e em espanhol;
- **Resumo e palavras-chaves –** Justificado em português, inglês e em espanhol, e tamanho da fonte Times New Roman 11, com exceção das palavras **RESUMO**, **ABSTRACT** e **RESUMEN**, que devem ser fonte 12 e negrito (o resumo deve conter objetivo, metodologia, resultados e conclusão do estudo); as **palavras-chave**, **Keywords, Palabras-Clave**, devem ser separadas por ponto e vírgula e ser no mínimo três e no máximo cinco.
- Utilizar como Referência as normas da ABNT.

b) Layout: Formato Word (.doc); Escrito em espaço 1,5 para o texto e 1,0 para citações longas, utilizando Times New Roman fonte 14 para o título que deve ser centralizado, 12 para o texto e 10 para as citações ou notas de rodapés, em formato A4 e as margens do texto deverão ser inferior, superior, direita e esquerda de 3,0 cm.; texto justificado com paragrafo de 1,25, Os artigos científicos devem ter mais de 5 páginas.

c) Figuras: O uso de imagens, tabelas e as ilustrações deve seguir o bom senso e, preferencialmente, a ética e axiologia da comunidade científica que discute os temas do manuscrito.

d) Autoria: Todos os autores precisam ser incluídos nos metadados e na versão final do artigo (após análise dos pareceristas da revista).

- **Autor(es):** Nome Alinhado à direita, colocar em nota de rodapé a apresentação Identificação do autor, com e-mail, incluindo titulação, instituição, outra informação de interesse (máximo três linhas);

- **Orientador(es):** Nome Alinhado à direita, colocar em nota de rodapé a apresentação do orientador com e-mail, incluindo filiação acadêmica, titulação, instituição e outras informações de interesse acadêmico, (máximo quatro linhas).

e) Exemplo de referências em ABNT:

- ***Artigo em periódico:*** RIGO, Marciane; BLEIL, Claudecir. Auditoria das Demonstrações Contábeis: um estudo da Evidenciação e Transparência das Informações em uma Cooperativa de Crédito Rural. **Revista de Administração e Ciências Contábeis do Ideau**, V. 3, n.7, 2008.

- ***Livro:*** JUND, S. **Auditoria**: Conceitos, normas técnicas e procedimentos: teoria e 550 Questões. Rio de Janeiro: Ímpetos, 2001.

- ***Página da internet:*** AMOROSO, Danilo. O que é Web 2.0? Disponível em:<http://www.tecmundo.com.br/web/183-o-que-e-web-2-0->. Acesso em: 12 mar. 2016.

4. PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A avaliação dos manuscritos é feita por pares, pelo método Double Blind Review, onde cada manuscrito é avaliado por dois pareceristas ad hoc externos, selecionados por especialidade ou afinidade em relação ao conteúdo temático do manuscrito sob apreciação.

Após a submissão o manuscrito é avaliado pelos pareceristas ad hoc, que analisam, sugerem correções e melhorias. Em seguida é feita a análise pelo editor, que analisa os pareceres e decide pela recusa ou aceitação do manuscrito.

Após a análise do editor, o manuscrito é devolvido para os autores para realização das melhorias sugeridas pelos pareceristas.

Por fim, o autor envia a versão final do manuscrito, com o respectivo relatório do software de detecção de similaridades (possivelmente o CopySpider).

5. FOCO E ESCOPO

A Revista de Ensino e Cultura é um periódico vinculado ao Centro Universitário Natalense – UNICEUNA e ao Instituto de Ensino Superior do Rio Grande do Norte – IESRN, de acesso aberto, com fluxo contínuo de publicação. A revista aceita manuscritos em todas as áreas do conhecimento, em especial sobre Ensino e Cultura.

6. POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

Esta Revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

A Revista não cobra taxas. Assim, não são cobradas taxas para avaliação dos artigos, ou taxas para submissão de artigos.

7. ÉTICA DA PUBLICAÇÃO E DECLARAÇÃO DE NEGLIGÊNCIA DE PUBLICAÇÃO

E revista dedica-se a cumprir as boas práticas no que diz respeito à conduta moral condizente com a editoração cientifica de periódicos. A prevenção da negligência

também é responsabilidade crucial do autor, editor e da equipe editorial: qualquer forma de comportamento antiético, bem como o plágio em qualquer instância, não é aceito. Os autores que enviam artigos para a revista garantem que o trabalho não foi publicado nem está em processo de revisão/avaliação em nenhum outro periódico.

A revista recomenda o uso da lista de verificação e fluxograma do CONSORT 2010 como condição de submissão ao relatar os resultados de um estudo randomizado. Modelos para estes podem ser encontrados no site da CONSORT [www.consort-statement.org] que também descreve várias extensões de lista de verificação CONSORT para diferentes projetos e tipos de dados além de dois testes paralelos de grupo. Os artigos devem relatar o conteúdo abordado por cada item da lista de verificação. O atendimento desses requisitos básicos aumentará as chances de eventual publicação.